

5

R

evista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Palimage
Imagem Palavra



Índice
Introdução: João Manuel Santos - O movimento Cultural do Centro de História da Sociedade e da Cultura
A História da Cultura - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e História - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Arte - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Literatura - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Música - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Dança - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Teatro - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Cinema - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Rádio - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Televisão - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Internet - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Jogos - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Desporto - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Turismo - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura
Cultura e Outros - O movimento do Centro de História da Sociedade e da Cultura

Revista de História da Sociedade e da Cultura

Publicação apoiada por:

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
POCTI – Programa Operacional Ciência, Tecnologia
e Inovação – III Quadro de Apoio

Propriedade: Centro de História da Sociedade e da Cultura

Direcção: João Marinho Santos – Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura; António de Oliveira – Coordenador do projecto: *História da Região Centro de Portugal*; Maria Helena da Cruz Coelho – Coordenadora do projecto: *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os "Outros"*.

Conselho de Redacção: Ana Cristina Araújo; António Martins da Silva; António de Oliveira; Fernando Catroga; Fernando Taveira da Fonseca; Guilhermina Mota; Hans-Richard Jahnke; Irene Maria Vaquinhas; João Gouveia Monteiro; João Marinho dos Santos; João Nunes de Oliveira; José Antunes; José Manuel Azevedo e Silva; José Pedro Paiva; Leontina Ventura; Luís Ferrand de Almeida; Manuel Augusto Rodrigues; Maria Alegria Fernandes Marques; Maria Antónia Lopes; Maria Helena da Cruz Coelho; Maria José Azevedo Santos; Margarida Sobral Neto; Rosa Marreiros; Maria Teresa Nobre Veloso; Mário Santiago de Carvalho; Rui de Ascensão Ferreira Cascão; Saul António Gomes.

Coordenador do número 5: António Martins da Silva

Redacção e subscrição: Centro de História da Sociedade e da Cultura

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Largo da Porta Férrea 3000-447 Coimbra

PORTUGAL

Telef. 239859900 – Fax 239410031

e-mail: chsc@ci.uc.pt

site: www.ci.uc.pt/chsc

Co-edição

Centro de História da Sociedade e da Cultura

Palimage Editores

Apartado 3105

3511-907 Viseu – Portugal

Telefs. 232432244; 933320836 – Fax 232432247

e-mail: palimage@palimage.pt

site: www.palimage.pt



Palimage Editores
A Imagem e a Palavra

Capa: Palimage Editores s/ gravura de "Leitura Nova de Dom Manuel I", Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Edições Inapa, 1997

Arranjo gráfico: Palimage Editores

Execução gráfica: Palimage / Publito

Distribuição: Palimage Editores

Rua Conde D. Henrique, 18 - 1.º Esq. Frente

4715-349 Braga

Telef. / Fax 253258384

e-mail: distribuicao@palimage.pt

Depósito legal: 168142/01

ISSN: 1645-2259

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma ou por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia ou escrita do editor. Exceptua-se naturalmente a transcrição de textos ou passagens para apresentação ou crítica do livro. Esta excepção não deve de modo nenhum ser interpretada como sendo extensiva à transcrição de textos em recolhas antológicas ou similares donde resulte prejuízo para o interesse pela obra. Os transgressores são passíveis de procedimento judicial.

EDITORIAL

Revista de História da Sociedade e da Cultura

5

A particular atenção é dada a vários dos professores da história e da geografia durante o século de ouro do ensino e para a Europa Secundária, com a apresentação do *Handbook of the Teacher-Let of the History of the Portuguese Provinces para a Docência no Ensino Secundário*, e de modo que o Governo Português está trabalhando, ao mesmo tempo, o ensino da história e da geografia. Quanto à publicação, é também claro, pois embora alguns dos *Handbook* dos campos de investigação dos quais já se tem conhecido e ainda se de projetos futuros, que a história e a geografia dos lugares, das das histórias. De fato, muitos outros materiais, frequentemente difíceis, que existem, embora, não vem mais dos tempos investigados, e não publicados.

No que diz respeito ao conhecimento e divulgação ensino da história e da geografia, além de sua prática, que alguns de los seus recursos, que os professores podem utilizar, como os projetos de trabalho, como a elaboração de mapas e a criação de mapas, entre outros, e, por fim, sobre uma nova abordagem de estudos e pesquisas e sobre a criação e compreensão de conceitos, como a história e a geografia, entre outros, sobre a história e a geografia da história e a geografia dos lugares dos homens em termos de tempo e espaço, de uma forma, finalmente, com a história e a geografia, um patrimônio histórico e

EDITORIAL

Disse-o, de forma óbvia mas impressiva, um grande pioneiro do combate pela autonomia e afirmação da história como ciência: «Para fazer uma ciência serão sempre necessárias duas coisas: uma matéria, mas também um homem» (Marc Bloch, *Introdução à história*, trad., 2.^a ed., Europa-América, 1974, p. 126).

Ao pretender geminar a formação inicial dos professores de história e de geografia para o 3.º ciclo do Ensino Básico e para o Ensino Secundário, com a apresentação do *Anteprojecto do Decreto-Lei do Regime Jurídico da Habilitação Profissional para a Docência no Ensino Não-Superior*, é óbvio que o Governo Português está a desvalorizar, ao mesmo tempo, o ensino da história e da geografia. Quanto à geminação, é também claro, pese embora algumas contiguidades dos campos de investigação das duas ciências (sobretudo tratando-se de geografia humana) que a geografia «é a ciência dos lugares, não dos homens». Ou seja, estamos perante matérias suficientemente distintas, que exigem, também, não um, mas dois homens (investigadores e/ou professores).

No que diz respeito ao insuficiente e deficiente ensino da história (os geógrafos dirão de sua justiça) quer através de horários reduzidos, quer de professores pouco abalizados, ao pretender-se retirar eficácia a esta ciência está-se a atentar, entre outros objectivos, contra uma mais cabal formação de cidadãos responsáveis e activos; contra a compreensão, o reconhecimento e a confiança mútua entre os povos; contra a promoção da tolerância e da defesa dos direitos dos homens em democracia; contra a construção de uma Europa livremente consentida e baseada num património histórico e

cultural comum (pese embora a riqueza das diversidades); contra o desejável desenvolvimento da capacidade crítica e problematizadora dos alunos; contra a descoberta das identidades colectivas e até individuais, como condições do desenvolvimento auto-sustentado; contra a prevenção de crimes susceptíveis de lesarem toda a humanidade...

Estes são alguns dos objectivos enunciados na Recomendação (2001) 15 do Conselho da Europa, *relativa ao ensino da história na Europa do século XXI* (sublinhe-se). Tal “Recomendação”, entre outros antecedentes, faz ecoar decisões da Convenção Cultural Europeia assinada em Paris a 19 de Dezembro de 1954, das cimeiras dos chefes de Estado membros do Conselho da Europa em Viena (1993) e Estrasburgo (1997); da Conferência permanente dos ministros europeus da Educação (Cracóvia, 2000); dos resultados do Projecto «Aprender e ensinar a história da Europa do século XX», (Bona, 2001)...

E por cá? Em que sentido nos movemos? Precisamos de mais um combate em defesa da história?

Entretanto, com mais este número, tematicamente diversificado e diacronicamente bastante alargado, o Centro de História da Sociedade e da Cultura vai tentando continuar a demonstrar para que serve a história.

João Marinho dos Santos

Coordenador Científico do C.H.S.C.

Entre Lisbonne et Jérusalem – La poliorcétique au cours des quatre premières croisades (1097-1204)

João Gouveia Monteiro

Universidade de Coimbra

Note de Présentation

Cette étude, originellement présentée [2005] comme “leçon de synthèse” requise par la législation réglementant les épreuves auxquelles doivent se soumettre les candidats au titre d’Agrégré, est consacrée au thème “*Entre Lisbonne et Jérusalem: la poliorcétique au cours des quatre premières croisades (1097-1204)*”^{*}.

Le choix du thème n’est guère difficile à justifier, si l’on considère l’importance du sujet des Croisades, suite surprenante d’aventures militaires de grande dimension qui revêtirent une immense signification pour l’histoire médiévale européenne des XI, XII et XIII^{ème} siècles (tant sous l’aspect religieux, politique, voire économique, qu’au regard de la technique, de la

^{*} Je suis extrêmement reconnaissant à mon collègue Pierre Jourdan de son aide précieux lors de la production de la version française de ce texte.

culture ou des mentalités). J'ai eu d'emblée le souci de produire une leçon de synthèse alimentée par une recherche scientifique originale, portant de préférence sur un sujet peu traité par l'historiographie médiévale portugaise et susceptible d'être développé de manière originale et intéressante dans le futur. Et de fait les croisades sont un thème très peu prisé par les médiévistes portugais, aussi bien dans la recherche que dans l'enseignement. Une telle situation résulte, selon moi, non seulement de la faible participation directe des chevaliers portugais à l'épopée des croisades en Syrie-Palestine (par suite des exigences de la Reconquête) mais aussi du peu d'intérêt éveillé auprès de nos historiens par les questions de la Méditerranée Orientale et de l'Asie Mineure (ce qui est certes assez peu compréhensible si l'on songe à la présence, durant quatre siècles, des Musulmans dans la Péninsule Ibérique).

J'ai ainsi résolu de me lancer dans les Croisades, choisissant comme objet théorique de mon étude, les opérations de siège (nom technique: poliorcétique) menées entre le début de la Première Croisade (1096-1097) et la fin de la Quatrième (1204). J'ai donc situé le problème sur le plan de la longue durée, englobant simultanément dans mon analyse les opérations de siège réalisées au Proche-Orient et celles qui eurent lieu en Occident (plus concrètement à Lisbonne-1147 et à Silves-1189), lors du passage par le Portugal de flottes de croisés de l'Europe du Nord en route vers la Terre Sainte. Ces deux options (chronologique et géographique) visaient un objectif principal: permettre l'analyse de l'évolution des techniques de siège au cours d'une assez longue période (107 ans), ainsi que la comparaison entre les procédés techniques utilisés à l'Est et ceux utilisés à l'Ouest. Pour autant que je sache, ce travail restait à faire: la poliorcétique représente un continent relativement mineur des études internationales sur les Croisades, et les meilleurs auteurs qui y ont accordé une plus grande attention (c'est le cas de John France ou de Michel Balard) ont choisi de se centrer sur une unique croisade (la première, en l'occurrence) et ont très peu examiné ce que firent les flottes en chemin vers la Terre Sainte en passant par le plus occidental des royaumes européens. Historien portugais, j'ai donc voulu, avec ce travail, fournir une contribution originale dans un domaine techniquement spécifique (celui des opérations de siège n'étant guère au fond, selon la

remarque de John France, qu'un "type spécialisé de bataille" – 1999: 126) et situé au centre d'une des thématiques qui passionnent le plus les historiographies européenne et américaine consacrant chaque année aux Croisades une abondante moisson d'ouvrages et d'articles.

La façon dont j'ai structuré mon enquête ne demande pas non plus de longues explications. J'ai décidé de sélectionner, pour chacune des quatre premières croisades, deux sources narratives de grande qualité et capables d'offrir des récits complémentaires des opérations de siège qu'il m'intéressait d'analyser. Ce sont ces textes que je vais maintenant présenter:

Première Croisade – sièges de Nicée, d'Antioche, de Maarat, d'Acre et de Jérusalem, 1097-1099:

* "Chronique Anonyme de la Première Croisade" (Paris, Arléa, 1998): il s'agit de la traduction en français moderne, due à Aude Matignon, du texte latin intitulé "Gesta Francorum et aliorum Hierosolimitanorum". Comme le nom l'indique, c'est un récit d'auteur inconnu, probablement un petit chevalier originaire d'Italie du Sud, ayant participé à la Première Croisade, dans une première phase au côté de Bohémond de Tarente (le prince italo-normand de Calabre et de Tarente, fils du légendaire Robert Guiscard), puis, à partir de Laodicée (point où Bohémond se refuse à avancer davantage vers Jérusalem afin de mieux se consacrer à la défense du principat d'Antioche, qui venait de lui être livré), se joignant au contingent de Godeffroy de Bouillon, duc de Basse-Lorraine, avec les troupes duquel il participe à l'assaut de la Ville trois fois Sainte, en juin-juillet 1099. Presque tout ce que relate l'Anonyme s'est déroulé sous ses yeux: d'où la très grande valeur de son témoignage. Ainsi que le souligne Aude Matignon, "sans doute prenait-il des notes sous sa tente, le soir à l'étape, après avoir chevauché tout le jour sous une chaleur souvent accablante, et profitait-il des haltes entre les combats pour rédiger" (*op. cit.*, p. 10). La chronique de l'Anonyme fut achevée avant 1101, étant très proche de plusieurs autres récits authentiques de la Première Croisade (comme celui de Pierre Tudebode), qui ont pu s'en inspirer largement. L'auteur inconnu de ce récit écrit de manière claire

et cohérente, accordant beaucoup d'attention à la description des batailles et faisant sans contrainte état de diverses atrocités commises par les croisés, de leur départ d'Occident à la conquête de Jérusalem.

* *A 1.^a Cruzada – um relato de quem lá esteve*, de Foucher de Chartres: récente traduction portugaise (procurée par Joana Rosa: Lisboa, Editorial Inquérito, 2003) de la célèbre *Historia Hierosolymitana* qui a été traduite en français et présentée par Jeanne Ménard, sous le titre “Histoire de la croisade, 1095-1096” (Cosmopole Active Media: adaptation de l'édition de M. Guizot, *Histoire des Croisades*, Paris, Ed. J-L-J Brière, 1825). L'auteur de ce récit prit une part active à la Première Croisade, comme chapelain d'Étienne de Blois et, après le retour prématuré et controversé de ce grand seigneur en Occident (c'est-à-dire, à l'issue de la traversée de l'Anatolie), comme chapelain de Baudouin de Bologne (le conquérant du comté d'Édesse et le fondateur du premier État Latin en Orient). Foucher naquit aux environs de Chartres vers 1058, ayant participé comme greffier au Concile de Clermont (1095), à la clôture duquel le pape Urbain II appela pour la première fois à l'organisation d'une croisade en Terre Sainte. Foucher (qui n'assista pas personnellement aux prises d'Antioche et de Jérusalem, se trouvant avec Baudouin de Bologne à Édesse) allait arriver à la Ville Sainte vers la fin de l'année 1100 (lorsque son seigneur vint s'y faire couronner) et recevoir le titre de chanoine du Saint Sépulcre. Il mourut vers 1128, âgé de presque 70 ans. Sa chronique, terminée en 1127, connut une large diffusion en Occident.

Seconde Croisade – siège de Lisbonne, 1147:

* *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado* («La Conquête de Lisbonne sur les Maures. Récit d'un Croisé») – édition, traduction et notes d'Aires A. Nascimento (Vega Editora, 2001). Il s'agit de l'édition bilingue (latin-portugais), avec une introduction de Maria João Violante Branco, du *De Expugnatione Lyxbonensi*, récit circonstancié d'un témoin oculaire de l'événement, identifié par la seule initiale “R”. Ce récit n'a survécu qu'à un seul exemplaire qui se trouve, vraisemblablement

depuis la première moitié du XVI^{ème} siècle, au Collège Corpus Christi, à Cambridge; c'est une copie de la seconde moitié du XII^{ème} siècle ou de la première décennie du XIII^{ème}. Déjà Charles Wendell David avait consacré à ce récit une célèbre édition bilingue (latin-anglais), intitulée *The Conquest of Lisbon* (New York, Columbia University Press, 1936 et 2001). La narration de R. revêt la forme d'une lettre adressée à Osbert de Bawdsey, un clerc lié à la maison de Glanville (Calvados, Normandie). En 1990, Harold Livermore suggéra l'identification de R. avec ce même Raul qui, en 1148, donna 200 marcs d'argent, avec le cimetière et la chapelle anglo-saxons construits durant le siège, au prieur augustinien du monastère de Santa Cruz de Coimbra¹. La thèse de Livermore est convaincante: selon une hypothèse aujourd'hui acceptée, l'auteur du récit est un clerc anglo-normand du nom de Raul, homme lié par de fortes attaches au milieu des prémontrés anglais et qui a fort bien pu être le chef spirituel de l'expédition, où il apparaît transportant le bois de la Vraie Croix (J. Philips, 2000: 129). Raul doit avoir écrit au Portugal, peut-être dans le *scriptorium* de Santa Cruz, ayant eu accès à des documents de la chancellerie royale. Comme le montre Maria João Branco dans sa très belle introduction, le récit de Raul s'intègre dans un ensemble relativement ample de textes visant à faire connaître en Occident l'exploit du roi portugais D. Afonso Henriques (qui avait l'ambition de voir son titre royal reconnu par le Saint-Siège) et corrobore pleinement l'idée que l'arrivée des croisés au Portugal fut décidée d'avance entre D. Afonso I et S. Bernard de Clairvaux (voir aussi J. Philips, 2000: 128). Une partie des croisés qui conquièrent Lisbonne venaient, du reste, de Rhénanie, où S. Bernard avait prêché la Seconde Croisade, lancée par un autre cistercien, le pape Eugène III... Tout étant calculé assez tôt pour qu'ils puissent ensuite se joindre aux autres contingents croisés qui, en Terre Sainte, allaient lutter pour la libération d'Édesse.

1 Voir Harold Livermore, "The «Conquest of Lisbon» and its Author", in *Portuguese Studies*, n.º 6, 1990, pp. 1-16.

* *Carta de Lisboa* (la «Lettre de Lisbonne»): si le récit de Raul exprime le point de vue des croisés anglo-normands qui conquièrent Lisbonne, la «Lettre de Lisbonne» traduit la vision des événements vécus par ses compagnons flamands et rhénans. Cette brève mais très intéressante narration apparaît en au moins six versions distinctes, trois d'entre elles assez semblables: il s'agit de lettres envoyées par les croisés Vinando (un prêtre s'adressant à l'archevêque Arnald de Cologne pour lui rendre compte de l'opération), Arnolphe (qui écrit dans la même intention à l'évêque Milo, de Taruana) et Duodechim (un prêtre de Logenstein, qui envoie une missive à l'abbé Cuono, du monastère de Disibodenberg). Exception faite des courtes salutations aux divers destinataires et des brèves considérations finales, de nature spirituelle, la lettre de Vinando (manuscrit survivant: une copie du XVI^{ème} siècle, de la Bibliothèque Nationale de Vienne en Autriche) et celle d'Arnolphe (qui a survécu dans deux manuscrits du douzième siècle: celui d'Anchin, Bibliothèque Municipale de Douai; et celui de Gembloux, aujourd'hui à la Bibliothèque Royale de Bruxelles) sont identiques. La partie finale de la lettre de Duodechim (retrouvée dans les *Annales Sancti Disibodi*, éditées par G. Waitz à partir d'un unique manuscrit datant du milieu du XIV^{ème} siècle, de la Bibliothèque Municipale et Universitaire de Frankfort) présente, il est vrai, de légères mais suggestives différences avec les deux autres, en ce qui concerne les derniers mouvements du siège. Selon Susan Edgington², la matrice de la lettre des trois croisés allemands a dû être la missive de Vinando (stylistiquement plus cohérente et adressée à un destinataire de plus grand gabarit), reproduite ensuite et adaptée par Arnolphe et par Duodechim³. Les trois autres versions de la «Lettre de Lisbonne» se

² En 1996, Susan Edgington a publié le texte latin de la lettre de Vinando ("The Lisbon Letter of the Second Crusade", in *Historical Research*, Vol. 69, n.º 170, oct. 96, pp. 328-339). En 2001, Edgington en a publié la traduction anglaise, enrichie des variantes d'Arnolphe et de Duodechim ("Albert of Aachen, St. Bernard and the Second Crusade", in *The Second Crusade. Scope and Consequences*, edited by Jonathan Philips & Martin Hoch, Manchester-New York, Manchester University Press, pp. 54-70).

³ Remarquons qu'en 1935, la chartre d'Arnolphe a connu une traduction portugaise, due à José Augusto de Oliveira (*Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, 2.^a edição, Câmara

trouvent dans l'*Historia Hierosolimitana* de Albert d'Aix-la-Chapelle ou d'Aquisgrana (un récit de la Première Croisade, dont a disparu le manuscrit original, dont plusieurs copies d'époques distinctes sont conservées), mais réduite à sa première moitié; dans les *Annales Magdeburgenses* (manuscrit de Hanovre, du XII^{ème} siècle, qui utilise la lettre de Vinando); et dans la *Chronica regia Coloniensis* (éditée par G. Waitz, à partir d'un manuscrit de la fin du XII^{ème} siècle, où on a dû utiliser un exemplaire proche de la lettre d'Arnolphe). Dans ces deux derniers cas, on constate de suggestives adaptations grammaticales (en particulier le passage du récit à la première personne au récit à la troisième personne du pluriel). Bien que beaucoup plus succincte, la narration de la "Lettre de Lisbonne" complète parfaitement celle du clerc Raul: on ne peut que s'étonner davantage du peu d'attention que lui ont accordé les historiens européens.

Troisième Croisade – siège de Silves, 1189:

* *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* ("Chronique des Sept Premiers Rois du Portugal"): version (vraisemblablement préparatoire) de la *Crónica de Portugal de 1419* disparue, comprenant le récit des règnes de D. Afonso Henriques à D. Afonso IV. Le codex correspondant (n.º 965 de la Casa Cadaval, Muge) fut découvert en 1945 par Carlos da Silva Tarouca. Il reprend les matériaux composant la *Crónica dos Cinco Primeiros Reis de Portugal* (Codex de la Bibliothèque Publique Municipale de Porto, découvert en 1942 par Artur de Magalhães Basto), colmatant certaines des lacunes avec des passages provenant des chroniques de Rui de Pina et de Duarte Galvão et y ajoutant l'histoire des règnes de D. Dinis et de

Municipal de Lisboa, 1936), reproduite par Alfredo Pimenta dans ses *Fontes Medievais da História de Portugal* (Vol. I, "Anais e Crónicas", 2.^a edição, Sá da Costa, 1982, pp. 133-140). Dans ce dernier ouvrage, Alfredo Pimenta transcrit également (pp. 125-130) la version latine de la charte de Duodechim à l'abbé de Disibodenberg.

D. Afonso IV. Il est aujourd'hui accepté (surtout à partir de l'interprétation de Lindley Cintra) que l'auteur de ces chroniques fut le grand chroniqueur portugais Fernão Lopes lui-même, sa principale source étant la *Crónica Geral de Espanha de 1344* (L. Krus, 1993: 185-186). Le récit de la conquête de Silves par les croisés, en 1189, s'insère naturellement dans la partie relative au règne de D. Sancho I (Vol. I, pp. 141-147 de l'édition critique de Carlos S. Tarouca, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952-1953). Empêché (par manque de moyens et aussi du fait de la pression militaire musulmane) de répondre positivement à l'appel du pape pour une troisième croisade en Terre Sainte (résultat de la prise de Jérusalem par Saladin, en octobre 1187), D. Sancho I finit par tirer parti du passage fortuit par le Portugal de près d'une demi-centaine de navires de croisés flamands et allemands, contraints par la force des vents à relâcher à Lisbonne dans leur trajet vers la Syrie-Palestine. Le monarque portugais s'employa à persuader les croisés à monter une opération militaire en conjonction avec les forces royales. Silves fut choisi comme cible à cause de l'appui que la citadelle fournissait aux corsaires musulmans de la région.

* *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que partirão do Escalda para a Terra Santa no anno de MCLXXXIX* ("Récit de la route navale, des exploits et succès des croisés qui partirent de l'Escalde vers la Terre Sainte en l'an MCLXXXIX"): traduction portugaise, par João Baptista da Silva Lopes, du *De Itinere navali, de eventibus de que rebus a peregrinis Hierosolyman petentibus MCLXXXIX fortitergestis narratio* (Lisbonne, Academia Real das Sciencias, 1844, édition bilingue). Récemment, la Municipalité de Silves a publié le fac-similé de cette édition de Silva Lopes, précédée d'une ample étude de Manuel Cadafaz de Matos, sous le titre *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo* (Lisboa, Edições Távola Redonda, 1999). La première édition latine de ce récit a été procurée par Constanzio Gazerra (in *Memorii dell'Academia delle Scienze di Torino*, 1840). En 1908, Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda avait publié la traduction portugaise de 1844, de João Baptista da Silva Lopes, en appendice au Volume IV de son *História Orgânica e Política do Exército Português* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp. 347-363, précédé d'une "Note sur le siège de Silves en 1189"

signée par Cardozo de Bethencourt: pp. 341-346). Ce récit exprime le point de vue des croisés flamands et allemands qui aidèrent D. Sancho I à conquérir Silves, entre juillet et septembre 1189, précieux complément au récit inséré (peut-être par Fernão Lopes) dans la «Crónica de D. Sancho I» (in *Chronique des Sept Premiers Rois du Portugal*).

Quatrième Croisade, sièges de Zara et de Constantinople, 1202-1203/04:

* *La Conquête de Constantinople*, de Geoffroy de Villehardouin (texte en français médiéval, avec chronologie et préface de Jean Dufournet, Paris, Garnier-Flammarion, 1969): Geoffroy de Villehardouin naquit vers 1150, en Champagne, étant fait maréchal du comté en 1185. Il a peut-être pris part à la Troisième Croisade, aux côtés du Comte Henri II. En 1201, il est un des ambassadeurs qui se déplacent à Venise pour négocier le transport des hommes, armes et montures vers la Terre Sainte, dans le contexte des préparatifs de la Quatrième Croisade, lancée par le pape Innocent III. Il participe à toute la Quatrième Croisade, aux côtés du marquis Boniface de Montferrat, dont il se fit l'homme-lige. Il est probable qu'il ne soit jamais revenu en occident, étant devenu maréchal de Roumanie à la fin de l'année 1204 et détenteur du fief de Messinople, en 1218. Villehardouin s'attache à justifier la conquête de la ville chrétienne de Zara (en Dalmatie, Croatie actuelle) par les croisés (en novembre 1202), ainsi que la première prise de Constantinople, en 1203. Sa chronique passe sous silence les intérêts particuliers qui dévièrent la Quatrième Croisade vers Constantinople (ceux de Boniface et ceux de Venise, surtout, mais aussi ceux de Philippe de Souabe). On a pu y voir une réponse aux critiques qui s'abattirent, après 1204, sur les chefs d'une telle expédition. Le texte constitue, en tout cas, un témoignage (oculaire) de la plus grande importance, de la plume d'un ambassadeur réputé et d'un grand capitaine, sur la plus insolite des croisades médiévales. Le style du récit est fort sobre, dépouillé, sans amplification rhétorique et très objectif. L'auteur n'y dissimule ni son admiration pour le Doge de Venise Henri Dandolo, ni son mépris pour les Grecs, qu'il qualifie de déloyaux et d'infidèles.

* «La Conquête de Constantinople», de Robert de Clari (traduction en français moderne par Jean Dufournet, in *Croisades et pèlerinages* édité par Danielle Régnier-Bohler et Robert Laffont, Collection “Bouquins”, Paris, 1997, pp. 725-801). Robert de Clari fut un petit chevalier originaire du diocèse d’Amiens et qui accompagna Pierre d’Amiens, dont il était vassal, intégrant le contingent picard de la Quatrième Croisade. On sait peu de chose du rôle qu’il joua dans l’expédition, mais il paraît certain qu’il revint chez lui, rapportant des reliques prises à Constantinople et qu’il déposa à l’abbaye de Corbie. Il acheva son récit en 1216. Son récit, passablement déprécié par les historiens, complète celui de Villehardouin, dans la mesure où Robert de Clari se fait l’écho des intérêts et des réactions des petits et des humbles chevaliers croisés qui, comme lui, participèrent à cette étrange expédition à Constantinople. Sa chronique (qui, comme celle de Villehardouin, est un chef-d’œuvre de la prose française) fournit de précieuses informations, surtout sur le quotidien des croisés, leurs émerveillements et leurs misères, et aussi sur la façon dont ils étaient maltraités par les grands seigneurs qui commandaient l’expédition... Dans cette édition, Jean Dufournet utilise un manuscrit de la Bibliothèque Royale de Copenhague, parvenant ainsi à introduire quelques corrections dans l’édition classique due à Philippe Lauer (Paris, Champion, 1924).

Subsidiairement, dans le souci de comparer mes sources avec la perspective musulmane des événements – et dans les limites imposées par mon ignorance de l’arabe – j’ai également eu recours à une belle collection où sont réunis un bon nombre des extraits les plus significatifs des meilleurs récits arabes sur les croisades en Syrie-Palestine, intitulée *Chroniques Arabes des Croisades* (textes recueillis et présentés par Francesco Gabrieli, traduits de l’italien par Viviana Pâques, Sindbad, Actes Sud, 1996 – édition française originale: 1977). Rappelons que les sources arabes sur les croisades peuvent être divisées en quatre types: i) histoires générales du monde musulman (comme celles de Ibn al-Athîr, Sibî Ibn al-Jawzî ou Ibn al-Furât); ii) histoires de villes ou de provinces (comme celles de Ibn al-Qalânîsî ou de Kâmal al-Dîn sur la Syrie du Nord et la Mésopotamie); iii) histoires centrées sur une dynastie et sur une région (v. Ibn Wasil ou Maqrîzî), voire purement dynastiques (v. la compilation de Abû Shama); iv) et des écrits

essentiellement biographiques (comme ceux de Bahâ'ad-Dîn et 'Imâd ad-Dîn sur Saladin, ou l'autobiographie de Usama). En termes généraux, les sources arabes sur les croisades se distinguent par leur diversité, par leur grande hostilité aux "Franj" envahisseurs et par l'accent mis sur les aspects militaires. Ils s'attardent peu à l'observation de l'Occident et des occidentaux, se montrant plus soucieux de mettre en relief la résistance musulmane et d'exalter les paladins de la réunification (Zênguides, Ayyûbides, Mam-lûks), en particulier Saladin. Le niveau moyen des historiens arabes des Croisades est supérieur à celui des chroniqueurs occidentaux, du fait de leur plus grande expérience et d'une conscience professionnelle plus scrupuleuse. Le plus notable des historiens arabes des Croisades fut Ibn al-Athîr. En matière d'éditions occidentales de récits arabes des Croisades, il convient de distinguer: Reinaud, *Chroniques Arabes* (Paris, 1829) et la célèbre collection «Historiens Orientaux», insérée dans le grand *Recueil des Historiens des Croisades*, publié dans la seconde moitié du XIX^{ème} siècle, sous les auspices de l'«Académie des Inscriptions et Belles-Lettres».

Disons, en manière de synthèse, que j'ai étudié neuf sources narratives, en diverses langues (latin, portugais médiéval et moderne, français médiéval et moderne, anglais) qui m'ont éclairé dans l'étude de huit grandes opérations de siège conduites (avec des méthodes et des résultats divers) par les armées croisées, à l'ouest et à l'est, entre les années 1097 et 1204:

- * Nicée (des 6/14 mai au 19 juin 1097);
- * Antioche (des 20/21 octobre 1097 au 3 juin 1098)⁴;
- * Maarat (du 27 novembre au 12 décembre 1098);
- * Jérusalem (du 7 juin au 15 juillet 1099);
- * Lisbonne (du 1^{er} juillet au 21 octobre 1147);
- * Silves (des 20/29 juillet au 1^{er} septembre 1189);
- * Constantinople (du 6 au 17 juillet 1203);
- * Constantinople (du 8 au 12 avril 1204).

⁴ Au cercle des croisés succéda immédiatement un autre cercle, par une armée de secours commandée par l'émir turc de Mossoul, Kerbogha, entre les 4 ou 5 juin et le 28 juin 1098.

En complément, j'ai pris également en considération quelques opérations de moindre envergure, mais intéressantes cependant du point de vue militaire, et entre lesquelles je détache les sièges d'Arqa (du 14 février au 13 mai 1099) et de Zara (novembre 1202).

C'est du résultat de cette recherche – complétée par la consultation d'environ deux dizaines et demie de livres et d'articles internationaux de la spécialité, pour la plupart récents et dont la liste se trouve, ci-après, *in fine* – que je rendrai compte dans la “leçon de synthèse” que je vais maintenant présenter. Cette étude commencera par quelques considérations propédeutiques autour de l'art militaire médiéval et sur la grande aventure des croisades. Nous entrerons ensuite dans le thème proprement dit, avec un premier ensemble de références touchant la préparation des opérations de siège par les croisés, notamment en ce qui regarde l'installation du siège et le ravitaillement qu'il était nécessaire d'assurer pour le soutenir. Suivra une description détaillée et systématique des principales méthodes d'assaut contre une place fortifiée, avec l'énonciation de tous les types de machines utilisées par les croisés et des divers procédés techniques (échelles, tours, béliers, tortues, engins de lancement de pierres, etc.) sans oublier le recours aux souterrains, aux mines et aux stratagèmes de toute nature, qui parfois obtenaient à eux seuls des effets que toute la machinerie environnante était impuissante à produire. Ceci posé, j'analyserai la poliorcétique des Croisades du point de vue des défenseurs, en cherchant à reconnaître les procédés utilisés pour résister à des sièges longs et durs, les méthodes et les ressources techniques mises en oeuvre pour neutraliser les assauts de l'ennemi, les dispositifs de contre-attaque qui pouvaient être actionnés et les diverses formes d'articulation avec d'éventuelles armées se portant au secours de la place assiégée. Sur ce point, je tiendrai compte du problème (central) de la résistance à la faim, à la maladie, aux blessures. Suivra une analyse succincte du cadre de négociations où finissaient par déboucher nombre des opérations de siège durant les Croisades, cadre complété par une référence à la question des prisonniers, des rançons et du butin qui était – la plupart des fois de façon cruelle – recueilli par les chrétiens sur le théâtre des opérations. Enfin, je passerai aux conclusions, que je n'hésiterai pas à mettre en relief dans un travail comportant les caractéristiques mentionnées plus haut.

D'abord, pour analyser la relation existant entre les moyens défensifs et offensifs disponibles à l'époque, de même que la durée moyenne des opérations de siège entreprises par les croisés, et les pertes humaines qu'elles entraînaient; puis, afin d'évaluer les niveaux d'efficacité des divers procédés de siège et la manière dont ils évoluèrent au long de la période considérée; pour terminer, en vue de procéder à une analyse comparative des techniques poliorcétiques utilisées entre Lisbonne et Jérusalem, tant par les armées chrétiennes que par leurs adversaires.

1. INTRODUCTION

1.1. L'art militaire au Moyen Âge:

Il s'agit ici d'attirer l'attention sur quatre caractéristiques cruciales de la guerre médiévale (fin XI^{ème} – début XIII^{ème} siècles):

- i) elle était pratiquée par des armées non-permanentes et, partant, non-professionnelles, recrutées *ad hoc* pour telle ou telle campagne militaire, généralement pour des périodes de temps limitées, à la fin desquelles les guerriers pouvaient retourner chez eux.
- ii) les batailles rangées étaient relativement rares au Moyen Âge: généralement, le plus faible avait tendance soit à s'abriter derrière des murailles (urbaines ou non) puissantes, instinct que quelques auteurs qualifient de "réflexe obsidionnel", soit à pratiquer une "guerre guerrière", autrement dit une guérilla, avec ses opérations de dévastation, ses coups de mains fulgurants, ses surprises, souvent à la faveur de la nuit, où l'adversaire n'avait même pas le temps de réagir et de riposter (F. García Fitz, 1998: esp. 59-170);
- iii) la guerre médiévale, parce qu'elle était généralement faite à cheval et dépendait donc des pâturages, constituait une activité saisonnière, surtout pratiquée entre les premiers jours de mars et la mi-octobre; en dehors de ce calendrier, les armées médiévales éprouvaient de grandes difficultés à se déployer, par suite du terrible problème du ravitaillement et du déplacement des troupes, en particulier lorsqu'il

s'agissait d'armées très nombreuses (c'était le cas des armées de croisés).

- iv) durant la période considérée (1097-1204) nous sommes encore loin de l'utilisation des armes à feu (même collectives), la lourde machinerie de siège reposant surtout sur des engins à traction humaine, ce qui facilitait beaucoup la tâche des défenseurs (J. G. Monteiro, 1998: *passim*).

1.2. La grande aventure des croisades:

Il vaut la peine de résumer ici cinq idées principales:

- i) les Croisades en Syrie-Palestine ont été l'un des plus importants reflets de la croissance économique et démographique de l'Occident aux débuts du Bas Moyen Âge; elles n'auraient jamais été possibles un ou deux siècles auparavant, ni, plus tard, au cours du tragique XIV^{ème} siècle;
- ii) les Croisades ne doivent pas être vues comme une réponse de la chrétienté occidentale à l'appel des chrétiens d'Orient, alarmés par la progression des Turcs sur le territoire de l'Empire Byzantin (M. Balard, 1988: 11); elles résultent avant tout de l'initiative de l'Eglise (Pape Urbain II, Concile de Clermont, novembre 1095) et doivent être comprises dans le contexte de la réforme grégorienne, c'est-à-dire de l'effort de l'Eglise pour récupérer l'initiative et la direction dans la conduite des destinées de la société féodale; aux principes de la Paix de Dieu et des Trêves de Dieu, proclamés dans les décennies antérieures, l'Eglise Catholique faisait succéder, à la fin du XI^{ème} siècle, une immense campagne visant à canaliser vers la Terre Sainte l'énergie destructrice de la chevalerie féodale, concevant un nouveau type de guerrier – le *miles Christi* – dans le code de conduite duquel la chevalerie se réconciliait avec Dieu et entraînait, enfin, dans la voie du salut (F. García Fitz, 2003: 166-194);
- iii) les “pèlerinages en armes” que représentaient les Croisades se déroulaient dans des décors très divers, de la Terre Sainte à la péninsule

Ibérique, passant par la Baltique et par le *Midi*; toutefois, les Croisades les plus nobles et les plus célébrées furent celles qui visèrent à la libération des lieux saints de Jérusalem, le “territoire du Christ”;

- iv) les huit grandes Croisades en Orient eurent lieu entre 1096 et 1270; de celles-ci, seule la Première (1096-1099) peut être considérée comme un véritable succès, ayant conduit à la formation des quatre grands Etats Latins en Orient: le comté d’Edesse, la principauté d’Antioche, le comté de Tripoli et le royaume de Jérusalem (Cl. Gauvard, 1994; J. Richard, 1996; J. Riley-Smith, 1996; T. F. Madden, 1999). En 1291, la chute de la forteresse côtière de Saint-Jean-d’Acre symbolisa la perte définitive de ce qui restait de ces territoires. Jusqu’à cette date, la défense en avait été assurée surtout par les chevaliers des Ordres Militaires du Temple et de l’Hôpital, fondés au Proche-Orient, précisément dans le contexte du mouvement croisé, et alimentés (en hommes et en biens) par un réseau de commanderies stratégiquement distribuées entre les divers royaumes de l’Occident européen;
- v) le bilan final des Croisades est, encore aujourd’hui, très difficile à dresser. Si d’un côté, elles stimulèrent les contacts entre l’Occident et l’Orient, lançant des semences importantes au plan économique, culturel et religieux, de l’autre, elles le firent par la pire des voies: celle de la guerre, de l’intolérance, du fanatisme religieux, ouvrant ainsi de très profondes blessures qui sont loin d’être cicatrisées et qui, par là même, nous aident à comprendre quelques-uns des problèmes les plus complexes du monde contemporain (M. Balard, 1988: 13-14).

2. PRÉPARER LE SIÈGE

2.1. Installation (et dispute des faubourgs):

Le premier, et l’un des plus importants, mouvement de l’armée attaquante consiste à mettre adéquatement le siège à l’adversaire. Dans ce processus, il y avait au moins cinq règles à respecter, et dont les chefs croisés tenaient

certainement compte (en se basant sur les informations des éclaireurs) avant de déterminer les lieux exacts où chaque secteur de l'armée établirait ses limites:

- i) contrôler le territoire environnant, créant une zone tampon pour isoler complètement les assiégés et les laisser le plus possible livrés à eux-mêmes;
- ii) bloquer les sorties de portes, les ponts et les lieux d'accès à l'eau existant éventuellement à l'extérieur des fortifications;
- iii) couvrir le plus possible le périmètre de la place assiégée, sans cependant tomber dans l'erreur de disperser à l'excès les forces disponibles, parce que ceci les rendrait vulnérables à d'éventuelles sorties (surtout nocturnes) de l'adversaire. A Antioche (Fig. 2), ce n'est qu'après sept mois que l'armée croisée parvint à bloquer presque complètement la place (sauf du côté est, où il y avait de la montagne: le Mont Silpius). Des mois avant, à Nicée (mai-juin 1097: Fig. 1) c'est l'arrivée des bateaux envoyés par le *basileus* Alexis I^{er} Comnène qui avait permis d'achever le blocus de la place à l'ouest, assurant ainsi le contrôle du Lac Askanian (qui avait environ 40 kilomètres de long) et obligeant les assiégés à défendre le double du périmètre fortifié (et leur coupant, de surcroît, la ligne de ravitaillement). Plus tard, à Jérusalem, lorsqu'ils lancèrent leur première attaque (celle du 13 juillet), les croisés ne bloquaient que 200 à 300 mètres de la muraille sud (Comte de Toulouse) et près de 600 mètres (c'est-à-dire moins de la moitié) de la façade nord (Godeffroy de Bouillon, Tancrede, Robert de Normandie et Robert de Flandres): J. France, 1994: 339;
- iv) installer le campement à proximité des murailles ennemies, mais non pas au point d'être trop atteints par le tir (d'arbalète, d'arc ou d'engins de jet) de la garnison assiégée; à moins qu'il n'y eût pas d'alternative, comme il arriva au Comte de Toulouse à Jérusalem (Fig. 3): entre le campement provençal près de l'église de Sainte Marie du Mont Sion et la muraille méridionale, il n'y avait guère que 50 mètres, tandis que seuls quelque 160 mètres étaient accessibles à l'attaque, dominé par la Porte de Sion (J. France, 1994: 340 et 353);

- v) occuper rapidement les faubourgs (dans les cas où il en existait), acculant l'ennemi dans le "noyau dur" de la fortification et s'appropriant de ses vivres (sans les détruire). C'est ce qui se produisit à Lisbonne, dès les premiers jours de l'attaque.

Subsidiairement, il était utile d'installer (en profitant des points élevés ou en construisant des tours à cet effet) des postes d'observation, pour contrôler les mouvements de la garnison assiégée et l'arrivée d'éventuelles armées de secours (voir Antioche); dans ce dernier cas, il pouvait être avisé de procéder à une fortification du camp. L'installation adéquate d'un siège devait aussi disposer de bonnes infrastructures de survie pour les assiégeants (qui du point de vue logistique étaient en désavantage flagrant par rapport à leurs adversaires). Durant l'hiver de 1097-1098, à Antioche, les croisés souffrirent beaucoup de la pluie et du froid; et en 1099, à Jérusalem, les chrétiens eurent à subir la soif, le vent, la poussière et la chaleur. Lors d'un siège, les assaillants n'étaient pas soumis à moindre épreuve que les assiégés!

2.2. Ravitaillement:

Surtout dans le cas de grands effectifs (et l'armée de la Première Croisade paraît avoir oscillé entre les 50.000 et les 20.000 hommes: cf. J. France, 1994: 142), il était essentiel de veiller à la question du ravitaillement des troupes, du personnel auxiliaire et des montures. Première règle: ne pas commencer l'opération sans vivres garantis pour les premières semaines d'activités; pour cela, il convenait de mettre la main sur tous les types de ressources que fournissait la région environnante et que pouvaient recéler les faubourgs, privant par la même occasion les assiégés d'aliments précieux [comme il arriva à Lisbonne, en 1147: selon les informations du chroniqueur Raul (ch. 13, pp. 104-105), les croisés trouvèrent dans le faubourg, dans des réservoirs éventrés au flanc de la colline, quelque cent mille charges de blé, de maïs, d'orge et de légumes, que Matthew Bennett (2001: 79) évalue à presque trois quarts de million de boisseaux de blé]. Deuxième règle: rationner d'une main de fer la distribution des aliments dès le premier jour,

sans quoi on courait le risque d'amorcer l'opération dans un état de pléthore alimentaire, quittes plus tard, au cas où le siège se prolongerait dans l'hiver, à tout laisser perdre (c'est presque justement ce qui se passa à Antioche, en 1097-98). Troisième règle: en cas de pénurie d'aliments, il devenait nécessaire d'aller aux fourrages dans les alentours; or, ceci était toujours l'occasion pour l'ennemi de tendre de terribles embuscades, aussi de telles missions devaient-elles être convenablement montées et les fourrageurs accompagnés par de fortes escortes. Il faut rappeler que la pénurie d'aliments (ou d'eau: cas de Jérusalem) était la cause de dures souffrances pour les assiégés pas moins que pour les assiégeants: on connaît les actes de cannibalisme entraînés par le désespoir des croisés à Maarat (avec le consentement des chefs et une certaine compréhension des chroniqueurs)⁵, ainsi que les "aliments" ingérés par eux à Antioche (tiges de fève, herbes, chardons cuits, chevaux, ânes, chameaux, chiens, peaux de tous ces animaux, rats et semences jetées aux ordures, etc.)⁶. Dans les premières grandes opérations de

⁵ Selon les mots de l'Anonyme (pp. 136-137): "Les Francs s'attardèrent à Marrat un mois et quatre jours. (...) il y eut là des nôtres qui manquèrent du nécessaire tant à cause de la longueur de la halte que de la contrainte de la faim. Au-dehors de la ville, en effet, ils n'avaient rien trouvé à prendre. Alors, ils ouvraient les cadavres, parce que, dans leurs ventres, on trouvait des besants cachés. Ou bien, ils en découpaient la chair en morceaux, et ils la faisaient cuire pour la manger". Rappelons que ces scènes eurent lieu entre la mi-décembre 1098 et la mi-janvier 1099, aussitôt après le siège et dans une époque spécialement difficile pour le ravitaillement d'une armée aussi nombreuse. Foucher de Chartres, de son côté, raconte que, déjà durant le cercle (du 27 novembre au 12 décembre 1098), «les nôtres eurent à supporter tous les maux de la faim. Je ne peux répéter sans horreur comment de nombreux nôtres, transportés de rage par l'excès de besoin, coupèrent un ou deux morceaux des fesses d'un Sarrazin mort et, prenant à peine le temps de les cuire, les déchirèrent de leurs dents cruelles. Ainsi ceux qui assiégeaient souffraient-ils plus que les assiégés» (ch. XVI, p. 63 – traduction de l'auteur, depuis la version portugaise de la chronique de Foucher de Chartres).

⁶ L'Anonyme explique que, avant le Noël 1097, les aliments (y compris le blé) avaient déjà enchéri, situation dont profitèrent les Arméniens et les Syriens des montagnes voisines d'Antioche, spéculant sur le campement chrétien, où la faim était immense: "Ils vendaient la charge d'un seul âne huit hyperpères, ce qui équivalait à cent vingt deniers" (p. 76). De nombreux chrétiens mouraient de faim faute de moyens pour acheter des aliments à de tels prix, et moins de mille chevaliers croisés réussissaient à maintenir leurs montures dans des conditions raisonnables.

siège de l'armée de la Première Croisade (à Nicée et à Antioche), l'appui garanti par la flotte byzantine qui accompagnait à distance l'opération se révéla essentiel (aussi bien en fait de vivres que de munitions et de matières premières pour la fabrication des engins), la même chose eut lieu lorsqu'une demi-douzaine de galères italiennes, conduites par Guillaume et par Primo Embriaco, accostèrent témérairement à Jaffa durant l'été 1099, à temps pour fournir à l'armée croisée qui assiégeait déjà Jérusalem les aliments, le bois, les outils et même les ingénieurs indispensables à la conquête de la place⁷. Notons qu'un bon ravitaillement en eau était également important pour éteindre les feux que l'ennemi ne cessait de lancer sur les engins de siège, tous fabriqués en bois.

⁷ John Pryor (2001: *passim*) explique pour quel motif il était impossible aux galères de faire des parcours supérieurs à cinq jours consécutifs sans entrer dans un port (l'équivalent de 400 Km): c'était dû à la nécessité du ravitaillement en eau (chaque galère de 150 hommes de la Première Croisade avait besoin de 1200 litres par jour, c'est-à-dire une moyenne de 8 litres par homme). A cause de l'excès de poids, il était impossible d'emmagasiner plus de 7500 à 8000 litres d'eau dans ces galères (en pratique, 6000 litres d'eau et 1200 litres de barils, qui eux aussi pesaient lourd...), ce qui obligeait la flotte italienne (12 galères de guerre et 1 de transport) qui était partie en 1097 à faire des escales (assez prolongées) tous les cinq jours. Or, au sud de Tripoli, la côte était entre les mains des Fatimides, qui avaient plus de 70 navires de guerre et diverses bases navales (Le Caire, Alexandrie, Damiette, Tunis). Au sud de Tripoli, les galères italiennes n'auraient pas eu la possibilité de se ravitailler en eau, à moins de s'emparer de ports ou forçant l'entrée dans les fleuves (ce qui était d'autant plus difficile que les rares fleuves débouchaient dans la mer à l'abri de ports bien murés – ex: le Litani, à Tyr). Ainsi, les six galères génoises qui abordèrent à Jaffa le 17 juin 1099, sous le commandement de Guillaume et Primo Embriaco, montrèrent une folle audace, naviguant 200 miles (environ 320 Km) à partir de la ligne Chypre-Tripoli jusqu'à Jaffa, au long d'une côte contrôlée par l'ennemi et par delà la limite de son rayon de déplacement et également du point de retour possible (compte tenu également du fait que les vents prédominants étaient contraires à ce retour). Heureusement, ils trouvèrent Jaffa déserte, ce dont ils n'avaient pu être informés préalablement. Au fond, il s'agit de "faire passer une petite escadre chargée de matériaux pour l'assaut à Jérusalem dans le sens nord-sud, à travers les lignes navales fatimides, en espérant trouver un lieu où accoster" (Pryor, 2001: 28)!

3. LA GRANDE OFFENSIVE

3.1. Comment arriver aux murailles – dépasser les fossés:

Dans les cas où les places assiégées disposaient de larges fossés, avec ou sans eau (ex: Jérusalem-1099, Silves-1189), il était essentiel de combler les fosses au préalable pour pouvoir ensuite rapprocher du siège les engins lourds (comme les tours ou les béliers). C'était là une opération lente (le Comte de Toulouse y mit trois jours et trois nuits, à Jérusalem), effectuée avec tous les types de matériaux (pierres, branchages, terre, broussaille, ordures diverses) et dangereuse à réaliser, à cause de l'exposition au tir venu de la garnison assiégée (pour cette raison, le Comte de Toulouse rémunérait ses hommes en moyenne un denier pour trois pierres transportées jusqu'au fossé: Anonyme, p. 150). Quelques-uns de ces fossés (celui de Silves, par exemple) avaient une pente fort raide et atteignaient parfois plus de vingt mètres de large et de profondeur⁸.

3.2. Lancer les échelles aux murs:

La montée aux murs au moyen d'échelles de bois fabriquées *in loco* (à Jérusalem il y fallut sept jours) était la plus traditionnelle des techniques de siège utilisées par les croisés. Souvent, le siège commençait par là. Ce n'est qu'en cas d'échec de ce procédé que l'on passait à la fabrication de matériel lourd (tours, béliers, machines à lancer des pierres, etc.) Mais il était rare de tenter une escalade à l'aide d'une seule échelle, les croisés arrivant 'un à un' au sommet des murailles et devenant la proie facile de la garnison. Foucher de Chartres (ch. XVIII, p. 69) regarde l'escalade au moyen d'un trop petit nombre d'échelles comme la principale cause de

⁸ A Tortosa, au siège de 1148, les croisés eurent à remplir un fossé de 43 mètres de large et 32 mètres de profondeur (J. France, 1999: 118)...

l'échec du premier assaut croisé contre Jérusalem. En outre, les échelles ne pouvaient supporter de nombreux guerriers à la fois et cédaient sous l'excès de poids (on compte de nombreux exemples d'un tel accident, notamment à Antioche). Par conséquent, l'idéal était de réussir à adosser à un mur plusieurs échelles, séparées les unes des autres par une courte distance, permettant à un nombre suffisant de croisés de monter ensemble aux créneaux. Même ainsi, dans la plupart des cas, cette technique ne donnait rien contre une garnison en alerte et disposée à lutter. Et les "escaladeurs", désorientés, finissaient par se précipiter dans le vide, sous la pluie de 'gâteries' venus d'en haut (ex: Maarat). Pour ce motif, l'utilisation des échelles était souvent associée au recours à d'autres techniques d'assaut; singulièrement aux tours de bois, comme il arriva à Jérusalem; ou à la projection de pierres catapultées à partir des navires, comme ce fut le cas à Zara ou à Constantinople (en 1203 et, à nouveau, en 1204)⁹.

3.3. Fabrication et utilisation de tours:

Une des ressources les plus spectaculaires utilisées au cours des sièges consistait dans la fabrication de grandes tours de bois, parfois montées sur roues ou sur des cylindres de bois préalablement huilés, pouvant être rapprochées des murailles. Il était essentiel que ces tours fussent au moins aussi hautes que les murailles assiégées, condition qui explique qu'elles aient pu s'élever jusqu'à vingt mètres de haut (à Lisbonne, on en construisit deux ou davantage: l'une de 29 mètres et l'autre de 25: Raul: ch. 14 et 17, pp.106-107 et 114-115). Habituellement, les tours mobiles se trouvaient divisées en

⁹ Il est intéressant de noter qu'au siège de Lisbonne, selon le récit de la "Lettre de Lisbonne" (Edgington, 1996: 338), eut lieu une attaque au moyen de sept ou huit navires, opérant deux à deux, qui tentèrent de lancer quatre ponts-volants sur les murailles maritimes ("*Pontes etiam IIII in nauibus VII per quos nobis aditus super muros civitatis pateret composuimus*"). Selon le commentaire de Matthew Bennett (2001: 88), il s'agit du premier exemple connu d'utilisation par les croisés d'une technique qui serait plus tard appliquée avec succès dans les sièges de Constantinople (1203 et 1204) et de Damiette (en 1218).

trois étages au moins. A l'étage supérieur se pressaient les chevaliers munis de grosses pierres et de javelots (cf. Maarat) et qui, recourant soit à des poutres et à des madriers, soit à des troncs d'arbres, soit encore (mais seulement à partir d'une époque postérieure à la Première Croisade) à des ponts-levis dûment articulés à la tour, lançaient des passerelles par-dessus le chemin de ronde, s'ouvrant un chemin à l'intérieur de la place assiégée (cf. Jérusalem). A l'étage du milieu, se rassemblaient les archers et/ou les arbalétriers qui, tirant sans arrêt, fustigeaient la garnison, l'écartant le plus possible des murs, pour permettre à la tour d'être rapprochée des murs. A l'étage inférieur, en plus de la foule qui, haletant, poussait le monstre de bois jusqu'à l'endroit voulu, il n'était pas rare de voir surgir un bélier, destiné à ouvrir des brèches à la base de la muraille. Très souvent, les tours mobiles comportaient encore, sous leurs ailes, de vastes abris d'osier tressé, parfois montés sur roues (les *chats*, les chats "valiscos" – ou retranchés – comme ils sont désignés à Lisbonne, où prenaient place sept garçons venus de la province d'Ipswich: Raul, ch. 19, pp. 126-127), qui étaient rapprochés des murs afin que les assaillants puissent les saper avec quelque sécurité. Tant les tours que les chats étaient revêtus d'osier et de cuirs crus et humides pour résister aux pierres et au feu lancés du haut des remparts. La tour constituait un recours formidable mais onéreux et qui exigeait pour sa construction que l'on dispose de bois et de main-d'oeuvre spécialisée (charpentiers). Elle joua un rôle décisif dans les prises de Maarat (1098), Jérusalem (1099), et Lisbonne (1147). Parfois, on la déplaçait de nuit vers la position d'attaque souhaitée, de façon à éviter que les défenseurs ne renforcent ce point de surveillance de la muraille (voir la tour de Godeffroy de Bouillon, à Jérusalem: Fig. 3)¹⁰. Vu sa conception (en particulier sous l'aspect de son

¹⁰ A Lisbonne-1147 aussi, la notable tour anglo-normande commença à être rapprochée, le 20 octobre, de la Tour de l'Escrivaninha (près du fleuve), mais ensuite, les croisés ayant découvert que la garnison musulmane y avait rassemblé tous ses moyens défensifs, on la déplaça de quelque 13 bons mètres, à proximité d'une des portes qui donnaient accès au Taje (la Porte de la Mer, actuel Arco Escuro): voir Raul, ch. 19, pp. 126-127 (et la note 184 d'Aires Nascimento, p. 172). Voir encore Pedro Gomes Barbosa (2004: 75). Ajoutons qu'à

articulation avec les passerelles reliant la tour au chemin de ronde), il était convenu de ne pas l'adosser complètement à la muraille (selon Raul, à Lisbonne, lors de l'attaque décisive du 21 octobre 1147, la tour fut rapprochée jusqu'à quatre pieds, environ 1,20m, de la muraille: ch. 19, pp. 128-129); cependant, au siège de Jérusalem, les péripéties du combat ont conduit à l'adossement complet de la tour de bois à la muraille, ce qui a eu comme conséquence que le tir des engins des adversaires se mit à faire ricochet sur les défenseurs, ou bien passait par-dessus la tour (J. France, 1994: 351)! Très pesante, la tour mobile courait le risque de s'enliser au milieu de son parcours (comme il arriva à Lisbonne) et d'être incendiée par la garnison assiégée (voir Lisbonne, première tour). Dans d'autres cas, elle ne pouvait même pas être utilisée, étant donné la morphologie accidentée du terrain au point d'attaque choisi (cas d'Antioche). Elle courait encore le risque de se briser sous l'excès du poids des hommes, ainsi qu'il arriva aux gens de Godeffroy de Bouillon, au siège d'Arsuf, en 1100 (Foucher de Chartres, ch. XXX, p. 101). Un autre inconvénient était le retard dans la construction: selon la "Lettre de Lisbonne" (Edgington, 1996: 338), la fabrication de la tour anglo-normande de 25 mètres de hauteur se prolongea entre le 8 septembre et la mi-octobre 1147; les dépenses furent couvertes par le roi portugais et toute l'armée collabora à son édification, détails curieusement omis dans la narration de Raul. A Césarée (1101), les croisés se lassèrent d'attendre la fin de la construction et du montage de la tour de Bohémond (faite de mâts et de rames de bateaux et mesurant au total près de 13 mètres de haut) et finirent par effectuer l'assaut au moyen d'échelles

Lisbonne les variations de la marée finirent par compliquer beaucoup la tâche aux croisés, car ils laissaient cycliquement la tour isolée, compliquant la vie à ceux qui étaient chargés de la protéger (même de nuit, la tour disposait d'une garde de 100 chevaliers anglo-normands et de 100 portugais, appuyés par quelques archers, arbalétriers et jeunes combattants).

adossées aux murs (Foucher de Chartres, ch. XXV, p. 101). Pour toutes ces raisons, l'intervention de bons ingénieurs dans le processus de construction de ces équipements était-elle décisive (cf. Guillaume Ricau et Gaston de Béarn, à Jérusalem, et l'extraordinaire ingénieur pisan, à Lisbonne). Observons finalement que le recours aux tours de bois très élevées était un expédient utilisé dans la guerre de siège depuis au moins le IX^{ème} siècle (voir l'attaque viking sur Paris en 885-886); de telles tours n'étaient pas nécessairement mobiles, pouvant constituer de simples plateformes de tir: même à Maarat, la tour du Comte de Toulouse, bien que mobile, fut employée comme base de tir, dans l'intention de couvrir les travaux de minage et l'escalade des murs; et la tour de Godeffroy de Bouillon à Jérusalem (J. France, 1999: 117) a dû initialement servir le même objectif.

3.4. L'utilisation des béliers:

Les béliers étaient de grandes poutres de bois dont les extrémités étaient revêtues de fer, installées dans des bâtis de charpente triangulaires couvertes d'osier et de peaux humidifiées; des groupes nombreux d'hommes robustes les faisaient aller et venir contre les murailles et les tours afin d'y ouvrir des brèches d'où ils pussent retirer des pierres et s'ouvrir ainsi un chemin à l'intérieur de la place. Comme on l'a vu précédemment, l'utilisation du bélier accompagnait celle de la tour mobile. Toutefois, il pouvait entrer seul en action dans une phase préliminaire du combat. Il en alla ainsi à Jérusalem, en 1099. Le principal problème posé par cette "machine à cosser les murs" (d'où son nom) venait de son énorme poids (bien qu'elle fût parfois montée sur des rouleaux ou des roues de bois). A Jérusalem-1099, le bélier parvint à ouvrir une brèche sur un point déterminé de la muraille; mais ensuite, quand on voulut faire avancer la tour mobile vers le même endroit, il devint un obstacle presque impossible, vu son poids, à enlever. Il fallut que les croisés y mettent le feu. On assista alors à un complet renversement des rôles, la garnison fatimide s'efforçant d'éviter l'incendie du bélier à coups de seaux d'eau lancés du haut du rempart (J. France, 1994: 350)... A Silves, nous savons par le récit des croisés teutoniques que, à l'aube du 6 août 1189, on installa une machine appelée "hérisson" (*«quod ericium vocamus»*)

contre le mur de la «couraça»*, entre deux tours, dans l'intention d'y ouvrir une brèche (*"ut perfoderemus murum"*); selon la narration, la machine (un bélier, très probablement) était faite de grandes poutres couvertes de madriers neufs de navires, sur lesquels on avait entassé des couches de terre, de mortier et de bitume (*"Instrumentum (...) erat magnis lignis compactum, et novis gubernaculis navium tectum, item filtro, et terra, et cemento superductum"*). La manoeuvre, cependant, ne réussit pas: les Maures accoururent rapidement et lancèrent force étoupe, huile d'olive et feu (*"copiosam stupham lini oleum et ignem"*), avec quoi ils brûlèrent la machine, d'autant plus facilement que, très lourde, elle ne pouvait pas aisément être retirée vers l'extérieur. Un tel revers, s'il répandit la consternation dans l'armée croisée, fut au contraire applaudi bruyamment par la garnison (*"Récit de la route navale..."*, 1999, pp. 194-195).

3.5. Les *vineae* et les travaux à proximité des murailles (sape, feu aux portes, etc.):

La description des techniques antérieures a déjà suggéré qu'en chaque opération de siège on s'affairait beaucoup auprès de la base des murs: il s'agissait de petits groupes de croisés qui, de préférence couverts par des tireurs s'efforçant de "nettoyer" le plus possible les créneaux, évitaient le tir plongeant parti des membres de la garnison. De toutes les manières, ces groupes ne travaillaient pas à découvert, étant généralement protégés par des abris d'osier et de ceps de vigne tressés, les *vineae*, également connues sous le nom de *scrofae* (*suínos, porcas*), ou simplement de *tortues* ou *taupes* de guerre, semblables aux *chats* mais de moindre taille et que l'on

* «Couraça»: dispositif d'origine musulmane, caractéristique de l'architecture militaire ibérique et nord-africaine, consistant en un chemin assez étroit et muré qui, partant du rempart, conduisait à une fontaine, à la source d'une rivière ou même à une citerne existant à l'extérieur de la fortification.

tentait d'appuyer contre les murs. A l'abri de ces auvents de bois recouverts de peau de boeuf on tentait de mettre le feu aux portes, d'arracher des pierres aux murs¹¹ à l'aide de crochets de fer et de cordes pour les ébranler (Balard, 1988: 66), ou simplement pour recueillir les corps des camarades tombés. Il semble que ce soit l'existence de nombreuses brèches dans les murs (outre le percement de caves et l'installation d'engins de jet) qui décida le seigneur de Shaizar, Munquidh, à payer les croisés qui assiégeaient Acre (février-mai 1099) à poursuivre leur chemin vers le sud, renonçant ainsi à capturer la place (Ibn al-Athîr, X, 190, in F. Gabrieli, p. 32). Plus tard, le mur de l'une des tours de la «couraça» de Silves (élément décisif du siège de 1189, du fait du ravitaillement en eau) fut démonté pierre par pierre par un vaillant groupe d'hommes abrité sous une grande tortue de poutres recouvertes de cuir; à partir d'un certain moment, quelques-uns de ces combattants parvinrent à s'introduire dans la muraille, de sorte à ne pas être gênés par les projectiles qu'on leur envoyait d'en haut ("Chronique des Sept Premiers Rois du Portugal", ch. VI, pp. 158-159). De toute évidence, les *vineae* étaient des structures plus simples que les machines antérieurement décrites, ce qui explique que leur fabrication demandait moins de temps et de savoir-faire. A Lisbonne, il semble que ce soit l'équipage des navires qui fut chargé de fabriquer taupes de guerre et abris de verges tressées: "*Indictum super hec omnibus per naues ut uineas et tuguria cancellatas ex uirgis facerent*" (Raul, ch. 17, pp. 116-117).

3.6. Les attaques par air:

Au cas où la résistance de la place assiégée se révélait difficile à surmonter, et s'il y avait des matériaux (essentiellement du bois et du fer) et de la

¹¹ Il semble que, durant le siège d'Acre, en 1191, Richard *Coeur-de-lion* offrit deux besants aux croisés à son service pour chaque pierre arrachée à la Tour Maudite. L'enchère augmentera ensuite jusqu'à atteindre les quatre besants par pierre (J. Bradbury, 2002: 125)... Rappelons que cette opération prit place dans le contexte de la Troisième Croisade et que le monarque anglais put compter dans ce siège (victorieux) avec la collaboration de Philippe Auguste, roi de France, et de Guy de Lusignan, roi de Jérusalem.

main-d'oeuvre en quantité suffisante pour y parvenir, on fabriquait alors de grandes machines de lancement de pierres, qui non seulement terrorisaient la garnison assiégée mais ouvraient même des brèches dans les murailles et les tours, pouvant encore détruire quelques constructions intérieures et augmenter les pertes dans la garnison. Dans la période qui nous intéresse, la plupart de ces engins (mentionnés dans nos sources de manière assez confuse, mêlant l'ancien et le moderne, par des noms divers: "*pierrière*", "*mangonnell*", "*tormentis*", etc.) n'appartiennent plus au type neuroballistique (fonctionnant par torsion de cordes, à la manière de l'*onager* hérité de l'époque romaine) mais surtout au type "trébuchet à traction humaine", dispositif originaire de la Chine et qui doit avoir été transmis à l'Europe au IX^{ème} siècle, à travers le monde arabe (J. France, 1999: 119). Ces machines étaient constituées de poutres placées en axe entre deux poteaux, dans le cadre d'une armature triangulaire, fabriquée en bois. L'abaissement de l'une des extrémités de la poutre entraînait la brusque remontée de l'autre qui projetait dans l'air, selon une trajectoire parabolique, un missile préalablement logé dans une cavité (cuilleron) ou dans une fronde placée à la pointe. Jusqu'à la fin du XII^{ème} siècle ou au début du XIII^{ème} siècle, l'abaissement de l'extrémité (toujours la partie la plus courte, dans une proportion de 1 pour 5) de la poutre se faisait à grand renfort de bras humains, ce qui explique que l'on parle dans ce cas de "trébuchet à traction humaine" (Fig. 5). Ce sont, semble-t-il, des engins de cette nature qui furent employés à Nicée, à Antioche, à Jérusalem, à Lisbonne, à Silves et même, probablement, à Constantinople. Leur portée n'était pas grande: ils lançaient des boulets de pierre d'environ 10 à 20 kg jusqu'à 100 mètres de distance, la démolition d'une muraille demandant ainsi un temps considérable¹². Pour cette raison, les machines se trouvaient maintes fois installées de mode à

¹² Cette estimation se fonde sur l'exemplaire existant au château gallois de Caerphilly, et qui paraît avoir une taille semblable à celle des trébuchets à traction qui sont représentés dans la "Bible de Maciejowski" (J. France, 1999: 119-120).

viser les sommets des murs et des tours (c'est-à-dire les merlons, les hourds, les bretèches), qui représentaient des éléments plus vulnérables; mais, dans ce cas, elles voyaient leur portée réduite à 50 ou 60 mètres (à moins d'être montées au haut d'une tour ou sur un tertre), ce qui obligeait à les installer à une distance dangereusement courte des murailles, les exposant de ce fait au tir et au feu des défenseurs. Le récit de Raul sur la conquête de Lisbonne, en 1147, nous fournit des indications intéressantes au sujet de l'utilisation de ce qu'il appelle "*due funde Balearice*" (littéralement "deux frondes balléaires", mais qui me semblent être, en réalité, deux trébuchets à traction humaine): le clerc anglo-normand explique qu'on en installa un au bord du fleuve, les marins étant chargés de l'actionner, alors que l'autre fut placé auprès de la Porte de Fer, sous la responsabilité des chevaliers et de ceux qui les accompagnaient; les manoeuvres étaient organisés en groupes de 100, et dès que retentissait le signal, les cent premiers se retiraient pour laisser les cent autres prendre la relève; de cette façon, il fut possible en dix heures de tirer 5.000 pierres, ce qui éprouva beaucoup les adversaires (Raul: ch. 27, pp. 114-115). Même si le nombre total de pierres correspond à l'ensemble de l'action des deux engins (2.500 lancements pour chacun, environ 4 par minute en moyenne), il est presque certain que le chroniqueur a exagéré dans ses comptes (voir également M. Bennett, 2001: 79; et P. Barbosa, 2004: 73)¹³.

¹³ Curieusement, la "Lettre de Lisbonne" ne se réfère jamais à un tel bombardement lourd, ne faisant allusion qu'à l'utilisation de "magnellis" ou "mangnellis" (sans doute pour "mangonella", diminutif probable de "mangana"), mais de la part de la garnison musulmane (cf. Edgington, 1996: 338). Pour plus d'approfondissements sur la problématique des machines de lancement de pierres utilisées par les armées chrétiennes dans la guerre de siège du XII^{ème} siècle, on se reportera à: Randall Rogers, *Latin Siege Warfare in the Twelfth Century*, Oxford, 1992 (surtout l'Appendice III: "The Problem of Artillery", pp. 245-273). Sur des reproductions modernes de trébuchets, voir Peter Vemming Hansen, «Reconstructing a Medieval Trebuchet», in *Military Illustrated*, n.° 27, 1990, pp. 9-16; et Paul E. Chevedden et al., «The Trebuchet», in *Scientific American*, juillet 1997, pp. 58-63.

Après la fin du XII^{ème} siècle-débuts du XIII^{ème}, commencèrent à apparaître les “trébuchets à contrepoids” (les célèbres «trabuchetum», «tribok» ou «trabocco») où l’abaissement de l’extrémité la plus courte de la poutre était produit par la libération mécanique (et donc beaucoup plus précise) d’une boîte de poids massifs, libération entravée jusqu’au dernier instant par un système de levier et de manivelle. Ce système (plus lourd et plus filable) renforçait notablement la puissance des trébuchets (qui réussirent dès lors à projeter des missiles de 50 kg, ou davantage, à bien plus de 100 mètres de distance), comme le montrent les aventures (et mésaventures) de Simon de Monfort dans la Croisade des Albigeois, au cours des années 1210. L’emploi d’engins de lancement de pierres fut décisif dans la prise de Zara (1202) et de Constantinople (1203 et 1204) par les croisés, avec cette particularité, dans les deux cas, que les machines étaient montées à bord de navires vénitiens et que leur action fut combinée à l’adossement de quantité d’échelles aux murailles de la ville (Villehardouin, ch. XXXV, LI et LII; n.º 172, 232 et 237; pp. 74, 94 et 96)! Dans tous les cas, il faut observer les limitations de ces engins de jet, dont il était difficile de calculer la portée de façon précise et, surtout, d’ajuster rapidement le tir aux changements de décor que comportait toute opération de siège. Il n’était pas non plus facile de trouver les pierres les plus adéquates à ce type d’engins (elles ne devaient pas pouvoir se casser), ce qui fait que bon nombre de chefs croisés (comme Richard *Coeur-de-lion*) les transportaient volontiers avec eux (ce qui impressionna beaucoup les leaders musulmans, tel Saladin: siège de Richard *Coeur-de-lion* à Acre, en 1191). A cause du risque des sorties nocturnes et des matériaux inflammables lancés par les garnisons assiégées, les machines à lancer des pierres fabriquées par les croisés devaient être protégées par des revêtements adéquats.

3.7. Solutions souterraines:

Une autre technique très employée dans la guerre de siège pratiquée dans les quatre premières croisades consistait à creuser des caves ou des mines. Il s’agissait là de longues et profondes excavations, autant que possible dissimulées et, pour cela même, entreprises en des endroits occultés au

moyen de tentes ou d'autres dispositifs, et dont l'objectif était: ou bien d'atteindre la base des murs, de la saper et de l'étayer provisoirement par des structures précaires de bois, auxquelles on mettait ensuite le feu, provoquant l'effondrement d'une partie du mur; ou bien (plus rarement) de pénétrer par-dessous le sol à l'intérieur de la place assiégée. Pour que cette technique soit possible à appliquer, il convenait que le terrain ne soit pas trop rocheux; à Antioche et à Jérusalem, par exemple, cette ressource ne fut pas utilisée, au contraire de ce qui se passa à Lisbonne et à Silves, où elle constitua un facteur décisif dans la conquête de la ville, grâce au minage de la tour d'une «couraça» qui garantissait le ravitaillement en eau à la garnison (malgré la présence d'un fossé profond qu'il fallut traverser). A Constantinople non plus, pour des raisons évidentes ("Corne d'Or" du Bosphore et Mer de Marmara tout autour), il ne fut possible de procéder à aucun travail d'excavation. Habituellement, de façon à prévenir l'affaissement des galeries durant leur percement, les sapeurs les étayaient avec du bois pour soutenir le poids du toit (cf. Silves). Au cas où elles seraient découvertes par l'ennemi, qui creusait à cet effet des contre-mines (Fig. 4), ils leur fallait être prêts à se battre dans les caves (cf. Silves), ou bien, dans la nécessité d'abandonner le tunnel, à recommencer ailleurs l'excavation, de la manière plus discrète et la plus silencieuse possible (voir Lisbonne). C'était là un travail ingrat et lent qui cependant épouvantait les adversaires (comme il arriva à Silves). Une des difficultés principales consistait à faire coïncider l'effondrement d'un pan de mur avec une "période utile" de combat: par exemple, si le mur tombait de nuit, comme ce fut le cas à Nicée ou à Lisbonne, le travail courait le risque d'avoir été vain, l'adversaire en profitant pour réparer le rempart, ou pour, à tout le moins, colmater la brèche avec tous les matériaux qu'il avait sous la main (cf. *infra*: 4.2). Malgré tout, la technique devait être rentable car dans des assauts comme celui de Lisbonne, et en dépit de l'échec de quelques minages antérieurs, nous avons vu les croisés rhénans et flamands creuser, au long d'un mois, une magnifique cave à cinq entrées principales et de quelque 40 coudées (environ 26 m) de large à l'avant ("*opus admirabile dictu habens aditus quinque, continuatum uero infra XL cubitorum latitudinis a fronte, quod infra mensem consummauerunt*"). De ce travail, la muraille se trouvant minée et remplie de bois prêt à être incendié, allait résulter du reste, dans la nuit de

la fête de St. Gal (16 octobre), la chute d'un pan de presque 20 mètres de mur (Raul: ch. 17, pp. 114-115), ou même plus (la "Lettre de Lisbonne" parle de 200 pieds, 60 mètres environ – Edgington, 1996: 338-339). L'effondrement eut lieu de nuit, les croisés étant réveillés par le vacarme causé par la chute du mur ("*Nostri de tanta ruina expergefacti somno*": *ibid*, p. 339), d'où l'on peut conclure (comme le remarque avec justesse Aires Nascimento, 2001: 170, nt. 153) que l'éboulement n'était pas prévu pour ce moment exact, survenant en dehors des heures du jour; ce qui n'empêcha ni les assiégeants ni les assiégés d'accourir aussitôt sur les lieux, pour se livrer un combat féroce jusqu'à la 1^{ère} heure [canoniale] du jour (Raul: ch. 17, pp. 116-117), ou (selon la "Lettre de Lisbonne" – Edgington: 339), dès le milieu de la nuit jusqu'à la 9^{ème} heure (c.15h00)! Selon le récit de Raul, les croisés flamands et rhénans, considérant que cette opération les concernait seuls, détournèrent les croisés anglo-normands de les aider et de les relever, leur criant d'attaquer sur d'autres points du mur, avec leurs propres machines. On devine ainsi les divisions internes qui accompagnaient toujours les armées croisées et qui si souvent firent avorter les opérations qu'elles entreprenaient. Il est probable qu'à l'origine de cet incident particulier on trouve la conviction chez les croisés flamands et rhénans que leur redoutable mine serait la clef du succès et ferait rejaillir sur eux la plus grande part de la gloire d'avoir conquis la ville, avec les gras profits qui en résulteraient...

3.8. La guerre psychologique:

Mais les mines n'étaient pas le seul moyen de terroriser la garnison assiégée. Avant et durant les opérations de siège, les armées chrétiennes ne se privaient pas d'exécuter, cruellement et sous les yeux de tous, les adversaires capturés sur le théâtre de guerre ou au cours d'opérations dans les alentours, les décapitant (comme à Antioche) et exhibant les têtes empalées sur la pointe des lances (comme à Lisbonne), ou les catapultant à l'intérieur de la place assiégée (comme à Nicée). A Antioche, les croisés profanèrent et saccagèrent les sépultures musulmanes, exhumant les cadavres, les décapitant et envoyant ensuite les têtes aux émirs de Babylonie, au grand désespoir des assiégés. S'il est certain que ces procédés ne décidèrent directement

de l'issue d'aucune des opérations de siège que nous analysons, il est probable qu'en fût influencée la capacité de résistance des garnisons et qu'en fussent accrues les tensions qui ne manquaient pas d'exister en leur sein. Selon l'Anonyme, à la suite de la profanation des tombes par leurs adversaires, "les Turcs furent en extrême affliction, tristes jusqu'à la mort: chaque jour réveillait leur douleur, ils ne faisaient que pleurer et hurler" (p. 87). Il est clair que cette violence provoquait des réactions du même acabit chez les défenseurs: Foucher de Chartres raconte (ch. VII, p. 40) qu'à Antioche les Turcs, remplis de rage, égorgèrent une foule de chrétiens, grecs, syriaques et arméniens établis dans la ville et, après les avoir liquidés, en lancèrent les têtes par-dessus les remparts au moyen d'engins et de frondes: dans cet échange de cruautés, il arrivait que les mêmes malheureux fussent deux fois victimes. Ce fut le cas à Lisbonne, en 1147: poussés par la faim et la soif, quelques Musulmans finirent par se rendre aux croisés: les uns furent baptisés, les autres, sans doute parce qu'ils refusaient le sacrement, furent, les mains tranchées, poussés par les assaillants contre la muraille, où ils finirent par être tués par les pierres lancées par leur propres concitoyens (cf. "Lettre de Lisbonne", Edgington, 1996: 338: "*Quidam autem illorum truncatis manibus ad muros a nostris remissi a suis conciuibus lapidati sunt*")!

3.9. Les stratagèmes:

C'est justement les tensions internes dont nous avons parlé dans le point antérieur qui rendaient parfois possible la prise de la ville au moyen de ruses ou de trahisons. Au bout de sept mois et demi d'un siège suffocant, Antioche tomba non pas grâce aux trébuchets à traction, à l'escalade des murailles, des trois grands forts construits par les croisés ou du travail de destruction des murs réalisés à l'abri de taupes de guerre. Elle tomba, trahie par l'un des siens, un arménien nommé Fîroûz, qui commandait une des tours de la ville. Fîroûz était un *princeps* issu d'une illustre lignée (la famille des Banoû Zarrâd) liée à la fabrication de cuirasses. Chrétien arménien (peut-être autochtone) converti à l'Islam, il avait reçu le titre d'émir et on

lui avait confié la garde de la Tour des Deux Soeurs, dans le secteur méridional d'Antioche. Pour des motifs encore discutés par les historiens (compassion pour le sort des chrétiens; abus, extorsions et mauvais traitements sur lui commis par Yaghî Siyân, l'officier turcoman auquel le sultan seldjûqide Malik Shâh avait confié le gouvernement de la place d'Antioche, en 1087; adultère de sa femme avec un émir turc; cupidité et ambition; etc.), il négocia secrètement avec Bohémond de Tarente (un des chefs croisés) en vue de livrer la tour durant la nuit (voir, sur tout cela, G. Dédéyan, 1997: 512-519). L'armée croisée simula de partir pour une grande opération de fourrage en Syrie, mais à la nuit tombée revint sur les lieux où elle trouva libre l'accès qu'elle avait si longtemps cherché à l'intérieur de la place (J. France, 2001: 13). L'exemple de Fîroûz a dû être suivi par de nombreux autres chrétiens indigènes (Grecs, Syriens ou Arméniens), décidant le destin du siège peu de temps avant l'arrivée de l'énorme armée de secours. Selon John France (2001: 17-19), Fîroûz a probablement profité du relâchement du combat et de l'atmosphère de trêves qui s'installa au printemps 1098 pour arrêter avec Bohémond les détails d'un stratagème qui assurément lui rapporta de gros bénéfices¹⁴. Nous sommes ici devant un cas d' "agent double" et il faut se souvenir que l'espionnage n'était nullement étranger aux principes et à la pratique de la guerre médiévale, en particulier dans une guerre de siège¹⁵.

¹⁴ Comme l'explique Gérard Dédéyan (1997: 516-520), à la suite de l'opération Fîroûz reçut le baptême, adoptant le nom de Bohémond (son parrain) et recevant aussi les terres patrimoniales qu'il avait perdues à l'occasion de l'entrée du sultan seldjûqide de Roûm à Antioche (en l'an 1084), éventuellement renforcées par d'autres biens, comme de l'argent, des rentes ou des places-fortes. Curieusement, Fîroûz allait plus tard renier aussi le christianisme, entrant au service du prince turc d'Alep, Ridwân, ce qui faisait de lui un relaps aux yeux des croisés aussi...

¹⁵ Selon Albert d'Aix-la-Chapelle et Pierre Tudebode, au siège de Jérusalem (1099) les croisés utilisèrent des engins de lancement pour jeter des espions capturés à l'intérieur des murailles (J. France, 1999: 119)! Sur l'espionnage au Moyen Âge, il faut consulter C. Allmand, *Les Espions au Moyen Âge*, in "L'Histoire", n.° 55 (avril 1983), pp. 35-41.

4. L'ART DE SE DÉFENDRE

4.1. Fortifier et ravitailler:

Un des points les plus sensibles d'un château ou d'une place forte, lors d'un siège effectué par une puissante armée croisée résolue à demeurer longtemps sur les lieux, consistait dans le bon ou le mauvais état de ses fortifications. Un autre, dans le volume et la variété de son ravitaillement en vivres, eau et munitions. Le premier aspect ne pouvait être l'objet d'un calcul que lorsque l'on connaissait assez à l'avance l'arrivée de l'armée chrétienne, circonstance qui se produisait parfois. A Antioche, Yaghî Siyân, informé de l'approche des croisés, fait creuser des fossés défensifs. A Constantinople, la détérioration des rapports entre les Francs et les Grecs durant l'hiver 1203-1204, à laquelle mirent le comble l'assassinat d'Alexis IV et de son père Isaac II Ange et la proclamation d'un nouvel empereur, Alexis Doukas, dit "Murzuphle", conduisit les Grecs à renforcer considérablement leurs fortifications, élevant les murailles et installant des engins de lancement de pierres sur tout le périmètre muré. Robert de Clari raconte que "les habitants de la cité se fortifièrent, surélevèrent leurs murailles et leurs tours de pierre qu'ils surmontèrent de solides tours de bois, renforcées à l'extérieur de grosses planches et recouvertes de cuirs résistants, pour n'avoir rien à redouter des échelles des navires vénitiens. Les murailles avaient bien soixante pieds de hauteur [environ 18,30m] et les tours cent [environ 20,50m]. Ils mirent en place, à l'intérieur de la cité, au moins quarante pierrières, d'un bout à l'autre des murailles, partout où l'on s'attendait à une attaque, et il n'était pas extraordinaire qu'ils réalisassent ces fortifications, car ils eurent tout leur temps" (ch. LXI, p. 768). Quant au ravitaillement, il était important de mettre en lieu sûr et au moment indiqué la plus grande quantité possible de victuailles, évitant des situations comme celle à laquelle on assista à Lisbonne, où l'exiguïté de l'espace "intra-muros", la quantité de maisons familiales existantes et la dureté de la roche conduisirent au creusement dans le sol du faubourg de magasins sur lesquels les assaillants mirent goulûment la main dès le début du siège. Garantir le ravitaillement en eau était également décisif. Le siège de 1189 à Silves se termina grâce à un travail de minage qui permit de s'emparer d'une précieuse «couraça» abou-

tissant à un énorme puits, sans l'eau duquel la poursuite de la résistance s'avérait presque impossible.

4.2. Neutraliser les attaques:

Une des premières fonctions de ceux qui défendaient, avant de songer à attaquer pour leur propre compte, était d'arrêter les attaques des croisés. Pour ce faire, il convenait d'adopter divers procédés dont je relèverai les dix plus importants:

- i) tir à l'arc et à l'arbalète à partir des chemins de ronde, visant à empêcher les mouvements des assaillants à proximité de la muraille et à provoquer le plus grand nombre de pertes;
- ii) lancement de pierre avec les engins installés à l'intérieur de la place, parfois en grande quantité (à Jérusalem, les Fatimides en disposaient de 14 au moins), avec quoi on s'efforçait généralement de détruire la machinerie lourde des adversaires (voir Maarat et Lisbonne) et, si la distance le permettait, de dévaster leur campement (voir Antioche et Jérusalem – secteur sud); à Constantinople, la garnison grecque chercha, au moyen de 60 "pierrières", à atteindre les navires vénitiens à l'ancre, mais sans succès (malgré le poids des boulets de pierre), car les navires étaient soigneusement recouverts de planches de bois et de ceps de vigne (voir R. de Clari, ch. LXXIV, p. 776);
- iii) lancement de gros blocs de pierre (voir Constantinople-1204) et de seaux remplis de produits inflammables de toute espèce sur les ennemis qui se risquaient à escalader les murailles et sur ceux qui, au pied des remparts, travaillaient abrités par des taupes (voir Silves);
- iv) lancement, au moyen de frondes, de torches de bois imprégnées d'huile ou d'huile d'olive et de graisse (voir Jérusalem), ou de feu grégeois (liquide inflammable à base d'un mélange gluant d'étaupe et de pétrole, lancé dans des tubes de cuivre: voir Maarat) sur les machines de siège montées par l'adversaire (tours, béliers, trébuchets, etc.); à Maarat, les Turcs utilisaient aussi les engins de lance-

ment pour projeter contre la tour de siège du Comte de Toulouse feu, chaux et ruches; et à Jérusalem, les chroniqueurs parlent de l'installation d'une machine (*noviter adinuento machinamento*), protégée avec des housses et des étoffes, du côté intérieur de la Porte de Sion (secteur sud), lançant des balles enflammées de graisse, de résine et de poix mêlés à des cheveux et à du lin, ce qui répandait le feu en grande quantité dans le camp (très proche) du Comte de Toulouse (J. France, 1994: 353-354); déjà à Silves, comme nous l'avons vu plus haut (cf. 3.4.), la garnison musulmane brûla avec de l'étaupe et de l'huile d'olive enflammées le lourd "hérisson" des croisés;

- v) interposition de solives, de matelas, de couvertures, de sacs et cousins de paille suspendus par des cordes afin d'amortir les coups des béliers de l'ennemi ou des pierres lancées par leurs engins, dans les zones les plus attaquées (voir Jérusalem);
- vi) utilisation de grandes poutres terminées par des crocs ou des crochets de fer avec lesquelles on tentait de renverser et d'écarter les machines d'assaut ennemies, en particulier les béliers (voir Jérusalem);
- vii) utilisation de lourds crochets de fer pour prendre les assaillants qui escaladaient les murailles et les lancer ensuite du haut des remparts (voir Nicée);
- viii) combat corps à corps (avec épées, haches, lances et autres armes à main ou à hampe) au sommet des remparts, contre ceux qui parvenaient à gravir les échelles jusqu'au haut (cf. Maarat et Constantinople) ou qui, à partir des tours de bois, se préparaient à parcourir les passerelles qui les reliaient aux chemins de ronde; Geoffroy de Villehardouin raconte qu'en 1204, à Constantinople, on se battit au haut des murailles, "glaives de main tenant", durant des heures d'affilée, à plus de cent endroits des remparts, l'assaut des croisés ayant été repoussé par la garnison grecque au service d'Alexis Doukas, dit «Murzuphle» (ch. LII, p. 96);
- ix) creusement de contre-mines, pour intercepter les caves ennemies, suivi de combat avec feu et engins légers, à l'intérieur du tunnel

(voir Lisbonne et Silves); ou, si la chose était possible, inondation de la mine ennemie (par exemple, à partir des citernes);

- x) en cas d'effondrement d'un pan de muraille, à la suite par exemple d'un minage, recomposition immédiate du rempart, à l'aide de tout type de matériaux disponibles (voir Nicée et Lisbonne, où, selon la variante de Duodechim de la "Lettre de Lisbonne", la palissade dressée durant la nuit, à la suite de l'effondrement du pan de mur, était formée d'un tas de terre et de pierres de la hauteur d'un homme, renforcé par des planches de navire et des portes de maison – A. Pimenta, 1982: 128; et Edgington, 2001:66). Il est certain que l'efficacité de tels procédés supposait une constante surveillance de la place, de jour et de nuit (à Ascalon, durant le siège de 1153, nous savons que les citoyens défendaient la place par roulement, utilisant des lampes à huile sous des couvertures de verre, de façon à rendre la nuit aussi claire que le jour: J. Bradbury, 2002: 119).

4.3. Contre-attaquer:

Sans toujours le faire dès le début (par exemple, l'Anonyme raconte qu'à Antioche la garnison turque resta environ deux semaines sans prendre d'initiative: "Nos ennemis les Turcs, à l'intérieur de la ville, avaient une telle peur de nous qu'aucun d'eux n'osa attaquer l'un des nôtres pendant près de quinze jours" – p. 71), les assiégés finissaient généralement par lancer leurs propres offensives. Celles-ci correspondaient presque toujours à des sorties, souvent nocturnes, visant à détruire les machines de siège, incendier le camp adverse, provoquer des pertes dans ses colonnes et à s'emparer des vivres et/ou des munitions. On note dans quelques-unes de ces sorties (par exemple, à Antioche, dans la nuit du 29 décembre 1097) l'intention de profiter de l'absence d'une partie de l'armée ennemie, qui était allée escorter les fourrageurs. D'après le récit de Raul (ch. 13, pp. 104-105), les Maures de Lisbonne faisaient de fréquentes sorties contre les croisés qui les assiégeaient, utilisant pour cela trois portes qu'ils avaient devant eux, deux latérales et une face à la mer, ce qui facilitait la manoeuvre d'attaque et de retour et rendait la vie difficile aux chrétiens. Dans d'autres cas, on essayait d'articuler l'opération avec une garnison voisine (ex: Antio-

che-Harîm), montant des embuscades meurtrières à des groupes isolés de fourrageurs (pour ce motif, Bohémond de Tarente alla tendre une embuscade, le 18 novembre 1097, à la garnison de Harîm). La concentration des assaillants lors d'une manoeuvre de construction de machinerie de siège ou d'un fort pour la protection et l'observation (voir Antioche, mars 1098: construction d'un second fort, dans la zone de la mosquée), pouvait aussi être considérée comme un moment favorable pour une attaque de la part de la garnison assiégée. Mais la meilleure formule consistait à réussir à combiner l'opération avec l'arrivée d'une armée de secours, de manière à prendre l'ennemi en étau entre deux dangers...

4.4. Recourir à l'aide extérieure:

L'arrivée d'une armée de secours était un des grands risques courus par les armées croisées. Leurs chefs en avaient parfaitement conscience. A Nicée, à Pâques 1097, peu après l'arrivée des croisés, les Turcs assiégés avaient envoyé des messages à une colonne de secours qui s'approchait, lui demandant d'arriver par la porte Sud, où personne ne leur barrerait le chemin; cependant, le Comte de Toulouse et l'évêque de Puy réussirent à faire échouer le plan en occupant cette porte le jour même. En route vers Jérusalem, l'armée de la Première Croisade, après la rupture à Tripoli (en mai 1099) des négociations avec les Fatimides, pressa le pas (de 13 à 24 km et, sur certains tronçons, jusqu'à 40 km par jour!), de façon à arriver très vite à la Ville Sainte, avant que ceux qui s'étaient présentés comme leurs potentiels alliés contre les Turcs la puissent secourir ou renforcer... A Lisbonne, en 1147, les croisés interceptèrent 10 Maures qui se dirigeaient dans une barque vers Palmela avec des messages de secours adressés à divers destinataires, entre lesquels le roi d'Évora; plus tard, raconte Raul (ch. 15, pp. 110-111), on trouva un homme noyé sous les navires croisés avec une lettre du même roi d'Évora attachée à son bras, où il était dit qu'il n'était pas possible de secourir la ville à cause de la trêve signée avec D. Afonso Henriques (le roi portugais) et où il était suggéré aux assiégés de racheter leur vie à prix d'argent. Mais les cas les plus spectaculaires survinrent à Antioche. D'abord avec l'arrivée d'une armée de secours conduite par

Duqâh, l'émir seldjûqide de Damas, qui vint se heurter près d'Albâra à une force de 400 cavaliers croisés allant au fourrage, accompagnés par des milliers de piétons: John France (1994: 237-241) qualifie ce combat de "Foraging Battle" (fin décembre 1097). Le résultat de l'affrontement fut incertain mais suffisant pour empêcher les Seldjûqides de secourir Antioche et pour obliger Bohémond de Tarente et Robert de Flandres à rentrer les mains vides – autrement dit sans renfort de vivres – à leur camp (Anonyme, pp. 74-75; R. Grousset, 1991: 77-78). Ensuite, avec l'apparition d'une nouvelle armée de secours, menée par Ridwân, prince d'Alep, que les croisés (avec 7000 chevaliers montés, mais quelques-uns sur des vaches!) affrontèrent avec succès près du Lac d'Antioche (au nord-est de la ville), le 9 février 1098, sous le commandement singulier (cas inédit) de Bohémond de Tarente (J. France, 1994: 245-251). Dans cet épisode, les croisés qui étaient restés à garder le siège furent obligés de se battre durant toute la journée devant trois portes de la ville contre la garnison d'Antioche (Anonyme, p. 82). Finalement, et surtout, avec l'arrivée, le 4 juin 1098 (c'est-à-dire dès le lendemain de la prise de la ville par les croisés, à la suite de la trahison de Fîroûz) d'une énorme armée de secours commandée par l'émir turc de Mossoul, Qawâm ad-Dawla Karbuqâ (vulgairement: Kerbogha), auquel s'étaient alliés l'émir de Jérusalem, le roi de Damas, ainsi que des troupes arabes, sarrasines, publicaines, azymites, curdes et angulanes, ces dernières au nombre de trois milliers d'hommes équipés de la tête aux pieds de cottes de maille et d'épées (Anonyme, p. 97). En un clin d'oeil, les croisés passèrent de l'état d'assiégés à celui d'assiégeants. Sans avoir un minimum de temps pour ravitailler la ville, ils entrèrent à ce moment précis dans une période de trois semaines d'immense affliction à laquelle ils ne mirent fin que par une sortie désespérée, prêts à vaincre ou à mourir, le 28 juin 1098. Ils sauvèrent ainsi la Première Croisade de l'anéantissement total, tirant parti d'un plan de combat bien monté par Bohémond (concentration de forces, rapidité d'exécution, unité de commandement), de la mauvaise évaluation de la situation de la part du chef turc (Kerbogha dispersa ses forces et ne voulut pas profiter du moment, très délicat, de la sortie des croisés en petits groupes de cinq ou six par la Porte du Pont, dans le secteur sud-ouest de la ville) et, très probablement, comme le souligne le récit d'Ibn al-Athîr (X, 188-190, in F. Gabrieli, pp. 30-31), d'une grande division interne au sein de l'armée de

Kerbogha (due à l'arrogance avec laquelle il traitait ses alliés), ce qui expliquerait qu'une partie de cette armée n'ait même pas pris part au combat (J. France, 1994: 282-296). Il nous faut toutefois faire observer que le recours à l'aide extérieure n'avait pas pour seul objectif de faire livrer bataille aux assiégeants. Parfois, il s'agissait simplement d'obtenir des renforts en ravitaillements, de façon à réduire les souffrances de la garnison et à en prolonger la résistance. A Antioche, par exemple, déjà en 1098 (assez près de la date finale du siège: 3 juin), raconte l'Anonyme (p. 90), Tancrede de Hauteville intercepta une grande colonne d'Arméniens et de Syriens qui, venant de la montagne, apportaient des aliments ("du blé, du vin, de l'orge, de l'huile, et autres denrées du même genre") pour la garnison de la ville. Ce dernier point nous conduit directement à l'analyse d'un autre aspect central de "l'art de se défendre".

4.5. Résister à la maladie et aux blessures; supporter la faim et la soif:

Supporter un siège supposait aussi une grande capacité de souffrance. Il était nécessaire de résister, non seulement à la guerre psychologique, que nous avons déjà mentionnée et à laquelle il était toujours possible de répondre dans la même monnaie¹⁶, mais aussi aux blessures provoquées par les combats et aux maladies qui en résultaient ou qui provenaient de l'insuffisance alimentaire qui se faisait connaître au bout de quelque temps. Lorsque les bateaux byzantins arrivèrent à Nicée et bloquèrent le Lac Askanian, par

¹⁶ Nombreux sont les récits d'atrocités commises par les garnisons assiégées sur des prisonniers capturés durant les combats. A une telle pratique les Maures de Lisbonne ajoutaient quelques variantes originales: Raul raconte (ch. 13, pp. 104-105) qu'ils lançaient du haut de leurs créneaux "des railleries et des grossièretés" aux croisés, les assurant que leurs épouses tiraient un bon parti de leur absence: "*prolemque domi nascituram multiplicem nobis absentibus improperabant, nec ob id de obitu nostro cure uxoris nostris fore, (sat)is cum sibi domi spuria suppetaret progenies*"...

où ils se ravitaillaient, les Turcs comprirent qu'ils ne pouvaient continuer à résister et tentèrent de négocier. A Lisbonne, à partir d'un certain moment, on recueillait les restes de nourriture lancés des navires auprès des murailles et poussés par les eaux; et, comme le dit la "Lettre de Lisbonne", les Maures cachaient la nourriture aux yeux de leurs concitoyens pauvres, qui mouraient de faim ou se voyaient obligés à manger chiens et chats (Edgington, 1996: 338). Dans un grand nombre des sièges que nous étudions, on put assister à des désertions (avec la transmission d'information importante: voir Lisbonne ou Silves) et à des conversions religieuses forcées par manque d'eau ou d'aliment. A Silves, la souffrance due à la soif a certainement été extrême: la "Chronique des Sept Premiers Rois du Portugal" (ch. VIII, p. 166) raconte que les Maures avaient la gorge et le ventre si secs qu'ils s'évanouissaient faute d'eau; le "Récit de la route navale..." (1999, pp. 206-209) ajoute que, après la reddition de la place, à l'heure d'abandonner Silves, les Maures sortirent émaciés en marchant à quatre pattes, à cause de la déshydratation et de la sous-alimentation; des 450 chrétiens captifs présents au début du siège, il en restait, un mois et demi plus tard, près de 200 en vie (se nourrissant de figes), se couchant nus, durant la nuit, sur les pierres froides pour en recevoir un peu de fraîcheur et mangeant de la terre humide (on racontait que chacun d'eux ne recevait, quotidiennement, pour lui et pour toute sa famille, pas plus d'eau que n'en contient une coquille d'oeuf). Les cadavres des autres infestaient les rues au côté de ceux des Maures qui eux aussi avaient trépassé, les uns et les autres répandant la maladie et la désolation. Les croisés eux-mêmes, encerclés par Kerbogha à Antioche, éprouvèrent les mêmes maux, étant obligés de s'alimenter, au long de trois semaines, de figes encore vertes et de cuir de boeuf et de cheval amolli dans l'eau (M. Balard, 1999: 225)...

5. FAIRE LA GUERRE SAINTE, C'EST AUSSI NÉGOCIER

5.1. Propositions de reddition et négociations en cours:

La résistance des assiégés avait cependant des limites. Celles-ci une fois franchies, la garnison optait souvent pour négocier la remise de la place,

dans les meilleures conditions possibles (à savoir: en sauvant les vies et, si possible, les biens des assiégés). A Nicée-1097, après l'occupation du Lac Askanian par les bateaux byzantins, les Turcs proposèrent un accord, non pas aux chefs croisés, mais directement à l'empereur Alexis I^{er}, qui finit par les épargner, avec toutes leurs familles et leurs biens (ce qui indigna beaucoup l'auteur anonyme de la *Gesta Francorum*: "il les épargnait avec ce beau zèle pour les avoir à sa disposition afin de nuire et faire obstacle aux Francs" – p. 55). A Antioche, après la journée libératrice du 28 juin 1098, les Turcs qui résistaient encore dans la citadelle hissèrent le drapeau blanc, après quoi suivit un suggestif accord avec Bohémond: ceux qui, à l'exemple de l'émir, voudraient se convertir au christianisme, pourraient rester dans la ville; les autres devraient partir, mais sains et saufs... A Lisbonne aussi, ou parce qu'ils voyaient la tour anglo-normande en position et avec sa passerelle déjà levée de quelques coudées (version de Raul: ch. 19, pp. 128-129), ou parce qu'ils voyaient les Lotharingiens escalader le mur avec enthousiasme, à l'abri de la tour (version de la "Lettre de Lisbonne" – Edgington, 1996: 339), les Musulmans déposèrent les armes, baissèrent les bras et appelèrent à la trêve. Suivirent des moments difficiles, avec la remise d'otages maures au lieutenant portugais (Fernão Cativo) et au chef anglo-normand (Hervey de Glanville) causant une révolte au sein du contingent flamand et rhénan qui craignait d'être trompé par D. Afonso Henriques. De sorte que les Maures en vinrent presque à retirer leur demande de trêves! On finit toutefois par s'accorder sur la remise de la ville au roi portugais, sur la vie sauve des assiégés et la remise, par eux, de tous leurs biens (qui incluaient de l'or, de l'argent, des vêtements, des chevaux et des mules), lesquels reviendraient aux croisés. On organisa le pillage de façon à ce que 140 Anglo-Normands et 160 Flamands et Rhénans entrent les premiers, à côté du roi, dans la forteresse et procèdent au ramassage intégral des biens, qui seraient ensuite distribués entre tous les membres de l'expédition. Dûment spoliés, les Musulmans seraient ensuite renvoyés en paix loin de la ville (Raul: ch. 20 et 21, pp. 130-137). A Silves, l'affliction causée par la soif et la peur des mines conduisit aussi les Maures à implorer la reddition, avec la remise de la ville en échange de leurs vies sauvées et de tous leurs biens. Mais les croisés flamands, avides de dépouilles, n'y consentirent point et pressèrent D. Sancho I pour que les Maures sortissent, soit, mais sans rien sinon les plus pauvres

vêtements qu'ils pourraient porter sur eux. La ville reviendrait au roi, et tout le butin qu'elle recèlerait, aux croisés¹⁷. D'autres négociations de reddition eurent lieu à Arqa-1099 (nous y avons déjà fait allusion) et à Zara-1202, avec les chrétiens dalmates qui n'eurent d'autre choix que de déposer les armes et d'accepter l'installation des croisés et des Vénitiens dans leur ville durant le long hiver 1202-1203. On note à Antioche un cas singulier, en juin 1098, alors que les croisés se trouvaient déjà depuis de nombreux jours encerclés par l'armée de Kerbogha: dans cet embarras, les chrétiens auraient envoyé Pierre l'Hermite auprès de l'émir turc, lui proposant la réalisation d'un combat entre "cinq, dix, vingt ou même cent hommes d'armes, choisis des deux côtés; ainsi, ne se battant pas en même temps, les uns contre les autres, la masse des deux peuples serait épargnée et le parti dont les champions vaincraient ceux de l'autre posséderait le droit à la ville et à son empire" (Foucher de Chartres, ch. XIV, p. 55). Cependant, Kerbogha n'accepta pas cette proposition, confiant qu'il était dans la supériorité numérique de son armée; mais le jour suivant (28 juin), quand il vit les Francs sortirent de la ville à sa rencontre, il tenta de renégocier («Je vais faire dire à ces Francs que je souscris aux propositions qu'ils me firent hier» – *ibidem*, p. 56), mais c'était déjà trop tard...

5.2. Violations des accords:

Il convient toutefois de souligner qu'il était rare que les accords de reddition fussent scrupuleusement respectés. A Maarat, des sources arabes (comme la "Chronique de Damas") dénonçaient la violation, par les croisés, des négociations de reddition, suggérant que tout devait avoir été fort confus

¹⁷ Selon ce que dit le "Récit de la route navale..." (1999, pp. 204-207), D. Sancho I tenta par tous les moyens de convaincre les croisés d'accepter la proposition initiale de la garnison assiégée, allant jusqu'à offrir 10.000 crusades d'or (et plus tard 20.000) à ses alliés, mais les croisés refusèrent, à cause du temps qu'on prendrait à recueillir tant d'argent.

et s'est assez mal terminé (J. France, 1994: 314). Des problèmes existaient sans doute également à Lisbonne: avec les 140 Anglo-Normands et les 160 Flamands et Rhénans prévus entrèrent dans la cité beaucoup d'autres croisés. Au début, la présence du roi, de l'archevêque de Braga et des autres évêques, transportant la bannière à la croix et chantant le *Te Deum laudamus*, maintint la situation à peu près sous contrôle. Mais bien vite s'installa le chaos, avec des centaines de croisés se répandant dans la forteresse, commettant des violences sans fin contre la population: effractions, insultes, viols, rossées, assassinats (comme celui de l'évêque mozarabe de Lisbonne), emprisonnements, vols de tous ordres (et qui n'entrèrent donc pas dans le "fonds commun" qui avait été convenu), etc. (Raul: ch. 22, pp. 138-139). Il est clair que la population musulmane laissa Lisbonne en très mauvais état quand elle dut l'abandonner, entre le 25 et le 29 octobre 1147. A Silves aussi, le 3 septembre 1189, l'accord négocié fut loin d'être respecté: le "Récit de la route navale" raconte (1999, pp. 206-207) que le menu peuple des croisés ne réussit pas à assister dans le calme à l'abandon de la place par ceux qu'ils avaient combattus durant un mois et demi: ils se mirent à les rosser, à les détrousser (peut-être des quelques vêtements qu'ils avaient pris avec eux) et, à la tombée de la nuit, ils fermèrent les portes avant que tous les infidèles aient eu le temps de sortir, après quoi ils les interrogèrent violemment sur l'endroit où ils avaient caché leur argent... A la fin des sièges, comme à la fin des batailles rangées, on assistait non seulement à des excès de cupidité dans le butin, mais aussi à des défolements de peurs et de haines.

5.3. Capture sans accords de reddition:

Mais le pire se produisait quand la place était prise sans aucun accord de reddition préalable. Entre tous les cas que nous analysons, le meilleur exemple d'une telle violence nous est donné à Jérusalem, au matin du 15 juillet 1099 et dans les jours qui suivirent. Ibn al-Athîr (X, 193-195, in F. Gabrieli, p. 33) raconte que la population y fut passée au fil de l'épée. Rien que dans la mosquée al-Aqsa, les "Franj" massacrèrent des milliers de Musulmans, parmi lesquels une multitude d'Imân et de docteurs musul-

mans, de dévots et d'ascètes qui avaient laissé leur pays pour vivre dans une pieuse retraite dans les lieux saints. A peine fut épargné un petit contingent militaire qui s'était retranché dans la Tour de David, où il avait résisté durant plusieurs jours, les chrétiens leur laissant la vie sauve et leur permettant de partir, de nuit, pour Ascalon. Toujours selon Ibn al-Athîr (*ibid*), les croisés, sur le Rocher, dérobèrent plus de quarante candélabres d'argent, chacun pesant 3.600 drachmes, un grand lampadaire d'argent de 40 livres syriennes et d'autres candélabres plus petits, 150 en argent et plus de 20 en or, ainsi qu'un énorme butin. Les sources chrétiennes ne démentent guère ce scénario. L'Anonyme raconte (pp. 150-151) que l'émir de la Tour de David se rendit au Comte de Toulouse (qui l'assiégeait dans le secteur sud, au moyen d'une tour de bois), lui ouvrant une porte, par où entrèrent des pèlerins qui firent un grand massacre de Sarracénens; la ville fut mise à sac (or, argent, chevaux, mules, maisons remplies de toutes sortes de biens), après quoi les croisés allèrent adorer le Saint Sépulcre; le lendemain, ils montèrent sur le toit du Temple, se lançant sur les Sarracénens qui s'y étaient réfugiés et décapitant hommes et femmes à coups d'épée (de sorte que quelques Sarracénens se jetèrent du haut du temple pour échapper au massacre). D'après la même source, Tancrede de Hauteville fut saisi d'une grande colère en prenant connaissance de ces événements. Tout cela nous conduit directement à notre dernier chapitre.

6. CUPIDITÉ ET VIOLENCE GRATUITE

6.1. Prisonniers et rançons:

Un des attraits de la prise d'une ville consistait à faire des prisonniers, dont on pouvait tirer de gros bénéfices. A Maarat, les chefs sarracénens capturés et qui ne furent pas tués sur le champ furent envoyés à Antioche pour y être vendus. Avant la prise de Lisbonne, il fut accordé entre le roi portugais et les croisés que tous les prisonniers faits par ces derniers et qui voudraient racheter leur liberté payeraient une rançon qui reviendrait à ceux qui les auraient capturés; quant aux autres, ils seraient remis au roi, comme prisonniers. C'est peut-être la raison pour laquelle la remise, par l'*alcaide*

maure et au début des négociations de trêves, de cinq otages à Fernão Cativo et à Hervey de Glanville, qui de leur côté les livrèrent à D. Afonso Henrique, déclencha une si grande alarme parmi les croisés (avec une conspiration de “marins déchaînés” sur la plage, à l’instigation, semblait-il, d’un “prêtre de Bristol”: Raul: ch. 20, pp. 130-131), redoutant une trahison de la part du roi portugais (comme il était, disait-on, déjà arrivé lors d’une première tentative, quelques ans auparavant, pour s’emparer de Lisbonne: J. Philips, 2000: 134).

6.2. Butin et excès:

Mais la soif de profits s’étendait, comme nous l’avons vu au point 5.3., des prisonniers à toute sorte de dépouilles. Les cas les plus spectaculaires eurent lieu, à l’évidence, lors de la prise des grandes villes. Il en alla ainsi à Constantinople. Le sac des Palais de Bouchelion et de Blachernes, ainsi que le reste de la plus grande cité chrétienne du monde, permit de rassembler un trésor incalculable, qui fut l’objet d’une répartition soignée: Boniface de Montferrat et le doge de Venise firent réunir le butin en trois églises, procédant ensuite à une division à 50% entre Croisés et Vénitiens. Avec quoi les croisés purent payer à leurs alliés les 50.000 marcs d’argent qu’ils leur devaient encore pour l’organisation du voyage. La méthode de répartition interne du butin, selon Villehardouin, ne manque pas d’intérêt: “Et savez comment? Deus serjanz à pié contre un à cheval, et deus serjanz à cheval contre un chevalier. Et sachiez que onques hom n’en ot plus pour altesce ne pour proesce que il eüst, se ensi non con il fut devisé et fait, se emblé ne fu” (ch. LVI, n.º 254, p. 102). Quant à ceux qui s’étaient servis par avance, grande était la sanction: la pendaison. Au total, le chroniqueur estime que (sans la partie des Vénitiens et les appropriations privées) se trouvaient en jeu pour le moins 400.000 marcs d’argent, en plus de quelque 10.000 montures (*ibidem*, n.º 255, p. 102). Déjà Robert de Clari, après avoir dénoncé le vol d’une partie du trésor commun par 20 gardes (10 croisés et 10 Vénitiens) qui devaient le protéger, et par les plus riches seigneurs de l’armée, raconte que la ville de Constantinople elle-même fut l’objet d’une répartition: 25% pour l’empereur Baudouin I (comte de Flandres), 37,5% pour les Vénitiens

et 37,5% pour les Francs (R. Clari, ch. LXXX-LXXXI, pp. 780-781, et ch. CVII, p. 796). Quant aux terres et aux villes des environs, conquises entre-temps, elles furent partagées entre tous, selon la catégorie sociale de chacun: "Quand on eut ainsi donné à chacun sa part, les comtes et les grands personnages allèrent visiter leurs terres et leurs cités, où ils mirent leurs baillis et leurs garnisons" (R. Clari, ch. CVII, p. 796). Cependant, toutes les divisions du butin ne se passaient pas aussi bien. A Silves, par exemple, à cause des vivres (dont la ville était particulièrement riche), le roi portugais et les croisés finirent par se fâcher tout à fait, les chroniqueurs n'étant pas d'accord sur l'appréciation du comportement de D. Sancho I dans cette affaire¹⁸.

Quant aux excès où on a pu tomber, il suffit de rappeler le récit de l'Anonyme, qui raconte comment les croisés entrèrent dans Maarat, chacun d'eux s'appropriant de ce qu'il trouvait de bon à prendre, dans les maisons et dans les fossés, et se livrant au massacre des Turcs jusqu'à l'aube; la ville se remplit de cadavres au point de rendre difficile la circulation dans les rues (p. 136). Sur Jérusalem, nous avons déjà vu plus haut ce que relate le même chroniqueur, confirmant les accusations d'Ibn al-Athîr, tandis que Foucher de Chartres écrit: "Qui s'y serait trouvé aurait eu les pieds trempés jusqu'aux chevilles du sang des hommes égorgés. Que dirai-je de plus?"

¹⁸ Selon le "Récit de la route navale..." (1999, pp. 210-213), D. Sancho I prétendit obtenir des croisés un cinquième des vivres de la ville, alléguant qu'il eût mieux valu ne pas prendre la ville que de la perdre ensuite faute d'aliments. Les croisés finirent par livrer au roi la ville encore pleine de richesses, pour que par après il en fit le partage avec eux, comme il appartenait à sa Majesté royale; cependant, il n'en fut pas ainsi: "Le Roi donc, prenant tout pour lui, ne nous laissa rien, et c'est pourquoi les croisés si injurieusement traités, s'en séparèrent moins amis qu'ils ne l'étaient avant". Selon cette version de la conquête de Silves, D. Sancho I ne consentit même pas à accorder une compensation pour la promesse non tenue de donner la dixième partie de la terre conquise au Saint Sépulcre. Le même narrateur, toutefois, n'en confesse pas moins aussitôt après que, la ville une fois abandonnée, "nous séjournâmes dans le port encore quelque temps aussi bien pour répartir le butin que pour réparer deux bateaux qui avaient subi une avarie" (pp. 212-213)...

Aucun infidèle n'eut la vie sauve: on n'épargna ni les femmes ni les petits enfants". Ensuite, les croisés ouvrirent le ventre des Sarrazins morts pour leur arracher les besants d'or que ceux-ci avaient avalés dans l'espoir de sauver une partie de leur fortune (F. Chartres, ch. XVIII, p. 71). Probablement le chroniqueur qui fut chanoine du Saint Sépulcre exagère-t-il car, comme le remarque John France, bon nombre de Juifs survécurent et de nombreux Musulmans se réfugièrent à Damas; il convient encore de garder à l'esprit qu'une grande partie de la population indigène survécut à la conquête initiale, mais trois jours plus tard les chefs croisés décrétèrent l'exécution de tous les prisonniers (y compris les femmes et les enfants), car ils redoutaient fort l'arrivée d'une armée fatimide venue d'Egypte (1994: 355-356)...

De toutes manières, directement ou indirectement, au moment même ou quelques jours plus tard, l'avidité et la cruauté contaminaient les armées des *crucesignatos* comme il en allait de tous leurs congénères occidentaux et orientaux, d'hier et d'aujourd'hui. Au fond, tout se résume dans la poignante complainte de Raul, décrivant le *day after* à Lisbonne: "lorsque nous regardons la ville détruite et le château ruiné, les champs dévastés, la terre réduite à la solitude sans un seul habitant dans la campagne, tout deuil et gémissement, qu'il nous soit permis d'éprouver de la compassion pour leur destin et pour les maux qu'ils ont subis, de les plaindre et de les consoler dans leurs afflications parce qu'ils ne sont pas encore arrivés au bout des peines que leur réserve la justice divine, certainement parce que chez nous aussi, les chrétiens, les fautes de notre conduite n'ont pas été corrigées" (ch. 24, pp. 142-145). Finalement, le sac (argent, objets, rançons) finissait par constituer la principale motivation pour une grande partie des croisés; et, dans certains cas, comme à Lisbonne, on fit la promesse de distribuer de la terre à ceux qui voulaient rester après la conquête (comme à Constantinople), et de les exempter de redevances commerciales à perpétuité. La *guerre sainte*, même si le voyage s'interrompait avant Jérusalem, pouvait être le commencement d'une nouvelle vie sur la terre (F. Garcia Fitz, 2003: 87-91).

7. CONCLUSIONS

7.1. La relation entre les moyens défensifs et offensifs:

Durant la période étudiée (1097-1204) et dans la géographie considérée (péninsule Ibérique-Bosphore-Asie Mineure-Terre Sainte), la conclusion à retirer est celle d'un grand équilibre entre les moyens défensifs et offensifs. Il est certain que, des 10 opérations de siège que nous avons analysées, une seule échoua – celle de Arqa, en 1099, où l'échec de trois mois d'assauts et la relative moindre importance de la ville convainquirent les croisés d'accepter l'indemnisation proposée par l'émir de Tripoli. Cependant, il faut se souvenir des énormes moyens investis par les assaillants dans la plupart des autres cas, les appuis externes décisifs (et parfois inespérés) dont bénéficièrent quelques-unes de ces opérations (cas de Nicée et Antioche: flotte byzantine; et de Jérusalem: flotte génoise) et le fait que certains de ces succès frisèrent le fiasco total (cas surtout d'Antioche, dont une trahison détermina la prise, à la veille de l'arrivée d'une énorme armée de secours); même à Silves, en 1189, le roi portugais avait déjà menacé d'abandonner le siège, et il aura fallu l'insistance des croisés flamands et allemands pour le 'convaincre' à persister quatre jours de plus, pendant lesquels la résistance céda à la soif et aux mines ("Récit de la route navale", pp. 200-203). Au total, nous pouvons dire qu'une place bien fortifiée et ravitaillée en munitions, aliments et eau, et disposant d'une garnison loyale, pouvait résister longtemps à un siège, à moins qu'il ne fût conduit par une armée aux effectifs écrasants (comme l'était celle de la Première Croisade, surtout dans la phase initiale) et munie de matériel de siège complet. Dans l'étude publiée en 2001 (p. 191), Ronnie Ellenblum présenta un tableau des sièges conduits à leur terme en Terre Sainte entre 1096 et 1182: ce sont 96 opérations en à peine 85 ans, comprises (en principe) entre Nicée-1097 et Beirouth-1182. 45 de ces sièges furent conduits par des Francs et, d'entre eux, 34 (75,5%) couronnés de succès; les 51 restants furent entrepris par les Musulmans, 26 seulement (50, 98%) ayant réussi (22 échouèrent et 3 obtinrent un résultat incertain). On doit tenir compte du fait que nous considérons des sièges mis aux châteaux et également aux villes, celles-ci étant très difficiles à isoler dans la mesure où, étant plus grandes – elles exigeaient des armées plus

volumineuses et actives durant un temps plus long. Il ne faut pas oublier non plus que les armées médiévales étaient provisoires, ce qui rendait difficile de les conserver longtemps sur le théâtre des opérations (O'Callaghan, 2003: 138): à Lisbonne, par exemple, le roi de Portugal vit la majeure partie de ses hommes partir au bout d'environ un mois et demi de siège... Une autre difficulté des assaillants résulta de leur grande vulnérabilité aux conditions climatiques, à la maladie et au manque d'aliments, surtout dans les opérations traînant en longueur, ainsi qu'à l'apparition de puissantes armées de secours (cf. Antioche). Il convient aussi de rappeler que, du point de vue de la défense, s'il était évidemment important de disposer de bons combattants (y compris cavaliers et montures, pour les sorties-surprise), il était malgré tout plus facile d'improviser des solutions alternatives, recourant à des femmes, à des jeunes inexpérimentés et même à des enfants pour le transport de l'eau, des pierres et d'autres matériaux, pour les fonctions de guet, etc.¹⁹...

En conclusion, remporter le succès dans une grande opération de siège était possible, mais dès lors que se trouvaient réunis tous les moyens nécessaires (commandement, effectifs, armement, munitions, chevaux²⁰, personnel spécialisé pour la construction de la machinerie lourde, ravitaillement, organisation, ...) ce qui coûtait (très) cher et n'était pas facile à réaliser avec des armées provisoires et dépourvues d'entraînement militaire régulier. Avec des machines de siège limitées, le mieux était de contourner les villes fortifiées sans tenter de les conquérir, à moins qu'il ne s'agisse de places dont la

¹⁹ John France (1999: 109-111) souligne la grande capacité de résistance des grandes villes, rappelant les difficultés du combat de rue, aussi difficile au Moyen Âge qu'à Stalingrad. L'auteur évoque, à ce propos, la façon dont les citoyens de Toulouse-1217 se barricadèrent dans les rues et lancèrent sur les assaillants une pluie de missiles du haut des toits; dans cet exemple, hommes, femmes, enfants même s'organisèrent efficacement, improvisant des fortifications avec de la terre et du bois et rendant les rues de Toulouse presque impraticables.

²⁰ Ainsi que l'observe John France (1999: 109), les enluminures médiévales montrent presque toujours des cavaliers parmi les armées assaillantes: leur mobilité était importante pour repousser les sorties-surprise et, à une distance prudente, les attaques des armées de secours; en outre, les montures étaient précieuses pour les expéditions de fourrage.

possession était indispensable au succès de la campagne (ex: Antioche, Jérusalem, Constantinople): ces dernières devaient alors être l'objet d'un siège en règle; la majorité des villes côtières de la Syrie, quant à elles, purent attendre les mois qui suivirent la libération des Lieux Saints, lors de la Première Croisade (M. Balard, 1988: 178).

7.2. Durée des opérations de siège et coûts matériels et humains:

Dans les dix cas que nous avons considérés dans cette étude, la durée des opérations de siège a énormément varié, entre cinq jours à Zara (1202) ou à Constantinople (1204, second assaut, et à ce titre cas assez exceptionnel) et les 7 mois et 13 jours nécessaires à la reddition d'Antioche. Entre ces extrêmes, nous trouvons, par ordre croissant: Constantinople-1203 (12 jours), Maarat-1098 (16 jours), Jérusalem (1 mois et 8 jours), Silves (1 mois et 11 jours), Nicée (1 mois et 13 jours), Arqa-1099 (3 mois) et Lisbonne (3 mois et 20 jours). La moyenne de ces dix cas est de 58,3 jours (presque 2 mois) par siège, ce qui prouve l'équilibre que nous avons souligné au point antérieur. En ce qui concerne les pertes, les chroniqueurs ne nous fournissent pas les chiffres dont nous aurions besoin. Mais il est possible de comprendre que, dans la majeure partie des cas, les pertes résultant directement des combats sont probablement moindres que celles dues à d'autres facteurs, comme la maladie et la désertion. Comme il en advint dans de nombreuses guerres modernes: John France (1994: 236), rappelle ce qui est arrivé durant la Guerre Civile américaine, où les 200.000 morts au combat furent presque doublées par celles dues à la maladie. Il importe de se souvenir des conditions dans lesquelles se déroulaient les opérations de siège les plus prolongées. A Antioche, entre octobre 1097 et juin 1098, l'armée croisée eut à supporter des variations de température estimées entre les 9 et les 25 degrés, et des indices de précipitation entre les 35,6 et les 259 mm (*ibidem*: 137); en conséquence, tous les chroniqueurs parlent des tentes pourries et déchirées et de l'état déplorable des vêtements des chrétiens. La brutalité du climat, la faim, la mauvaise nourriture, la soif, avaient des effets aussi dramatiques sur la réduction des effectifs croisés que les actions de siège proprement dites. Selon John France, l'armée de la

Première Croisade comprenait, au départ, de 50 à 60 mille personnes (entre combattants et non-combattants: pèlerins, femmes, enfants et serviteurs, que la quantité même de chevaux, au début environ 20.000, un minimum de trois par cavalier, exigeait). A la fin de Nicée, dans les derniers jours de juin 1097, ils étaient quelque 50.000, dont 7000 chevaliers ou seigneurs. A la fin de la Première Croisade, affaibli par les morts au combat ou par la maladie, par les désertions et également par la nécessité qu'il y avait de laisser des garnisons dans les villes conquises, le noyau dur des combattants chrétiens ne devait pas dépasser les 20.000 hommes, auxquels en cas d'urgence pouvait venir s'ajouter un certain nombre de gens moins bien armés, recrutés parmi les croisés pauvres. C'est une semblable force qui s'empara de Jérusalem, en juillet 1099 (*ibidem*: 126-142). Même ainsi, c'était là une armée fort respectable, comparable à celle avec laquelle Guillaume de Normandie conquiert l'Angleterre, en 1066 (Bataille de Hastings). C'est que la question doit être regardée à l'échelle du Moyen Age, où quelques centaines de combattants composaient déjà une armée appréciable. Comme l'observaient Anne-Marie Eddé et Françoise Micheau (1991: 66-67), au Proche-Orient, seules les grandes armées, fatimides ou seldjûqides (ou, plus tard, mongoles), dépassaient les 10.000 hommes; pour un émir alepin, quelques milliers de soldats représentaient déjà une force importante! Dans toute l'histoire des croisades en Syrie-Palestine, la plus grande armée chrétienne jamais rassemblée paraît être celle réunie, en 1189, par Frédéric Barberousse: près de 100.000 hommes, y compris quelque 20.000 cavaliers (J. France, 1994: 136). Mais il était presque impossible de maintenir et d'alimenter une armée d'une telle proportion... Comme exemple occidental, prenons le cas de Lisbonne-1147, où l'armée chrétienne doit avoir réuni entre 10 et 13 mille hommes, dont l'immense majorité étaient des croisés venus de l'Europe du Nord, et les autres des combattants portugais aux ordres du roi D. Afonso Henriques²¹. Au total un nombre non négligeable, si nous rappelons que, à l'exception de la campagne de Ceuta (en 1415), les plus grandes armées royales

²¹ Matthew Bennett (2001: 74) estime le contingent anglo-normand à 4.500 hommes et la force flamande et rhénane à environ 5.200 (sur un total d'environ 10.000 hommes). Pedro

portugaises de la fin du Moyen Age atteignaient rarement ce chiffre, même dans les moments les plus difficiles (J. G. Monteiro, 1998: 90-98).

7.3. Niveaux d'efficacité des diverses techniques de siège:

L'analyse des diverses techniques de siège décrites dans cette étude nous permet de retirer quelques conclusions intéressantes quant à leur efficacité. Disons avant tout qu'aucune technique ou machine de siège ne s'est révélée en soi décisive: Antioche est tombée par trahison; Maarat a cédé sous l'action d'une tour, combinée à celle des échelles; à Jérusalem, la grande tour de Godeffroy de Bouillon, dans la zone nord, a garanti le succès des croisés; à Lisbonne, c'est également la tour mobile anglo-normande, complétée par l'escalade du mur oriental par les Allemands, qui décida de la journée; à Silves, la clef du succès résida dans le minage de la «couraça» (et dans la privation d'eau qui s'ensuivit); à Zara et à Constantinople, ce qui permit aux croisés de l'emporter fut la combinaison entre l'escalade des Francs et le tir des engins de lancement de pierres fait à partir des bateaux vénitiens; à Arqa, l'assaut échoua; et à Nicée, c'est le blocus du lac qui conduisit à la reddition de la garnison turque. En somme, nous avons au moins cinq solutions différentes pour à peine neuf sièges réussis! Il ressort que l'usage était d'associer (presque) toutes les techniques en chaque opération de siège. A moins que le terrain (notamment le relief ou la dureté

Barbosa (2004: 27), de son côté, évalue à un nombre global de 13.000 hommes l'ensemble de l'armée croisée qui voyagea de Dartmouth au Portugal à bord de 164 navires (version de Raul: ch. 1, pp. 54-55) ou de près de 200 bateaux (version de la "Lettre de Lisbonne": Edgington, 1996: 336). Quant aux effectifs portugais mobilisés par D. Afonso Henriques au siège de Lisbonne de 1147, il n'y a pas d'estimatives, mais il convient de rappeler ici que, selon le récit de Raul (ch. 16, pp. 110-111), le monarque, après les six premières semaines de siège, donna leur dispense à la presque totalité de ses hommes, vendant leurs aliments et les envoyant à Santarém (*"rex omnem exercitum suorum dimisit, exceptis paucissimis militibus et domus sue procuratoribus, uenditis uictualibus suis vel transmissis apud Santam Hyreneam"*). Il est probable qu'on était arrivé à la fin du service gratuit obligatoire dans l'armée royale...

du sol) rendit impossible le recours à certaine(s) d'entre elles: à Antioche, par exemple, il n'est pas question de l'utilisation de tours ni de mines, de la même manière qu'à Jérusalem on n'entreprit pas non plus de creuser des mines. A Zara et à Constantinople, entourées d'eau, il était exclu d'employer des tours, des béliers ou des caves. Toutefois, la certitude qui subsiste est que l'on tentait d'abord l'assaut par des moyens plus légers et moins coûteux, en particulier par l'escalade des murs, et, à mesure que la résistance se prolongeait, on recourait à des solutions plus sophistiquées (béliers, machines à lancer des pierres, grandes tours de bois), matériel fabriqué sur les lieux, dès lors qu'il y avait de l'argent, des matières premières et des ingénieurs. De toute façon, il est évident qu'aucune de ces techniques ne fonctionnait bien toute seule, devant être articulée aux autres: les tours avec les échelles, ou avec les mines; ou les tortues avec les béliers et avec le tir des archers et des arbalétriers. Aussi, dans les cas considérés, le "répertoire tactique" des assiégeants ne réunissait-il jamais moins de quatre ou cinq techniques distinctes opérant simultanément, exception faite des sièges de Zara et de Constantinople et pour les raisons déjà mentionnées. En tout cas, il convient de reconnaître que, comme le disaient déjà les grands théoriciens militaires chinois et romains (comme Sun Tzu ou Végèce), rien ne vaut que de prendre une place sans combat, de surprise, par ruse ou par trahison... Les croisés n'auraient pas demandé mieux que de voir la trahison de Fîroûz se faire quelques mois plus tôt! Mais même lorsque aucun des procédés évoqués ne réussissait, restait toujours l'espoir que la garnison céderait sous l'effet de la faim ou de la soif, après quelques semaines de blocus (F. García Fitz, 1998: 215-277). Comme il en adviendrait probablement à Lisbonne ou à Silves: et si ce ne fut pas le cas à Nicée, ce fut grâce à un accord fort opportun entre le chef de la garnison et l'empereur byzantin. En conclusion, le siège d'une place-forte impliquait un grand déploiement de techniques de combat et de gestion (psychologique aussi bien) de ressources humaines et matérielles. Et pour montrer combien peut être trompeuse la traditionnelle séparation entre les sièges et les batailles rangées, il n'est que de se rappeler que dans les premiers on pouvait voir arriver une armée de secours obligeant les assiégeants à livrer bataille en champ ouvert, comme il arriva à Antioche, à trois reprises, et comme ce fut presque le cas à Jérusalem, l'année suivante. Un siège était bien une opération fort imprévisible!

7.4. L'évolution des techniques de siège:

L'étude des sources où nous avons puisé pour reconstituer les procédés de siège auxquels recoururent les armées croisées entre 1097 et 1204 nous conduit à conclure qu'il n'y eut pas de transformations significatives en la matière, bien que nous considérions une période de temps supérieure à un siècle. De fait, on n'assista à l'apparition d'aucune technique nouvelle au long de ces années, et même en ce qui concerne les machines à lancer des pierres utilisées, nous supposons que celles décrites par Geoffroy de Villehardouin et Robert de Clari pour les sièges de Zara et de Constantinople sont encore, au moins pour la plupart, des trébuchets à traction, c'est-à-dire fonctionnant à la force de bras humains (et non les trébuchets à contre-poids qui renforcèrent considérablement l'artillerie de siège à partir de la seconde décennie du XIII^{ème} siècle). Ce qui ne signifie pas cependant qu'il n'y ait pas eu d'importants perfectionnements apportés à la fabrication ou même à la conception de quelques-unes des plus notables machines de siège. Nous pensons surtout aux grandes tours de siège, qui décidèrent d'au moins trois des dix sièges étudiés (Maarat-1098, Jérusalem-1099 et Lisbonne-1147). En vérité, tandis que dans les deux premiers cas les tours utilisées ne disposaient pas de passerelles propres et qu'il fallait recourir à des poutres et à des planches *ad hoc*, ainsi qu'à des branches enlevées aux arbres du lieu pour effectuer l'indispensable liaison aux remparts, en revanche il semble que la tour mobile employée par les croisés anglo-normands dans la conquête de Lisbonne devait être pourvue d'un pont-levis articulé au reste de la structure, et que, en s'élevant de presque un mètre et demi, elle terrorisa de telle façon les assiégés qu'ils déposèrent les armes et demandèrent une trêve. La conquête de Lisbonne, en 1147, a dû par conséquent avoir été le premier (ou l'un des premiers) exemple(s) d'utilisation (réussie) d'une tour mobile munie de pont-levis de la part des armées croisées. Il s'agit là d'une évolution naturelle, caractéristique d'une société qui s'accoutumait à des machines plus sophistiquées (ex: les moulins à eau dotés de roues sur axe et roues dentelées), et en l'occurrence d'un pont articulé à des poulies et susceptible d'être placé exactement à la hauteur voulue, dans un contexte particulièrement défavorable. D'autre part, nous devons nous souvenir que les opérations de siège de la Première Croisade mirent les

armées chrétiennes devant la nécessité de pratiquer un genre de guerre qui, sans être inédite, se déployait sur une échelle encore inconnue en Occident et contre un ennemi fortement retranché dans de grandes villes (et non dans des châteaux isolés, de petite ou moyenne dimension comme c'était souvent le cas en Occident). Devant progresser en territoire turc ou fatimide, les chrétiens se virent dans l'obligation de se faire accompagner d'une machinerie lourde, bénéficiant probablement de l'enseignement des meilleurs auteurs byzantins, comme Nicéphore II Phocas (M. Balard, 1999: 221). Anne Comnène fait même allusion, dans sa célèbre chronique (l'*Alexiade*), aux dessins que son père, Alexis I^{er}, aurait envoyés aux chefs croisés, pour les orienter dans le choix des meilleurs procédés de siège. Dans celui de Jérusalem, en 1099, la présence du marin-ingénieur génois Guillaume Ricau se révéla déterminante pour la construction de la machinerie de siège de l'armée provençale, il en alla de même avec l'ingénieur pisan qui, selon la "Lettre de Lisbonne" (Edgington, 1996: 338), monta entre le 8 septembre et la mi-octobre une énorme tour à l'endroit même où avait été détruite auparavant la tour des Anglais. Et au long du XIII^{ème} siècle, il est connu que, dans les divers royaumes européens (Aragon, France, Angleterre, Allemagne), l'importance des ingénieurs militaires ne cessa de grandir, au point que Frédéric de Hohenstaufen garda près de lui, enchaîné, le grand ingénieur hispanique Calamandrinus (J. France, 1999: 125)! Rappelons enfin que, si les techniques de siège, ne connurent pas une grande évolution entre 1097 et 1204, ceci est également dû au fait que ce n'est qu'à partir du troisième quart du XII^{ème} siècle que l'architecture militaire s'est signalée par des innovations notables.

7.5. Comparaison entre les procédés de siège utilisés en Occident et en Orient:

Dans ce dernier point, il nous semble important de mettre en relief quatre aspects différenciateurs:

- i) l'utilisation exclusive de tours mobiles par les armées chrétiennes;

- ii) l'utilisation par les Musulmans (Arabes ou Turcs) jusqu'en 1140 environ, d'artillerie lourde seulement dans les actions défensives;
- iii) l'utilisation presque exclusive du feu grégeois par les armées musulmanes;
- iv) l'utilisation intensive (et décisive) de la technique des mines dans les opérations réalisées par les croisés en Occident (Lisbonne et Silves), par comparaison avec ce qui s'est passé en Syrie-Palestine.

Les deux premiers aspects s'expliquent par l'inexistence de charpentiers et d'autre personnel spécialisé au sein des armées en campagne musulmanes, situation qui, selon Ronnie Ellenblum, ne changera qu'à partir de Saladin (1147-1193). Les Arabes et les Turcs privilégiaient une guerre de mouvement, qui s'accommodait mal du transport de lourds matériels. Ce qui aide aussi à expliquer le bas niveau de succès des opérations de siège entreprises par les Musulmans en Terre-Sainte, entre 1096 et 1109: 27% seulement (R. Ellenblum, 2001: 191). Il s'agissait d'une question d'option, dans leurs façons de faire la guerre, plus que d'une véritable incapacité technique de la part des Arabes à construire et à utiliser de tels équipements (qu'ils connaissent du reste à partir des exemples fabriqués par les Francs et qu'ils utilisaient même, en certains cas, dans leurs fortifications). La même limitation semble avoir été constatée chez les Turcs: quand il atteint Antioche, le 4 juillet 1098, et met le siège aux croisés qui venaient de s'emparer de la ville, Kerbogha (qui d'ailleurs venait du nord-est, d'Édesse, place dont il avait en vain fait le siège trois semaines durant, selon le témoignage de Foucher de Chartres présent sur les lieux: ch. XI, p. 49), il n'amène pas d'artillerie lourde avec lui, ne fait pas procéder à la fabrication d'un tel armement, ni à celle de tours de bois, pendant les diverses semaines que dura le siège...

Quant à eux, les Croisés déploieront d'immenses efforts afin de pourvoir leurs armées sur le terrain des meilleurs moyens de siège qu'il était possible de concevoir, renforçant au maximum leur capacité logistique et technique; pensons, par exemple, au transport de bateaux depuis le port de Civitot jusqu'au lac de Nicée, au long de près de sept miles, sur de lourds chariots,

tirés par des boeufs et des chevaux, opération essentielle au futur du siège et si bien décrite par l'Anonyme (p. 53) et, plus tard, par Guillaume de Tyr (voir R. Ellenblum, 2001: 192). Le résultat de ces efforts impressionna fort les chroniqueurs arabes des croisades; par exemple, la tour de bois utilisée par les chrétiens à Jérusalem (encore que sans pont-levis) devint presque une légende dans la littérature orientale. Une fois les sièges terminés, il n'était pas rare que les Musulmans examinassent avec étonnement les caractéristiques et les dimensions des machines de siège utilisées sur le champ de bataille (et nécessairement fabriquées *in loco*) par leurs adversaires militaires et religieux²².

²² Ronnie Ellenblum observe que la charpenterie ne fut jamais une spécialité des armées arabes, ni des tribus nomades turques. C'est pourquoi les uns et les autres éprouvaient des difficultés à transporter et à monter de lourdes poutres devant le feu des adversaires. Les chefs militaires musulmans savaient recruter de bons charpentiers et procéder au montage de machines de guerre à l'intérieur des villes (Guillaume de Tyr remarque d'ailleurs la grande quantité d'artisans spécialisés, d'outils et de matières premières, comme le fer, le cuivre, les cordes, etc. qu'on y trouvait), mais ils n'étaient pas capables (ou ne voyaient pas la nécessité) de recruter un grand nombre de charpentiers pour les intégrer à leurs armées en campagne. En outre, tandis que les Francs disposaient de l'appui de bateaux (surtout italiens), pour le transport de matériaux pesants, les Musulmans avaient surtout des chameaux. Ainsi étant, "l'accès à la charpenterie sophistiquée, qui se trouvait dispersée dans tout l'Orient, et l'accès aux logistiques de flottes étrangères, fit de la construction rapide de grosses machines de siège un monopole des Francs" (R. Ellenblum, 2001: 194). Selon le même auteur, ce tableau ne se modifierait qu'à partir du siège de Montferrand, en 1137 (dans lequel, curieusement, les Musulmans ont dû avoir recours au train d'équipage royal français capturé). Cette évolution fit que, entre 1140 et 1170, les Musulmans combinèrent déjà des bombardements lourds avec de vieilles techniques de siège (cf. Banyas-1164), ce qui finira par mettre en question la sécurité et la robustesse des forteresses franques de Syrie-Palestine, qui à partir de la fin de la décennie 1160 entrent justement dans un processus de profondes réformes (dont la construction de murailles concentriques est certainement l'élément le plus notable). Des années 1170 date aussi un important traité, composé par un certain Murda b. Murda al Tarsui pour la bibliothèque privée de Saladin, traité qui dénonce l'intérêt musulman dans la guerre de siège pratiquée par les Francs et qui inclut des descriptions détaillées d'armes habituellement peu utilisées par les armées musulmanes, y compris des machines à lancer des pierres et des tours de siège (*ibidem*: 196). Le soin mis par les Francs à brûler leurs engins de siège avant d'abandonner Alexandrie (en 1167) ou Damiette (en 1169) n'empêchera pas leurs adversaires de rattraper le retard qu'ils avaient en la matière: d'ailleurs, dans le traité de Murda existe déjà une suggestive typologie du "mangonel", sous-divisé en quatre variantes: arabe, perse/turque, franque et

Quant au feu grégeois, technique terriblement efficace vu sa composition poisseuse et la facilité avec laquelle il se fixait sur le bois des machines de siège (tours, tortues, béliers, etc...), malgré le soin mis à les recouvrir d'osier et de cuirs crus humidifiés (ce qui retardait la combustion sans pourtant l'empêcher), rien ne nous montre que les croisés l'aient adopté et utilisé régulièrement pour leur propre bénéfice (on trouve une rare exception dans le récit de Robert de Clari, ch. LXXIV, p. 776: des navires vénitiens à Constantinople-1204 jettent du feu grégeois contre les tours de la muraille). Tout au plus, ils auraient appris à s'en défendre, par exemple avec du vinaigre, mais rien de plus. L'humidité moindre et surtout la plus grande abondance de naphte et d'autres dérivés du pétrole à l'Orient firent sur ce point toute la différence (au détriment des armées croisées).

Finalement, quoiqu'ils eussent utilisé des mines à Nicée, à Maarat et à Arqa (et dans ce cas apparemment sur un mode intensif, mais sans résultat pratique), il semble que ce soit dans les opérations menées en Occident (Lisbonne-1147 et Silves-1189) que les armées croisées de la période étudiée aient le plus investi dans ce type de technique d'assaut, et avec succès. Comme nous l'avons vu au point 3.7., en dépit de cinq tentatives manquées, les croisés rhénans et flamands qui attaquaient Lisbonne s'entêtèrent à creuser un fossé souterrain devant la partie la plus élevée du château: c'était là une "super-mine", avec cinq entrées principales distinctes, presque 26 mètres de largeur à l'avant et qui prit un mois à être construite; de ces travaux allait résulter l'affaissement d'environ 20 mètres de muraille (60 mètres, selon la "Lettre de Lisbonne"), dans la nuit de St. Gal. A Silves, 42 années plus tard, l'obstination des chrétiens à creuser de longues et profon-

"manjanik" (une adaptation perse à la technique des Francs, quoique dotée d'une puissance encore moindre)... Ainsi, dans le dernier tiers du XII^{ème} siècle et au commencement du XIII^{ème}, un petit nombre de grandes machines, voire de "trébuchets" (qui étaient des engins gigantesques) devint partie intégrante de l'arsenal de guerre de siège musulman, comme l'ont bien montré les opérations conduites à Césarée ou à Château-Pélerin, toutes deux datant de 1220 (*ibidem*: 196-198).

des mines était telle que les Maures circulaient devant les murailles frappant le sol et écoutant s'il sonnait creux (“... *stabant extra muros et tundebant terram si concavitas audiretur, quia temebant ad murum iam pervenisse foveam*”), ou faisant des trous ici et là (“*Quidam etiam fodiebant, tu sic foveam deprehenderent*”), ayant eux-mêmes fini par ouvrir un fossé au ras du mur, du côté intérieur, pour rendre difficile une (dont on avait à tort fait l’hypothèse) pénétration directe des croisés à l’intérieur de la place (“*Interius longam quoque aliam foveam fecerunt prope murum, quia credebant quod per foveam murum intrare ad eos proposuissemus, sed ipsa intencio era deiicere murum*”)²³! Aucune précaution n’était superflue, les croisés étant en effet parvenus à miner une des tours de la «couraça» sur deux côtés, coupant ainsi le ravitaillement en eau de la ville, ce qui allait décider du siège. Parmi tous les cas étudiés ici, Silves fut, d’ailleurs, l’unique exemple où la technique des mines s’avéra essentielle au succès de l’opération. Nous avons vu du reste que, dans les plus grandes opérations poliorcétiques de la Première et de la Quatrième Croisade (Antioche, Jérusalem, Constantinople), la méthode des caves n’a même pas pu être mise en oeuvre²⁴.

²³ Voir “Récit de la route navale...”, 1999, pp. 196-205.

²⁴ Et pourtant, il convient de garder à l’esprit que, selon le récit d’Ibn al-Qalânisi, lors du siège d’Édesse (1144), Zinkî, le fils de Nûr ad-Dîn, emmena avec lui des «troupes spéciales de sapeurs du Khorassan et d’Alep», qui «se mirent à creuser aux endroits les plus opportuns; ils poussèrent leur travail et avancèrent dans les entrailles de la terre tant que leurs galeries parvinrent sous la fondation des tour du rempart; après qu’ils eurent étayé avec des rondins et des instruments spéciaux, ils n’eurent plus qu’à mettre le feu; ils demandèrent l’autorisation de le faire à Zinkî qui la leur donna après être entré dans la sape, avoir vu le travail par lui-même et exprimé son admiration et sa stupéfaction. Quand le feu fut mis au boisage, il embrassa les rondins et les détruisit; aussitôt le mur s’écroula et les Musulmans donnèrent l’assaut à la ville après que de nombreux combattants des deux partis eurent trouvé la mort dans l’éboulement; le nombre des tués et des blessés parmi les Francs et les Arméniens les obligea à s’enfuir. La ville fut prise de vive force le samedi vingt-six jumada II [23 décembre 1144] au petit matin» (Ibn al-Qalânisi, 279-280, in F. Gabrieli, pp. 75-76). Un cas exceptionnel, expliquant la «stupéfaction» de Zinkî? Ou un sujet à revoir?

ANEXOS

Fig. 1 Location of *Micropterus salmoides* sampling sites in the Rio São Francisco, Brazil. The map shows the location of the river in the state of Bahia, Brazil, and the location of the sampling sites along the river. The river is shown in blue, and the sampling sites are marked with red dots. The map also shows the location of the city of Salvador, Brazil, and the state of Bahia, Brazil.

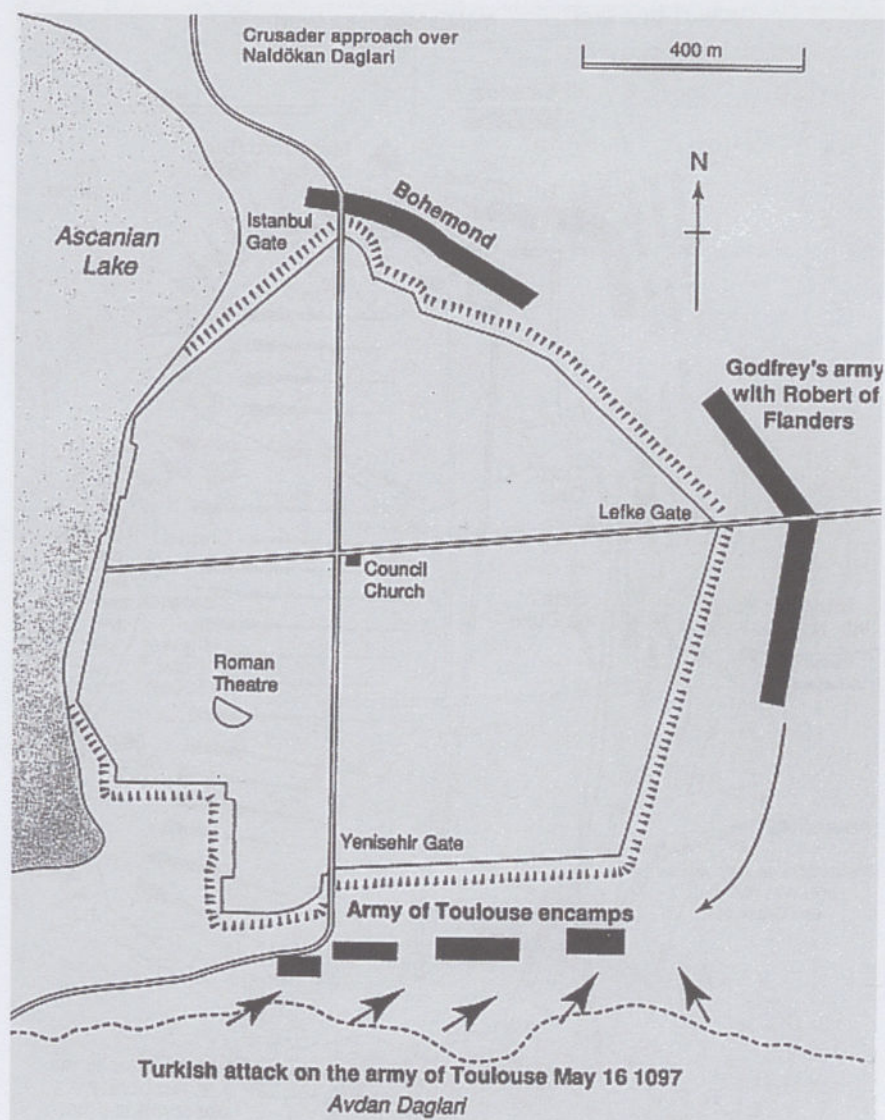


Fig. 1 – Le siège de Nicée et l'attaque des Turcs le 16 mai 1097
d'après John France, "Victory in the East" (1994, p. 123).

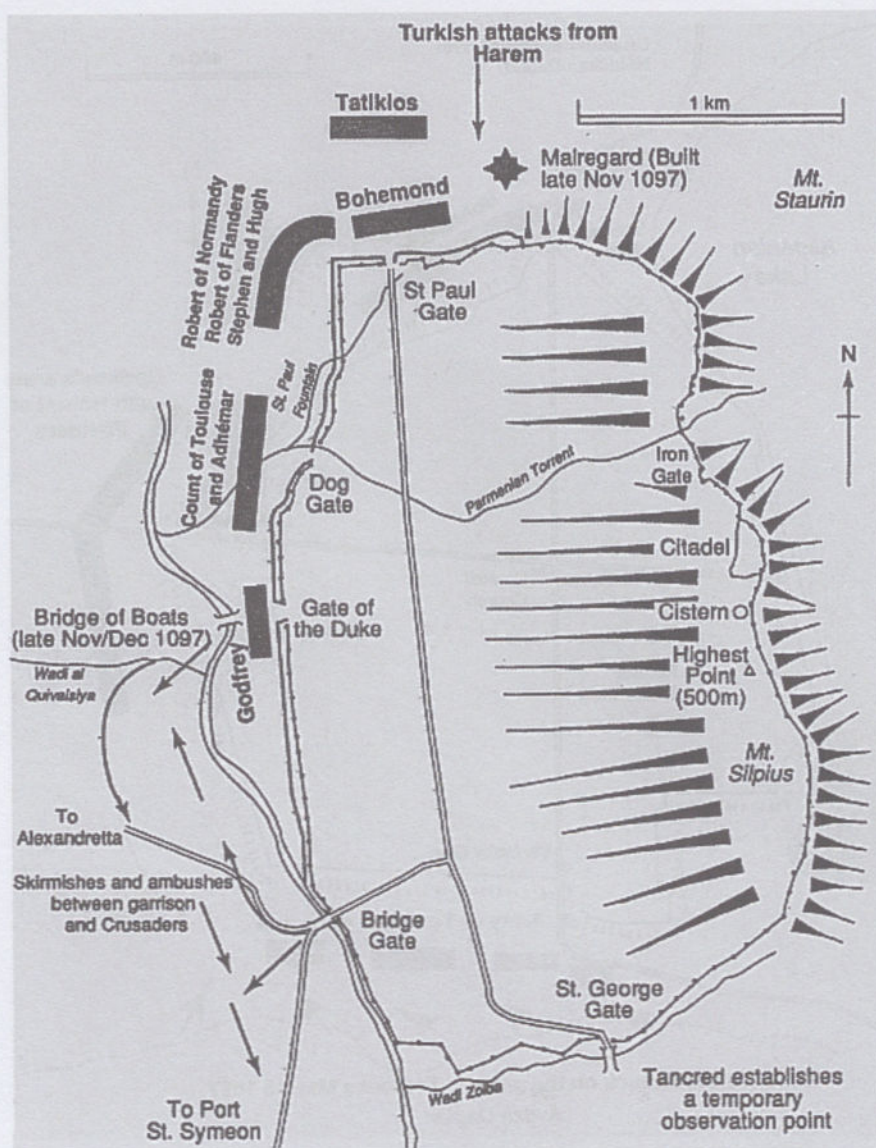


Fig. 2 – *Le siège d'Antioche (octobre 1097-février 1098)*
d'après John France, "Victory in the East" (1994, p. 221).

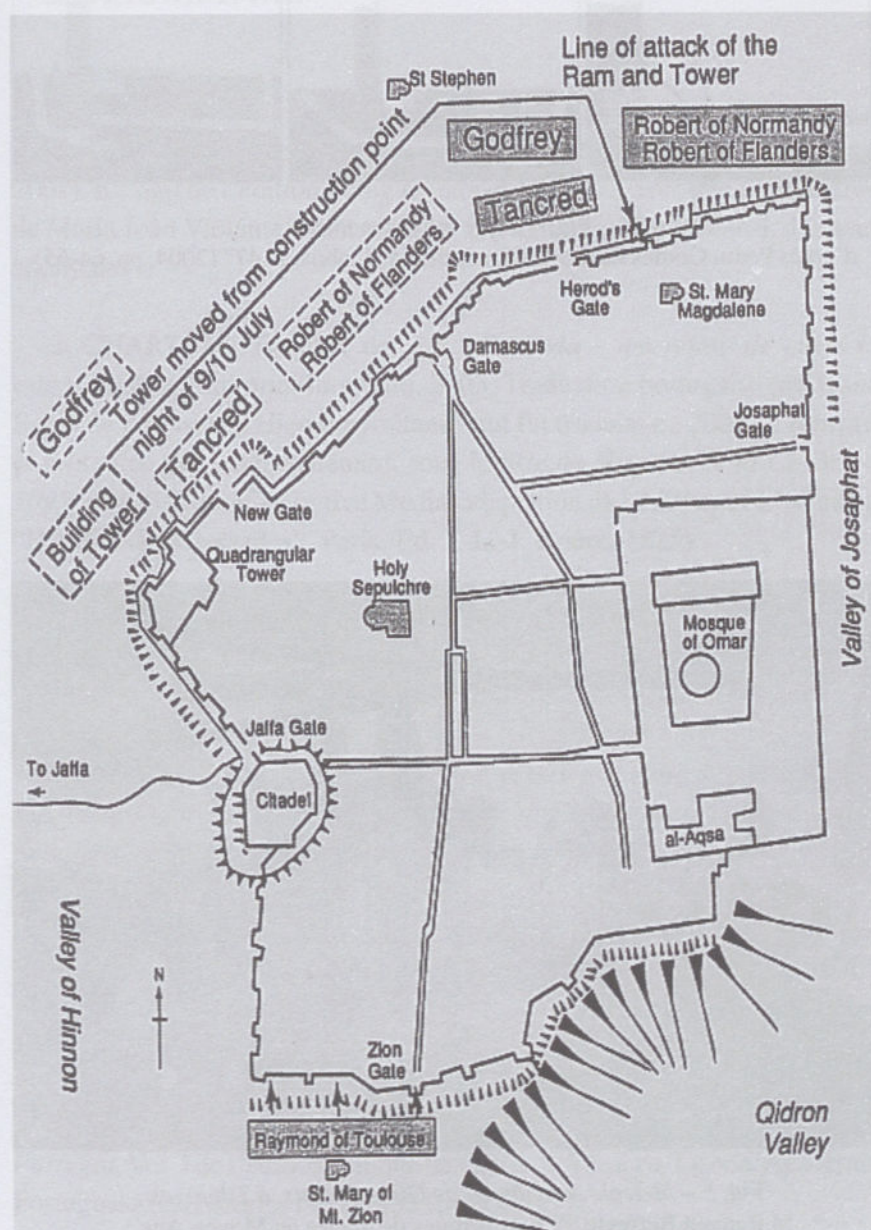


Fig. 3 – Le siège de Jérusalem: l'attaque finale, le 13-15 juillet 1099 d'après John France, "Victory in the East" (1994, p. 340).

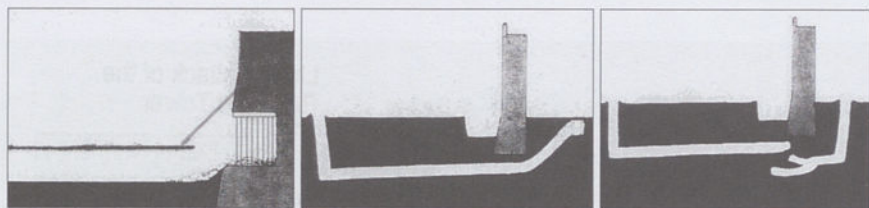


Fig. 4 *Mine et contre-mine*,
d'après Pedro Gomes Barbosa, "Conquista de Lisboa, 1147" (2004, pp. 64-65).

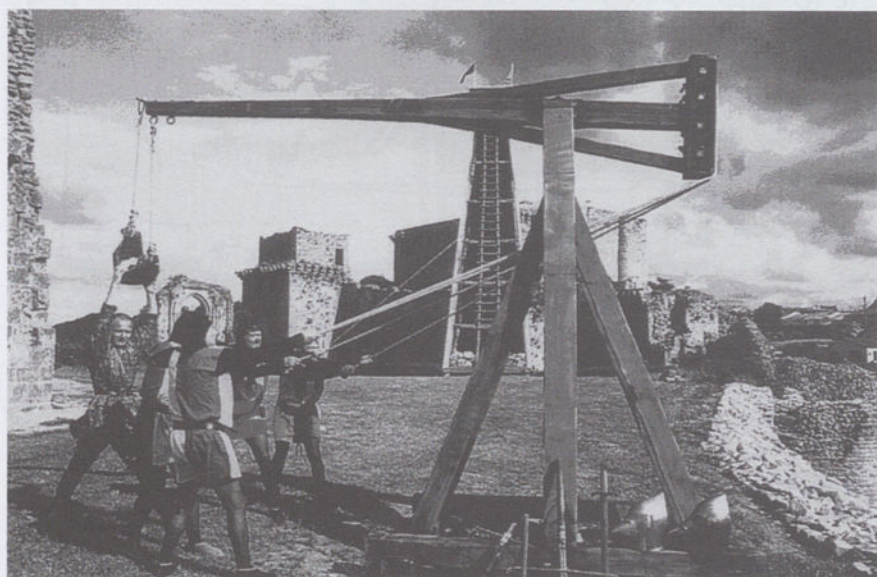


Fig. 5 – *Bricole au château de Giles de Rais, à Tiffauges*
In Renaud Beffeyte, "Les machines de guerre au Moyen Âge",
Rennes, Éditions Ouest-France, 2000, p. 10.

BIBLIOGRAPHIE

I. Sources:

1. *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado* – édition, traduction et notes de Aires A. Nascimento (Lisboa, Vega Editora, 2001). Il s'agit de l'édition bilingue (latin-portugais), avec une introduction de Maria João Violante Branco, du *De Expugnatione Lyxbonensi*, d'auteur anonyme.

2. CHARTRES, Foucher de, *A 1.^a Cruzada – um relato de quem lá esteve*. Lisboa, Editorial Inquérito, 2003. Traduction portugaise (de Joana Rosa) de l'“*Historia Hierosolymitana*” qui fut traduite en 2001 en français et présentée par Jeanne Ménard, sous le titre de *Histoire de la Croisade, 1095-1096* (Cosmopole Active Media: adaptation de l'édition de M. Guizot, “*Histoire des Croisades*”, Paris, Ed. J.-L.-J. Brière, 1825).

3. *Chronique Anonyme de la Première Croisade*. Paris, Arléa, 1998. Traduction en français moderne, d'Aude Matignon, du texte latin d'auteur inconnu intitulé *Gesta Francorum et aliorum Hierosolimitanorum*.

4. *Chroniques Arabes des Croisades*, textes recueillis et présentés par Francesco Gabrieli, traduits de l'italien par Viviana Pâques, Sindbad, Actes Sud, 1996 (édition française originale: 1977).

5. CLARI, Robert de, «La Conquête de Constantinople». Traduction en français moderne par Jean Dufournet, in *Croisades et pèlerinages*, édition par Danielle Régner-Bohler et Robert Laffont, collection “Bouquins”, Paris, 1997 (pp. 725-801).

6. “Crónica de D. Sancho I”, in *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Vol. I de l'édition critique de Carlos S. Tarouca, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952-1953 (pp. 141-177).

7. EDGINGTON, Susan, “The Lisbon Letter of the Second Crusade”, in *Historical Research*, Vol. 69, n.º 170, octobre 1996 (pp. 328-339) – transcription du manuscrit latin connu par “Carta de Lisboa”.

8. EDGINGTON, Susan, "Albert of Aachen, St. Bernard and the Second Crusade", in *The Second Crusade. Scope and Consequences*, edited by Jonathan Philips & Martin Hoch, Manchester-New York, Manchester University Press, 2001 (pp. 54-70) – traduction anglaise du manuscrit latin connu par "Carta de Lisboa", avec toutes ses variantes.

9. OLIVEIRA, José Augusto de, *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, 2.^a edição, Câmara Municipal de Lisboa, 1936 – traduction portugaise de la "Carta de Arnulfo" (voir, infra, A. Pimenta, 1982).

10. PIMENTA, Alfredo, *Fontes Medievais da História de Portugal*, Vol. I "Anais e Crónicas", 2.^a edição, Lisboa, Sá da Costa, 1982 (pp. 124-130: transcription de la version latine de la "Carta de Duodequino"; pp. 133-140: reproduction de la traduction portugaise, de José Augusto de Oliveira, de la "Carta de Arnulfo").

11. *Relação da derrota naval, façanhas e sucessos dos cruzados que partirão do Escalda para a Terra Santa no anno de MCLXXXIX*: traduction portugaise, par João Baptista da Silva Lopes, du *De Itinere navali, de eventibus de que rebus a peregrinis Hierosolyman petentibus MCLXXXIX fortiter gestis narratio* (Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1844, edição bilingue) – fac-similé récemment publié par la Municipalité de Silves (précédé d'une étude de Manuel Cadafaz de Matos sous le titre "A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo"), Lisboa, Edições Távola Redonda, 1999.

12. VILLEHARDOUIN, Geoffroy de, *La Conquête de Constantinople*. Texte en français médiéval, avec Chronologie et Préface de Jean Dufournet, Paris, Garnier-Flammarion, 1969. Obs: il existe déjà des traductions en français moderne de cette œuvre: Edmond Faral, Paris, Société d'Editions "Les Belles Lettres", 2^{ème} édition (révisée et corrigée), 1961; et E. de Clery. Texte établi et présenté par J. Lognon. Paris, Editions Tallandier, 2000.

II. Études:

13. ALLMAND, Christopher, «Les espions au Moyen Age», in *L'Histoire*, n.º 55 (avril 1983), pp. 35-41.

14. BALARD, Michel, *Les croisades*. Paris, ME Editions, 1988.

15. BALARD, Michel, «La poliorcétique des croisés lors de la première croisade», in *Byzantinische Forschungen*, herausgegeben von Walter E. Kaegi, Jr., Band XXV. Verlag Adolf M. Hakkert, Amsterdam, 1999 (pp. 221-231).

16. BARBOSA, Pedro Gomes, *Conquista de Lisboa, 1147. A cidade reconquistada aos Mouros*. Lisboa, Tribuna da História, 2004.

17. BENNETT, Matthew, "Military aspects of the conquest of Lisbon, 1147", in *The Second Crusade. Scope and Consequences*, edited by Jonathan Philips & Martin Hoch, Manchester-New York, Manchester University Press, 2001 (pp. 71-89).

18. BRADBURY, Jim, *The Medieval Siege*. The Boydell Press, 2002 (éd. orig: 1992).

19. CONTAMINE, Philippe, *La Guerre au Moyen Âge*. Paris, P.U.F., 1999 (5^{ème} édition, mise à jour de l'édition de 1980).

20. DEDEYAN, Gérard, «L'Arménien Fîroûz: héros de la Première Croisade ou renégat et relaps?», in *Félonie, trahison, reniements au Moyen Age. Les cahiers du C.R.I.S.I.M.A.*, nº3, Montpellier III, Université Paul Valéry, 1997 (Actes du troisième colloque international), pp. 511-522.

21. EDDÉ, Anne-Marie / MICHEAU, Françoise, «Sous les murailles d'Alep: assaillants et défenseurs de 351/962 à 658/1260», in *Le Combattant au Moyen Âge*. S.H.M.E.S. et Cid éditions, 1991 (pp. 63-72).

22. ELLENBLUM, Ronnie, "Frankish and Muslim Siege Warfare and the Construction of Frankish Concentric Castles", in *Dei gesta per Francos, Études sur les croisades dédiées à Jean Richard/Crusade Studies in Honour of Jean Richard*. Edited by Michel Balard, Benjamin Z. Kedar and Jonathan Riley-Smith. Aldershot-Burlington USA-Singapore-Sydney, Ashgate, 2001 (pp. 187-198).
23. FRANCE, John, *Victory in the East. A military history of the First Crusade*. Cambridge University Press, 1994.
24. FRANCE, John, *Western warfare in the age of the Crusades (1000-1300)*. Ithaca, New York, Cornell University Press, 1999.
25. FRANCE, John, "The Fall of Antioch during the First Crusade", in *Dei gesta per Francos, Études sur les croisades dédiées à Jean Richard/Crusade Studies in Honour of Jean Richard*. Edited by Michel Balard, Benjamin Z. Kedar and Jonathan Riley-Smith. Aldershot-Burlington USA-Singapore-Sydney, Ashgate, 2001 (pp. 13-20).
26. GARCÍA FITZ, Francisco, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Universidad de Sevilla, 1998.
27. GARCÍA FITZ, Francisco, *La Edad Media, Guerra e Ideologia. Justificaciones religiosas y jurídicas*. Madrid, Sílex, 2003.
28. GAUVARD, Claude, *As Cruzadas*. Trad. port., Porto, ASA, 1994 (3^{ème} éd.; éd. orig. en port: 1988).
29. GROUSSET, René, *Histoire des Croisades et du Royaume Franc de Jérusalem*. Préface de Jean Richard. Paris, Perrin, 1991 (réimpression, 3 Vols.).
30. KRUS, Luís, "Crónica de Portugal de 1419", in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa, Editorial Caminho, 1993 (pp. 185-186).

31. MADDEN, T. F., *A concise history of the Crusades*. Oxford, Rowman and Littlefield, 1999.

32. MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

33. O'CALLAGHAN, Joseph F., *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2003.

34. PHILLIPS, Jonathan, "Ideas of Crusade and Holy War in 'De Expugnatione Lyxbonensi' (The Conquest of Lisbon)", in *The Holy Land, Holy Lands and Christian History*, edited by R. N. Swanson. Published by the Ecclesiastical History Society, by The Boydell Press, 2000 (pp. 123-141).

35. PHILLIPS, Jonathan / HOCH, Martin (ed.), *The Second Crusade. Scope and Consequences*. Manchester University Press, 2001.

36. PRYOR, John H., «'Water, water everywhere, Nor any drop to drink'. Water supplies for the Fleets of the First Crusade», in *Dei gesta per Francos, Études sur les croisades dédiées à Jean Richard/Crusade Studies in Honour of Jean Richard*. Edited by Michel Balard, Benjamin Z. Kedar and Jonathan Riley-Smith. Aldershot-Burlington USA-Singapore-Sydney, Ashgate, 2001 (pp. 21-28).

37. QUELLER, D. E. / MADDEN, T. F., *The Fourth Crusade. The conquest of Constantinople*. Philadelphia, 1997 (2 ed.).

38. RICHARD, Jean, *Histoire des Croisades*. Paris, Librairie Arthème Fayard, 1996.

39. RILEY-SMITH, J., *Atlas des Croisades*. Paris, Éditions Autrement, 1996.

Percepções em torno da história do tabelionato medieval português¹

Saul António Gomes²

² Universidade de Coimbra

1 – A história do tabelionato medieval português tem vindo a receber, nos últimos tempos, estudos de relevante significado historiográfico. Quer enquanto historiadores medievalistas do económico e do social, quer enquanto investigadores mais centrados na observação da história jurídica e institucional do notariado nacional, quer, finalmente, enquanto diplomatas e paleógrafos atentos à produção escrita de tabeliães e de escrivães naqueles tempos, em todas estas áreas o estudo do tema recebeu mais recentemente, de facto, contributos renovadores³.

¹ O texto que se apresenta constituiu, originalmente, uma comunicação apresentada na III Semana de Estudos Medievais, 27 a 29 de Outubro de 2003, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Do Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Coimbra. Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura e colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

³ Vd. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Verbo, 1979, pp. 332-333, ou do contributo de José Mattoso no seu livro *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*. I. *Composição*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 57-60; Marcelo Caetano, *História do Direito Português (1140-1495)*, Vol. I. *Fontes* –

Durante muito tempo, o que sabíamos acerca do notariado medieval português era o que nos havia sido compendiado substancialmente por João Pedro Ribeiro⁴ e Gama Barros⁵. No último terço do século passado, contudo, Eduardo Borges Nunes⁶, Isaías da Rosa Pereira⁷ e A. H. de Oliveira Marques⁸ viriam a recuperar o interesse do tema para a mesa de trabalho dos historiadores e diplomatas. As suas propostas tiveram eco e foram caminho de motivação para outras novas abordagens de que deveremos salientar os trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho⁹, de Maria José Azevedo Santos¹⁰,

Direito Público, Lisboa, Verbo, 1981, pp. 355-356; Martim de Albuquerque e Rui de Albuquerque, *História do Direito Português*, I, Lisboa, 1984/85, pp. 297-322; José Adriano Duarte Nogueira, *Direito e Sociedade em Portugal na Idade Média. Dos primórdios ao século da Universidade (Contribuição para o seu estudo)*, Lisboa, 1994.

⁴ *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e Civil de Portugal (...)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1819, T. IV, Parte I, pp. 71-73.

⁵ *História da Administração Pública em Portugal dos Séculos XII a XV*, Lisboa, (2.^a edição dirigida por Torquato de Sousa Soares), Sá da Costa, Lisboa, 1950, Tomo VIII, pp. 353 e segs.

⁶ “Martim Martins, primeiro tabelião de Guimarães”, *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. 850.º Aniversário da Batalha de S. Mamede*. Actas, IV, Guimarães, 1981, pp. 25-30; *Idem*, *Álbum de Paleografia Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, 1969, v. g., docs. 8 a 11, 17-22, 26, 28 e 29.

⁷ “O Tabelionato em Portugal”, *Notariado público y documento privado: de los orígenes al siglo XIV*. Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática. Valencia, 1986, Valencia, Conselleria de Cultura, Educació i Ciència, 1989, pp. 615-690.

⁸ “A população portuguesa nos fins do séc. XIII”, *Ensaio da História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega, 1980, pp. 51-92. O tema é abordado frequentes vezes pelo Autor na sua obra *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Vol. IV de *Nova História de Portugal* (Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão), Lisboa, Presença, 1987, p. 272 et passim.

⁹ “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra”, *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. I – Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 60-77; “Os Tabeliães em Portugal. Perfil Profissional e Sócio-Económico (Sécs. XIV-XV)”, *Historia, Instituciones, Documentos*, 23 (1996), Sevilha, pp. 173-211.

¹⁰ *Alguns Aspectos do Tabelionato em Coimbra (Séculos XIV-XV)*, separata de *Arquivo Coimbrão*, Vol. XXXIII-XXXIV (1990-92); “A língua e a escrita”, *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Séc. XIV* (Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Vol. III de *Nova História de Portugal* (Dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão), Lisboa, Presença, 1996, pp. 604-634: 632-634; *O valor da escrita em tempos de Inês de Castro*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2005, passim.

de Cristina Cunha¹¹, mas, sobretudo, a investigação aprofundada devida a Bernardo Sá Nogueira¹².

No contexto dos resultados alcançados por aqueles estudiosos, citaremos abordagens mais monográficas sobre este assunto mormente as de Anísio Saraiva¹³, Luís Mata¹⁴ e Luís Rêpas¹⁵. A participação do tabelionato medieval português na produção documental de outras instâncias, mormente monásticas e catedralícias, foi, igualmente, alvo de estudo¹⁶.

Lembrarei, com a devida benevolência do Leitor, que o tabelionato me mereceu já outras páginas publicadas, como as referentes à relação desse corpo de profissionais da escrita e da burocracia com a comunidade mesteiral e monástica de Santa Maria da Vitória (Batalha), entre Quatrocentos e o limiar do século XVI¹⁷ e, mais aprofundadamente, na minha dissertação de doutoramento, na qual pude aflorar o problema das relações entre os notários públicos e a chancelaria monástica de Santa Cruz de Coimbra entre os

¹¹ “Alguns tabeliães do Algarve durante a Idade Média”, *Revista de História*, 7 (1987), Porto, pp. 154-155; *Tabeliães bracarense no século XIII*, separata das *Actas do Congresso Internacional sobre o IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Braga, 1990; *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*, (dissertação de doutoramento; policopiada), Porto, Faculdade de Letras, 1998.

¹² *Tabelionato e Instrumento Público em Portugal. Gênese e Implantação: 1212-1279*, 2 Vols., Lisboa, 1996; *Portugaliae Tabellionum Instrumenta. Documentação Notarial Portuguesa. I – 1214-1234*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

¹³ *Tabeliães e Notários de Lamego na primeira Metade do Séc. XIV*, sep. de *Humanitas*, Vol. L, T. I, (1998), pp. 587-624.

¹⁴ “Alguns profissionais da escrita na Santarém de Quatrocentos. A fama e o proveito”, *Revista Portuguesa de História*, T. XXXII (1997-1998), pp. 149-182.

¹⁵ *O Mosteiro de Arouca. Os documentos escritos como fonte de conhecimento (1286-1299)*, sep. de *Humanitas*, Vol. L, T. I, (1998), pp. 539-586: 575-586.

¹⁶ Caso das páginas que dedico ao assunto na minha dissertação *In limine conscriptionis. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, Vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra (policopiado), 2000, pp. 902-914; ou das de Maria do Rosário Barbosa Morujão, em *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Coimbra, Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra (policopiado), 2005, pp. 495-518.

¹⁷ *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 129-132.

séculos XII e XIV¹⁸. Aguardam oportunidade de publicação e de conclusão, alguns estudos sobre o tabelionato na região de Leiria nos tempos medievos, para os quais se encontra efectuada a investigação arquivística fundamental¹⁹.

2 – Propomo-nos, neste momento, reflectir em torno da percepção da história medieval do tabelionato português em dois tópicos. O primeiro desses temas é o dos condicionalismos históricos em que o notariado público se afirmou entre nós. Tema assaz estudado, como todas as questões históricas em torno da origem dos grandes acontecimentos da Humanidade, mas ainda assim a necessitar de novos contributos. O segundo tema motivador, mais amplo no arco temporal em que deve ser abordado, é o do lugar social, cultural e político ocupado pelo tabelionato em território português. Um tabelionato que se percebe endogenamente nas suas próprias manifestações de carácter sociocultural e religioso e, exogenamente, pelas críticas que sobre ele faziam incidir outros grupos sociais.

São estes dois campos de análise que procuraremos perceber de seguida. Uma percepção que deriva do contacto com as fontes escritas na sua diversidade, com documentos, cartas e instrumentos que faziam saber aos que os liam ou ouviam ler – escrita e voz associam-se na herança da memória medievá que nos chega sobre este assunto – de como se sucediam e aconteciam os actos fundamentais que geriam a vida dos indivíduos e das sociedades nos mais distintos campos da Justiça e do Direito, da economia e da moral, da cultura, da religiosidade e da vida social nas suas rupturas marginalizadoras ou nas suas manifestações de solidariedade.

¹⁸ *In limine conscriptionis. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, Vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra (policopiado), 2000, pp. 902-914.

¹⁹ Permita-se-nos remetermos para o nosso artigo intitulado “O notariado medieval português. Algumas notas de investigação”, in *Hvmanitas*, Vol. LII (2000), pp. 241-286.

Num estudo que dediquei ao assunto, editado no ano de 2000, já antes arrolado, pude demonstrar e concluir, entre outros aspectos, que: (1) o notariado medieval português preexistia, num quadro organizacional pouco polarizado pelo poder régio, ao reinado de D. Afonso II (1211-1223), data tradicionalmente apontada pelos historiadores para início da respectiva actividade no País, não resultando, por conseguinte, de uma inquietante criação *ex nihilo* deste Soberano; (2) as estruturas institucionais eclesiásticas, especialmente as diocesanas e/ou episcopais, ocupam um lugar relevante e pioneiro na afirmação, organização e controle desse corpo de agentes do saber escrito e jurídico; (3) que as fontes instituidoras e legitimadoras do notariado público medievo foram partilhadas, antes e depois de D. Afonso II, em Portugal, quer pela Igreja, quer pela Monarquia, quer, ainda, por outras entidades senhoriais (abades e priores, mestres de Ordens Militares; nobres e municípios); (4) que, efectivamente, a partir de D. Afonso II, a Coroa desempenha um papel interventor numa realidade social e institucional, a do notariado, que urgia ordenar e racionalizar; (5) deriva deste princípio ordenador o facto de, no primeiro terço de Duzentos, alguns tabeliães adoptarem uma identificação com inscrição de número ordinal imediatamente a seguir ao nome (“*primus tabellio*”), a qual não indica sobremodo a anterioridade temporal no exercício do cargo, mas antes a orgânica de um serviço e de uma distribuição espacial dos notários, bem como do pessoal auxiliar deles dependente, de forma hierarquizada e interdependente. Nesta plataforma, senão numa interpretação mais puramente erudita que o colocaria ao nível de notário judicativo *inter pares* – de qualquer modo, sempre como elemento terceiro não em antiguidade temporal, mas em espaço histórico-social sincrónico, se não for lícito dar outra possível interpretação etimológica à ocorrência vocabular – deveremos fazer incidir a interpretação, um tanto anómala pelo seu carácter isolado no *iter documentorum tabellionum Portugaliae*, da referência a João Lopes “*tertii tabellionis bracaraensis civitatis*”, em acto de 13 de Maio de 1232, posto que, como se escreveu, não mais reiterado noutros instrumentos desse mesmo notário²⁰.

²⁰ B. Sá Nogueira, *Portugaliae Tabellionum Instrumenta*, I, n.ºs 101-113, pp. 146-1156: 146-147.

É essa hierarquização de responsabilidade de um serviço de escrita autorizado e juridicamente válido que explica a formação, logo em Duzentos, de primitivos núcleos de “conservatórias” de notariado, os quais atingirão uma nova expressão com a eclosão dos conhecidos “paços dos tabeliães das notas”, disseminados, como se sabe, pelos principais municípios portugueses logo nos primeiros lustros do século XIV.

Esta minha abordagem da questão mereceu uma interessada atenção por parte de Bernardo Sá Nogueira, ao qual ficamos a dever, desde então, novos retornos a este assunto, o que se nos afigura corresponder a um debate científico ainda em aberto²¹.

3 – É claro, para nós, que a Igreja e a Coroa se complementam na afirmação de um novo modelo notarial de serviço público. Porque ambos os sectores, eclesiástico e secular, polarizavam uma autoridade jurídica capaz de criar tais oficiais da escrita; porque, ainda, por ambos os territórios se disseminaram práticas tabeliônicas, por vezes conflituosas quanto às áreas de intervenção autorizadas para cada foro e os públicos que lhes competiam.

Os documentos notariais de todo o século XIII demonstram que os tabeliães evoluíram nas suas práticas profissionais, nos formulários utilizados, na adaptação de clausulados importados às circunstâncias ditadas pela realidade local com que se confrontavam. O próprio “*signum tabellionis*” sofreu um nítido aperfeiçoamento nas suas formas de significação ao longo dessa Centúria. Uma evolução que caminha dos “*signa crucis*” corroborativos

²¹ *Vd.* B. Sá Nogueira, “Tabelionado e elites urbanas no Portugal Ducentista (1212-1279)”, in *Redes Clientelares na Idade Média: problemas Metodológicos* (Ed. Filipe Themudo Barata), Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS-Universidade de Évora, 2001, pp. 211-220; *Idem*, “Exercício do poder tabeliônico por clérigos no Portugal ducentista: acumulação e incompatibilidade”, in *Lusitania Sacra*, nova série, n.º 13-14, Lisboa, 2001-2002, pp. 467-476. Para este debate contribuem, também, as pertinentes páginas de reflexão devidas a Maria José Azevedo Santos, “Os clérigos-notários em Portugal (séculos XI-XII)”, in *Actas do II Congreso Hispánico de Latín Medieval*, León, 1998, pp. 25-37 e de Hermínia Vasconcelos Vilar, *D. Afonso II, um Rei sem Tempo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 172-178.

correntes nos diplomas undecentistas para modelos mais evoluídos em traço e em desenho simbólicos²².

Essa diacronia revela-nos a evolução cultural processada dentro do próprio grupo social dos tabeliães e seus amanuenses. Uma evolução nas concepções jurídicas e nos saberes da tratadística notarial europeia do tempo decorrente do próprio contexto global desse momento marcado pelo eclosão das Universidades e pelo aumento geométrico dos públicos universitários especializados nas áreas do Direito Civil ou Canónico.

Mas este é um tema em aberto na investigação sobre o notariado medieval português.

4 – O tabelionato público português no primeiro terço de Duzentos é, como referimos, um notariado em reforma e em reestruturação. Desde então, conjugaram-se interesses e poderes eclesiásticos e seculares em ordem a garantirem um maior controle político e institucional sobre o mesmo.

Duas das mais antigas notícias acerca de tabeliães em Coimbra mencionam os nomes de Martinho de Aveiro e de Mateus. Aquele Martinho de Aveiro é citado, conforme esclareceu Bernardo Sá Nogueira, como tabelião de Coimbra em acto escrito de Maio de 1219, lavrado em Guimarães. Martinho de Aveiro aparecerá, ainda, a testemunhar actos lavrados em Coimbra em Agosto e Dezembro de 1221, posto que não se especifique, aí, o seu cargo²³.

Aceitamos perfeitamente a identificação proposta. Como propomos, agora, que este Martinho de Aveiro seja justamente identificado como aquele mesmo “*Martinus de Aveiro scribanus regis*” que testemunha a carta de foro colectivo outorgada pelo prior-mor de Santa Cruz de Coimbra, D. João Teotónio, em Agosto de 1181, aos povoadores de Arada²⁴.

²² B. Sá Nogueira, *Tabelionato...*, *passim*.

²³ B. Sá Nogueira, *Tabelionato...*, Vol. II, pp. 21-22.

²⁴ *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos. I. 959-1516*, (Organização, leitura e notas de António Gomes da Rocha Madahil), Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1959, pp. 33-34, Doc. XIX.

A estar correcta a identificação proposta, Martinho de Aveiro é um dos primeiros tabeliães de Coimbra, oriundo de uma carreira burocrática que no-lo apresenta associado ao Rei do qual era “escrivão” já no ano de 1181. A sua ligação ao círculo notarial de Pedro Pires, um dos mais assinalados tabeliães de Coimbra nos anos de 1220-1223, não deixa de ser significativo indicador da proximidade de interesses e de actuações que caracterizava os “*scriptores*” da Coimbra medieva.

Também relacionado com Coimbra é o caso do notário D. Mateus.

Nas Inquirições Gerais de 1258 relativas à freguesia de Frogendo (c. Seia), menciona-se a doação de uma *villa* de Santa Marinha feita ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra por um “*Domnus Matheus tabellio regis Alfonsi de Colimbria*”. Bernardo Sá Nogueira propõe que este tabelião seja identificado com um seu homónimo que encontra a lavrar um acto notarial no lugar de Lafões, em 1219, assinalando-o como notário dessa terra²⁵.

Deve tratar-se, contudo, de uma única e mesma pessoa. Desta asserção teremos novo indício no acto lavrado também por um notário homónimo, em Coimbra, em 1212, no qual se subscreve como “*scriptor regis*”, numa analogia clara com a intitulação do nosso conhecido Martinho de Aveiro.

Em 8 de Fevereiro de 1212, efectivamente, “*in die Cineris*”, “*apud Colimbriam*”, lavrou-se uma carta de venda efectuada por Maria Dona, viúva de D. Pedro Alvites, a D. Estêvão Soares, mestre-escola da Sé de Braga, de metade de uma herdade situada em Eiras (c. Coimbra), junto a Vilarinho, a qual aparece subscrita com a seguinte fórmula notarial: “*Matheus scriptor domini Regis notuit*”²⁶.

Trata-se, como se entrevê, de um acto de direito privado, lavrado por notário que se intitula “*scriptor domini Regis*”, o qual aplica, na cláusula corroborativa, o formulário corrente nas demais chancelarias e oficinas notariais desse tempo, a saber: “*Et ego Maria Dona que hanc cartam fieri*

²⁵ B. Sá Nogueira, *Tabelionado...*, II, p. 15.

²⁶ Arquivo Distrital de Braga (ADB) – Gaveta de Propriedades Particulares, Doc. 251; propriedades da Mitra, Doc. 14.

mandau; coram subscriptis bonis hominibus ipsam roborau et hec sig†na feci”²⁷.

O sinal corroborativo é o vulgar símbolo cruciforme bem conhecido de todos quantos trabalham documentação particular desta época. A *publica fides* ou autenticidade jurídica do acto era assegurada pelo “mandado” da outorgante, pela sua *roboratio*, tanto como pela enunciação das testemunhas idóneas presentes ao acto e, sobretudo, pela subscrição do notário. A garantia não deriva, ainda, de uma concepção jurídica *signum tabellionis*, mas basicamente, em acordo com a tradição jurídico-canonista, da garantia do juramento (*roboratio*) da parte e da fé ou testemunho público do notário subscritor do acto.

De Martinho de Aveiro enquanto “*scriptor regis*” não nos chega qualquer acto original ou em cópia. As notícias que o referem como tabelião são indirectas, mas fiáveis. Já quanto a D. Mateus, ele é claramente um “*scriptor regis*” em serviço notarial aberto a públicos particulares, sintoma de que o ofício não reservava tais “*scriptores regis*” a serviço exclusivo na chancelaria real, mas também se assumiria como “*tabularius publicus*”, para usar uma terminologia utilizada em acto régio de Julho de 1183, onde os “*tabularii aulici*” se contrapõem aos “*tabularii publici*”²⁸.

A estarem certas as correspondências de identificação por nós propostas, ambos os exemplos revelam dados preciosos para o entendimento do processo de afirmação e reforma do notariado público em Portugal nos inícios do século XIII. Demonstram, antes de mais, a ligação aos círculos do poder régio de alguns dos primeiros tabeliões de Coimbra. De *scriptores regis* evoluem para públicos tabeliões de Coimbra por autoridade do Rei.

²⁷ ADB – Gaveta de Propriedades Particulares, Doc. 251; Propriedades da Mitra, Doc. 14.

²⁸ *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Vol. I. Documentos dos Condes Portugueses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185* (Edição diplomática e notas por Rui Pinto de Azevedo), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, Doc. 78, nota; cf. José Adriano Duarte Nogueira, *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1994, pp. 200-230, 313 e segs.; B. Sá Nogueira, *Tabelionato...*, I, pp. 27-28; S. Gomes, “O Notariado Medieval Português...”, pp. 248-249.

Este dado, aparentemente insignificante, assume uma relevância particular na elucidação, como escrevemos, da afirmação do notariado público medieval português. Vem, ainda, reforçar o peso da intervenção régia nesse processo, o qual, como defendemos, não foi unívoco e monódico nas suas origens e sustentação social e institucional.



Cartório notarial: séc. XIV. (Reproduzido de *História Universal*, Vol. 6, 2005, p. 95)

5 – São diversos os indícios de um sentimento corporativo adentro do tabelionato medieval português. Os “paços das notas” concelhios dão disso um claro testemunho. Aí se centralizava o controle da assunção ao cargo por parte de novos candidatos, vigiando-se o cumprimento de um número clauso de acesso, como também aí se desenrolavam mecanismos de verificação do desempenho dos notários e se aplicavam normas de distribuição equitativa das solicitações clientelares – lembremos, neste último caso, a “distribuição do número” bem documentada e elucidada nos actos dos tabeliães sobremodo a partir dos finais dos tempos medievais.

A prática colegial dos notários portugueses documenta-se, por exemplo, no formulário de juramento e de admissão de novos tabeliães vigente na cidade de Lisboa, por finais de Trezentos ou inícios do século XV, prática formalizada na “*curia ciuilis*” daquela cidade, perante a autoridade concelhia e um notário principal que devia garantir a idoneidade do candidato recipiendário²⁹.

Para além disso, os tabeliães estendiam ao plano das práticas religiosas e devocionais o registo dessa agremiação profissional, estabelecendo confrarias próprias – como a “confraria dos tabeliães de Santa Maria de Leiria” ou a “confraria dos tabeliães e fraternidade de Coimbra”, à qual, em 1385, um tal Gil Rodrigues, de Coimbra, deixava 20 soldos de esmola³⁰. Da anterior confraria tenho testemunho no testamento de D. Beatriz Dias, manceba que fora do rei D. Pedro I, a qual, em vontade testamentária de inícios de 1383, declara doar à “obra de sancta Maria que he hedeficada pellos tabaliães da dicta villa da qual Eu sam confrada”, três libras, bem como uma sua “vestimenta de geebemiado que tem huã cruz de prata e nom tem estolla nem mhanipollo”³¹.

De registar que os notários não detinham o monopólio do mercado da escrita nas cidades e vilas medievais portuguesas. Os escolares da Universidade de Lisboa poderiam desempenhar funções próximas das dos tabeliães, mormente em matéria de traslados de documentação. Citaremos o caso de Jorge Dias, escolar de Direito, o qual, por 1449, aceitou trasladar, por encomenda de João Dornelas, contador dos hospitais de Lisboa, um regimento

²⁹ S. A. Gomes, “Observações sobre dois formulários eclesiásticos medievais portugueses”, in *Hvmanitas*, Vol. LIII, Coimbra, 2001, pp. 249-274: 273.

³⁰ TT – Sé de Coimbra, 2.ª incorporação, M.º 7, Doc. 332.

³¹ TT – Mosteiro de Alcobaça, 2.ª incorp., M.º 9, Doc. 216 (5); M.º 19, Doc. 220 (9); Livros Dourados, Livro 3, fls. 85-87; cf. S. Gomes, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal, 2.ª edição, 2004, pp. 305-308; *Idem*, “Uma Dama na Leiria Medieval: Beatriz Dias, “manceba del-rei” D. Pedro I”, in *Economia, Sociedade e Poderes. Estudos em Homenagem a Salvador Dias Arnaut* (Coord. Leontina Ventura), Coimbra, 2002 [2004], pp. 301-329. [Também publicado em *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, Vol. LXXVII. 2.ª Parte da Miscelânea em Honra do Doutor Salvador Dias Arnaut. “*Sociedade e Economia*”, Coimbra, 2001, pp. 115-143].

dos mesmos, tido por “duvidoso” por parte do Rei, facto que levou o “copista” a ser preso e a ter de servir, na “companhia do duque de bragança” na “guerra que ouuera com o Jffante dom pedro”³².

Estes elementos reveladores do campo endógeno do tabelionato medieval português contrastam de forma evidente com a crítica de carácter ético que sobre esse mesmo corpo notarial recaía. Uma crítica dos povos, mas também das altas-hierarquias do poder, como seja, no nosso caso, do Bispo de Silves, D. Álvaro Pais, em cuja obra encontramos uma das mais veementes denúncias do estado moral e dos vícios profissionais que, na sua perspectiva, definiam o tabelionato do seu tempo.

6 – Encontramos, de facto, na obra *Status et Planctus Ecclesiae* redigida por D. Álvaro Pais, preclaro bispo de Silves, cerca de 1340, diversas reflexões acerca do estado moral do tabelionato público da Cristandade do seu tempo. É certo que D. Álvaro Pais não incide expressamente sobre o caso português – lembremos que a sua perspectiva, nesta obra crítica sobre a Igreja do seu tempo, é mais geral e católica, no sentido etimológico deste termo – mas as suas palavras não deixam de compaginar-se, de modo muito coincidente, com algumas das normas promulgadas pelo rei D. Afonso IV justamente acerca do tabelionato do seu Reino numa pragmática datada justamente do ano de 1340.

Aos clérigos constituídos em ordens sacras, declara o Bispo de Silves, era vedada a prática de poderem fazer instrumentos em negócios seculares. Os clérigos-notários deviam reservar-se ao seu múnus da justiça eclesiástica. A decretal *Ne clerici uel monachi* interditava o exercício de notário secular aos clérigos consagrados. Posto que, conforme legislara Inocêncio III, os actos assim estabelecidos e redigidos não perdessem validade até serem interditos por autoridade competente. Se tais clérigos aceitassem ser instituí-

³² *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, (Dir. A. Moreira de Sá), Vol. V (1446-1455), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1972, docs. 1502 e 1504.

dos no ofício notarial por um leigo, perderiam a autoridade e capacidade de lavrarem documentos em foro eclesiástico e espiritual.

Entendia Álvaro Pais, no entanto, que o bispo detentor de jurisdição temporal e mero império, poderia constituir notário um clérigo ou mesmo um leigo para a sua área de mando. Em tal momento, o notário, leigo ou clérigo, ficava habilitado a ser chamado à redacção de autos do foro eclesiástico como do temporal, mas a sua acção devia configurar-se às fronteiras do território diocesano dentro das quais o prelado exercia o respectivo governo. O Bispo de Silves aconselhava mesmo a qualquer bispo que fizesse o seu tabelião, por si mesmo e não por autoridade delegada, uma vez que para isso tinha poder, pois quem “*potest episcopum consecrare et regem inungere, multo fortius tabellionem constituere*”³³.

A “*fides*” ou eficácia operativa dos documentos advinha-lhes de duas áreas. Uma, era a do juramento prestado pelas entidades prescritivas do acto; outra, era a autoridade judicial daquele de quem o tabelião recebera o poder, segundo o estipulado na *Autêntica*, no capítulo *De tabellionibus*, §§ I e final, da Colação IV, e *Decretais*, título *De fide instrumentorum*, capítulos penúltimo e final³⁴. Por seu turno, com a devida autorização, um tabelião poderia cometer a um terceiro *scriptor* a missão de completar as tarefas que não conseguisse levar até ao fim³⁵. Eleições e votos eclesiásticos não deveriam, pois, ser registados por leigos, sob pena de nulidade e reprovação dos actos³⁶.

O modelo jurídico notarial ideal era para este Prelado, naturalmente, o de que os tabeliães seculares não interviessem no múnus dos notários eclesiásticos e vice-versa, que todos eles actuassem segundo o “*foro competentis*”³⁷.

Incide D. Álvaro Pais, depois, sobre os notários seculares e seus vícios.

³³ Álvaro Pais, *Estado e Pranto da Igreja (Status et Planctus Ecclesiae)*, (edição e tradução de Miguel Pinto de Meneses), Vol. V, Lisboa, JNICT, 1995, p. 228.

³⁴ *Status*, V, pp. 226-227.

³⁵ *Status*, V, p. 229.

³⁶ *Status*, V, p. 229.

³⁷ *Status*, V, pp. 227-229.

A lista que nos dá destes é a seguinte:

- 1) Os notários juram exercer o seu ofício com verdade sobre tudo o que virem e ouvirem, em favor de ambas as partes, mas não o fazem, “*quia plus uel minus ponunt in instrumento quam uiderint uel audierint*”.
- 2) Sendo “*servi publici*”, deveriam servir o interesse público e não, como faziam, desviar-se deste, requeridos por alguém ou por pedidos, ou ódio, ou medo ou paga de algum senhor, contra cujos interesses se pede a conscrição do documento, cometendo perjúrio, pelo que deveriam perder o ofício.
- 3) Alguns faziam instrumentos sem terem sido constituídos notários pelo papa ou pelo imperador ou por quem os podia nomear. Deveriam, por isso, os notários ter sempre presente o documento da sua nomeação ou, se o perdessem, poder provar por testemunhas o direito ao ofício e o respectivo exercício durante alguns anos.
- 4) Havia notários que faziam actos falsos.
- 5) Outros notários rasuravam, riscavam ou apagavam de forma suspeita os actos, especialmente nas datas ou na substância primeira dos actos.
- 6) Não punham o nome do papa, imperador ou rei ou o ano do respectivo pontificado, império ou potestade; nem, bem assim, o lugar, o mês, dia e indicção, tornando-se tais instrumentos “*adulterina*”.
- 7) Não conscreviam todas as testemunhas quantas as necessárias segundo a “*negotii qualitatem*”.
- 8) Algumas vezes deixavam de assinar os actos, tornando-os suspeitos; o mesmo sucedendo quando as partes também não o assinavam aquando da sua celebração por escrito.
- 9) Depois de concluído o instrumento sobrescreviam e subscreviam nele, acrescentando-o e, com isso, levando suspeição aos actos.
- 10) Diversificavam as suas letras, tornando, por causa da dissemelhança gráfica, os instrumentos suspeitos.
- 11) Omitiam, no instrumento, as testemunhas efectivamente presentes ao contrato.

- 12) Não conservavam “*protocolla uel abbreviaturas uel notas sicut iurauerunt*”, a fim de a eles recorrerem quando necessário.
- 13) Porque recorriam a tais sistemas de redução e contracção textuais que os instrumentos perdiam inteligência (“*quia abbreviaturam uel notam ita abbreviant quod non intelligitur quid dicere uelit*”) ou ficavam dizendo menos do que, efectivamente, havia sido contratado.
- 14) Porque, sendo notários seculares feitos por leigos, se intrometiam a confeccionar instrumentos sobre matérias eclesiásticas e espirituais.
- 15) Porque, sendo clérigos ordenados, se permitiam fazer instrumentos sobre assuntos temporais, contra o Direito.
- 16) Porque, tendo sido notários seculares, vinham a receber ordenação clerical permanecendo no exercício do ofício, o que era considerado “caso de heresia”.
- 17) Porque escreviam nos instrumentos coisas contra o Direito.
- 18) Porque faziam transcrever os instrumentos por outrem e não os validavam nem por assinatura nem por outro modo legítimo, explicitando a devida e autorizada comissão.
- 19) Porque diziam ter assinado pela sua própria mão, quando a letra e assinatura era de outra.
- 20) Porque lavravam instrumentos quando para isso estavam impedidos, pois eram ou descendiam de perseguidores de cardeais ou fautores de hereges.
- 21) Porque lavravam instrumentos sobre usuras, tornando-se, por isso, perjuros e infames, porque tais contratos eram proibidos, razão por que deveriam perder o ofício e impedidos de testemunhar “por muita penitência” que façam.
- 22) Porque cobravam preços maiores do que os que estavam estipulados, sendo obrigados à restituição do excesso, em quádruplo se julgado em foro judicial, como se de crime de concussão se tratasse.
- 23) Quando não há tabelamento de preços, extorquiam “*salaria magna*”. Deveriam, por isso, os tabeliães ou seus patronos restituir

às partes lesados os seus direitos, mais ainda se de tabeliães ignorantes ou negligentes se tratasse³⁸.

As críticas de D. Álvaro Pais acerca do tabelionato no segundo terço de Trezentos não constituíam, como se sabe, uma grande inovação. Algumas delas encontram-se já expressas na “Ordenação de 1305”, pela qual o rei D. Dinis procurava regulamentar o exercício notarial público português. Não se extinguirão, por outro lado, na “Ordenação de 1340”, sobre o mesmo assunto. Além disso, cerca de século e meio mais tarde, nas Cortes de Lisboa de 1498, ainda os povos exprimirão novas e velhas críticas, algumas coincidentes com as do Bispo de Silves, em torno do tabelionato, especialmente o judicial, mais interessado no enriquecimento e nas suas “pompas”, próprias do ofício, do que na prestação de um serviço aos povos de justo preço e razoável qualidade.

Tais críticas em torno do notariado medieval, emitidas particularmente pelos grupos populares burgueses, têm de entender-se adentro dos condicionamentos culturais que enformavam, nesses séculos, a prestação social dos corpos letrados no seio das comunidades vilãs e concelhias coevas.

7 – O tabelionato desempenhou, em tempos medievos, uma importante função de corpo culto e erudito intermediário entre o poder régio e as populações concretas e locais. Populações esmagadoramente analfabetas, ainda que, dentre alguns sectores, especialmente urbanos, se pudesse assistir a um efectivo domínio de práticas gráficas ou de literacia. Assim sucedia, naturalmente, entre as melhores e mais influentes famílias burguesas, como entre mercadores e comerciantes, senão mesmo entre mesterais de áreas específicas em que o saber fazer impunha o domínio intelectual de áreas de saber que exigiam níveis de alfabetização mínimos.

Mas a escrita corrente conotava-se, naturalmente, com tabeliães e escrivães. Uma escrita socialmente funcional, que não a dos saberes eclesiásticos

³⁸ *Status*, V, pp. 383-391.

e sacerdotais, posta ao serviço dos interesses dos municípios, das suas instâncias cíveis e judiciais que regulamentavam, aplicavam e preservavam os modelos legais adequados à melhor governação da *res publica*.

A situação revela-se mais complexa quando centramos a nossa análise mais especificamente sobre a esfera da prática judicial e da garantia da aplicação efectiva e legítima da Justiça. Lembremos que, então, o Rei era, por excelência, a entidade que garantia a permanência dessa Justiça na terra, no *Regnum*. “– É ofício de Rei”, argumentavam os povos nas Cortes de Lisboa de 1498, “menystrar Justiça e conservar sseu pouoo”³⁹.



Tabelião: séc. XV (Reprodução de *História Universal*, Vol. 7, Lisboa, D. Quixote, 1980, p. 202)

Tabeliães e escrivães, assistindo o exercício do poder judicial, enquanto notários forenses, ou escrevendo todos os actos próprios do Direito privado enquanto amanuenses de notas cíveis, assumiam um protagonismo evidente enquanto agentes sociais com capacidade de garantia de direitos e, simulta-

³⁹ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I. (Cortes de 1498)*, (Dir. João José Alves Dias), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002, p. 135.

neamente, enquanto corpo ou elite esclarecida no domínio efectivo da interpretação e da aplicação das leis em causas forenses.

Nas Cortes de Lisboa de 1498, o Povo reclamou contra a “notoria coussa” que advinha do facto “dos taballiaaes e stpriuuaes” alongarem excessivamente os registos forenses de onde derivava prejuízo aos povos, uma vez que “sse alonga muyto vossa [Rei] Justiça e os dictos fectos creçem por tall modo que tudo rredunda em seu prouejto”. Pedia o Povo ao Rei que determinasse, daí em diante, que “os dictos taballiaaes e escpriuaaes do auto Judiciall nam estpreuam saluo os termos ssustançaes que fazem ao casso do fecto e estpreuam seus termos em curto aJuntando as palauras e as Nam dobrem em sua stpritura nam sendo neçesario ao casso do ffecto e assy nam e[s]tendam as letras como atee quy customarom fazer em maneira que o proçeso nam seJa criado em muytas folhas per longa estpritura e tudo façom em curto”⁴⁰.

“Pollos solairos que ham de leuar”, diz outra das queixas contra tais escribas públicos, “tiram e nomeam xxx testemunhas malyçiossamente ssabendo que taaes testemunhas nam sabem parte do casso”, crescendo os processos e o pagamento aos amanuenses⁴¹.

Desta reclamada economia e contenção de escrita, derivaria, no entender dos procuradores do Povo, que as Relações passariam a desembargar os feitos de modo mais célere. Na realidade, contudo, a razão apresentada pelos povos ia ao encontro não tanto de uma verdadeira redução do espaço e do tempo da escrita notarial em sede forense, mas antes procurava prover à redução dos custos financeiros que tais práticas representavam para as partes envolvidas nas causas. Porque, de tais processos tiravam os tabeliães e escrivães emolumentos mais altos, bem como das apelações interpostas, sobre as quais recaiam novos encargos⁴².

Escrivães e tabeliães, segundo os capítulos das mencionadas Cortes, exploravam ainda os povos pela cobrança de dinheiro somente pela leitura,

⁴⁰ *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I*, cit., p. 81.

⁴¹ *Cortes Portuguesas...*, p. 131.

⁴² *Cortes Portuguesas...*, p. 81.

na Relação, das apelações – admitindo-se apenas a cobrança de 20 reais pelo custo de cartas de apresentação e de procuração. Além disso, depois de distribuídos os processos, os notários recusavam-se a começá-los sem que a parte solicitante lhes avançasse dois ou três vinténs “E aas vezes em vez de vyntens vaae cruzado”⁴³.

O número de tabeliães da alçada judicial era, nessa época, considerado excessivo. Não podiam, por essa razão, os tabeliães “aver tanto per sseus ofícios quanto lhe he necesario pera ssuas despesas segundo ssuas ponpas fazem”. Aí radicava a explicação por que tais notários “buscam modos como creçam ssuas estpírituras fazendo moltypricar as demandas”⁴⁴. A solução para o problema passaria por “encurtar a metade dos que ora som em as çidades e vylas e os que fycarem seJam boons estpriuaaes e autos enleitos pelas dictas çidades e vyllas e confirmados per vosa alteza e per ssuas mortes ficaram as apresentações delles aos dictos conçelhos que os escolheram taaes que ssaibam ller ho que estpreuerem, E nam assy como ora ssam que ller nam ssabe[m] o que estpreuem.”⁴⁵.

Outras vezes, mingua a Justiça porque os tabeliães e escrivães “dante os Corregedores” eram “chegados e acostados aos Senhores e fidalgos dos lugares e terras donde som tabelliaaes”, deles recebendo dádivas por “serem avisados dos malfeitores que trazem, em ssuas cassas”, contra os quais, naturalmente, nada escreviam⁴⁶.

A tais agravos deferiu o Monarca de modo prudente – “A esto”, responde o Rei no caso da reclamação acerca das 30 testemunhas convocadas para “crescimento” de processos, “se nam pode dar forma tall per que a esto casso seja de todo prouido, porem porque em allgũua maneira esto aJa prouissam, defemdemos a nossas Justiças que Nam consentam que se pergumtem mais testemunhas que as Nomeadas nas querelas”⁴⁷.

⁴³ *Cortes Portuguesas...*, pp. 81-82.

⁴⁴ *Cortes Portuguesas...*, p. 88.

⁴⁵ *Cortes Portuguesas...*, pp. 88-89.

⁴⁶ *Cortes Portuguesas...*, p. 102.

⁴⁷ *Cortes Portuguesas...*, pp. 229 e 322-323.

D. Manuel determinaria, ainda, uma liberalização do sistema de “distribuição” do serviço entre tabeliães de notas. Funcionando este com alguma rigidez, tornava-se mais arbitrário, para o tabelião, fixar o preço que entendesse dever cobrar pelo serviço solicitado. Mas, havendo liberdade da parte interessada em escolher o tabelião que mais lhe conviesse, pelo menor custo a suportar, logo aí os notários se veriam constrangidos a oferecer condições mais razoáveis à respectiva clientela⁴⁸.

Nesse mesmo contexto, lembraremos que os procuradores da cidade de Beja reclamavam contra a assunção de funções de alcaide pequeno da urbe por parte de um dos oito tabeliães residentes no lugar, considerando-se isso uma inovação contra os costumes do município⁴⁹. Por seu turno, a vila de Sesimbra reclamava que os juízes ordinários da terra, assistidos por tabeliães, deveriam assumir a audiência das sisas da vila, dispensando juiz e escrivão deste foro. Também os feitos dos órfãos deveriam ser tratados por aqueles, dispensando-se, uma vez mais, juiz e escrivão específicos⁵⁰.

Como se observa, seja cerca de 1340, seja no fecho dos tempos medievais, o notariado era alvo de críticas reiteradas e quase permanentes por parte daqueles que necessitavam dos seus serviços. Mas, de modo algum, tais críticas punham em causa algo de absolutamente essencial para a sociedade portuguesa desses tempos, a da relevância, na vida quotidiana das populações, da actividade notarial.

Mas era desse corpo notarial que dependia, na percepção social geral de antanho, o normal funcionamento de Justiça e a garantia da aplicação dessa mesma Justiça a todos quantos a ela tinham necessidade de recorrer. E nessa relevância social maior do notariado, recorde-se, não podia deixar de estar contida a mais ampla valorização civilizacional da escrita e dos saberes e seus poderes permitidos a todos quantos a dominavam.

⁴⁸ *Cortes Portuguesas*..., p. 343.

⁴⁹ *Cortes Portuguesas*..., pp. 357-358.

⁵⁰ *Cortes Portuguesas*..., p. 509.

António de Conti, Favori de D. Afonso VI

Michèle Guiraud

Professeur des Universités Université Nancy 2

Les quelques années du règne de celui que le comte de Castelo Melhor¹ avait surnommé «Le Victorieux» n'occupèrent, dans les livres d'histoire, qu'une place mineure. Pour la plupart des historiens, le règne de dom Afonso VI brilla moins par les victoires militaires remportées sur l'ennemi ou par les changements apportés par le comte de Castelo Melhor dans le royaume, que par les excès d'un roi jugé incapable. Aussi bien avons-nous cherché,

¹ Luís de Vasconcelos e Sousa, 3^{ème} comte de Castelo Melhor, 6^{ème} comte de Calheta, était le fils aîné du 2^{ème} comte de Castelo Melhor. Comme son père, il fut seigneur de Valhelas, d'Almendra et de Mouta Santa, grand alcade et commandeur de Pombal. En 1655, il dut s'exiler du Portugal après la querelle survenue au jeu de paume qui provoqua la mort du 6^{ème} comte de Vimioso et il ne revint dans son pays qu'en 1657. En 1658, il suivit la carrière des armes et accompagna son père dans le Minho. En 1660, il devint premier gentilhomme de la chambre et, en 1662, secrétaire particulier de dom Afonso VI ainsi que conseiller d'État. En 1668, il dut quitter le Portugal. Après avoir séjourné dans plusieurs cours d'Europe, il finit par s'établir à Londres auprès de dona Catarina qui, en 1685, obtint pour lui de dom Pedro la permission de revenir au Portugal et de se retirer à Pombal. Quelques années plus tard, il fut conseiller d'État de dom João V. Il épousa, en premières noces, dona Guiomar de Távora et, en secondes noces, en 1695, la princesse Pélagie Sinfronie de Rohan, fille du prince François de Rohan-Soubise et de la princesse Anne de Rohan-Chabot.

dans notre travail², à redonner au personnage de dom Afonso l'éclat qui lui revenait et à permettre une compréhension plus juste et plus exacte de l'époque considérée.

Dans cette démarche, nous avons abordé les textes écrits au XVII^e siècle – manuscrits transcrits, manuscrits inédits ou oeuvres imprimés – avec la plus grande prudence sinon avec circonspection. Nous avons tenté d'aboutir à un classement chronologique afin d'étudier la question dans son champ textuel le plus large et donc avec le plus d'objectivité possible³. Tous ces textes constituent une chaîne qui s'étale dans le temps et dans l'espace, dont nous avons cherché à interpréter et à reconstituer chaque maillon.

En ce qui concerne le personnage de Conti, plusieurs de ces textes donnent au nom une origine portugaise: António de Contes, orthographe que l'on retrouve dans les lettres du Père Vieira⁴. Dans d'autres textes – notamment dans les lettres de dona Luisa de Guzmán écrites en 1662 – on trouve: António Conti. Toutefois, nous avons opté pour: António de Conti, nom figurant dans un plus grand nombre de textes.

Les origines d'António de Conti

Nous avons quelques renseignements précis sur la famille Conti:

«Dans la cour de la Chapelle royale du Palais de la Ribeira de Lisbonne, un certain António Maria de Conti, avait une boutique de rubans, de bas et d'atours féminins qu'il vendait, gagnant de quoi nourrir son père qui avait le même nom, sa mère qui s'appelait aussi Antonieta Maria et plusieurs frères et sœurs⁵».

² Michèle GUIRAUD, *D. Afonso VI*, Doctorat d'Etat ès-Lettres, Toulouse II, janvier 1990, 5 Vol., 1505 p.

³ Pour l'étude des sources, nous renvoyons à notre thèse.

⁴ Le Père António VIEIRA, *Cartas*, publié et annoté par J. L. de AZEVEDO, Lisboa, Imprensa Nacional, 1970, 3 tomes. J. L. de Azevedo signale en note que, bien qu'il ait transcrit Conti, l'original était Contes.

⁵ Manuscrit *D. Afonso VI*, anonyme de la Bibliothèque da Ajuda de Lisbonne, présenté et publié par E. BRAZÃO, Porto, 1940, p. 27.

«Parmi les marchands qui vendaient dans les boutiques qui se trouvent dans le cloître qui entoure cette cour, il y en avait un, nommé António de Conti de Vintimiglia, né à Lisbonne, [de parents] originaires de Vintimille, ville de l'Etat de Gênes⁶».

A propos de Conti, les auteurs emploient indifféremment le terme de *mercador* (marchand) ou celui de *tendeiro* (boutiquier). Nous avons tout lieu de penser que Conti n'était pas un simple petit boutiquier mais qu'il appartenait à cette classe de marchands aisés de Lisbonne, car dom Afonso lui offrira, en 1662, des vaisseaux-marchands. De plus, le commerce de rubans était très florissant. Il se faisait en rubans une telle dépense qu'une loi de 1668 fixa à 55 mètres la longueur maximale que chacun pouvait porter⁷.

La présence d'Italiens à Lisbonne n'était pas un fait exceptionnel puisque dès la première moitié du XVI^e siècle, nombreux furent les marchands de Gênes et même de Venise qui vinrent s'installer dans cette ville pour y faire fortune. Ainsi, en 1508, le consul de Venise à Lisbonne était un nommé Conti⁸. Plus tard, la duchesse de Mantoue donna des postes administratifs importants à des Italiens – un grand nombre de royaumes d'Italie étant sous domination espagnole. Une ordonnance du 11 avril 1644 concerne la présence de marchands génois à Lisbonne qui étaient les répondants d'hommes d'affaires juifs⁹.

Il semblerait que la famille Conti fût installée à Lisbonne depuis plusieurs années et son installation pourrait remonter à l'époque philippine, car le fils d'António de Conti, né à Lisbonne, est déjà un jeune homme.

⁶ Sous le nom de Leandro Dorêa Cáceres e Faria, Fernando Correia de LACERDA publie, *Catástrophe de Portugal na deposição d'El Rei Affonso o sexto e subrogação do Príncipe Pedro o único justificada nas calamidades públicas*, Lisboa, 1669, p. 18.

⁷ Artur de Magalhães BASTO, «La vie et les mœurs de la société portugaise au XVII^e siècle» in *Bulletin des Etudes portugaises*, Coimbra Editora, 1940, T. 7^{ème}, p. 38.

⁸ Júlio de CASTILHO, *A Ribeira de Lisboa. Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos o Velho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 53.

⁹ Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, Vol. V, p. 85.

Toutefois, une première confusion apparaît dans les textes à propos de Conti. Même si les auteurs s'accordent sur le fait que Conti était d'une famille de marchands, certains textes le présentent comme «le fils d'un marchand de la cour de la Chapelle¹⁰»:

«En descendant du Palais [un escalier reliait la galerie du bâtiment central à cette cour], on entre dans une cour environnée d'un bâtiment qui est soutenu par des portiques. On y voit des marchands qui y vendent des ouvrages rares et curieux qui viennent des pays étrangers¹¹».

Le fait que Conti ait le même nom que son père peut, en effet, introduire quelque confusion. Et même si cette confusion n'est pas le fruit du hasard, elle mérite d'être signalée:

«Entre les petits marchands qui étaient logés sous les portiques, il y en avait un nommé Antoine de Conti Vintimiglia, natif de Lisbonne, et originaire de Vintimille, ville de l'Etat de Gênes. Le Roi s'étant aperçu que cet homme prenait d'ordinaire le parti pour lequel il avait plus d'inclination, lui fit connaître combien cela le touchait, jusqu'à descendre souvent à la porte des Dames pour l'entretenir¹²».

¹⁰ Manuscrit anonyme de Lisbonne, *Vida del-Rei D. Afonso VI*, publié par Camilo CASTELO BRANCO, Porto et Braga, Livraria Internacional, 1875, p. 16. Nous avons choisi d'appeler le texte: CCB.

Manuscrit anonyme n.° 817 de la Torre do Tombo, Lisbonne, *Epítome da vida do sereníssimo rei D. Afonso VI*, transcrit et annoté par Michèle GUIRAUD, Toulouse II, 1974, p. 15. Nous avons choisi d'appeler ce texte: Epítome.

¹¹ Jacques Lequien de la NEUFVILLE, *Histoire générale de Portugal*, Paris, Anisson, 1700, Vol. II, p. 36.

¹² Michel de La Piquetierre BLOUIN, *Relation des troubles arrivés dans la cour de Portugal en l'année 1667 et en l'année 1668*, Paris, F. Clousier, 1674. Nous avons utilisé la deuxième édition, Amsterdam, 1674, qui n'est pas la copie de celle de Paris, pp. 6-7. Nous avons choisi d'appeler ce texte: Relation.

L'auteur fait bien la différence entre les petits marchands qui jouent et l'homme qui les regarde jouer. Il serait plus simple de croire à une négligence de l'auteur, surtout lorsqu'il s'agit d'un traducteur; pourtant, une telle confusion ne nous semble pas possible:

«Là [dans la cour de la Chapelle] se rassemblaient, aux heures de peu d'affluence, quelques gamins pour jouer à se lancer des pierres, comme cela se fait chez les Portugais, et le Roi se plaisait à les regarder, surtout lorsque le parti qu'il favorisait était victorieux. Parmi les marchands qui vendaient dans les boutiques qui se trouvent dans le cloître qui entoure cette cour, il y en avait un, nommé António de Conti [...] celui-ci pour plaire au Roi, aidait et applaudissait le parti de celui-ci¹³».

Il s'agit bien, dans ce texte, d'un marchand qui regarde les gamins jouer. Un autre témoignage va dans le même sens:

«Un certain Génois, nommé António Conti, tenait une petite boutique de clincallerie dans une galerie du Palais près de la cour de la Chapelle où le Roi allait ordinairement passer quelques heures de l'après-dîner. Ce petit marchand sut gagner les bonnes grâces du jeune Prince, en lui présentant des petits cou-teaux, des boucles et autres bagatelles pareilles. Ce fut en vain que la Régente et le comte d'Odemira¹⁴ lui représentèrent qu'il

¹³ Fernando Correia de LACERDA, *op. cit.*, p. 18.

¹⁴ D. Francisco de Faro e Noronha, 7^{ème} comte de Odemira, naquit en (?) et mourut le 15 mars 1661. Troisième fils du 1^{er} comte de Faro, il hérita, à la mort de sa nièce, dona Juliana de Faro, des biens de cette maison. D. João IV, à la mort de dom Sancho de Noronha, 6^{ème} comte de Odemira, lui donna les biens de cette maison pour le remercier des services qu'il avait rendus dans la lutte contre les Espagnols. Il était seigneur de Penacova et de Mortágua, grand alcade d'Alvor, seigneur de Paul de Muge, commandeur de Santiago do Sardoal, Santo André de Morães, Santa Maria de Quintela, São Salvador de Joanne, Santa Maria de Marmeleiro et de Santo Isidro de Eixo, qui appartenaient à l'ordre du Christ. Il fut membre du Conseil d'État de dom João IV et Président du Conseil d'Outre-mer. Il fut également intendant des finances ainsi que membre de la Junte nocturne pendant la régence. Il épousa dona Mariana da Silveira, fille héritière de Francisco Soares.

[dom Afonso] s'avilissait en se familiarisant ainsi avec un homme d'un état si bas¹⁵».

De plus, une certaine confusion dans les textes nous autorise à faire l'hypothèse qu'António de Conti, père, joua un rôle important ou tout au moins était un familier du Palais. En effet, dans un manuscrit¹⁶ qui relate le procès de ceux qui complotèrent en 1664 contre le comte de Castelo Melhor, il est fait référence au père d'António de Conti. Dans sa déposition, Pedro César de Meneses¹⁷ fait également intervenir le père de Conti¹⁸. Quoi qu'il en soit, le favori de dom Afonso fut bien António de Conti, fils.

L'introduction au Palais d'António de Conti

Comment António de Conti est-il devenu le favori de dom Afonso? Les textes varient à nouveau sur ce point. Pour les uns, il aurait offert à dom Afonso «des frondes de soie, des couteaux dorés et d'autres bagatelles de ce genre»; pour d'autres, Conti se serait introduit auprès de dom Afonso à l'occasion de la fabrication d'une crèche. Toutefois, ces deux possibilités ne sont pas exclusives l'une de l'autre. Le père António de Conti a pu offrir des jouets à dom Afonso et introduire, auprès de celui-ci, son fils António, pour l'aider à faire une crèche:

¹⁵ Robert SOUTHWELL, *Histoire du détronement d'Afonse VI roi de Portugal contenue dans les lettres de M. Robert Southwell alors ambassadeur à la cour de Lisbonne. Et précédée d'un abrégé de l'histoire de ce royaume*. Traduit de l'anglais par l'abbé Desfontaines, Paris, David fils, 1742, 2 volumes, Vol. II, pp. 221-222.

¹⁶ Manuscrit de la Bibliothèque nationale de Lisbonne, F. G., cote 748, f.° 251-261 r.°, transcrit par Gastão de Melo de MATOS, «Um processo político do século XVII» in *Congresso do Mundo Português*, 1940, Vol. II, pp. 127-137, Vol. VII, pp. 631-667.

¹⁷ Fils de Luís César de Meneses et de dona Vicência Henriques. Né en (?); il périt noyé, en 1674, en se rendant en Angola. Il prit part aux différentes campagnes militaires contre les Espagnols. Il fut membre du Conseil de Guerre en 1655. En 1659, le comte de Cantanhede le choisit comme capitaine de sa garde. En 1665, il devint général de cavalerie du Trás-os-Montes. En 1670, dom Pedro le nomma gouverneur du Maranhão, puis en 1673, gouverneur de l'Angola.

¹⁸ *Idem*, p. 651.

«Le Roi voulut faire une crèche: un valet, sur l'indication d'António de Contes, marchand de la Chapelle, le proposa à cette charge; il [António de Conti] s'introduisit lors de la fabrication de la crèche et en apportant au Roi des figurines et d'autres jouets¹⁹».

«Le Roi voulut faire une crèche, et l'on cherchait quelqu'un qui satisfît son désir; un valet, sur l'indication d'un marchand de la Chapelle, proposa un fils de celui-ci nommé António de Conti²⁰».

Il semblerait en effet qu'António de Conti ait eu la charge de valet bien avant de devenir le favori et qu'il ait été introduit par un valet du roi qui connaissait son père. L'imprécision dans les textes concernant la datation nous apparaît délibérée comme si l'on eût voulu cacher ou brouiller l'apparition de Conti au Palais. Néanmoins, une première certitude ressort de la confrontation des documents: António de Conti a bien été introduit auprès de dom Afonso. Être introduit à la cour par un parent était, en effet, la possibilité de s'assurer un avenir. Il n'était pas rare que l'on parlât au roi en faveur d'une personne ou qu'on lui présentât comme page quelqu'un, remarqué pour ses talents. Tel fut le cas, en France, de Sully qui, à l'âge de douze ans, fut présenté par son père à Henri IV²¹ ou encore du jeune Bayard²², recommandé au roi en raison de ses prouesses équestres. C'était de plus pour les marchands, le seul moyen d'accéder à la noblesse. Deux de ses frères: Manuel de Conti²³ et João de Conti furent également introduits au Palais:

¹⁹ Manuscrit anonyme n.º 146 de la Bibliothèque de Coimbra, *Vida e morte de El Rey Dom Affonso 6.º de Portugal. Cópia de huns cadernos que se acharão na livreria do duque de Cadaval*, copie de 1744, pp. 16-17. Pour l'étude de ce manuscrit, voir notre thèse. Nous avons choisi d'appeler ce manuscrit: Coimbra.

²⁰ CCB, p. 16; *Epítome*, p. 15.

²¹ Jean-Marie CONSTANT, *La vie quotidienne de la noblesse française aux XVI-XVII^e siècles*, Hachette, 1985, p. 168.

²² *Ibid.*, p. 169.

²³ Torre do Tombo, Chancellerie de dom Afonso, 1^{er} 36, f.º 184v.º.

«Pour donner de l'émulation au Roi, on avait permis l'entrée du Palais à quelques jeunes gens qui, sous prétexte de faire du fleuret en sa présence, y portaient toute sorte d'armes [...] Jean de Conti se trouvait à tous ces exercices²⁴».

«[João de Conti] portait l'habit d'étudiant et il faisait plus de progrès dans le maniement des armes que dans les lettres qu'il apprenait²⁵».

Le maniement des armes permettait, en effet, à certains jeunes nobles, par leur talent et leurs prouesses, de gagner les faveurs du roi. Lorsqu'en 1659, dom Afonso alla prendre les eaux, João de Conti, qui l'accompagnait, avait pour charge de veiller au personnel des écuries²⁶.

A quelle époque, António de Conti devient-il le favori de dom Afonso?

La nature des jouets «des figurines, et autres jouets qui lui plaisaient à cet âge» n'est pas une donnée suffisante pour dater avec précision la présence de Conti au Palais. Même si l'expression dans un autre texte «premières années» reste vague, elle nous amène à dire que dom Afonso était pour le moins un jeune enfant. António de Conti aurait été introduit lorsque dom Afonso était «encore dans la chambre de la Reine, sa mère²⁷». Correia de Lacerda situe les relations entre Conti et dom Afonso avant que celui-ci n'apprenne à manier les armes, c'est-à-dire avant l'âge de quatorze ans, et il rapporte qu'à seize ans «la faveur d'António de Conti auprès du Roi était très ancienne²⁸». Sans avancer une date, nous pouvons considérer qu'António de Conti était en tout cas auprès de dom Afonso au moins en 1656, et peut-être même avant, mais il ne s'agit là que d'une hypothèse.

²⁴ *Relation*, p. 12.

²⁵ *Catástrophe*, p. 24.

²⁶ *Építome*, p. 17.

²⁷ *Brazão*, p. 27.

²⁸ *Catástrophe*, p. 18.

L'ascension sociale d'António de Conti

Que ce soit par ambition personnelle ou par réelle amitié, ou encore les deux à la fois, António de Conti joua un rôle de premier plan auprès de dom Afonso.

D. Afonso aima tout de suite la compagnie d'António de Conti «au point qu'il ne pouvait se passer de parler avec lui et il l'allait chercher aux portes du Palais²⁹». Tous les auteurs ne manquent pas de souligner, même si c'est pour la désapprouver, la profonde affection que dom Afonso portait aux Conti et surtout à António.

Lorsque la régente ordonna à António de Conti de ne plus se trouver au Palais, dom Afonso «rechercha Conti avec plus d'empressement³⁰» et même, lorsque le comte de Odemira interdit la présence de Conti: «le Roi s'obstina même avec fureur à ne vouloir prendre aucune leçon et à ne boire ni manger que Conti ne lui eût été rendu³¹». En 1660, dom Afonso «alla jusqu'à lui rendre visite chez son père lors d'une affection légère qui l'obligea à être saigné³²». En 1662, lorsque Conti a été arrêté, dom Afonso est inquiet pour «son ami³³».

On ne peut reprocher à dom Afonso cette amitié. Ce mot, aux XVI-XVII^e, signifiait comme de nos jours l'affection entre deux personnes mais aussi des liens de fidélité et de clientèle. Chaque monarque avait des fidèles qui lui étaient totalement dévoués et les traitait en fonction de son tempérament. Le roi Henri IV, par exemple, en toute occasion tenait à marquer l'affection qui le liait à ses amis³⁴ et, lorsque le poète Jean de la Taille fut grièvement blessé au visage par un coup de lance au siège d'Arnay-le-Duc,

²⁹ *Coimbra*, p. 17.

³⁰ *Relation*, p. 7.

³¹ *Ibid.*, pp. 9-10.

³² *Brazão*, p. 28.

³³ *Epitome*, p. 28.

³⁴ Jean-Marie CONSTANT, *op. cit.*, p. 170.

il le fit soigner par son propre chirurgien³⁵. L'infant dom Pedro eut de l'attachement pour un valet, un certain Gaspar Varela, fils d'un tisserand d'Elvas, qui avait été soldat et valet de dom João da Silva. Il le prit à son service parce que cet homme était brave, le faisant valet de chambre et lui donnant l'ordre du Christ³⁶.

António de Conti obtint la faveur de servir dom Afonso au lever et au coucher³⁷. La chambre du roi était un service essentiel et les valets de chambre furent la plupart du temps de grands seigneurs.

La régente et le comte de Odemira ont utilisé Conti – ou en tout cas ont profité de l'influence de celui-ci pensant que «par António de Contes, ils pourraient donner au Roi quelque enseignement³⁸». L'influence de Conti ne cessa de s'accroître. Peut-être, en 1657, une faction de nobles du nouveau parti voyait-elle en lui la possibilité d'évincer à la cour les nobles de «l'ancien parti. Car c'est cette année-là que le comte de Odemira, chef de l'ancien parti, chassa Conti du Palais – et nous pensons que l'opposition du comte n'est pas fondée sur une question de moralité. A la même époque, le duc de Cadaval³⁹ s'oppose également au comte de Odemira – même s'il ne s'agit que d'une question de protocole – cette opposition est significative d'une certaine tension entre les nobles. Car le duc de Cadaval, de surcroît

³⁵ *Ibid.*, p. 171.

³⁶ Manuscrit d'Évora CIII/1-18, f.° 374-375 r.°.

³⁷ *Brazão*, p. 28.

³⁸ *Coimbra*, p. 17; *CCB*, p. 17; *Építome*, p. 16.

³⁹ D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1^{er} duc de Cadaval (le 18 juillet 1648), 4^{ème} marquis de Ferreira, 5^{ème} comte de Tentúgal, succéda à son père en 1645. Né à Évora le 4 novembre 1638, il mourut le 27 janvier 1727. Il servit comme soldat, dans la guerre contre les Espagnols, sous les ordres du gouverneur des armes de la Beira. C'est au cours de cette campagne qu'il fut blessé, mais, malgré ses blessures, il manifesta toujours le désir de retourner servir dans l'armée. En 1659, la régente le nomma conseiller d'État et ministre de la Junte nocturne. Il fut membre du Conseil d'État et du Conseil de Guerre sous dom Afonso VI, dom Pedro II et dom João V. Après la destitution de dom Afonso VI, il fut également membre du Conseil du Roi, capitaine général de cavalerie de la Cour et de l'Estremadura ainsi que gouverneur des armes de Setúbal et de Cascais. Lors de la signature du traité de paix en 1668, il fut plénipotentiaire. En 1669, il demanda à être le Président du Conseil des Finances mais le marquis de Marialva s'y opposa. Il exerça également la charge de grand maître de la maison de Marie-Françoise de Savoie, de Marie-Sophie de Neubourg

favori de la régente, fait partie de ces nobles qui représentent une nouvelle tendance à la cour. Toujours à cette même époque, le duc de Cadaval et Conti sont intimement liés peut-être parce que le duc était valet de chambre garde-clefs de dom Afonso dans la chambre de la régente.

António de Conti apparaît véritablement comme le favori du roi en 1659. C'est à cette époque qu'il obtint le titre de noblesse ou qu'il revendiqua tout au moins son appartenance à la maison des Conti de Sicile. En 1660, lorsque dom Afonso a sa propre maison, il exerce la charge de valet de garde-robe. Son influence à la cour grandit encore puisqu'il a ses propres courtisans. Il habitait dans un appartement avec une porte qui donnait sur la chambre du roi et «c'est là qu'allaient l'attendre ceux qui avaient ses faveurs⁴⁰».

Le rôle d'António de Conti à la cour

Conti a-t-il, par ambition, mené un double jeu? Grâce à lui, la régente «obtenait l'accord du Roi pour les élections que l'on faisait et elle lui faisait accepter celles qui n'étaient pas de sa convenance⁴¹». Son importance ne cessait de croître car la plupart des ministres accouraient à sa garde-robe et «on lui communiquait les affaires les plus importantes de la Monarchie⁴²». Outre les différentes charges qu'il exerçait, il avait celle de conférer des Ministres étrangers (chargé de recevoir les ambassadeurs) qui lui donnait le pouvoir de ministre.

et de Marie-Anne d'Autriche. A la mort de dom Pedro II, il se retira des affaires publiques. Il se maria trois fois.

⁴⁰ *Brazão*, p. 29.

⁴¹ *Ibid.*, p. 30.

⁴² Conde da ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado* escrita por D. Luís de Meneses, conde da Ericeira, (1^{ère} partie en 1679, 2^{ème} partie en 1698), annotée et préfacée par António Álvaro DÓRIA, Porto, Biblioteca Histórica, série régia, Livraria Civilização-Editora, 1945, 4 Vols., Vol. III, p. 302.

La régente a cherché à attirer Conti en lui octroyant certains privilèges car, en 1660, malgré l'opposition qu'il y avait entre le comte de Odemira et Conti, le comte «conférait avec lui des affaires les plus importantes⁴³» et, en 1661, après la mort du comte, «la Reine en faisait de même⁴⁴».

Le 23 mars 1660, António de Conti obtint le droit de péage d'Escaropin avec un montant de bénéfice de 250.000 réaux. Une barque de passage permettait de traverser le Tage à cet endroit. La forêt d'Escaropin, en bordure du fleuve, était située dans le concelho de Salvaterra de Magos, à côté du palais des ducs de Cadaval, à Muge. Ce droit avait appartenu à dom Fernando Teles de Faro. En 1660 ou 1661, il reçoit la commanderie de São Salvador de Unhão et une maison de campagne à Oeiras. C'est à la même époque qu'il devint gentilhomme de la maison du roi, chevalier de l'ordre du Christ et valet de garde-robe garde-clefs.

Certains de ces privilèges figurent dans les actes de la Chancellerie de dom Afonso⁴⁵. Il faut noter que deux d'entre eux furent donnés à António de Conti avant que le roi ait sa propre maison. En 1662, dans le Rapport des pensions et des gratifications payées par le Trésor de la maison de Bragança, on trouve le nom d'António de Conti avec une somme annuelle de 100.000 réaux⁴⁶.

Des bienfaits furent également accordés à des membres de sa famille. Ainsi, João de Conti, clerc *in minoribus*, était trésorier de l'église de São Miguel de Freixo de Espada à Cinta⁴⁷. Le 28 mai 1661, il reçut en plus le montant du bénéfice de l'archidiaconné de Sobradêlo⁴⁸, appartenant à la collégiale de Guimarães, qui avait été laissé vacant par Francisco Tavares, trésorier de la Junte des Trois États.

⁴³ *Brazão.*, p. 29.

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ Chanc. dom Afonso, 1^{er} 25, f.° 24r.° ; 1^{er} 25, f.° 22v.°, f.° 194v.°.

⁴⁶ Hipólito RAPOSO, *Dona Luísa de Guzmán, duquesa e rainha*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1947, p. 300.

⁴⁷ Torre do Tombo, Chanc. dom Afonso, 1^{er} 24, f.° 156r.° ; 1^{er} 36, f.° 84v.°.

⁴⁸ Torre do Tombo, Chanc. dom Afonso, 1^{er} 24, f.° 156r.°.

Si, en 1660, António de Conti est le confident de la régente, il commença, néanmoins, à s'opposer à celle-ci au début de 1661 (avant la mort du comte de Odemira).

Peut-être par fidélité au roi et certainement guidé par l'ambition, António de Conti s'oppose ouvertement à la régente, en mai 1662⁴⁹, lorsque celle-ci décide de donner la maison à l'infant dom Pedro. Comprenant que la régente oeuvrait dans l'intérêt de l'infant dom Pedro et qu'il pouvait être évincé du pouvoir, il désapprouve par exemple la nomination du Père Vieira⁵⁰ comme confesseur de l'infant.

Il devint ainsi un opposant gênant car il avait assez d'influence pour regrouper autour de lui une faction de nobles, mécontents du gouvernement de la régente. Il avait en outre suffisamment d'emprise sur dom Afonso pour que celui-ci revendiquât un trône qui lui revenait de droit. L'opposition de dom Afonso constituait un danger véritable pour la régente et la tension entre les deux factions était chaque jour plus forte. En avril 1662, certains nobles au pouvoir – le duc de Cadaval, le marquis de Gouveia⁵¹, le marquis

⁴⁹ *Coimbra*, pp. 31-32; *Epítome*, pp. 26-27.

⁵⁰ Né à Lisbonne le 6 février 1608, il mourut à Bahia, le 18 juillet 1697. A l'âge de six ans, il partit avec ses parents à Bahia où il fit des études littéraires dans un collège de jésuites. En 1623, il commença son noviciat et, fin 1626, il fut envoyé au collège d'Olinda où il dirigea la chaire de rhétorique. A partir de 1635, il commença à prêcher. C'est en 1640 que débuta sa carrière politique lorsqu'il fut le représentant de dom João IV. Celui-ci lui confia, en effet, des missions diplomatiques importantes: en Hollande où Vieira proposa, en 1647, que le Portugal achetât le Pernambouc, puis en France où il avait pour tâche d'informer dom João IV des relations entre la France et la Hollande et de conclure une alliance avec la France en négociant le mariage de dom Teodósio avec la fille du duc d'Orléans. La régente et Mazarin refusèrent cette proposition et Vieira retourna en Hollande où sa mission échoua également. En janvier 1650, il partit à nouveau pour le Brésil où il essaya de lutter contre l'esclavage des Indiens et il revint à Lisbonne en novembre 1654. De 1655 à 1661, il séjourna au Brésil après avoir obtenu du roi que les jésuites aient l'entière juridiction de leurs missions. En 1662, il fut exilé à Porto par dom Afonso et, le 1^{er} octobre 1665, il fut emprisonné par l'Inquisition de Coimbra où il resta jusqu'en décembre 1667. Ne parvenant pas à gagner les faveurs de dom Pedro, il partit, le 15 août 1669, en Italie. Puis il devint le prédicateur de la reine Christine de Suède. Toutefois, pour le soustraire à l'Inquisition portugaise, dom Pedro obtint un bref du pape. En janvier 1681, il s'embarqua pour le Brésil où il s'installa au collège de Bahia.

⁵¹ D. João da Silva, 2^{ème} marquis de Gouveia, 6^{ème} comte de Portalegre. Il était le fils aîné de dom Manrique da Silva, à qui Felipe III accorda le titre de marquis, et de dona Maria de

de Marialva⁵², dom Francisco de Sotomaior,⁵³ le comte de São Lourenço⁵⁴,

Lencastre. Né en (?), il mourut en 1686. Il était seigneur de Celorico, São Romão, Moimenta Valezim, Vila Nova, Nespereira, Naboinhos, Rio Torto, Vila Lova, Coelheira ainsi que des îles de São Nicolau et de São Vicente, commandeur de Santa Maria de Almada, qui appartenait à l'ordre du Christ. Il succéda à son père, le 18 mai 1647, comme grand maître de la maison du roi. Favorable à dom Pedro, il fut nommé, en 1670, ambassadeur extraordinaire à Madrid avec, comme secrétaire d'ambassade, dom João de Andrade qui était collégial de São Pedro et il ne revint à Lisbonne qu'en novembre 1673. Selon le Père Vieira, il avait, à cette époque, peu d'amis à la Cour. Pour des raisons qui nous échappent, le marquis de Gouveia refusa de recevoir le comte de Vilar Maior et il ne se réconcilia avec lui que quelques années plus tard. En 1686, il fut reconduit comme Président du Conseil du Roi. Il épousa, en premières noces, dona Maria Pimentel Pereira, fille du 6^{ème} comte da Feira et de dona Joana Forjaz Pereira. Puis, en secondes noces, dona Luisa Maria de Meneses, qui était la sœur du 1^{er} comte de Vila Verde. Il n'eut pas de descendance.

⁵² D. António Luís de Meneses devint 1^{er} marquis de Marialva, le 11 juin 1661. Il était le fils héritier de dom Pedro de Meneses, 2^{ème} comte de Cantanhede, et de dona Constança de Guzmán. Né en (?), il mourut en août 1675. Il était le 9^{ème} seigneur de Cantanhede et de Marialva, de Melres, Serra de Além, Ermelo, Bilhovaz, Vilar de Ferreiras, Avelãs do Caminho, Leomil, Penela, Valongo de Azeite, Cerva, Atei et Álvaro; seigneur des majorats de Medelo et de São Silvestre; commandeur de Santa Maria de Almonda, de São Romão de Boures et de São Cosme de Azerena, qui appartenaient à l'ordre du Christ. En 1640, il fit partie des quarante conjurés qui proclamèrent roi dom João IV. En 1641, maître de camp d'un régiment d'infanterie de la Beira, il prit part à l'expédition à Cadix. En 1651, il était membre du Conseil d'État et de celui de la guerre, intendant des finances, membre du Conseil du Roi, gouverneur de Setúbal, de Cascais et de l'Estremadura. En qualité de gouverneur des armes de l'Alentejo, il partit d'Estremoz, le 11 janvier 1659, pour secourir la place d'Elvas, assiégée par les Espagnols, où il fut blessé le 14 janvier. En 1662, il tenta de secourir aussi Juromenha et, en juin 1663, il fut envoyé à Évora prêter main forte au comte de Vilar Flor. En 1664, alors qu'il venait d'être nommé capitaine général des armes de l'Alentejo, il attaqua Valença de Alcântara et c'est sous son commandement que les troupes portugaises remportèrent la victoire de Montes Claros. Il travailla également aux fortifications de Lisbonne et de Cascais. En 1668, il fut l'un des plénipotentiaires chargés de signer le traité de paix avec l'Espagne. En 1669, il tomba gravement malade et dom Pedro voulut alors lui accorder le titre de duc. Ses ennemis l'accusèrent d'avoir gardé l'argent destiné aux fortifications de Lisbonne. Il épousa, en 1635, dona Catarina Coutinho qui était la fille héritière de dom Manuel Coutinho et de dona Guiomar da Silva, fille du 1^{er} comte de Sabugal.

⁵³ Né en 1590, il mourut en 1669. Il fut très apprécié de Felipe III qui le nomma évêque de Targa et grand maître de la chapelle royale de Lisbonne. Sacré évêque à Madrid, il revint à Lisbonne, à la fin de 1636, où il fut proviseur et vicaire général de l'archevêque dom Rodrigo da Cunha. Il assista au baptême de dom Afonso car il continua à être l'aumônier du roi. En 1657, il fut nommé évêque de Lamego, dignité qu'il assumait encore en 1663.

⁵⁴ Martim Afonso de Melo devint 2^{ème} comte de São Lourenço par son mariage avec dona Madalena da Silva, fille du 1^{er} comte de São Lourenço. Né en (?), il mourut à Lisbonne

le comte de Soure⁵⁵, dom Rodrigo de Meneses⁵⁶, Garcia de Melo⁵⁷, Nicolau

le 31 juillet 1671. Il était 5^{ème} alcade d'Elvas, seigneur de Vila do Bispo et des terres de Sagres et d'Elvas, commandeur de Santiago de Lobão, Santiago de Pentavos et Rio Torto qui appartenaient à l'ordre du Christ. Il fut gouverneur des armes de l'Alentejo, membre du Conseil de Guerre de dom João IV et, aux Indes, capitaine général de Mascate et du Cap Comorim. Puis il devint membre du Conseil d'État, gentilhomme de la chambre de dom Pedro et, en 1663, intendant des finances pour le département des Indes. Comme ses fils, il fut emprisonné en 1655 pour avoir pris part, à la querelle du jeu de paume, où le comte de Vimioso trouva la mort. Il épousa, en premières noces, dona Francisca de Guerra, fille de Duarte de Guerra Caldeira et, en secondes noces, sa cousine dona Madalena da Silva. Sa première femme lui donna trois fils dont António de Melo et Luís de Melo qui lui succéda, et sa seconde femme, un seul fils: João de Melo.

⁵⁵ D. João da Costa devint 1^{er} comte de Soure, le 15 octobre 1652. Il était le fils de dom Julianes da Costa et de dona Francisca de Vasconcelos. Né en 1610, il mourut le 22 janvier 1664. Très jeune, il entra au service de la reine dona Isabel de Bourbon, femme de Felipe IV, comme écuyer de main, jusqu'à l'âge de 14 ans. C'est alors qu'il revint à Lisbonne pour gouverner sa maison. Il fit partie des quarante conjurés qui acclamèrent roi dom João IV et il prit part activement à la Restauration. En 1642, il devint membre du Conseil de Guerre et, en 1643, il commanda l'artillerie sous les ordres du comte de Óbidos. En 1644, sous les ordres de Matias de Albuquerque, il combattit à la bataille de Montijo comme général d'artillerie. Il fut nommé, en 1650, maître de camp général, puis il devint gouverneur des armes de l'Alentejo. Après la mort de dom João IV, il continua à occuper ce poste, mais il dut démissionner sous la pression de ses ennemis et la régente le remplaça par le comte de São Lourenço. En 1659, alors qu'il était membre de la Junte nocturne et Président du Conseil d'Outre-mer, il fut envoyé en France comme ambassadeur avec, pour secrétaire, Duarte Ribeiro de Macedo. Les tractations avec Mazarin furent un échec pour le Portugal. Il fut membre du Conseil de Guerre, et, en 1662, il fut nommé gentilhomme de la chambre de dom Pedro. Après l'acclamation d'Alcântara, il fut exilé par dom Afonso, le 25 août 1662. Il épousa dona Francisca de Noronha qui lui donna sept enfants: c'est dom Julianes da Costa qui lui succéda.

⁵⁶ Fils de dom Pedro de Meneses, 2^{ème} comte de Cantanhede. Frère aîné du marquis de Marialva qui, d'après le panégyriste de la maison de Marialva, suivait ses conseils. Né en 1614, il mourut d'apoplexie, en 1674. Il fit ses études à l'Université de Coimbra pendant neuf ans comme pensionnaire au Collège São Paulo. Docteur en droit canon, il fut chanoine et archidiacre de la cathédrale d'Évora. En 1641, il fut nommé juge au Conseil du Roi. En 1650, il devint Président de la Chambre criminelle de Porto, puis député de la Junte des Trois États ainsi que Président de la Chambre criminelle de Lisbonne. En 1662, la régente le choisit comme gentilhomme de la chambre de dom Pedro et, en juillet 1663, le roi le nomma Président du Conseil du Roi à la place de Rui de Moura Teles. En 1668, lorsque dom Pedro relia le Palais royal à celui de Corte Real, il manifesta son mécontentement et demanda à se retirer à Cascais. D. Pedro le nomma grand écuyer et, en 1671, lui donna la charge d'intendant et contrôleur de la maison du Roi.

⁵⁷ D. Garcia de Melo de Torres, 2^{ème} comte da Ponte. Il était le fils du 1^{er} marquis de Sande et il succéda à son père en raison de la mort de ses frères. Né vers 1625, il mourut le

Monteiro⁵⁸ et Pedro Vieira da Silva⁵⁹ – décident d'exiler Conti ainsi que les autres favoris. Et, simple subterfuge, la régente aurait laissé Conti s'occuper

26 décembre 1706. Il était commandeur de Pinheiro de Azere, de São Miguel de Infantes, de Nossa Senhora dos Altos Ceos, de Santiago de Santarém et de Feiteira, qui appartenaient à l'ordre du Christ, ainsi que de Freiria de Évora, qui appartenait à l'ordre d'Avis; grand alcade de Terena ainsi que commandeur de Santa Maria de Montemor o Novo et de São Pedro Fins de Bragança, qui appartenaient à l'ordre du Christ. En 1640, il entra comme pensionnaire au collège royal de São Paulo. En 1659, il combattit les Espagnols dans l'Alentejo. Il exerça la charge de grand veneur, qui appartenait à son père. En 1671, il exerça la charge d'intendant de la maison de dom Pedro. Il fut également Président de la Maison de ville de Lisbonne, Président du Conseil de Conscience, Président de la Chambre criminelle de Lisbonne, Président du Conseil du Roi et conseiller d'État durant le règne de dom Pedro. Il épousa, en 1657, dona Isabel de Castro, fille de dom Francisco Mascarenhas et de dona Margarida de Vilhena; en 1671, il se remaria avec dona Maria Caetana de Meneses.

⁵⁸ Né à Porto, le 6 décembre 1581, il mourut le 20 décembre 1672. Après avoir fait ses humanités dans sa ville natale, il devint docteur en droit canon. Il passa quelque temps à Rome, puis il obtint le canonicat de grand vicaire de la cathédrale de Coimbra et il reçut le prieuré de São Martinho de Cedofeita. En 1646, il fut nommé évêque de Portalegre. En 1648, dom João IV l'envoya à Rome pour qu'il demandât au pape Innocent X de reconnaître les évêques portugais qui avaient été nommés par le roi. Le pape rejeta sa demande à cause de l'ambassadeur d'Espagne et l'on attenda même à la vie de Nicolau Monteiro. Celui-ci revint donc au Portugal et se retira à la collégiale de Cedofeita. Il devint le maître d'école de la collégiale de Barcelos et il fut choisi par dom João IV comme précepteur du prince dom Teodósio et des infants dom Afonso et dom Pedro. En 1655, il fut nommé évêque de Guarda mais sans être confirmé. Confesseur de dom Afonso VI, celui-ci le remplaça par frère Pedro de Sousa en 1662. D. Pedro le nomma évêque de Porto en 1668 et Clément X confirma cette nomination en 1671.

⁵⁹ Il était le fils de Gaspar Rebelo da Guerra Dias Preto et de dona Clemência Vieira da Silva. Né à Leiria, en 1596, il mourut le 12 septembre 1676. Après des études à Leiria, il devint docteur en droit de l'Université de Coimbra. Pendant un certain temps, il occupa, dans son Université, le poste de professeur-remplaçant. Il suivit la voie de la magistrature et, à l'âge de vingt-huit ans, il devint juge de la Chambre criminelle de Porto. Il fut juge de la Chambre criminelle de Lisbonne, puis juge des affaires de la Couronne. Il connut l'exil à Castelo Branco. Sa condamnation ayant été annulée et sa peine commuée, il alla vivre à Madrid où il resta dans la magistrature. C'est alors qu'il entra en relation avec le cardinal Julio Rospigliosi qui allait devenir pape sous le nom de Clément IX et qui, plus tard, allait donner aux enfants de Pedro Vieira da Silva plusieurs bénéfices vacants, appartenant à la Curie. En 1637, lors des révoltes d'Évora et de l'Algarve, il prononça plusieurs condamnations. En 1643, il dirigea l'enquête sur Francisco de Lucena, alors secrétaire d'État. Lorsque celui-ci fut exécuté, il le remplaça comme secrétaire, charge qu'il exerça pendant treize ans. Après la mort de dom João IV, il fut maintenu dans cette charge par dona Luísa de

des préparatifs pour le départ de dona Catarina de Bragança – future reine d'Angleterre –, uniquement pour qu'il «se sentît en confiance⁶⁰». Après le 4 juin, date de l'installation de l'infant dom Pedro, Conti s'entretint avec la régente comme auparavant⁶¹. Mais toutes ces précautions ne suffirent pas à rasséréner Conti qui se sentait menacé car il ne sortait du Palais qu'en compagnie du roi ou de quelqu'un qui assurât sa sécurité⁶².

L'arrestation d'António de Conti

Les circonstances de l'arrestation d'António de Conti témoignent de l'importance de l'enjeu entre les deux factions.

Certains nobles, pourtant partisans de la régente, font montre de leur désaccord: le comte de Atouguia⁶³, qui avait été choisi par la régente pour servir comme gentilhomme de la maison de l'infant dom Pedro, refuse d'exercer cette charge. Le comte de São Lourenço, ainsi que le comte de

Guzmán. En 1660, pour une question de protocole, il demanda sa démission et se retira à Leiria. Il fut exilé à Évora où il ne resta que trois mois, car il fut nommé à nouveau secrétaire d'État. Lorsque dom Afonso assumait le gouvernement, il fut exilé à Ourém mais il retrouva son poste de secrétaire d'État avec dom Pedro, en 1667. Il fut l'un des signataires du traité de paix avec l'Espagne et, en septembre 1668, dom Pedro le nomma évêque de Leiria. Le 11 mai 1670, il fut confirmé évêque de Leiria par Clément IX. Il fut enterré à Leiria dans l'église du couvent de Santo António dos Capuchos qu'il avait fondé.

⁶⁰ *Catástrophe*, p. 56.

⁶¹ *Brazão*, pp. 31-32.

⁶² *Catástrophe*, p. 57.

⁶³ D. Jerónimo de Ataíde, 6^{ème} comte de Atouguia, était le fils cadet de dom Luís de Ataíde, 5^{ème} comte de Atouguia, dont il hérita la maison et le titre. Né en (?), il mourut le 16 août 1665. Il fut l'un des conjurés de la révolution de 1640. Armé chevalier par sa mère, le matin même du 1^{er} décembre, il alla combattre avec son frère pour l'indépendance du Portugal. Il fut gentilhomme de la maison du roi; gouverneur de Peniche et gouverneur des armes de Trás-os-Montes et de l'Alentejo en 1661. De 1654 à 1657, il fut le vingtième gouverneur du Brésil. Le 13 août 1662, alors qu'il était capitaine général de l'escadre royale, il fut nommé par dom Afonso conseiller d'État et Président de la Junte du Commerce. En 1658, il épousa, en premières noces, dona Maria de Castro, fille du 2^{ème} comte de Penaguião. Puis, en secondes noces, dona Leonor de Meneses, qui était la fille et l'héritière de dom Fernando de Meneses.

Pombeiro⁶⁴ – parce qu’il est l’ami de Conti ou parce qu’il craint le roi⁶⁵ –, désignés par la régente pour arrêter Conti, refusent d’accomplir cette tâche.

Les nobles au pouvoir, qui ont décidé de cette arrestation, sont prêts à tout pour que leur plan réussisse. La régente elle-même fait venir le roi dans la chambre des dépêches afin qu’il ne se doute de rien. Bien plus, en arrêtant Conti dans le propre palais du roi, ils ne s’embarrassent d’aucun scrupule pour bafouer le roi dans ses prérogatives. Enfin, il convient de noter la rapidité avec laquelle cette action est menée. Tout a été soigneusement préparé pour que l’affaire ne soit pas un échec mais surtout pour éviter une riposte armée.

L’arrestation est prévue pour le samedi 16 juin 1662, à 10h du matin, à une heure où il y a peu de monde dans la chambre des dépêches. Le duc de Cadaval fait immédiatement garder l’entrée du Palais afin que personne ne sorte. Le maximum de précautions avaient été prises:

«Comme l’on craignait que Conti ne gagnât l’appartement de la Reine par la porte qui faisait la communication des deux appartements; Emanuel de Melo⁶⁶ courut vite s’en rendre le maître. Pendant le duc [de Cadaval] qui était passé sur la ter-

⁶⁴ D. Pedro de Castelo Branco da Cunha eut le titre de 1^{er} vicomte de Castelo Branco, le 22 septembre 1649 et celui de 1^{er} comte de Pombeiro, le 6 avril 1662. Né probablement en 1618, il mourut le 30 juillet 1675. Il était le 12^{ème} seigneur de Pombeiro, 7^{ème} seigneur de Belas et de Sanguinheda, 9^{ème} administrateur du majorat de Castelo Branco, commandeur de Santa Maria de Amêndoa qui appartenait à l’ordre du Christ. A la mort de son père, il hérita de la maison de Pombeiro et à la mort de sa mère, de celle de Belas. A partir de 1643, il fut capitaine des gardes de dom João IV, de dom Teodósio ainsi que de dom Afonso VI. Il épousa dona Cecília de Meneses, qui était la fille de Vasco Fernandes César, alcade d’Alenquer; il se remaria, en 1650, avec dona Luisa Ponce de León qui fut dame d’honneur de dona Luisa de Guzmán puis camériste de dona Catarina de Bragança.

⁶⁵ *Brazão*, p. 33.

⁶⁶ Second fils de Luís de Melo et de dona Guiomar de Vilhena. Né en (?), il mourut le 14 avril 1695. Il était alcade de Campo Maior. Il fut gouverneur des armes dans l’Alentejo, puis il succéda à son père comme capitaine des Gardes du roi. Il épousa dona Francisca de Vilhena e Távora qui lui donna sept enfants.

rasse, qui regarde sur la chambre des Indes, pour voir si Conti ne se sauverait point par là⁶⁷».

Un autre texte nous donne une version des faits à peu près similaire:

«Après que Sa Majesté eut quitté sa chambre, Luís de Melo⁶⁸, capitaine de la porte qui communiquait avec l'appartement d'António de Conti, il alla en référer au duc [de Cadaval]; celui-ci avec Manuel de Melo, le fils dudit capitaine de la porte, et un grand prévôt de la Cour, s'était rassuré que les autres portes du Palais, celles qui donnent sur la terrasse et celles qui communiquent avec l'escalier, étaient bien fermées. Ces précautions une fois prises, le duc alla frapper à la porte de Conti qui, plein d'appréhension et craignant ce qui allait arriver, s'était enfermé dans sa chambre⁶⁹».

Le comte de Castelo Melhor ne peut avertir le roi car, selon la coutume (!), la porte de la chambre des dépêches est fermée et «il retourna par le même chemin qu'il était venu chercher celle de l'appartement de la Reine, qu'il trouva encore fermée⁷⁰».

Tous les moyens sont permis pour arrêter Conti. Tout d'abord, la violence: le duc de Cadaval le saisit par les cheveux⁷¹ puis ordonna qu'on allât chercher des haches pour ouvrir la porte de la chambre de Conti; ensuite,

⁶⁷ *Relation*, pp. 48-49.

⁶⁸ Il était grand alcade de Serpa, commandeur de Santa Maria de Algodres, qui appartenait à l'ordre du Christ, ainsi que commandeur de Serpa, qui appartenait à l'ordre d'Avis. Il exerça la charge de capitaine de la porte pendant les règnes de don Felipe IV et de dom João IV. Il fut également capitaine des Gardes du roi et Président de la Maison de ville de Lisbonne. Il épousa dona Guiomar Henriques, fille du 2^{ème} comte de Vila Franca, qui lui donna trois enfants.

⁶⁹ *Brazão*, p. 33.

⁷⁰ *Relation*, p. 5.

⁷¹ *Ibidem*.

on utilisa le mensonge: le duc de Cadaval lui dit que le Roi le faisait arrêter⁷².

A 13h, soit 1h après son arrestation, Conti est embarqué dans une chaloupe pour être conduit dans un vaisseau, prêt à faire voile pour le Brésil⁷³. L'arrestation de Conti fut si rapide que celui-ci n'eut même pas le temps de prendre des vêtements⁷⁴.

Les raisons invoquées par la régente et les ministres pour justifier l'exil d'Antônio de Conti

A la même heure, la régente et les ministres faisaient accepter leur décision par dom Afonso, mis devant le fait accompli.

Il convient de noter que dans l'acte, lu par le secrétaire Pedro Vieira da Silva, les critiques visent les favoris de dom Afonso et non la personne d'Antônio de Conti en particulier. Les critiques que reprennent les différents textes sont les suivantes:

Les favoris, par leur rang, n'appartiennent pas à la noblesse. Ils ne peuvent prétendre à faire partie de la noblesse dont le code moral est fondé sur l'honneur car ce sont des personnes indignes. Les princes ne doivent recevoir pour compagnons que des personnes illustres par leur mérite. Ils sont qualifiés de gens infâmes ou sont accusés d'être des gens qui s'amusent, des gens qui perdent leur temps, des gens pervers.

Ils troublent l'ordre du gouvernement et de la justice et ils sont un mauvais exemple, car, à cause d'eux, l'on commet des crimes avec assurance. Ils sont des gens de néant, des gens sans religion et des ennemis de l'État. Et, s'ils constituent une menace pour l'ordre public, ils sont avant tout une menace pour dom Afonso.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Ibid.*, p. 51.

⁷⁴ *Brazão*, p. 36.

Ils sont les principaux responsables de la vie dissolue que mène le roi.

Dernière critique, et non la moindre, les favoris sont un danger pour la monarchie. Ils sèment la division entre les nobles et ils influencent le roi de telle sorte que celui-ci n'écoute pas les conseils des grands du royaume. Ils accentuent le différend qui existe entre dom Afonso et dom Pedro. Ils poussent le roi à désobéir à sa mère. Enfin, ils représentent une menace pour la régente et ses ministres dans la mesure où ils incitent le roi à gouverner.

Les arguments invoqués par les ministres révèlent l'affrontement entre deux groupes: celui de la régente et de ses ministres qui gouvernent et celui des favoris qui voient peut-être en dom Afonso la possibilité de réaliser leurs ambitions.

António de Conti est devenu le plus dangereux des favoris à cause de son pouvoir. C'est lui, en effet, qui aurait conseillé à dom Afonso, en 1660, de désobéir à la régente en passant par la salle des Gardes allemands et ainsi de se présenter au peuple en tant que roi. On le rend responsable de la haine que le roi portait au comte de Odemira et responsable également du désaccord qui existait entre le roi et l'infant.

Pourtant, Conti n'aurait peut-être pas été exilé s'il ne s'était opposé à quelques nobles de la cour qui désiraient, tout autant que lui, accroître leur pouvoir, ou s'il n'avait cherché à les évincer. Il eut le tort de se faire à la cour deux ennemis: le marquis de Gouveia et le duc de Cadaval qui devinrent ses principaux accusateurs. Ces nobles redoutaient d'être définitivement écartés de la scène politique le jour où dom Afonso assumerait le gouvernement.

Le retour au Portugal d'António de Conti, en juin 1663

António de Conti fut exilé à Bahia, mais non déchu de son rang. Être exilé au Brésil était un châtement sévère au point qu'il était proverbial de dire «Brésil pour toujours». Toutefois, c'était une peine minime comparée à l'exil en Afrique et les conditions, auxquelles il fut soumis, ne furent pas des plus dures. Tout le temps où il resta dans l'État du Brésil, il y fut traité avec le respect et la vénération qu'on lui témoignait au Portugal. Quand il sortait avec son frère João, tous les officiers généraux et les soldats qu'ils

rencontraient, les escortaient et tous deux obtenaient les faveurs qu'ils voulaient des gouverneurs des places⁷⁵.

Non seulement, le roi lui adressa plusieurs lettres par António da Fonseca, valet garde-clefs mais encore, nombre de ministres et gentilshommes de la cour lui écrivirent qu'ils lui accordaient des crédits afin de pouvoir disposer à tout moment de quoi vivre largement⁷⁶. António de Conti ne profita néanmoins que de quelques présents que lui firent des personnes importantes de l'État du Brésil.

Lorsqu'il revint au Portugal, en 1663, on lui témoigna, au cours du voyage, la même bienveillance:

«Tous les jours, on lui donnait l'aubade et les navires de l'armade le saluaient; il était si honoré que la galère capitane et le vaisseau amiral abaissaient les pavillons et on put voir tout particulièrement ces marques d'honneur le jour de la Saint-Antoine dont António Conti – parce qu'il portait le nom de ce saint – voulut célébrer la fête. Pour plus de solennité, on pavoisa tous les bâtiments et on couronna cette fête par des salves royales⁷⁷».

A leur arrivée, le mardi 25 juin 1663, António et João de Conti furent reçus au bruit de l'artillerie et aux fanfares des trompettes. On leur ordonna pourtant de se retirer à une maison de campagne à Oeiras avec défense d'en sortir en même temps qu'on leur envoya des présents de la part du roi⁷⁸. Il s'agissait pour António du logement de valet de garde-robe avec 1250 cruzades de rente et pour João les bénéfices de l'église de São Miguel de Freixo de Espada à Cinta. Mais ces largesses paraissaient minimes comparées au capital qu'ils rapportaient du Brésil.

⁷⁵ *Brazão*, p. 150.

⁷⁶ *Brazão*, p. 151.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 150.

⁷⁸ *Relation*, p. 99.

Les Conti ne devaient quitter Oeiras que sur ordre du roi⁷⁹. Était-ce une mesure sage pour ne pas raviver les animosités du passé? Le comte de Castelo Melhor avait-il peur de l'influence de Conti auprès du roi? Ou dom Afonso se méfiait-il réellement de Conti? Il est difficile d'apporter un éclaircissement sur ce point. Le roi gardait quelque relation, du moins amicale, avec António de Conti. Il serait allé lui parler plusieurs soirs, une fois dans un ermitage, une autre fois dans la campagne⁸⁰.

Pourtant, António de Conti fut tenu à l'écart de la cour et n'eut pas les faveurs qu'il était en droit d'espérer à son retour du Brésil; et pour preuve, voici ce qu'écrivit le Père Vieira au marquis de Gouveia, le 19 mars 1664:

«Vous m'avez beaucoup parlé des espérances de Conti, mais je m'étonne bien plus que celles-ci, renforcées par ses souvenirs et ses profonds désirs, ne soient encore que des boutons de fleurs qui n'arrivent pas à éclore alors que le mois de mars est déjà bien avancé⁸¹».

Déçu par ce nouvel exil, n'aurait-il pas renoué avec ses anciens amis? Car il aurait demandé au roi de faire revenir à la cour les gentilshommes qui étaient exilés: le Père Vieira, Pedro Vieira da Silva, le duc de Cadaval, Garcia de Melo, Manuel de Melo, le comte de Soure et le comte de Pombeiro. Plus vraisemblable, Conti aurait agi par prudence afin de ne pas mettre sa vie en danger une nouvelle fois⁸².

⁷⁹ *Catástrophe*, p. 115; ERICEIRA, *op. cit.*, Vol. IV, p. 184.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 116.

⁸¹ Le Père VIEIRA, *op. cit.*, Vol. 2, pp. 42-43.

⁸² ERICEIRA, *op. cit.*, Vol. IV, p. 185.

La participation d'António de Conti au complot dirigé contre le comte de Castelo Melhor

Sebastião César de Meneses⁸³, qui aurait mené un double jeu, révèle en juillet 1664 que le duc de Cadaval tente de comploter à nouveau contre le comte de Castelo Melhor⁸⁴. A la tête de ce complot se trouverait Diogo da Gama⁸⁵ qui aurait chargé António de Conti d'assassiner le comte de Castelo Melhor, au val de Cavalinhos, sur la route du couvent de Xabregas où celui-ci se rendait tous les samedis matin.

Pour la plupart des auteurs des textes, il n'y eut aucun complot. Celui-ci fut forgé de toutes pièces par le comte de Castelo Melhor qui avait peur de l'influence d'António de Conti auprès du roi et qui put ainsi le faire exiler à Porto. D. Teodósio de Bragança e Melo⁸⁶, le frère du duc de Cadaval, fut exilé, en même temps que Conti, le 9 juillet, à cinquante lieues de la Cour, et Sebastião César de Meneses dut aller au couvent de Batalha avant d'être autorisé par le roi à aller vivre dans l'Algarve. Pour certains auteurs, il paraît impossible de croire à cette conspiration à laquelle tant de monde

⁸³ 3^{ème} fils de Vasco Fernandes César. Né à Lisbonne en (?), il mourut le 29 janvier 1672. Il fut nommé par dom João IV évêque de Coimbra, mais sans être confirmé. Accusé de crime de lèse-majesté, il resta prisonnier durant sept années au Noviciat de la Compagnie de Jésus. Il fut député de l'Inquisition d'Évora, puis inquisiteur à Coimbra. Il devint membre de la Junte des Trois États ainsi que juge au Conseil du Roi. Le 6 juillet 1662, dom Afonso le nomma archevêque de Lisbonne et, le 1^{er} mai 1663, grand inquisiteur du royaume. Toutefois, au mois de juillet, accusé d'intelligence avec l'ennemi, il demanda à se retirer au couvent des Capucins de Loures. D. Pedro le fit exiler à cinquante lieues de la Cour et il partit à Porto où il passa les dernières années de sa vie.

⁸⁴ *Brazão*, p. 246.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 244.

⁸⁶ Né en 1644 environ, il mourut de phthisie en juin 1672. Ecclésiastique, il fut nommé, par dona Luisa de Guzmán, chanoine de la cathédrale de Lisbonne et grand chapelain mais il n'exerça pas cette dernière charge. En septembre 1668, dom Pedro le nomma Président du Conseil de Conscience. En 1671, à la demande de dom Pedro, il renonça à sa charge de grand chapelain au profit de Luís de Sousa, qui était gouverneur de la ville et de la Chambre criminelle de Porto.

aurait pris part et surtout tant de personnes aussi opposées. Enfin, G. de Melo de Matos, qui a étudié le manuscrit du procès⁸⁷, conclut lui aussi que ce complot fut inventé par le comte de Castelo Melhor, sans toutefois, nous donner les raisons qui auraient poussé le comte à une telle machination.

Nous ne pouvons, quant à nous, affirmer, faute de preuves, que les conjurés aient projeté d'assassiner le comte de Castelo Melhor comme il nous est impossible de démontrer que ce complot fut inventé de toutes pièces par le comte de Castelo Melhor. Pourtant, malgré les imprécisions dans les textes, voire les confusions, cette tentative de complot nous paraît vraisemblable.

Certains éléments de l'affaire sont confirmés par le Père Vieira qui écrit, le 1^{er} septembre 1664, à dom Rodrigo de Meneses que Diogo da Gama est prisonnier à Porto⁸⁸; dans une autre lettre, celle du 19 juillet 1664⁸⁹, adressée à dom Teodósio de Bragança e Melo, il nous fournit la preuve que celui-ci était bien en exil à Tentúgal; enfin, dans une lettre antérieure, celle du 19 mars 1664⁹⁰, adressée au marquis de Gouveia, il nous apprend que le comte de Miranda⁹¹ a été emprisonné. Celui-ci fut bien arrêté, en mars,

⁸⁷ Gastão de Melo de MATOS, «Um processo político do século XVII» in *Congresso do Mundo Português*, 1940, Vol. II, pp. 127-137, Vol. VII, pp. 631-667, ms. de la BN de Lisbonne, f.º 251-261 r.º.

⁸⁸ Le Père VIEIRA, *op. cit.*, Vol. 2, p. 84.

⁸⁹ *Ibid.*, Vol. 2, pp. 68-69.

⁹⁰ *Ibid.*, Vol. 2, p. 42.

⁹¹ Henriques de Sousa Tavares, 1^{er} marquis de Arronches, 3^{ème} comte de Miranda do Corvo. Né à Porto le 17 janvier 1626, il mourut le 10 avril 1706. En 1638, il servit dans l'armée avec Pedro Mendonça Furtado. Il se trouvait à Madrid avec son père lorsque éclata la révolution du 1^{er} décembre 1640. Il voulut immédiatement défendre son pays mais il ne put quitter Madrid qu'en avril 1643 sous prétexte d'aller servir dans la guerre des Flandres comme capitaine de cuirasses. En passant par l'Angleterre, il alla à Paris se présenter au ministre portugais qui était le marquis de Nisa, son oncle. En décembre 1643, il s'embarqua pour le Portugal sur un bateau hollandais qui fut attaqué par des pirates algérois et qui, ensuite, fit naufrage. Il fut l'un des trois survivants. De 1645 à 1646, il fit les campagnes de l'Alentejo. En 1649, il fut nommé gentilhomme de la chambre de dom Teodósio et grand écuyer de celui-ci. En 1655, il devint maître de camp et gouverneur de l'infanterie

parce qu'il avait tiré l'épée dans l'escalier intérieur du Palais. Mais, en fait, c'est en raison de sa participation au complot qu'il fut exilé à Porto, le samedi 5 juillet 1664.

Ce complot ne serait qu'une tentative de plus de la part des partisans de la régente pour lui redonner le pouvoir:

«Quelques jours avant que Son Altesse [dom Pedro] tombât malade, on avait décidé dans le gouvernement suprême que la Reine, Notre Dame, viendrait au Palais et qu'on l'y obligerait par tous les moyens; et le premier instrument de cette grande nouvelle avait été Contes⁹²».

L'organisation du complot n'est pas dénouée de sens car les conjurés avaient pensé, afin de pouvoir communiquer avec la reine mère, utiliser Luís Correia de Torres. Celui-ci, en effet, se rendait souvent auprès de la reine mère, au Grilo, en qualité de dentiste et il était la seule manière possible de communiquer avec elle sans éveiller les soupçons du roi.

Nombre de conjurés, dont le nom est cité dans le procès, ont déjà été impliqués dans une tentative de complot: Sebastião César de Meneses, le

de l'armée. Puis, il fut nommé gouverneur militaire et politique de Porto ainsi qu'ambassadeur du Portugal en Hollande jusqu'en 1663. De retour au Portugal, il continua à servir dans l'Alentejo et à Porto. Il fut l'un des plénipotentiaires chargés de signer le traité de paix de 1668 et, de 1669 à 1672, il fut ambassadeur extraordinaire à la cour de Madrid. Il revint au Portugal le 20 janvier 1671 et reprit possession du gouvernement de la ville et de la Chambre criminelle de Porto. Fin octobre 1673, dom Pedro lui accorda le titre de 1^{er} marquis de Arronches, dont il était le grand alcade, ainsi qu'une commanderie de 1000 cruzades. En novembre 1673, il maria sa fille cadette, dona Leonor, au fils héritier de la maison du marquis de Távora. Un différend l'opposa en 1674 au duc de Cadaval à qui il fit dire de ne plus le saluer. En 1680, il fut nommé ambassadeur d'Angleterre jusqu'en 1683. Il revint alors au Portugal où il exerça la charge de Président de la Chambre criminelle de Porto. Il épousa, en 1645, dona Mariana Teresa de Castro, la fille héritière de dom António Mascarenhas, dame de dona Luisa de Guzmán, qui lui donna huit enfants.

⁹² Le Père VIEIRA, *op. cit.*, Vol. 2, p. 23. Lettre du 2 janvier 1664 au marquis de Gouveia.

duc de Cadaval, Luís de Sousa⁹³, le comte de Atouguia, dom Luís de Meneses⁹⁴ et le vicomte de Vila Nova da Cerveira⁹⁵.

⁹³ Il était le fils de Diogo Lopes de Sousa, 2^{ème} comte de Miranda, et de dona Leonor de Mendoça. Il était le frère du 3^{ème} comte de Miranda. Né à Porto, le 16 octobre 1630, il mourut le 4 janvier 1702. Il fut gouverneur et Président de la Chambre criminelle de Porto. Il fut accusé par Pedro Vieira da Silva d'avoir commis à Porto un certain nombre de délits: entre autres, celui d'avoir profané un monastère de religieuses. Il suivit le parti de l'infant dom Pedro qui le nomma, en septembre 1668, grand aumônier avec le titre d'évêque de Martíria. C'est à partir de fin novembre 1669 qu'il exerça cette charge. D. Teodósio de Bragança e Melo, qui avait été nommé grand aumônier par la régente, se démit de cette charge en faveur de Luís de Sousa non sans avoir manifesté son mécontentement. En 1675, dom Pedro le nomma ambassadeur à Rome ainsi qu'évêque de Lamego puis lui donna l'archidiocèse de Braga. Il fut archevêque de Lisbonne au moins jusqu'en 1679.

⁹⁴ Il était le 3^{ème} comte da Ericeira. Né à Lisbonne le 22 juillet 1632, il mourut le 26 mai 1690, en se jetant d'une des fenêtres de son palais. Il était commandeur de São Martinho de Frazão, de São Cipriano de Angueira et de São Bartolomeu da Covilhã, qui appartenaient à l'ordre du Christ, ainsi que seigneur d'Ansião. Comme son frère dom Fernando de Meneses, on le comptait parmi les hommes les plus cultivés de son temps: il parlait le français, l'espagnol et l'italien. Dès l'âge de huit ans, il entra au service du prince dom Teodósio qui lui portait une grande estime. Il prit part, ensuite, à toutes les batailles de la Restauration et se distingua, en tant que général d'artillerie, dans les batailles de l'Ameixial et de Montes Claros. En juillet 1670, il fut nommé ambassadeur de Savoie. En 1673, il devint gouverneur des armes de Trás-os-Montes, puis député de la Junte des Trois États et, en 1675, dom Pedro le fit intendant des finances. Il s'acquitta si bien de cette tâche, en proposant des mesures qui visaient à développer l'industrie, le commerce et même la navigation des Indes, qu'on le surnomma le «Colbert portugais». Il épousa sa nièce, dona Joana de Meneses. En 1678, dom Pedro fit don au fils du comte da Ericeira du titre de comte et d'une rente de 2000 cruzades.

⁹⁵ D. Diogo de Lima Brito e Nogueira était 8^{ème} vicomte de Vila Nova. Né en 1615, il mourut à Lisbonne le 24 avril 1685. Le 22 décembre 1632, il fut admis au collège de São Pedro de Coimbra car il se destinait à la vie ecclésiastique. Il devint docteur en théologie mais, à la mort de son frère aîné et en l'absence de ses deux autres frères, il reçut le titre de vicomte, le 26 octobre 1646. En 1657, il commanda l'armée du Minho à la place de dom Álvaro de Abranches qui était malade. En 1658, la régente le nomma gouverneur des armes de l'Entre Douro e Minho à la place du comte de Castelo Melhor. En 1660, il fut nommé grand écuyer du roi pendant la minorité de Luís Guedes de Miranda. Il fut membre du Conseil d'État et de celui de la Guerre ainsi que Président de la Junte du commerce. En 1669, il émit le souhait de se retirer de la Cour mais nous ne pouvons expliquer les raisons de son mécontentement. Il épousa dona Joana de Vasconcelos e Meneses, veuve du 1^{er} comte d'Armamar et héritière de la maison du comte de Penela, qui était la fille de dom João Luís de Vasconcelos et de dona Maria Cabral de Noronha, laquelle lui donna six enfants.

On peut expliquer la participation des autres nobles cités dans le procès par le fait qu'ils étaient mécontents du gouvernement. De plus, certains de ces nobles étaient unis par des liens familiaux :

- Sebastião César de Meneses, accusé en juin 1663 d'intelligence avec l'ennemi, avait émis le souhait de se retirer au couvent des capucins de Loures, à deux lieues de Lisbonne.
- Gaspar de Faria Severim⁹⁶, secrétaire du Cabinet des Grâces et Expéditions, qui avait perdu de son pouvoir, avait décidé de ne plus revenir au Palais.
- Le comte de Vila Flor⁹⁷, déçu par les grâces que le roi lui avait accordées après la victoire du Canal, refusa d'occuper le poste de gouverneur

⁹⁶ D'origine française, il appartenait à la maison de Souvré et c'est le roi de France qui lui donna le titre honorifique de 1^{er} marquis de Souvré. Il était le fils de Francisco de Faria Severim et de dona Joana da Fonseca. Il était commandeur de Moura, qui appartenait à l'ordre d'Avis, ainsi que grand alcade. Il fut secrétaire des Grâces et des Expéditions de dom João IV, membre du Conseil d'État de dom João IV ainsi que de celui de dom Afonso VI.

⁹⁷ D. Sancho Manuel de Vilhena eut le titre de 1^{er} comte de Vila Flor, le 23 juin 1661. Il était le fils de Cristóvão Manuel de Vilhena et de dona Joana de Faria, la fille de Gaspar de Faria. Né à Lisbonne en (?), il mourut également à Lisbonne le 3 février (?). Il était commandeur de São Nicolau de Cabeceiras de Basto, de Santo Adrião de Penafiel et de Santa Maria de Marmeleiro, qui appartenaient à l'ordre du Christ. Sous la domination philippine, il servit comme soldat en Italie, à Malte, dans les Flandres et en Allemagne. Puis il alla au Brésil où, sous les ordres du comte da Torre, il lutta contre les Hollandais. En 1642, il fut nommé maître de camp d'un régiment d'infanterie de la Beira. En 1657, gouverneur des armes du parti de Penamacor, il alla aider l'armée dans l'Alentejo. Il conseilla à la régente de promulguer un décret ordonnant aux vieux soldats de retourner au combat et il envoya dans l'Alentejo 500 fantassins payés, 1700 auxiliaires et 1820 chevaux. Après la prise d'Oliveira, il devint maître de camp général de l'Alentejo, puis, après la prise de Mourão, il retourna dans la Beira. En 1658, il fut nommé gouverneur des armes des deux partis de la Beira et il envoya du secours dans l'Alentejo lors du siège de Badajoz. Il participa à la bataille des lignes d'Elvas et, en 1659, il devint gouverneur des armes de l'Alentejo. Il demanda alors des vivres, des gens et de l'argent pour défendre cette province. En 1662, il retourna gouverner les deux partis de la Beira. C'est alors qu'il fut nommé conseiller de Guerre. En 1663, il fut nommé, une nouvelle fois, gouverneur des armes de l'Alentejo où, le 8 juillet, il remporta la bataille de l'Ameixial. En 1666, il devint membre du Conseil d'État. Le 5 octobre 1667, il fut arrêté mais le motif de cette arrestation n'est

des armes de l'Alentejo. En octobre 1663, il alla vivre à Suberra, à cinq lieues de Lisbonne.

- D. Diogo de Faro e Sousa⁹⁸ était en 1663 maître de camp d'un régiment d'infanterie dans l'Alentejo et c'est lui qui apporta au roi la nouvelle de la prise d'Évora. Il fut certainement déçu du peu d'enthousiasme avec lequel, à ses yeux, cette victoire fut accueillie par les membres du gouvernement.
- D. Rodrigo de Meneses avait montré son mécontentement en refusant de servir l'infant dom Pedro comme gentilhomme de la chambre.
- Rui de Moura Teles⁹⁹, enfin, dont la participation au complot apparaît la moins évidente, eut toujours une position ambiguë: tantôt, il prit part au gouvernement de dom Afonso, tantôt, il se prononça en faveur de dom Pedro.

pas donné dans les textes. En 1669, il fut nommé gouverneur de Porto pendant l'absence du comte de Miranda ainsi que gouverneur de l'Entre Douro e Minho. En 1677, il fut nommé vice-roi du Brésil mais il ne put occuper ce poste. Il épousa, en premières noces, dona Ana de Noronha, fille de Gaspar de Faria et de dona Mariana de Noronha et, en secondes noces, sa nièce dona Joana de Vilhena.

⁹⁸ Comte de Vimieiro. Il était le fils de dom Sancho de Faro et de dona Isabel de Luna. Né à Bruxelles en (?), il mourut le 25 septembre 1698. Il était le 7^{ème} seigneur de Vimieiro et d'Alcoentre, grand alcade de Rio Maior et de Moura, commandeur de São Ildefonso de Montargil et de Nossa Senhora da Graça de Moura qui appartenaient à l'ordre d'Avis, ainsi que commandeur de São André de Fiães do Rio, qui appartenait à l'ordre du Christ. Il fut colonel de l'un des régiments de la Cour. Puis il exerça la charge d'intendant et contrôleur de la maison de l'infante dona Isabel et de la reine Marie-Sophie de Neubourg. Il épousa dona Francisca Maria de Meneses, fille de Gaspar de Faria Severim.

⁹⁹ Il était le second fils du 2^{ème} comte de Val dos Reis. Né en 1618, il mourut en 1676. Il était seigneur de Póvoa et de Meadas et commandeur de São Miguel de Nogueira. En 1625, il prit part à la reconquête de Bahia. Gouverneur et capitaine général de Mazagan, il exerça la charge d'intendant et contrôleur de la maison de dona Luisa de Guzman puis celle de grand écuyer. Lorsque la régente le choisit, en 1662, comme gentilhomme de la chambre de dom Pedro, il était membre du Conseil d'État et Président du Conseil du Roi. Il fut grand écuyer de Marie-Françoise de Savoie. Il épousa dona Luisa de Castro, qui était la fille de dom Francisco Rolim de Moura.

António de Conti après 1664

António de Conti, que tous les auteurs des textes qualifiaient d'ambitieux, semble avoir été définitivement écarté de la vie politique. On ne trouve plus de trace de lui à la Cour, après juillet 1664. Dès 1663, il en est de même pour João de Conti. Seule indication concernant un autre de ses frères, Manuel de Conti est malade en avril 1672 et ne peut exercer sa charge d'intendant de la capitainerie de Pernambouc.

Néanmoins, le Père Vieira, dans une de ses lettres du 26 décembre 1673 adressée à Duarte Ribeiro de Macedo¹⁰⁰, nous fournit la preuve qu'António de Conti est en vie à cette époque, indiquant que celui-ci est encore en prison. D'après le contenu des lettres précédentes envoyées par le Père Vieira, il nous est permis de déduire qu'António de Conti a participé à la conjuration de 1673, qui visait à restaurer dom Afonso sur le trône du Portugal, et que de ce fait il aurait été arrêté en même temps que d'autres personnes.

¹⁰⁰ Né à Cadaval, en février 1618, il mourut à Alicante, le 10 juillet 1680. Chevalier de l'ordre du Christ, il était le fils de Fernando Duarte et de dona Maria de Abreu. Après avoir fait des études à l'Université d'Évora, il devint docteur en droit romain de l'Université de Coimbra et suivit la carrière de la magistrature. Il fut nommé juge de dehors à Elvas, puis corregidor à la Tour de Moncorvo. En 1659, il fut nommé secrétaire d'ambassade du comte de Soure en France. En 1666, il fut promu juge de la Chambre criminelle de Porto. Ayant suivi le parti de dom Pedro, il fut comblé de bienfaits par celui-ci; c'est lui qui fut chargé, en 1668, d'annoncer à la France le traité de paix entre le Portugal et l'Espagne ainsi que le mariage de dom Pedro. Il avait pour délicate mission, avec la promesse d'être nommé conseiller aux enquêtes à la Chambre criminelle de Porto, d'excuser le Portugal d'avoir signé la paix sans l'intervention de la France. Il négocia, aussi, en France, le mariage du duc de Cadaval. Il résida en France pendant neuf ans et, en 1677, il revint à Lisbonne pour être envoyé à la cour de Madrid comme ministre résident. Il servit d'ambassadeur extraordinaire lors des négociations en vue du mariage entre dona Isabel de Portugal et le duc de Savoie. Mais, sur le point d'embarquer pour l'Italie, il mourut subitement à Alicante.

Encore vivant en 1676, António de Conti serait peut-être mort en 1680, année où la chapelle de São Luís de Pinhel est donnée à Miguel Soares de Vasconcelos, petit-fils de Diogo Soares¹⁰¹.

«Favori des favoris» comme le qualifia le Père Vieira, António de Conti n'aurait pas complètement abandonné dom Afonso ou, à tout le moins, ses propres ambitions!

¹⁰¹ Diogo Luís Ribeiro Soares était commandeur de Santa Maria de Azave et de Santa Maria de Monte Alegre, qui appartenait à l'ordre du Christ. En janvier 1663, il fit partie des gentilshommes qui accompagnèrent dom Afonso à Salvaterra. En 1665, il fut nommé commissaire général dans l'Alentejo. En 1667, il était lieutenant général de cavalerie de la Cour. Il fut successivement général de bataille, général d'artillerie de l'Algarve, lieutenant général d'artillerie du royaume ainsi que membre du Conseil de Guerre. Il épousa dona Isabel Senhorinha de Castro.

Sebastiana da Luz, mercadora coimbrã setecentista (elementos para a história de *As mulheres e o trabalho*)

Maria Antónia Lopes

Universidade de Coimbra

A 24 de Maio de 1754, numa rua de Coimbra nas cercanias da Universidade, do Paço Episcopal e da grandiosa igreja dos Jesuítas, faleceu em sua casa, e depois de ter recebido todos os sacramentos, Sebastiana da Luz, mulher solteira¹. Era filha de Domingos Álvares, mercador, e de Joana Rodrigues que, além de Sebastiana, criaram mais quatro filhas e um filho².

Domingos Álvares ingressou na Santa Casa da Misericórdia em 1693. As inquirições de limpeza de sangue e de costumes, que em nada o desabonavam, foram lidas e aprovadas em Mesa de 15 de Março, o que o habilitou para Irmão de menor condição, tendo prestado juramento nesse mesmo dia³.

¹ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Registos Paroquiais. Óbitos. Freguesia de S. Pedro, 1704-1757*, fl. 221. Agradeço à Dr.^a Ludovina Capelo, assessora do Arquivo da Universidade de Coimbra, a localização deste registo.

² Arquivo da Misericórdia de Coimbra (doravante: AMC), *Testamentos 15*, fls. 14, 17.

³ AMC, *Documentos antigos 21*, fl. 571v.^o (aprovação das inquirições); *Documentos antigos 21*, fl. 502 (juramento de admissão); *Livro dos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia*, 1638, fl. 80v.^o (inscrição). Infelizmente, de Domingos Álvares, não se conservaram os registos das inquirições.

Em 1715 foi eleito conselheiro ou membro da Mesa da Santa Casa⁴. Significava isto que se sentou com o provedor D. Afonso de Meneses⁵, o escrivão Manuel do Vale Soutomaior⁶ e os restantes mesários de maior e de menor condição. Isto é, Domingos Álvares pertencia à elite do mundo mecânico. Não aparece a assinar nenhum termo de reunião, mas só existe um acórdão desta equipa, de 20 de Maio de 1716⁷. Em 1718 volta a colaborar, desta vez como eleitor da Mesa⁸. Ingressara também noutras irmandades: Ordem Terceira de S. Francisco, Nossa Senhora das Neves, S. Bento, S. Francisco Xavier, Nossa Senhora da Conceição da igreja de S. Pedro e a Irmandade do Santíssimo. E, como não podia deixar de ser, a todas exigiu a presença no seu funeral. Quando em 1719 redigiu o testamento, considerava-se pessoa de respeito: “Mando e ordeno se me façam tres officios de nove liçois como se costumam fazer as pessoas de minha qualidade”⁹. Procurou, pois, a respeitabilidade, que alcançou.

Ao morrer, em 14 de Agosto de 1728¹⁰, não deixou uma grande fortuna, mas estava muito longe de ser pobre: 971.198 réis, sendo 204.532 em bens

⁴ AMC, *Termos das Eleições da Mesas I, 1715-1793*, fls. 2-4.

⁵ D. Afonso de Meneses [1672-1739] era fidalgo da Casa Real, senhor de Cantanhede, de Ponte da Barca e do morgado de Tonces, comendador da Ordem de Cristo e deputado do Santo Ofício. Pertencia à família dos Meneses de Cantanhede, era casado com uma filha do conde de Avintes, sobrinho do reitor-reformador da Universidade D. José de Meneses [1675-79] e irmão do cônego D. José de Meneses que foi mestre-escola na Sé de Coimbra, provedor da Misericórdia e, mais tarde, Principal na Patriarcal (Maria Antónia Lopes, “Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, IHES, Tomo 36, Vol. 2, 2003-2004, pp. 211).

⁶ Membro da nobreza simples, cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão de ordenanças, foi também vereador camarário e provedor da Misericórdia.

⁷ AMC, *Acórdãos 4*, fls. 98v.º-99.

⁸ AMC, *Termos das Eleições da Mesas I, 1715-1793*, fl. 12-13v.º.

⁹ AMC, *Testamentos 15*, fl. 17v.º. O testamento de Sebastiana da Luz, que é de 1752, faz-se acompanhar do testamento do pai (1719), do processo de partilhas desta herança (1729), do inventário de Sebastiana (1754) e de petições de uma afilhada requerendo um dote (1766). Publico em *Anexo* os dois testamentos, omitindo os outros textos para não alongar demasiadamente o artigo.

¹⁰ Informação prestada pela Dr.ª Guilhermina Mota, a quem muito agradeço.

móveis e 766.666 em bens de raiz, constituídos por casas de morada e loja de mercearia na rua de S. João e propriedade rústica nos subúrbios de Coimbra. Possuía ainda uma dívida activa de 22.000 réis, duas arrobas de açúcar e uma de arroz¹¹ que lhe devia António Leitão de Sousa¹². Domingos Álvares acumulara, pois, perto de um milhão de réis.

Quem prosseguiu com os seus tratos não foi o filho nem o genro, mas a filha Sebastiana, que com ele trabalhara e que o substituíra nos negócios ainda em sua vida. Um quarto de século depois esta mulher adquirira uma fortuna no mínimo quatro vezes superior à do pai. É sobre ela, Sebastiana Maria da Luz, que me irei debruçar. Não porque trabalhou e ganhou o seu sustento, pois isso em nada a distinguia da grande maioria das mulheres do seu tempo¹³ e da sua cidade¹⁴, mas porque foi a única que, nesta época,

¹¹ Na década de 1760, em Coimbra, a arroba de açúcar rondava os 80 réis e a de arroz os 30 (AMC, “Despesas do Hospital da Convalescença em 1764/1765”, avulso).

¹² António Leitão de Sousa foi provedor da Misericórdia de Coimbra entre 1703/04 e 1705/06 e escrivão em 1706/07 e 1707/08, quando a provedoria foi ocupada pelo bispo D. António Vasconcelos e Sousa. O devedor de Domingos Álvares era fidalgo da Casa Real, senhor de morgadio, cavaleiro professor da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, capitão de ordenanças; foi também vereador na Câmara em 1682/83, 1702/03, 1706/07, 1711/12, 1714/15 e 1718/199 (Maria Antónia Lopes, “Provedores e escrivães...”, p. 212).

¹³ Cf. Olwen Hufton, “Mulheres, trabalho e família” em Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das mulheres no Ocidente 3. Do renascimento à Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 23-69; Deborah Simonon, *A History of Europe Woman Work 1700 to the present*, London/New York, Routledge, 1998; e, para Portugal, José Gentil da Silva, “A situação feminina em Portugal na segunda metade do século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, FLUC, IV (1), 1982, pp. 143-166; José Gentil da Silva, “A mulher e o trabalho em Portugal” em *A Mulher na sociedade portuguesa. Actas do Colóquio*, Vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, FLUC, 1986, pp. 263-307; Aurélio de Oliveira, “A mulher no tecido urbano dos séculos XVII e XVIII (tópicos para uma abordagem)”, *Idem*, pp. 309-333.

¹⁴ Leia-se Guilhermina Mota, “O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (séculos XVII-XVIII). Notas para um estudo” em *A Mulher na sociedade portuguesa...*, I, pp. 351-367; José Maria Amado Mendes, “A mulher no artesanato coimbrão, ao tempo das invasões francesas”, *Idem*, pp. 369-381; Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, Viseu, Palimage, 2000, I, pp. 222-272, 559, 588-598, 758, 843-844, II, pp. 200-206, 209-213, 250-257, 263-268; Maria Antónia Lopes, “Imagens da pobreza envergonhada em Coimbra nos séculos XVII e XVIII: análise de dois róis da Misericórdia” em Maria José Azevedo Santos (coord.), *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*, Coimbra, Palimage/Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2003, pp. 117-119.

geriu e fez prosperar sozinha um negócio que movimentava cabedais avultados, legando-os à Misericórdia de Coimbra. Isto é, a fortuna que deixou não a tinha por herança, não a fizera o pai, o marido ou qualquer outro parente, como as de outras benfeitoras da Santa Casa, mas era o produto do seu trabalho, do seu engenho, da sua energia. Que este artigo seja mais uma achega para a história das mulheres¹⁵ e para o desfazer de um mito que, contra todas as evidências, teima, de alguma forma, em persistir: o de que só no século XX as mulheres ingressaram no mundo do trabalho!

Não sei quando nasceu a pequena Sebastiana Maria da Luz¹⁶. Deve ter crescido no Bairro Alto de Coimbra com o irmão António e as quatro irmãs, Mariana de S. Boaventura, Ana Maria, Lourença Maria do Nascimento e Isabel de Jesus. Antes de 1719 viu a mãe morrer, a irmã Mariana casar-se com um tal António Coelho, o irmão António professar como franciscano e Ana Maria falecer. Nessa altura era já ela e Lourença que exploravam a mercearia que o pai tinha nas suas casas da rua de S. João – mercearia, isto é, loja onde se vendiam mercadorias miúdas não comestíveis como fitas, botões, tesouras, navalhas, pentes, etc.¹⁷. Por contrato feito com o pai, as duas irmãs trocaram as legítimas que lhes pertenciam por morte da mãe, e que haviam sido estabelecidas nas casas onde residiam, pelas mercancias

¹⁵ Para o conhecimento da produção historiográfica portuguesa desta disciplina, é imprescindível a consulta de Irene Vaquinhas, “Estudos sobre as mulheres na área da História”, *História*, Lisboa, 18, 1996, pp. 51-61 (repblicado com alterações em “*Senhoras e mulheres*” na *sociedade portuguesa do século XIX*, Lisboa, Colibri, 2000, pp. 163-184), *Idem*, “Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional. O caso da história”, *Ex æquo*, Lisboa, 6, 2002, pp. 147-174; *Ibidem*, “Linhas de investigação para a história das mulheres no séc. XIX e XX. Breve esboço”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III Série, Vol. 3, 2002, pp. 201-221; e Maria Regina Tavares da Silva, *A mulher. Bibliografia portuguesa anotada (Monografias, 1518-1998)*, Lisboa, Cosmos, 1999.

¹⁶ Diga-se que nem eu nem a Dr.^a Ludovina Capelo, que tão generosamente me ajudou nesta pesquisa, encontrámos o seu registo de baptismo.

¹⁷ Ver Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez & latino...*, Lisboa, Off. de Pascoal da Sylva, 1716, Vol. V, p. 432; António de Moraes Silva, *Diccionario da Lingua Portuguesa...*, Lisboa, Typ. Lacerdina, 1813, 2.^a ed., Vol. II, p. 291.

que Domingos Álvares tinha na loja. Ou seja, trocaram um direito de propriedade que nada lhes rendia por uma actividade económica que geriam autonomamente. Isabel não entrou nesta empresa. E durante toda a vida, embora vivessem na mesma casa, “trabalhou para si”, sem negócios em conjunto com Sebastiana, como esta esclarece no seu testamento:

“Declaro que a dita minha irmam sempre esteve na minha companhia e a sustentei de tudo o que lhe hera nesseçario sem que na minha logea de mercearia tivesse couza alguma, nem tivesse sociadade alguma nos meos contratos nem para elles desse ajuda antes sempre trabalhou para si”¹⁸.

Ignoro o tipo de trabalho de Isabel. Mas repare-se como todas as irmãs trabalhavam. Embora a mercearia fosse gerida por Sebastiana e Lourença, era aquela, por certo, a figura determinante na empresa. E não só. Os negócios de Domingos Álvares também dela dependiam. Atente-se nas palavras do mercador:

“Declaro que todos os bens que se acharem por meu fallecimento deixo a tersa de todos elles a minha filha Sebastianna e isto pello munto amor que me tem e me asistir com toda a pontualidade em varias emfermidades e doenças que tenho padecido como tambem **por me ajudar a viver, governar e sustentar de todo o necessario com o seu trabalho pois se ella nam fora nam teria nada de meu nem me poderia governar nem sustentar por cauza de nam poder trabalhar** e em gratificação de tantos beneficios que me tem feito faz e espero que me faça e pella grande obediencia que me tem he que lhe deixo a tersa de todos os meus bens”¹⁹.

¹⁸ AMC, *Testamentos* 15, fl. 2.

¹⁹ *Idem, ibidem*, fls. 18v.º-19.

Se eram as filhas que exploravam a loja, quais eram as actividades do pai? Em que é que Sebastiana o ajudava? Além da casa e loja na rua de S. João, Domingos Álvares possuía uma vinha e olival em Banhos Secos (subúrbios de Coimbra). Existiam também na propriedade árvores de fruto, uma casa térrea, uma outra de sobrado e um lagar. Como o pai se queixava de achaques que o impossibilitavam de trabalhar, era, por certo, Sebastiana que orientava os trabalhos agrícolas. Entre a morte do pai, a 14 de Agosto de 1728, e as partilhas, a 5 de Fevereiro do ano seguinte, foi ela que se encarregou dos “amanhos da vinha”, com os quais gastou 18.275 réis²⁰. Domingos Álvares faleceu nove anos depois de assinar o testamento. Quando se procedeu às partilhas, verificou-se que além dos bens móveis e de raiz, havia só uma dívida activa de uns 22.200 réis. É provável que, à data do testamento, desenvolvesse actividades que foi abandonando nos anos seguintes. É também possível que os seus contratos, nomeadamente empréstimos, passassem a ser feitos em nome de Sebastiana para se sonegarem à herança. Ou, outra possibilidade: era já ela que tudo fazia.

O testamento de Domingos Álvares estabelecia que Sebastiana recebesse em herança o máximo que legalmente podia receber, isto é, a terça e a sua parte nos dois terços restantes. Estes seriam divididos pelas três filhas que viviam com o testador, sendo excluídos Mariana e António que nada herdariam do pai, aquela devido à existência de um ajuste prévio e este por ser religioso. Segundo afirma o testador, António também não tinha direito à legítima materna (50.000 réis) “pello compor e acomodar com o meu dinheiro com o qual gastei munto mais do que lhe emportava a sua legitima e por este respeito fiquey com os bens que lhe pertenciam”. Quanto a Mariana, “nam herdara couza alguma de meos bens por estar entregue da legitima de sua may e por contrato que comigo fizeram nam devem entrar por forssa deste na minha meação”²¹.

Sebastiana deveria tomar posse, portanto, de quatro sextos dos bens de Domingos Álvares, mas como Mariana contestou a decisão do pai e as

²⁰ *Idem, ibidem*, fl. 22v.º.

²¹ *Idem, ibidem*, fl. 18v.º.

fontes não elucidam sobre o desfecho deste processo, Sebastiana terá recebido 551.909 ou 496.748 réis. Anos antes, iniciara a sua actividade comercial com a legítima da mãe, no valor de 50.000 réis. Herdou, portanto, uns 600.000 réis, no máximo. Em 1754, ao morrer, Sebastiana deixou, pelo menos, 2.700.000 réis. Adicionemos a este montante 1.400.000 réis que, dez anos antes, entregara à Santa Casa para a criação da uma capela. Significa isto que esta mulher acumulou uma fortuna que ultrapassaria os quatro milhões de réis. Na pior das hipóteses, fizera crescer o que herdara 583%!

Sebastiana nunca se casou. Foi irmã de uma Ordem Terceira e ainda das irmandades da Senhora da Piedade de Celas, de Nossa Senhora da Conceição da igreja paroquial de São Pedro, de Nossa Senhora da igreja do Salvador e de Nossa Senhora do Rosário do convento de São Domingos. Sabia ler e escrever. A sua assinatura, em Janeiro de 1745²², é escoreita, revelando à-vontade com a escrita, o que lhe conferia aptidões invulgares nas mulheres do seu meio para a gestão dos negócios.

Não disponho de fontes que me permitam acompanhar a actividade profissional de Sebastiana. Sei apenas o que revelam o seu testamento e o inventário *post-mortem* que é lacunar. Afirmo ela em 1752:

“em dinheiro de contado, em peças de ouro, escripturas, scriptos e pinhores tenho sinco mil cruzados [2.000.000 réis] fora os bens de rais e a minha logea de mercearia cuja quantia dos sinco mil cruzados na forma assima declarada se achará em huma gaveta de hum bofete que está em huma sala junto adonde durmo”²³.

Nesta época, o negócio da mercearia era apenas dela, tendo sido extinta a sociedade que mantinha com Lourença que não é mencionada no testamento, como também o não são Mariana e António. Mas Sebastiana não esquece a irmã Ana Maria, a quem aplica missas de sufrágio, nem Isabel de

²² Carta de 2 de Janeiro de 1745 em AMC, *Documentos antigos* 7, fl. 275v.º. A assinatura do testamento, oito anos depois, é já trémula, insegura.

²³ AMC, *Testamentos* 15, fl. 2v.º.

Jesus, a quem destina o usufruto da casa, uma generosa pensão vitalícia e móveis, roupas e utensílios.

A mercearia foi, pois, um negócio de toda a vida, mas o seu principal investimento estava na concessão de crédito. Em 1754, as mercadorias que tinha na loja foram avaliadas em 70.000 réis, mas o capital aplicado na produção de juros era de 482.000 réis, fora um empréstimo a um carpinteiro que, acrescido do ágio e custas do processo judicial que lhe movera, importava em 76.620 réis. Significa isto que as miudezas que vendia representavam, no máximo, 15% dos seus bens produtivos. Sebastiana da Luz movimentava-se no mundo do crédito formal e informal, emprestando a juros de 5% através de contratos em escritura notarial, ou a troco de penhores ou, ainda, segurando-se em meros “escritos” ou “assinados”.

Lojista, talvez também produtora de vinho e azeite, como prudente mulher de negócios que era, concedia pequenos empréstimos a gente mecânica, a quem não era difícil constranger ao pagamento dos juros – só um padre e um escrivão escapam a esse universo. Os 482.000 réis emprestados à data da sua morte estavam confiados a 11 homens diferentes através de 17 actos formais e informais. É claro que a exigência de acto legal de escritura dependia do montante envolvido e da confiança que o tomador inspirava. O máximo que Sebastiana confiou através de “escrito” foram 14.400 réis a um tal Bento Gomes, de Coimbra. Mas a Simão Gonçalo dos Santos, morador nos Arcos de Santana, exigiu escrito e penhor de contas de ouro para lhe emprestar 5.600 réis. Assim como também a um morador em Assafarge, que teve de entregar “escrito” e penhores para receber 8.000 réis. As escrituras envolviam empréstimos que iam de 30.000 a 200.000 réis, sendo este último, de montante excepcional, confiado a um padre morador na Arregaça. O seu segundo maior devedor era Domingos Pedroso (carpinteiro de Coimbra a quem Sebastiana baptizara uma filha em 31 de Outubro de 1738²⁴) que devia 96.400 réis por cinco empréstimos diferentes, sendo os três menores – dois de 12.000 e um de 6.400 réis – avalizados por “escritos” e os dois maiores, de 30.000 e de 36.000 réis, concedidos por escrituras.

²⁴ Informação prestada pela Dr.^a Guilhermina Mota.

De Manuel José Santos, outro carpinteiro, Sebastiana era credora de 60.000 réis. Dos restantes, de quantias inferiores a 40.000.

Sebastiana entesourava, também, aplicando os lucros em objectos de ouro e prata – que à data da sua morte valiam 135.150 réis (fora os penhores) – e guardando em casa, em numerário, a exorbitante quantia de 1.467.100 réis! Parece ser imprudente e improdutivo acumular tanto dinheiro junto de si, mas, enquanto mercadora de capitais, deveria sempre ter grandes quantias disponíveis. Além disso, as moedas que conservava em casa proporcionar-lhe-iam segurança e prazer. Que sabemos nós? Sebastiana era, por certo, mulher dura e gananciosa.

Não é possível determinar com rigor a estrutura e o valor total dos seus bens porque o inventário elaborado pela Misericórdia padece de estranhas omissões. Como o usufruto das casas foi deixado à irmã Isabel, optando-se, por essa razão, não se proceder à venda, ficou por registar o seu valor. Sabemos, contudo, que em 1729 os cinco sextos da casa pertencentes a Sebastiana valiam 316.667 réis. Também não consta do inventário o que detinha na propriedade de Banhos Secos que em 1729, indivisa, fora avaliada em 450.000 réis. Por fim, está também omissa o recheio da casa que, pelas peças que Sebastiana dá à irmã, parece ter algum valor. Assim sendo, posso apenas avançar com uma aproximação à estrutura e valor da sua fortuna, constantes no quadro 1.

Quadro 1 – Estrutura da fortuna de Sebastiana da Luz em 1754

Tipo de bens	Réis	%
Numerário	1.467.100	53
Dívidas activas (capital e juros)	602.765	22
Bens de raiz (estimativa)	400.000	15
Peças de ouro e prata	135.150	5
Mercadorias	70.000	3
Recheio da casa (estimativa)	70.000	3
Total	2.745.015	100

Verifica-se que Sebastiana diversificou a aplicação dos capitais. Dez anos antes fizera outro tipo de investimento – um enorme investimento de natureza bem diversa e que já mencionei: canalizara 3.500 cruzados (1.400.000 réis) para a salvação da sua alma. Por escritura lavrada a 18 de Agosto de 1744, instituiu uma capela de missa quotidiana, entregando a administração à Misericórdia de Coimbra. As missas, com obrigação de coro, seriam celebradas no altar de Nossa Senhora da Piedade da Real Capela da Santa Casa. Gastar-se-iam com elas 40 mil réis anuais e seriam rezadas pela sua alma e pelas dos pais (se lhes fossem necessárias, porque, caso contrário, reverteriam a favor das almas do Purgatório). Como capelão, nomeou Estêvão Luís Vieira, que era então mesário da Misericórdia²⁵.

Adicionando o valor da capela à herança que deixou, obtém-se, no mínimo, 4 milhões de réis. Comparem-se com outras heranças e capelas legadas nesta época à Santa Casa, segundo os montantes registados no *Catálogo dos Benfeitores* e sistematizados no quadro 2²⁶.

O valor atribuído ao contributo de Sebastiana da Luz só pode explicar-se porque, como referi, o inventário *post-mortem* não inclui os imóveis e o recheio da casa. Mesmo assim, repare-se como nestes 50 anos a doação de Sebastiana é a 2.^a em valor e praticamente igual à maior. O mais provável é ter sido a quantia mais avultada que a Misericórdia de Coimbra recebeu desde a doação de Bento Soares da Fonseca, em 1730, até à fabulosa herança de Caetano Correia Seixas em 1786²⁷. São muito poucos os que instituem capelas de missas quotidianas, que, nesta época, nunca seriam aceites com uma entrega inferior a 1.300.000 réis. Sebastiana instituiu-a sem qualquer dificuldade, pois dez anos passados ainda lhe restava muito mais do que a quantia que aplicara na capela.

²⁵ AMC, *Documentos antigos* 7, fls. 268-277v.º.

²⁶ AMC. Montantes talvez sub-avaliados, a aferir pelo que se atribui ao “líquido” de Sebastiana.

²⁷ O primeiro era jesuíta e o segundo cónego e lente. Ambos tinham a fortuna no Brasil.

Quadro 2 – Heranças e/ou capelas recebidos pela Misericórdia de Coimbra (1735-1779)

Ano	Benfeitor	Valor ilíquido (réis)	Valor líquido depois de pagos o funeral e legados (réis)
1735	Francisco Lopes Coimbra Mineiro	1.600.000	1.600.000
1735	André Rodrigues Madeira e mulher, Antónia da Costa	4.051.892	1.891.087
1736	Maria do Sacramento e Isabel Maria, irmãs solteiras	,	30.000
1739	Nuetel Fialho Barahona e mulher, Ana Nunes	1.300.000	1.300.000
1742	António de Abreu, ourives	1.000.000	489.911
1744 ²⁸	Sebastiana Maria da Luz, solteira		2.386.905
1746	Sebastiana Maria, viúva de mercador	2.786.855	1.273.800
1747	Manuel de Brito da Silva	2.000 .000	
1748	Pedro Dias e mulher, Teresa Maria	1.944.760	
1752	Marcos João e mulher, Isabel Francisca		915.231 ²⁹
1753	Dr. José Gomes da Silva	918.180	
1754	Ir. Filipe de Macedo Guimarães	2.400.000	2.400.000
1771	Manuel Mendes Lopes	100.000	
1779	Ir. António Pinto Machado	1.600.000	1.600.000

²⁸ É este o ano registado no *Catalogo dos Benfeitores* (fl. 107), que corresponde apenas à data da instituição da capela.

²⁹ Ficaram líquidos 1.830.461 réis, mas a Santa Casa recebeu apenas metade, sendo o restante para a Ordem Terceira.

Por testamento de 31 de Dezembro de 1752, Sebastiana nomeou a Santa Casa sua herdeira e testamenteira, encarregando-a de lhe fazer o funeral e do cumprimento de alguns legados e obrigações. Deixou esmolas de 4.800 e 10.000 réis a várias irmandades a que pertencia, como a do Santíssimo Sacramento da igreja de S. Pedro, Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora da Piedade de Celas, Nossa Senhora do Salvador, Nossa Senhora do Rosário de São Domingos e Nossa Senhora da Conceição da igreja de S. Pedro, mas nada legou à Ordem Terceira da qual era irmã. Destinou, ainda, 100.000 réis à reedificação de uma capela³⁰.

Mandou que dessem a “cada huma das minhas criadas que comigo morarem á soldada no tempo de meu falecimento vinte e sinco mil reis a cada huma por huma ves somente livres da soldada que se lhe dever”. Privilegiou Josefa, a sua criada de muitos anos, a quem deixou “hum inxergão, e hum colxão, e hum cabeçal cheo de lám, e dois traveceiros quatro lançois, e dois cobertores dos que custumo trazer no uzo da minha cama, e mais lhe deixo a minha sahia de crepe lemiste e a melhor mantilha do meu uzo”³¹. Além disso, permitiu-lhe viver na loja até aí ocupada com a mercearia – mas só enquanto a irmã fosse viva, o que se explica por passar então o usufruto de todo o imóvel para a Santa Casa. Lembrou-se ainda de uma prima, a quem mandou dar 20 mil réis, e de duas filhas de uma tal Dona Maria da Cruz³², a quem chama “donas”, forma de tratamento a que Sebastiana não poderia aspirar. Ou seja, aparentemente, baralha a lógica do significado da dádiva, invertendo a hierarquia da honra, da pertença social. Provavelmente, Dona Maria da Cruz e filhas integravam a chamada “pobreza envergonhada”, pessoas que haviam decaído economicamente mas, apesar de tudo, mantinham o reconhecimento social revelado pela forma de tratamento que ninguém lhes negava – mesmo que se soubesse, ou suspeitasse, da privação real em que viviam.

³⁰ Como o documento está truncado, sei apenas que se situava na freguesia de S. Pedro.

³¹ AMC, *Testamentos* 15, fl. 1v.º.

³² Não é possível saber o que lhes destinou porque o documento se encontra rasgado.

À hora da morte, ela que nunca se casara, tratou de facilitar o casamento a afilhadas e órfãs, para quem reservou 250.000 réis:

“Deixo mais que depois de eu falecer, e a dita Sancta Caza da Mizericórdia minha herdeira tomar posse de meos bens logo mande pór editais para se proverem des orfas com vinte e sinco mil reis cada huma em que perfirirão as minhas afilhadas e serão todas admitidas á concursso ahinda que tenham pai concorrendo sempre nellas o requizito da honestidade e procidimento”³³.

Instituiu, por fim, duas pensões anuais vitalícias, uma de 24.000 réis para a irmã Isabel e outra de 6.000 para o padre Estêvão que já fizera capelão da sua capela. Deixou ainda à irmã o usufruto da casa e “a minha roupa de linho, de lám, o meu baul, as minhas arcas, os meos paineis, e huma imagem de Nosso Senhor Crucificado, e tambem a minha frasca [=louças], e o meu leitto com sua armação e os meos tamboretas”. Julgou que a irmã gostaria de ir viver para o Recolhimento da Misericórdia e por isso pediu ao provedor e mais senhores da Mesa, seus testamenteiros, que a recolhessem se ela assim o desejasse.

Pagos os legados, todo o restante dinheiro seria posto a juros “para com o rendimento melhor acudir ás nessecidades dos pobres” e custear as duas pensões que instituíra enquanto os beneficiários vivessem.

Depois da morte de Sebastiana, a 24 de Maio, foi tudo muito célere.

A criada Josefa que há tantos anos a servia e que era, por certo, quem atendia na loja, comprou o recheio à Misericórdia por 70.000 réis. Procurei-a nos registos camarários e lá se encontra, de facto, logo a 7 de Junho, a receber a necessária licença municipal de “porta aberta”³⁴ para poder iniciar o negócio.

³³ AMC, *Testamentos* 15, fl. 2v.º.

³⁴ Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Livro de Licenças e Juramentos* V, 1738-1770, fl. 150v.º.

Isabel de Jesus recolheu-se de imediato, como a irmã previra. Embora não conste das matrículas do Recolhimento da Misericórdia³⁵, a 10 de Junho já aí se instalara, tendo doado nesse dia, à Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, um quinhão de uma vinha em Banhos Secos e um quinhão de uma morada de casas na Rua de S. João do Bispo. Cedia também o direito de habitar o imóvel, ficando a Misericórdia com poderes para dele fazer o que entendesse. Em troca, ficava a Santa Casa obrigada a pagar-lhe vitaliciamente doze mil réis anuais, além dos 24 mil que a irmã lhe deixara³⁶.

A 25 de Junho, no patim da igreja da Misericórdia, leiloaram-se as jóias de Sebastiana, os “tres cordoins de ouro e dois pares de cadiados [= brincos] com seos aljofres [= pérolas] cravados”, “hum pucaro de prata lavrado” e “sinco colheres de prata”³⁷.

Quanto aos dotes, de imediato, também, se abriu o concurso, sendo seleccionadas oito candidatas a 22 de Junho. Quatro eram afillhadas e, das oito jovens providas, pelo menos sete casaram, entre 1756 e 1772³⁸.

Como reflexão final, saliente-se que Sebastiana da Luz não foi uma vendedeira, mulher com lugar de venda na praça, como havia tantas em Coimbra. Também não era uma mera tendeira, aquela que vendia na sua loja, “de portas adentro”, e que, por isso mesmo, ocupava um grau superior na estima social. Viveu com desafoço em casa própria, dormindo em leito de armação, vestindo boas saias e mantilhas, adornando-se com cordões e brincos de ouro e pérolas, servida pelas suas criadas, talvez temida pela irmã que tanto lhe devia, decerto lisonjeada por tantos que a ela recorriam, desde os fornecedores, clientela e devedores até ao padre Estêvão que tão

³⁵ AMC, *Inquirições das orfãs do Colegio desta Sancta Caza* [1704-1757].

³⁶ Agradeço esta informação ao Dr. Luís Filipe da Cruz Elias que a colheu nos *Livros de Notas* da Santa Casa no âmbito das suas pesquisas para a dissertação de mestrado.

³⁷ AMC, *Testamentos* 15, fl. 10.

³⁸ AMC, *Livro que hade servir das Elleyçoens dos provimentos dos dottes, que a Meza prove annualmente na forma das instituções, e Compromisso da dita Caza* [1747-1765]; *Livro [...] dos recebimentos das orfãs dotadas...*, [1749-1847]; *Testamentos* 15, fl. [11].

beneficiado foi com a capelania e a pensão vitalícia; talvez odiada pelos que lhe pediam dinheiro e a ouviam exigir como penhor as argolas da mulher ou o cordão da filha, pelos que recebiam recado para pagar os juros em atraso, pelos que se viam executados em tribunal, como o carpinteiro Ângelo Antunes, cujo processo corria quando a Misericórdia tomou posse dos bens e negócios de Sebastiana. Amada ou detestada, esta mulher que dirigiu os negócios de um homem a quem todos chamavam mercador³⁹, que, com toda a segurança, se referia aos “meos contratos” onde nunca a irmã teve sociedade, e que reuniu uma fortuna quatro vezes superior à de Domingos Álvares, nunca foi chamada mercadora – o que só pode explicar-se por ser mulher, por restrição automática de vocabulário ditada por constrangimentos ideológicos.

Sebastiana, mercadora coimbrã, formou um património que fez transferir para a Misericórdia, através da criação da capela e das doações testamentárias. Ora, a Misericórdia era uma instituição central da urbe, que influenciava e condicionava gente de todas as camadas sociais, conferindo poder e crédito fácil às elites empobrecidas, prestígio aos grupos em ascensão, ilusões sociais ao mundo dos mecânicos, emprego e benefícios a tantos funcionários e capelães, socorros efectivos aos indigentes. E foi por toda esta gente que, em última análise, se distribuiu a riqueza que Sebastiana soube criar.

³⁹ Embora fosse também chamado tendeiro, como acontece na sentença de partilha dos seus bens em 1729, Domingos Álvares é intitulado mercador em 1693 (quando entra na Misericórdia), em 1719 (pelo tabelião que lhe aprova o testamento) e em 1728 (pelo pároco no registo de óbito).

Anexo Documental

Doc. 1

1719, Junho, 10, Coimbra – Cópia do testamento de Domingos Álvares⁴⁰.

Em nome da Santissima Trindade Padre Filho Espiritto Santo trez pessoas e hum só Deos verdadeiro. Saybam quantos este instrumento de testamento e ultima vontade virem como no anno do Nassimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e dezanove aos dez dias do mez de Junho do dito anno eu Domingos Alvares merquador morador nesta cidade de Coimbra na Rua de Sam Joam de Almedina da freguezia de Sam Pedro andando // [fl. 17] andando de pe e estando em meu prefeito juizo e entendimento que Nosso Senhor me deu temendo da morte e dezejando por minha alma no caminho da Salvação nam sabendo do dia nem hora que Deos Nosso Senhor sera servido chamar-me pera si faço este meu testamento na forma e maneira seguinte.

Primeiramente emcomendo minha alma a Santissima Trindade que a creou e pesso ao Padre Eterno pella morte e Paixam de Seu Unigenito Filho ma queira receber como recebeu a Sua estando pera morrer na arvore da Vera Crus e pesso a meu Senhor Jezus Christo pellas suas devinas chagas que já que nesta vida me deu o Seu presiozo sangue espero que tambem na outra me dé a Sua Gloria e pesso a Virgem Maria Senhora Nossa e a todos os Santos e Santas da Corte do Ceo e ao Anjo da Goarda e ao Santo do meu nome o gloriozo Sam Domingos e a todos os mais Santos de quem sou devotto pessam e roguem a Deos // [fl. 17 verso] Nosso Senhor por mim quando minha alma deste mundo partir porque como verdadeiro christam que sou espero morrer e viver em a Santa Fee Catholica e crer o que tem e

⁴⁰ AMC, *Testamentos* 15, fls. 16v.º-20v.º. A transcrição dos documentos foi realizada pela Dr.ª Ana Isabel Coelho Pires da Silva.

cre a Santa Madre Igreja de Roma e em esta Fee espero salvar minha alman pellos meus meressimentos senam pellos da Santissima Paixam do Unigenito Filho de Deos.

Rogo munto por merce ao licenciado Domingos da Costa Montanha advogado nos auditorios desta cidade que por serviso de Deos Nosso Senhor e por me fazer favor queira ser meu testamenteyro.

Meu corpo sera sepultado na minha freguezia que he a de Sam Pedro e sera amortalhado no Habito de Sam Francisco da Ponte de cuja Ordem sou Terseiro e sera sepultado debaixo do estrado que esta defronte da Cappella de Nossa Senhora da Comceyção adonde esta minha mulher que Deos tem.

Acompanharão a meu corpo as freguezias seguintes a saber hum // [fl. 18] a saber hum turno da See, Sam Joam do Bispo e a Comunidade de Sam Francisco com a Ordem Tersseira como obrigada que he e juntamente as Irmandades de que sou Irmão a Mizericordia, Nossa Senhora das Neves, Sam Bento, Sam Francisco Xavier, Nossa Senhora da Comceyção da minha freguezia, Ordem Terseira e a Irmandade do Santissimo estando desedida a comtenda em que anda com as mais Irmandades.

Mando e ordeno se me façam tres officios de nove liçois como se costumam fazer as pessoas de minha qualidade e a elles asistirão os Rellegiozos de Sam Francisco da Ponte e a Ordem Terseira de Sam Pedro e pera o ultimo se chamarão hum turno da See e se lhe dara a esmolla custumada e quero que se me deyam em os tres dias dos officios cem missas de esmolla de tostam cada huma.

Declaro que tenho coatro filhas e hum filho a saber Marianna de Sam Boaventura cazada com Antonio Coelho asistente em Vimde (?), Sebastiana, Izabel e Lourenssa // [fl. 18 verso] que exhistem e Anna que falleceo depois do fallecimento de sua may da qual fiquey por seu herdeiro e Antonio que se acha Rellegiozo Profeço de Santo Antonio da Provincia da Comceyçam do qual fiquey tambem por herdeyro da legitima de sua may pello compor e acomodar com o meu dinheiro com o qual gastei munto mais do que lhe emportava a sua legitima e por este respeito fiquey com os bens que lhe pertenciam. Minha filha Marianna de Sam Boaventura que se acha cazada com Antonio Coelho nam herdara couza alguma de meos bens por estar entregue da legitima de sua may e por contrato que comigo fizeram nam devem entrar por forssa deste na minha meação. Instituo por minhas

herdeiras e pello serem de direito as tres minhas filhas Sebastianna, Izabel e Lourensa por quanto meu filho estar Rellegiozo Profeço como dito fica.

Declaro que todos os bens que se acharem por meu fallecimento deixo a tersa de todos elles a minha // [fl. 19] a minha filha Sebastianna e isto pello munto amor que me tem e me asistir com toda a pontualidade em varias emfermidades e doenças que tenho padecido como tambem por me ajudar a viver, governar e sustentar de todo o necessario com o seu trabalho pois se ella nam fora nam teria nada de meu nem me poderia governar nem sustentar por cauza de nam poder trabalhar e em gratificação de tantos beneficios que me tem feito faz e espero que me faça e pella grande obediencia que me tem he que lhe deixo a tersa de todos os meus bens a qual lhe aplico nas cazas em que moro porquanto nas ditas cazas alem da minha meassam por morte de minha mulher me ser posta na vinha de Banhos Sequos e nas ditas cazas nam ter couza alguma por só serem adjudicadas as legitimas de minhas filhas com tudo de prezente me acho com sinco quinhois pellos haver herdado e comprado como foi o quinhão de Antonio Rellegiozo o de Anna // [fl. 19 verso] que morreu solteira em meu poder o de Marianna a quem comprei e o de Lourensa e Sebastianna as quais larguey a minha logia com a merquancia que nella se achava ao tempo que judicialmente se fez nella balanço e por este comtrato que com ellas fiz me ficaram os seus quinhois que nas ditas cazas tinhão. E isto só foi pello que respeita a merquancia que na dita logia estava e se nam deve emtender pello que respeita a propriedade da logia porque esta com as cazas ficaram livres como minhas que sam e a dita minha filha Sebastianna a quem deixo a tersa de todos os meus bens como declarado fica podera della dispor como for sua vontade.

Declaro mais que tam somente fiquou de legitima aos ditos meus filhos por fallecimento de sua may sincoenta mil reis a cada hum e que suposto que no inventario que por morte della se fes se ache terem mais de legitima foi em rezam de que no mesmo inventario // [fl. 20] inventario se nam fez menção das dividas que a ... devia por se nam acharem justificadas as quais depois disso justifiquei judicialmente.

Declaro mais que deixo a meu testamenteyro pelo trabalho que pode ter sete mil reis os quais meus herdeiros satisfaram e por esta forma e maneyra hei este meu testamento por bem feito e acabado e esta he a minha ultima e deradeira vontade e que por esta revogo todas e quaisquer dispuziçõis que

antes deste haja feito e só este quero que valha como minha ultima vontade que he e pesso as justiças assim eclesiasticas como seculares o façam compir e goardar como neste se comthem e por verdade roguey ao Padre Manoel da Silva de Almeida morador na freguezia de Sam Joam desta cidade que este por mim fizesse e comigo assignace e eu sobredito o fiz a rogo delle testador por mo pedir e rogar e com elle assigney. Coimbra // [fl. 20 verso] Coimbra dez de Junho de mil setecentos e dezanove annos. O Padre Manoel Sylva de Almeida. Domingos Alvares.

Doc. 2

1752, Dezembro, 31, Coimbra – Testamento de Sebastiana Maria da Luz⁴¹

Em nome [da] Santissim[a Trindade Padre] Filho e Spirito Sancto tres [pessoas e hum] só Deos verdadeiro a quem [...] creio adoro e estimo sobre todas as [coisas ...] Sebastiana da Lux donzella filha de D[omingos Alvares] moradora na Rua de São João freguezia [de São] Pedro desta cidade de Coimbra estando em meu prefeito juizo e entendimento que Deos foi servido dar-me e não saber o dia nem a hora em que o mesmo Senhor será servido levar-me desta vida e dezejando pór a minha alma no caminho da Salvação e por evitar quaisquer discenssois que possam succeder sobre a herança de meos bens ordeno meu testamento na forma seguinte.

Primeiramente encomendo minha alma á Deos, e creio em tudo o que cré e enssina a Sancta Madre Igreja de Roma em cuja fé protesto viver, e morrer e espero salvar-me pellos mercimentos de meu Senhor Jezus Christo e pella intercessão de Maria Santissima e Senhora da Piadade e pella de todos os Sanctos da Corte Celestial e expecialmente pella do meu Anjo da Guarda São Sebastião, e mais Sanctos da minha devoção á quem pesso e rogo me assistão na hora da minha morte.

⁴¹ *Idem, Ibidem*, fls. 1-3. O documento encontra-se rasgado, criando várias lacunas no texto.

Meu corpo será amortalhado no Habito do Carmo com os meos benti-nhos, e sepultado na Parrochial-Igreja de São Pedro minha freguezia defronte da Capella de Nossa Senhora da Conceyção e acompanharão meu corpo á sepultura as cumunidades seguintes á saber os tres turnos da Cumunidade dos Capellais da Seé, e a Colegiada de São João do Bispo, e a Cumunidade de São Francisco da Ponte, e a dos Religiozos da Ordem Terceira e a Ordem Terceira de que sou Irmam, e tambem a da Senhora da Piadade de Cellas, a de Nossa Senhora da Conceyção da Igreja de São Pedro, a de Nossa Senhora do Salvador, e de Nossa Senhora do Rozario do Convento de São Domingos. E como eu sou donzella, e filha de Irmão da Sancta Caza da Mizericordia pesso ao Senhor Provedor, e mais Irmãos me dêem a // [fl. 1 verso] [...] [...]andade [...] levem meu [...] ordeno que me fação tres offici[os] [...] e a elles assis[tam] os Religiozos de São Fran[cisco] [...] e da Ordem Terceira de São Pedro e pa[...] [...] [...]cio se chamará tambem hum turno [...] [...]ados se dará a esmolla costumada. Quero que [...] dias dos meus officios se digão pella minha alma partidamente cem missas de esmolla cada hum de cento e vinte reis dentro da dita minha freguezia. Mais se me dirão cem missas pella alma de meu pai, e mai, e de minha irmam Anna Maria, e tambem se dirão mais outras cem missas pellas almas do Purgatorio todas de esmolla de cento e vinte reis que meos testamenteiros mandarão dizer.

Deixo mais de esmolla para sera do Santissimo Sacramento da minha freguezia des mil reis por hum vés somente. Deixo mais de esmolla á Senhora da Boa Morte por hum vés somente des mil reis. Deixo á Nossa Senhora da Piadade de Cellas quatro mil e outocentos reis por hum vés somente. Deixo á Irmandade de Nossa Senhora do Salvador para ornato da mesma Senhora quatro mil, e outocentos reis por hum vés somente. Deixo á Nossa Senhora do Rozario de São Domingos quatro mil, e outocentos por hum vés somente. Deixo á Nossa Senhora da Conceyção da minha freguezia de São Pedro quatro mil e outocentos reis por hum vés somente, e mais hum sirio que tenho em caza de hum sirieiro na Rua das Covas. Deixo á minha criada Jozepha filha de Simão Alvares da Povia da Rainha Santa por assistir em minha caza há muitos annos hum inxergão, e hum colção, e hum cabeçal cheo de lám, e dois traveceiros quatro lançois, e dois cobertores dos que custumo trazer no uzo da minha cama, e mais lhe

deixo a minha sahia de crepe lemiste e a melhor mantilha do meu uzo. Deixo a cada huma das minhas criadas que comigo morarem á soldada no tempo de meu falecimento vinte e sinco mil reis a cada huma por huma ves somente livres da soldada que se lhe dever. Deixo á duas filhas de Dona Maria da Crus huma por nome Francisca, e outra // [fl. 2] outra por nome Dona [...] no dia do meu falecimento que[...] [...] huma por huma ves somente. D[eixo] [...] cem mil reis para a reedificação da Capella [...] [m]inha freguezia de São Pedro os quais se en[tre]garão ao Reverendo Prior e Beneficiados da dita Igreja depois de abertas as obras da dita reedificação.

Declaro que eu sou donzella e não tenho ascendentes nem descendentes que por direito possuão ser meos erdeiros nesseçarios pello que me fica livre dispor de todos os meos bens, e assim instituo por minha universsal herdeira de todos os meos bens á Sancta Caza da Mizericordia desta cidade de Coimbra e peço muito por merce ao Senhor Provedor, e mais Senhores Irmaos da Meza queirão ser meos testamenteiros para que os nomeo e se sirvão de dar comprimento e inteira satisfação aos legados e obrigaçois que assim deixo e ao diante determino. E porque minha irmam Izabel de Jezus por meu falecimento poderá ter dezejo de se recolher no Recolhimento das Orfas da dita Sancta Caza, peço aos ditos Senhores nelle a recolhão, e tambem deixo que emquanto a dita minha irmam Izabel de Jezus for viva que lhe dém e paguem vinte e quatro mil reis cada anno a dous mil reis por mês para assim melhor se governar e lhe deixo mais a minha roupa de linho, de lám, o meu baul as minhas arcas os meos paineis, e huma imagem de Nosso Senhor Crucificado, e tambem a minha frasca, e o meu leitto com sua armação e os meos tamboretas. Declaro que a dita minha irmam sempre esteve na minha companhia e a sustentei de tudo o que lhe hera nesseçario sem que na minha logea de mercearia tivesse couza alguma, nem tivesse sociedade alguma nos meos contratos nem para elles desse ajuda antes sempre trabalhou para si, e declaro tambem que nas minhas cazas da Rua de São João tem a sobredita tão somente a seista parte. Tambem declaro que tenho satisfeito tudo quanto devia satisfazer á meos choerdeiros como consta das quitaçois au // [fl. 2 verso] [...] elles tenho lançadas no livro das [...] [...]ão Bras Nogueira Guimaraes e como [cabeça de] cazal satifis á todas as suas direitas par[tes] [ex]cepto a seista parte das cazas da dita minha

[ir]mam á quem deixo as cazas em que vivo com a dita minha irmam e em que ella tem a dita seista parte como uzofruataria dellas porque por sua morte hirão para a Sancta Caza da Mizericordia á quem as deixo por morte da dita minha irmam Izabel de Jezus.

Deixo á minha moça Jozepha filha de Simão Alvares a logea das ditas cazas em que tenho a tenda de mercearia para nella viver emquanto a dita minha irmam fór viva mas lhe não deixo couza alguma da dita tenda porque della tomará conta a dita Sancta Caza da Mizericordia assim como de todos os mais meos bens que se acharem para o que declaro que em dinheiro de contado, em peças de ouro, escripturas, scriptos e pinhores tenho sinco mil cruzados fora os bens de rais e a minha logea de mercearia cuja quantia dos sinco mil cruzados na forma assima declarada se achará em huma gaveta de hum bofete que está em huma sala junto adonde durmo. Deixo mais á minha prima Francisca Jozepha de Andrade vinte mil reis por huma ves somente. Deixo mais que depois de eu falecer, e a dita Sancta Caza da Mizericordia minha herdeira tomar posse de meos bens logo mande pór editais para se proverem des orfas com vinte e sinco mil reis cada huma em que perfirirão as minhas afilhadas e serão todas admitidas á concursso ahinda que tenham pai concorrendo sempre nellas o requizito da honestidade e procidimento. Deixo ao Reverendo Beneficiado Estevão Luis Vieira capellão da minha capella que institui na Sancta Caza da Mizericordia e Irmão della seis mil reis emquanto fór vivo os quais seis mil reis lhe pagará a dita Sancta Caza annualmente durante a sua vida e tanto os ditos seis mil reis como os vinte e quatro mil reis // [fl. 3] vinte e quatro mil reis q[ue] [...] annualmente a dita minha i[rmam emquan]to for viva principiarão á correr do[...] [...] falicimento. Tambem declaro que fora do dito emporte dos ditos sinco mil cruzados tudo o mais que se achar na dita gaveta e em minha caza de tudo a Sancta Caza da Mizericordia tomará conta.

E ultimamente quero que satisfeitos os meos legados o que acresser a dita Sancta Caza o ponha á juro para com o rendimento milhor acudir ás nessecidades dos pobres e satisfazer os legados annuais de vinte e quatro mil reis, que deixo a dita minha irmam, e aos seis mil reis que deixo ao Reverendo Beneficiado Estevão Luis Vieira emquanto vivos forem e nesta forma hei por feito este testamento que quero que valha como minha ultima

vontade e por este hei por revogados quaisquer testamentos, ou codecilos que tenha feito e para se cumprir se nesseçario he logo as justiças eclesiastica e secular o fação inteiramente cumprir e guardar e darem tudo á sua devida execussão.

E por me custar já muito a escrever rogei á Jozeph da Silva Notario Apostolico desta cidade que este por mim fizesse e eu sobredito Joze da Silva a rogo da sobredita testadora o fis o qual ella assinou depois de por mim lhe ser lido e declarado todo este seu testamento que disse estava escripto na verdade o qual eu tambem assinei em Coimbra aos trinta do mes de Dezembro de mil e setecentos e sincoenta e dous annos.

(ass.) Sebastianna da Lus. Jozeph da Silva.

A Laicidade do Estado em Portugal

Vítor Neto

Universidade de Coimbra

No plano institucional a realidade portuguesa caracterizou-se durante a vigência da Monarquia Constitucional (1834-1910) pela confessionalidade do Estado consagrada nos textos constitucionais e praticada pelos sucessivos governos que aplicavam as teses do regalismo político teorizado no século XVIII¹. A esmagadora maioria da população era católica, embora existissem diferenças significativas entre o norte/centro e o sul no que diz respeito ao fervor religioso na medida em que a norte do rio Tejo a prática religiosa era maior, enquanto em Lisboa e na parte meridional do país, a sociedade revelava uma certa indiferença religiosa. Na sua ligação orgânica com o Estado, o catolicismo era um elemento estruturante da realidade social contribuindo decisivamente para a reprodução do modelo de sociedade liberal. É certo que as relações entre o poder político e a instituição eclesiástica, ao longo do século XIX e inícios do século XX, nem sempre se pautaram pela harmonia. Porém, apesar dessa tensão permanente entre o Estado e a Igreja, as

¹ Sobre o Estado católico veja-se Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, INCM, 1998, pp. 45 e ss.

instituições funcionaram num quadro de dominação relativa do temporal sobre o espiritual e da existência de conflitos conjunturais vários e divergências múltiplas não só ao nível das elites como também no interior das camadas populares envolvidas em conflitos múltiplos com o baixo clero.

1. A oposição ao Estado católico

Nesse ciclo histórico assistiu-se a uma secularização crescente da sociedade, especialmente nos meios urbanos do litoral e a um consequente recuo da influência da Igreja católica apesar da sua forte implantação social, sobretudo, nos meios rurais. Na segunda metade do século XIX, o padre começou a sentir a concorrência do professor e do médico nas comunidades locais os quais veiculavam uma cultura secularizada. Paulatinamente uma parte da sociedade foi sendo subtraída à influência da Igreja num processo de desestruturação da velha ordem e de uma tendência para a emergência de uma nova estruturação da realidade social². Contudo, ainda se estava longe da construção da laicidade moderna e da laicização institucional³. A tolerância encontrava-se limitada, pois a liberdade de consciência estava ausente e as confissões minoritárias eram perseguidas, ou marginalizadas. As religiões protestantes não tinham estatuto legal num país constitucionalmente católico e, por isso, a luta pela construção da diferença religiosa foi um processo longo e bastante difícil⁴.

² Para o conhecimento da função estruturante da religião e dos processos de secularização e laicização leia-se Laurent Laot, *Catholicisme, Politique, Laïcité*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1990, pp. 20 e ss.

³ A laicidade moderna foi estudada, entre outros, por Laurent Laot, *La laïcité, un défi mondial*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1998, pp. 17 e ss. Sobre o conceito e o ideal de laicidade cf. Fernando Catroga, "Secularização e Laicidade. Uma perspectiva histórica e conceptual", *Revista de História das Ideias*, Vol. 25, Coimbra, Faculdade de Letras, 2004, pp. 91-127; Henri Pena-Ruiz, *La Laïcité*, Paris, Flammarion, 1998, pp. 17-33; *Idem*, *Dieu et Marianne. Philosophie de la laïcité*, Paris, PUF, 1999, pp. 17-51.

⁴ Sobre a construção do pluralismo religioso em Portugal leia-se, Vítor Neto, "Minorias e Limites da Tolerância em Portugal (Sécs. XIX/XX)", *Revista de História das Ideias*, Vol. 25, Coimbra, Faculdade de Letras, 2004, pp. 355-403.

O catolicismo liberal teve o seu impacto em Portugal, especialmente através de figuras como Lamennais, Montalembert e Cavour. Por isso não nos surpreende que o debate sobre a liberdade de cultos se tivesse iniciado, na imprensa, em 1861 e no próprio parlamento nesta década. Em 1870, na Universidade de Coimbra, um dos seus professores (Manuel Nunes Giraldes) já defendia o princípio da *Igreja livre no Estado livre*, proposta pelos autores referidos. Mais tarde, o preceito de Jules Simon, *Igrejas livres no Estado livre* também seria assumido, no nosso país, por um certo espiritualismo republicano, enquanto a tese das *Igrejas livres no Estado neutro, indiferente ou laico*⁵ se tornaria dominante e levaria à consequente laicização da escola, da família e da saúde depois da implantação da República em 5 de Outubro de 1910.

A partir dos inícios da década de 70, do século XIX, os movimentos políticos republicano⁶ e socialista, influenciados filosoficamente pelo positivismo por um lado e pelo proudhonismo pelo outro, passaram a lutar pela laicização do poder civil através da separação da política da religião e da necessidade de tornar o Estado indiferente em matéria religiosa. Por isso, a laicização do poder civil (20 de Abril de 1911) foi o ponto de chegada de um longo processo caracterizado pela luta contra o Estado católico e pela defesa da sua indiferença religiosa. A neutralidade do poder político, nesta matéria, remetia a religião para a esfera da vida privada e criava condições para o pluralismo religioso num momento caracterizado pela laicização do espaço público. Na conjuntura revolucionária, o Estado laico adquiriu a plena soberania no conjunto do território e, livre de Deus e da religião, tornou-se plenamente independente a respeito das Igrejas existentes.

O caminho que levou à laicidade foi complexo uma vez que, no decurso do século XIX, liberais, republicanos e socialistas mostraram o seu anticlericalismo, embora existissem nuances na manifestação desta ideologia. Na

⁵ Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 111.

⁶ O movimento republicano que levaria ao derrube da Monarquia Constitucional foi estudado por: *Idem, O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 9-102.

verdade, enquanto os primeiros eram essencialmente anticongreganistas, os republicanos e socialistas não só criticavam o clero como se opunham à própria religião⁷. Portadores de uma concepção agnóstica, ou ateia identificavam-se com o laicismo. O positivismo e o cientismo subjacentes à laicidade romperam com a visão católica do mundo e opuseram-se ao neotomismo divulgado durante o pontificado de Leão XIII. Os principais ideólogos que pugnaram pelo paradigma cultural hegemónico, da segunda metade do século XIX, lutaram a favor da desclericalização da sociedade e da redução da influência social da Igreja. O anticlericalismo apoiava-se no dogma do individualismo e aderiu aos grandes princípios que definem o laicismo: a liberdade de pensamento, a separação do religioso do profano, a independência absoluta do Estado em relação às Igrejas e a recusa da ingerência dos eclesiásticos, da Cúria romana e das ordens religiosas na sociedade. O anticlericalismo, identificado com o laicismo, tinha uma dimensão global, pois recobria a ordem social, o ensino, as ideias, os costumes e tinha pontos de contacto com a cultura, a religião e o poder⁸.

As medidas laicizadoras tomadas pela III República, em França, na década de 80 do século XIX, animaram a luta anticlerical em Portugal sustentada por uma vanguarda que recorria à imprensa e aos comícios políticos para divulgar as suas ideias. Na realidade, seria sob a influência da política laicizadora francesa que a elite intelectual avançada, no nosso país, desenvolveu uma campanha radical contra o clericalismo e em prol do laicismo. E se na década de 90, se assistiu a um refluxo da luta anticlerical dos republicanos, os socialistas mantiveram a batalha contra o congreganismo agudizada com a crise religiosa, política e social de 1901. A propaganda laica alargou-se durante a ditadura de João Franco (1906-1908) e o seu objectivo não se cingia à dimensão institucional, uma vez que visava realizar uma revolução cultural que se traduziria na descristianização da

⁷ Sobre a luta entre clericalismo e anticlericalismo no período do liberalismo monárquico veja-se Vítor Neto, *ob. cit.*, pp. 297-361.

⁸ René Rémond, *L'Anticléricalisme en France de 1815 à nos jours*, Paris, Éditions Complexe, s. d., pp. 8-16.

sociedade. Em 1909, a contestação anticlerical atingiu o seu auge com uma grande manifestação realizada em Lisboa contra o clericalismo e, em particular, contra o jesuitismo. Nas vésperas da revolução republicana havia, especialmente na capital, um movimento laico que visava dessacralizar as instituições políticas, a sociedade e as consciências. Este ideal funcionava como uma exigência libertadora em relação à religião e ao clericalismo. A laicidade surgia como um princípio positivo, pois visava devolver o Estado ao povo soberano no respeito estrito pela liberdade de consciência e pela igualdade das diferentes confissões religiosas. Na verdade, deveria assegurar a liberdade às diversas religiões libertando as consciências de todas as tutelas. Sendo assim, não significava a negação das confissões e das preferências religiosas de cada um, embora as relativizasse e procurasse evitar a intolerância. Neste sentido, enquanto forma de poder, o clericalismo era a antítese da laicidade e, por isso, se assistiu à oposição dos grupos de vanguarda ao Estado católico que não respeitava a liberdade de consciência ao impor o catolicismo como religião de todos os portugueses.

2. A separação da religião da política

Na sequência da revolução do 5 de Outubro de 1910, alguns líderes republicanos pensavam que a religião deixara de ser socialmente necessária. Por isso, o Estado deveria garantir à sociedade civil a liberdade religiosa e de cultos. O catolicismo deixou de ser religião oficial e o poder político passou a ser guiado pelas suas próprias razões e formas de legitimação. A separação anunciada era o ponto de chegada do movimento laico das décadas anteriores. Assim, a lei de Afonso Costa pôs fim ao sistema concordatário que vigorou durante a vigência do regime monárquico-constitucional. O combate travado desde os anos 70, do século XIX, em prol da laicização das instituições e da cultura fora sustentado por republicanos, socialistas, anarquistas, livres-pensadores e algumas franjas monárquicas anticlericais. No seu conjunto, todos se opuseram à perpetuação do catolicismo como religião oficial. Só através de uma ruptura com o que restava do jusdivinismo ainda presente na Carta Constitucional de 1826, que balizava o regime

político, era possível dar um fundamento laico à soberania e levar a construção do Estado-Nação às suas últimas consequências⁹.

Na conjuntura pós-revolucionária, o Governo Provisório levou a cabo uma política laicizadora que surgia como a concretização do ideário sustentado desde as últimas décadas do século XIX. As medidas tomadas, logo após o triunfo republicano, em matéria religiosa quase não encontraram resistência por parte da Igreja católica a qual esperou pela sua recomposição do abalo sofrido no momento da revolução para reagir perante o reformismo republicano. A lei da separação surgia como o cimo da legislação laicizadora. Com se viu, a separação da religião da política já fora, por diversas vezes, defendida durante o regime monárquico-constitucional. Contudo, não convinha nem à Igreja nem ao Estado. Governamentalizada pelo poder civil, a instituição religiosa beneficiava da sua protecção e o catolicismo funcionava como um elemento estruturante do regime político. A aspiração laica não era entendida da mesma forma por todos os ideólogos. Na linha de um certo espiritualismo republicano, Sampaio Bruno era favorável à liberdade de cultos e à indiferença religiosa do Estado. Apesar disso, mostrava-se adversário do ateísmo e do deísmo públicos. Pelo mesmo motivo, entendia que o poder político não tinha o direito de ser católico, protestante, ou budista. A seu ver, deveria ser céptico, ou indiferente em matéria religiosa. Adepto de um sistema político arreligioso criticava a Igreja escrava no Estado ateu, por um lado, e a Igreja senhora no Estado “religionário” pelo outro. Neste sentido era adversário do regalismo liberal e do ultramontanismo¹⁰.

Quando se aguardava a publicação da lei que viria a por termo às “ligações perigosas”¹¹ entre o político e o religioso, o eclesiástico Santos Farinha, numa conferência proferida na Sociedade de Geografia, à qual assistiu o

⁹ Sobre o Estado laico leia-se Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 201-233.

¹⁰ Vítor Neto, *ob. cit.*, p. 267.

¹¹ Para o entendimento das relações entre o político e o religioso veja-se *Religion et politique. Une liaison dangereuse?* Sous la direction de Thomas Ferenczi, Paris, Éditions Complexe, 2003, pp. 15 e ss.

ministro da Justiça, Afonso Costa, defendeu o princípio da separação como uma espécie de mal menor. Retomando o princípio de Montalembert, *Igreja livre no Estado livre*, julgava que a instituição poderia beneficiar do novo estatuto uma vez que se libertava da tradicional dominação do poder político. Os exemplos dos Estados Unidos, Dinamarca, Suíça, França e, especialmente, o modelo político brasileiro mostravam que a Igreja só teria vantagens com a sua libertação do regalismo liberal¹². Porém, as teses do liberalismo católico já tinham, desde há muito, sido rejeitadas pelos republicanos pois, na perspectiva dos seus líderes, não bastava declarar simplesmente a separação. Era também necessário impor a liberdade religiosa para que as confissões minoritárias pudessem adquirir um novo estatuto e decretar a neutralidade do Estado neste plano da realidade.

Cerca de um mês antes da publicação da lei de separação, o seu autor, em sessão magna da maçonaria portuguesa, realizada no *Grande Oriente Lusitano*, reivindicou o direito do Estado fiscalizar a Igreja como qualquer “sociedade anónima”, reafirmou que o povo estava preparado para receber a nova lei e concluiu que “a acção da medida será tão salutar que em duas gerações Portugal terá eliminado completamente o catolicismo”, o qual era visto por Afonso Costa como “a maior causa da desgraçada situação em que caiu”. As suas palavras foram divulgadas por vários jornais do país e, perante a sua gravidade, alguns pretenderam mesmo que nunca teriam sido proferidas¹³. Apesar disso, assustaram os católicos e mesmo as confissões minoritárias vieram defender a tese da impossibilidade de qualquer sociedade viver sem religião. No entanto, o radicalismo laicista do ministro da Justiça seria atenuado por declarações de outros líderes republicanos os quais afirmavam que a nova lei salvaguardaria “todos os direitos legítimos”. Neste contexto, a imprensa republicana procurou sossegar a classe paroquial que vivia angustiada com a nova situação política e religiosa e temia as consequências da lei da separação anunciada.

¹² Vítor Neto, *ob. cit.*, pp. 267-268.

¹³ Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 69.

Logo após a implantação da República, o Governo Provisório encetou uma política laicizadora, como se comprova com os decretos que voltavam a expulsar as ordens religiosas, reconheciam o divórcio, introduziam o registo civil obrigatório, separavam a escola da Igreja, extinguíam, de facto, a Faculdade de Teologia e aboliam os juramentos religiosos. A lei que separava o Estado das Igrejas era o culminar desta política laicizadora. Influenciada pela Revolução francesa de 1789 e, particularmente, pela lei de separação do Estado das Igrejas do país transpirenaico (9 de Dezembro de 1905) também não era completamente estranha ao modelo de separação mais moderado da lei brasileira. Apesar destas influências, o diploma jacobino era ainda mais radical e teria consequências profundas no interior da Igreja e da própria sociedade. O ministro da Justiça pretendeu fazer uma lei “à portuguesa”, mas sabemos que o conteúdo do relatório do livre-pensador Aristide Briand, que serviu de base à lei francesa, inspirou o nosso legislador. Assim, o decreto reconhecia a plena liberdade de consciência a todos os cidadãos portugueses e estrangeiros residentes em Portugal, punha termo ao catolicismo como religião de Estado e autorizava as confissões religiosas minoritárias, desde que não ofendessem a moral pública nem os princípios do direito público português. O Estado deixava de subsidiar o culto, extinguia as côngruas paroquiais, autorizava a liberdade da prática religiosa em casas com forma exterior de templo, previa a punição daqueles que injuriassem, ou ofendessem os sacerdotes, mantinha o beneplácito em relação aos documentos pontifícios e remetia a religião para a esfera da vida privada. A gestão da vida religiosa era entregue às associações culturais formadas por maçons e ateus, o culto público era livre, mas apenas poderia ser praticado durante o dia e as procissões, toques de sinos e colocação de emblemas religiosos nas fachadas dos monumentos públicos, ou nos edifícios particulares encontravam limites na ordem pública. A lei “nacionalizava” a propriedade da Igreja, embora cedesse as igrejas e capelas para o exercício do culto religioso às corporações culturais e os paços episcopais e presbitérios para a residência de bispos e párocos, desde que estes respeitassem as leis da República. Os seminários eram reduzidos a 5 (Lisboa, Braga, Porto, Coimbra e Évora) e os seus estudos eram reformados e sujeitos à vigilância do Estado. Para resolver o problema da sustentação do clero, as côngruas foram substituídas por pensões vitalícias anuais concedidas aos sacerdotes

que as requeressem, ou que delas necessitassem. O culto foi remetido para o interior dos templos e, com a finalidade de laicizar o espaço público, proibiu-se aos padres de qualquer confissão, aos seminaristas e a todo o pessoal eclesiástico o uso, fora das igrejas, de hábitos ou vestes talares. A lei tinha uma grande importância uma vez que laicizava o Estado, funcionarizava o clero, expropriava a propriedade da Igreja, mantinha a política regalista e entregava a administração do culto aos cidadãos leigos. Para a aplicação do decreto foi criada uma Comissão Central de Execução da Lei da Separação, uma Comissão Nacional de Pensões Eclesiásticas, Comissões distritais e concelhias¹⁴.

A Constituição de 1911 legitimou a separação, entendida como uma consequência do princípio da liberdade de consciência. Nela se afirmava que “O Estado reconhece a igualdade política e civil de todos os cultos e garante o seu exercício nos limites compatíveis com a ordem política, as leis e os bons costumes, desde que não ofendam os princípios do direito público português” (n.º 5 do artigo 3.º)¹⁵. Esta disposição entrava em ruptura com o disposto nos textos constitucionais anteriores que definiam o catolicismo com religião do Estado. Assim, a República separava a religião da política e o laicismo, que já triunfara em países como a França, impunha-se na realidade portuguesa. A Constituição impedia ainda a perseguição por motivos religiosos, retirava a religião do espaço público e acolhia o regalismo político. Reduzido à vida privada, o catolicismo perdia a sua influência política, cultural e simbólica. Ora, o espectáculo religioso teria que ser substituído por novas ritualizações e simbologias que contribuíssem para a formação de um consenso em torno das instituições republicanas. Daí o esforço que foi feito no sentido de criar um imaginário social a partir dos símbolos nacionais (bandeira, hino, estátuas, bustos, moeda, etc.)¹⁶.

¹⁴ Vítor Neto, *ob. cit.*, pp. 266-273.

¹⁵ Jorge Miranda, *As Constituições Portuguesas. De 1822 ao texto actual da Constituição*, Lisboa, Livraria Petrony, LDA, 1992, p. 210.

¹⁶ Sobre a simbologia republicana leia-se Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 269-276.

O confronto directo entre o Estado e a Igreja seria esbatido pelo sionismo (1917-1918) que reviu a lei da separação de Afonso Costa e de outras medidas traduzidas na anulação das penas de expulsão e desterro de vários bispos, no restabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé e na abolição do beneplácito. Foi ainda criada a possibilidade de organização interna das associações católicas autónomas e a liberdade de fundação de estabelecimentos de ensino de teologia sem ingerência do Estado, mas sujeitos à sua fiscalização¹⁷. Porém, só após a instauração da Ditadura Militar (1926) se assistiu a uma melhoria das relações entre o Estado e a Igreja.

3. As resistências da hierarquia eclesiástica

De acordo com a doutrina do *Ralliement*, definida por Leão XIII, os bispos começaram por aceitar o novo regime político nascido com o 5 de Outubro de 1910. Se é certo que eram radicalmente contra a República não puseram em causa a legitimidade do regime e os mais moderados aceitaram que a bandeira fosse hasteada nos seus paços episcopais. Porém, o arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes, ao temer o radicalismo republicano, admitia uma separação inspirada no modelo brasileiro. Um mês depois da revolução, os bispos portugueses reuniram-se em Lisboa e decidiram publicar uma pastoral colectiva que só seria divulgada em Fevereiro de 1911. Confrontados com a concretização do projecto laicizador, consideravam a conjuntura “angustiosa” e “gravíssima” sob o ponto de vista religioso. No documento, contestavam a perseguição à Igreja, criticavam a filosofia legitimadora do novo regime político e acusavam a República de anticatólica. Na sua interpretação, este facto resultava da rejeição da filosofia especulativa, da metafísica e da sua substituição pelo “árido positivismo”. A recusa do “livre arbítrio” e da “responsabilidade moral”, substituídos pelo “determi-

¹⁷ Vítor Neto, “Estado, Igreja e Anticlericalismo na 1.ª República”, *O Anticlericalismo Português: História e Discurso*, Aveiro, Universidade, 2002, pp. 43-44.

nismo” e pela “fatalidade”, a negação da autoridade política e a apologia da anarquia eram, na perspectiva do episcopado, elementos negativos. Para além disso, contestavam, a rejeição da propriedade privada, o enaltecimento do “colectivismo socialista”, “toda a religião positiva” e a própria “religião natural”. Nesta linha, rejeitavam o cientismo e identificavam a irreligiosidade com uma atitude anti-social, antinacional e antipatriótica. Apesar disso, reafirmavam a doutrina do *Ralliement* e aconselhavam a obediência dos católicos às autoridades republicanas. No entanto, as suas críticas à legislação anticatólica não fechava a porta a um acordo com o novo regime¹⁸.

O ministro da Justiça negou o beneplácito à pastoral com a finalidade de evitar que os fiéis fossem influenciados pelas suas ideias. Porém, as clivagens entre o Estado e a Igreja abriam-se e, por isso não nos surpreendem os conflitos entre o Governo Provisório e o bispo do Porto, D. António Barroso o qual não hesitou em desobecer às autoridades republicanas impondo ao clero da sua diocese a leitura da pastoral nas igrejas e ameaçando os padres que não o fizessem com a suspensão das suas funções. O conflito deste hierarca com o Governo levou ao seu desterro do bispado do Porto, facto que deu início a um vasto conflito do poder político com os prelados que levaria ao afastamento, por dois anos, de todos os dignitários eclesiásticos das suas dioceses em 1912¹⁹. O conflito entre o executivo e o bispo do Porto já prenunciava a ruptura das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé ocorrida logo após a publicação da lei que separava a religião da política.

Assim que a lei de Afonso Costa foi publicada, os prelados lançaram o “Protesto colectivo dos bispos portugueses contra o decreto de 20 de Abril de 1911, que separa o Estado da Igreja”. O documento criticava a “escravização da Igreja”, denunciava o “ódio gratuito” e a “violência impolítica”

¹⁸ Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, INCM, 1998, pp. 279-280. Para o conhecimento da resistência católica ao laicismo republicano veja-se Fernando Catroga, *ob. cit.*, pp. 215-218.

¹⁹ Sobre o desterro dos bispos cf. Maria Lúcia de Brito Moura, *ob. cit.*, pp. 124-129.

expressos no texto da lei. Para além disso, denunciavam a pressa na publicação de uma lei tão importante para a vida dos portugueses e o facto de o Governo não ter esperado pela assembleia constituinte na qual o assunto poderia ter sido debatido à semelhança do que sucedera em França. Na verdade, no caso francês, a publicação da lei de 1905, foi precedida de um longo debate no parlamento e ocorreu após trinta e cinco anos de Governo republicano. A hierarquia eclesiástica via o diploma como uma fonte de injustiça, “opressão”, “expoliação” e “ludíbrio”. Atendendo às circunstâncias em que o país se encontrava, os prelados admitiam a fórmula “Igreja livre no Estado livre”, mas refutavam a separação vista por eles como a expressão da “Igreja escrava no Estado Senhor”. O episcopado não aceitava o regalismo político republicano e entendia a lei como uma “declaração de guerra” à instituição religiosa. Apesar disso, os bispos não pregavam a revolta, pois a pastoral colectiva aparecia mais como a expressão de uma queixa do que como um verdadeiro protesto²⁰.

A Santa Sé seguiu atentamente a evolução dos acontecimentos em Portugal e estabeleceu a sua ligação com os bispos através de monsenhor Bento Aloisi-Masella, encarregado de negócios da nunciatura de Lisboa. Logo em Março de 1911, Pio X aprovara a doutrina da pastoral colectiva numa carta dirigida ao patriarca de Lisboa. Em 24 de Maio de 1911 foi publicada, em Roma, a encíclica, *Jandudum in Lusitania*, através da qual não só se apoiava o episcopado português como se condenava a lei de separação. O papa censurava a legislação republicana em matéria religiosa e refutava as tentativas de “laicizar toda a organização civil e não deixar subsistir traço algum de Religião nos actos de vida comum”. Pio X condenava a apropriação pelo Estado dos bens da Igreja, insurgia-se contra as associações culturais, contestava a invasão da Igreja pelo Estado e refutava

²⁰ “Protesto colectivo dos bispos portugueses contra o decreto de 20 de Abril de 1911 que separa o Estado da Igreja”, Joaquim Maria Lourenço, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal (Análise Histórico-Jurídica e Crítica das Relações da Igreja Católica com o Estado Português)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1943, pp. 171-177.

a ingerência do poder civil na disciplina interna dos seminários. O pontífice concluía com a acusação de que a República tentara quebrar a união da Igreja portuguesa com o Vaticano²¹. Em síntese, a Santa Sé rejeitava a lei, na sua globalidade e acusava a República de não respeitar o regime concordatário e de violar “o direito natural e o das gentes”. O papa e o episcopado português coincidiam nas suas críticas ao regime que passava a regular as relações entre o poder temporal e a esfera eclesiástica em Portugal.

Os bispos resistiram à aplicação do decreto de Afonso Costa e tomaram posição contra a política laicizadora do Governo Provisório. De entre os membros do episcopado destacaram-se na oposição às autoridades republicanas o patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, o arcebispo-bispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos e o governador do bispado do Porto, Manuel Luís Coelho da Silva. Os membros da elite da Igreja aconselhavam os párocos a recusarem as pensões e a protestarem contra a realização dos inventários nas igrejas. O prelado da Guarda dirigiu mesmo um “Apelo” aos católicos da sua diocese para que resissem à lei da separação, enquanto o patriarca de Lisboa proibiu os sacerdotes e os católicos de integrarem as associações culturais. Por este motivo, o Governo também decretou o desterro de D. António Mendes Belo, da sua diocese, durante dois anos. O prelado aproveitou a circunstância de ter que abandonar Lisboa para promover uma manifestação clerical, logo denunciada pelos militantes republicanos²².

4. As clivagens no baixo clero

A coesão do episcopado contra a política laicizadora da República não encontrou correspondência na classe paroquial que se cindiu na sequência da publicação da lei da separação do Estado das Igrejas. Na conjuntura revolucionária uma fracção do clero, ainda que minoritária, foi republicani-

²¹ Vítor Neto, *ob. cit.*, pp. 282-283.

²² *Idem, ibidem*, pp. 283-285.

zada, enquanto um pequeno grupo emigrou para o Brasil, e outro para Espanha. Alguns padres apressaram-se a pedir ao Governo Provisório a abolição do celibato e, de entre eles, houve quem contraísse matrimónio. Como se viu, o diploma de Afonso Costa funcionarizava o clero estabelecendo as pensões como forma de sustentação. O episcopado recusou-as e exerceu forte pressão sobre os padres para que estes as rejeitassem. Na altura, a questão foi amplamente debatida na imprensa e os membros do clero também a discutiram em múltiplas reuniões efectuadas em todo o país. Em Portugal existiam 3921 freguesias, mas o número total de padres era muito superior, chegando aos 5953. Ora, de acordo com um manifesto publicado pelos pensionistas, apenas teriam requerido a pensão 766 sacerdotes, número muito reduzido. Apesar disso, houve uma verdadeira guerra entre pensionistas e não pensionistas e entre aqueles e as populações analfabetas dos meios rurais²³. Os sacerdotes que obedeceram à lei exerciam as suas actividades, sobretudo, em Lisboa e no Alentejo (dioceses de Évora e Beja). Como se constata, o fenómeno pensionista ocorreu essencialmente onde a influência do republicanismo era maior. No norte e no centro do país, o número de pensionistas era reduzido devido à pressão dos bispos sobre o seu clero e à fraca implantação republicana. Sabe-se também que as resistências à aplicação da lei da separação foram mais evidentes nos distritos do Porto, Aveiro e Viseu. Apesar disso, houve pensionistas em todo o país não obstante o seu número ser diminuto mesmo em dioceses como a do Porto. Seja como for, a tentativa de estabelecer as pensões fracassava em virtude da oposição da esmagadora maioria do clero e da sua rejeição pelos bispos.

A questão religiosa, que dilacerava a sociedade, não seria resolvida pelo regime republicano, apesar das tentativas de apaziguamento das relações entre o Estado e a Igreja especialmente durante a presidência de António José de Almeida. Por isso, foi necessário esperar pelo Estado Novo para superar as contradições fundamentais entre o político e o religioso e para estabelecer a colaboração entre as duas instituições.

²³ Para o conhecimento mais aprofundado da guerra entre padres pensionistas e não pensionistas leia-se Maria Lúcia de Brito Moura, *ob. cit.*, pp. 149-179.

5. O “catolaicismo” do Estado Novo

Ao nível das relações entre o Estado e a Igreja, o salazarismo foi um “catolaicismo” uma vez que se caracterizou por uma articulação entre a laicidade do poder político e uma orientação católica hegemónica, no quadro de uma separação jurídica que não impediu a colaboração entre os dois poderes. De facto, a independência do político e do religioso não inviabilizou o seu entendimento na medida em que os interesses do Estado e da Igreja coincidiam em muitos aspectos²⁴. Apesar disso, o referido entendimento evoluiu, ao longo da vigência do regime salazarista, passando de uma colaboração estreita para uma tendência para a insatisfação de muitos católicos e da própria hierarquia. Na verdade, enquanto a Igreja foi mudando ao surgirem no seu seio diferentes tendências, o Estado permaneceu idêntico a si próprio não se adaptando às novas realidades.

A Constituição de 1933 manteve o regime de separação entre o Estado e a Igreja, garantindo a liberdade das crenças e práticas religiosas e proibindo a perseguição por motivos religiosos. O ensino público continuava neutro, embora, a partir da revisão constitucional de 1935, devesse ter uma orientação de acordo com os “princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País”. No essencial, o texto jurídico-político deu continuidade à herança laica do Estado rejeitando a sua intromissão no interior da Igreja por um lado e a ingerência do clericalismo na vida política pelo outro. O regresso ao confessionalismo foi rejeitado, pois apenas se reconhecia implicitamente o catolicismo da nação. Contudo, mesmo antes de ser oficialmente publicada, a Constituição foi alvo da crítica de Gonçalves Cerejeira que numa carta dirigida ao Presidente da República protestou contra o carácter aconfessional da lei fundamental da “República unitária e corporativa”. O car-

²⁴ Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, 2.ª ed., Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999, p. 15.

²⁵ Cit. por Luís Reis Torgal, “Igreja e Estado no Regime de Salazar. Entre a Separação, a Concordata e a polémica”, *A Igreja e o Estado em Portugal. Da primeira República ao limiar do Século XXI*, V. N. de Famalicão, Editora Ausência, 2004, p. 106.

deal- patriarca, em carta de 27 de Janeiro de 1933, afirmava que “os direitos da Igreja e da consciência católica não foram devidamente assegurados, ainda dentro do princípio que se tem por fundamental no projecto, a neutralidade do Estado. E continuava: “Num país de tradição e sentimentos católicos, nós não podemos deixar de lamentar que o Estado se declare praticamente ateu, não reconhecendo expressamente a soberania de Deus, causa eficiente, exemplar e final do universo, fundamento da moral e do direito”²⁵.

A Igreja católica não só acolheu, de forma benévola, o advento do Estado Novo como apoiou Salazar e a sua política quando ele assumiu a chefia do Governo. Apesar das críticas da Igreja ao novo regime, as relações entre este e os católicos mais influentes eram excelentes e isso facilitava o relacionamento entre as duas instituições que colaboraram entre si no período entre 1933 e 1940, ano da assinatura da Concordata que pôs fim à questão religiosa que durava há mais de um século. Estes anos foram de uma verdadeira “santa aliança”, não obstante o modelo político salazarista se inspirar no fascismo italiano²⁶. No quadro do novo regime, os católicos fizeram reivindicações em domínios como o da liberdade religiosa, da educação e da família. Por outro lado, reclamaram a assinatura de uma Concordata com a Santa Sé, embora a “separação amigável” pudesse ser mantida. A Concordata e o Acordo Missionário de 7 de Maio de 1940, concluíam um longo processo negocial e estatuíam uma colaboração mútua entre o Estado e a Igreja mantendo, no entanto, as duas instituições na esfera das suas competências específicas²⁷. O tratado estabelecia um conjunto de regalias jurídicas, económicas, pedagógicas, assistenciais e missionárias que deu à Igreja uma situação de privilégio único. O acordo reconhecia a personalidade jurídica da instituição, rejeitava o beneplácito do Estado e o

²⁶ *Idem, ibidem*, pp. 107-108.

²⁷ Para um conhecimento mais pormenorizado da concordata leia-se Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, pp. 44-49, ou ainda Paulo Pulido Adragão, *A Liberdade Religiosa e o Estado*, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, pp. 339-345.

direito de nomeação dos bispos e de outras autoridades eclesiásticas pelos Governos, reconhecia à Igreja o direito de ensino em escolas particulares e garantia a orientação católica do ensino público. Proibia-se o divórcio e reconheciam-se os efeitos civis aos casamentos canónicos. Uma grande parte dos bens que tinham sido retirados à Igreja foi-lhes devolvida e concederam-se isenções fiscais às igrejas e seminários. As dioceses e missões nas colónias eram subsidiadas, embora o Estado deixasse de subvencionar o culto na metrópole. Como se disse, o regime concordatário dava à Igreja um estatuto privilegiado que ela manteve, até hoje, não obstante as transformações políticas ocorridas desde então.

Salazar era um “regalista” tardio, como se constata com os entraves colocados por ele a algumas pretensões da Igreja católica nomeadamente no ensino universitário. Ao contrário do que aconteceu em Espanha com o franquismo, em Portugal o catolicismo não voltou a ser declarado religião do Estado, nem o nome de Deus foi aceite na Constituição²⁸. O Presidente da República não era obrigatoriamente católico e as outras confissões não foram proibidas, embora tivessem sido vigiadas, de perto, pelo Estado. De facto, o salazarismo rejeitou a confessionalização do poder civil e a introdução do nome de Deus na Constituição, apesar de terem existido várias tentativas nesse sentido. Não obstante isso, na reforma da Constituição de 1951, o catolicismo adquiriu uma dimensão sociológica uma vez que foi designado como “religião da Nação Portuguesa”. Porém, só na época marcelista o nome de Deus viria a ser constitucionalizado (1971). A Constituição revista, nesta data, definia o catolicismo como “religião *tradicional* da Nação Portuguesa”. O Estado permanecia formalmente neutro em matéria religiosa, mas reconhecia-se a religião católica como a confissão da sociedade portuguesa²⁹.

Depois da II Guerra Mundial, a colaboração institucional manteve-se, embora na fase final do regime o Estado se encontrasse à beira de uma

²⁸ Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 12

²⁹ Paulo Pulido Adragão, *ob. cit.*, pp. 334-338.

ruptura com a Igreja. Porém, assistiu-se a uma desagregação paulatina dos apoios católicos ao regime por razões sociais, políticas, confessionais, pedagógicas e missionárias³⁰. Uma nova cultura católica foi-se desenvolvendo afastando-se dos valores políticos da ordem e da autoridade em nome de uma visão mais internacionalista e democratizante. Por outro lado, as relações entre o Estado e a Igreja passaram por momentos de grande tensão, como sucedeu na fase do exílio do “bispo rebelde” do Porto, D. António Ferreira Gomes³¹, ou dos conflitos resultantes de posições assumidas por alguns hierarcas sobre a guerra colonial, especialmente em Moçambique e Angola. A visita do papa, Paulo VI, à Índia e a sua audiência (1970) aos líderes dos movimentos de libertação africanos causaram grandes perturbações nas relações entre o Estado português e a Santa Sé.

Entretanto, surgiram os católicos progressistas que discordavam da orientação política do regime autoritário salazarista-marcelista e ousaram participar na vida política no quadro dos condicionalismos impostos pelos governos ditatoriais. A revista *O Tempo e o Modo*, criada em Lisboa, em 1963, seria um “espelho” do progressismo católico³². Apesar destas tendências críticas, no interior do catolicismo, a quase totalidade do episcopado liderado pelo cardeal Gonçalves Cerejeira jamais deixou de apoiar Salazar – não obstante terem surgido alguns atritos entre ambos – colaborando com o Estado até à revolução do 25 de Abril de 1974. Apesar dessa harmonização entre o Estado e a Igreja havia uma insatisfação institucional mútua. O poder político mostrava-se decepcionado pelo facto da instituição eclesiástica não desautorizar alguns bispos e organizações católicas, enquanto esta revelava o seu desagrado por não ver algumas das suas reivindicações realizadas. Por isso, as relações institucionais foram marcadas pela tensão e pelo conflito, pois a Igreja não aceitava desempenhar o papel de uma simples repartição do Estado, enquanto este recusava o domínio do poder

³⁰ A desagregação do apoio dos católicos ao regime foi estudada por Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, pp. 93-112.

³¹ Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 123.

³² *Idem, ibidem*, p. 124.

espiritual sobre o temporal. No momento das transformações económicas e sociais ocorridas na fase final do regime as relações entre o Estado e a Igreja teriam necessariamente que evoluir. Contudo, a instituição eclesiástica manteve sempre uma atitude cautelosa em relação ao regime ditatorial e uma grande preocupação em não o hostilizar.

6. A laicidade do regime democrático

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, o Estado português estabeleceu um protocolo com a Santa Sé através do qual se alterava o Artigo 24.º da Concordata de 1940, que impedia o divórcio o qual passou a ser possível. Contudo, na altura, não houve coragem para ir mais além e o acordo de 1940 manteve-se em vigor até 2004. Apesar disso, a Constituição de 1976 afirmou a liberdade para todos e estabeleceu a laicidade do Estado, sem reserva, ao estatuir que “As igrejas e comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização e no exercício das suas funções e do culto” (Artigo 41.º, 3)³³. Na linha de desenvolvimento deste preceito constitucional e para resolver o problema das confissões religiosas minoritárias, o parlamento aprovou, em 26 de Abril de 2001, a “Lei da Liberdade Religiosa”. Este decreto estabelecia no seu Artigo 1.º que “A liberdade de consciência, de religião e de culto é inviolável e garantida a todos em conformidade com a Constituição, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito internacional aplicável à presente lei”. No seu articulado estabelecia, entre outros aspectos, os princípios da igualdade religiosa, da separação, da não confessionalidade do Estado, da cooperação e da tolerância. Por outro lado, reconhecia-se a personalidade jurídica das comunidades religiosas não católicas desde que devidamente inscritas. O diploma instituiu ainda a “Comissão da Liberdade Religiosa” que tem como função acompanhar a aplicação do decreto. Porém, as normas desta lei não eram aplicáveis à

³³ *Constituição da República Portuguesa*, Lisboa, INCM, s. d., p. 32.

Igreja católica, pois a sua posição ficava ressalvada pela Concordata de 7 de Maio de 1940, pelo protocolo adicional à mesma de 15 de Fevereiro de 1975, assim como pela legislação aplicável ao catolicismo. Sendo assim, a laicidade do Estado foi assegurada, embora se estabelecesse uma situação de excepção para a Igreja católica³⁴.

Se a laicização foi garantida, a separação concordatada permaneceu até à actualidade. Porém, a concordata de 2004 perpetua regalias e privilégios da Igreja nos planos pedagógico, financeiro, fiscal e assistencial. Para além disso, confere personalidade jurídica à Conferência Episcopal Portuguesa e estabelece a liberdade de organização completa da instituição, no território nacional, em consequência do princípio da separação. Parece-nos criticável a “homenagem” que esta Concordata presta ao acordo de 1940 e o carácter de continuidade que se procura estabelecer entre os dois tratados, pois o novo diploma mantém uma boa parte do articulado do texto salazarista. Contudo, para além da sua dimensão jurídica resta saber se, na prática, o Estado estará disponível para possibilitar as mesmas condições de assistência religiosa nas forças armadas, nos hospitais, nas escolas, ou nas prisões, às Igrejas minoritárias solicitadas por cidadãos que professem estas confissões religiosas. Se o catolicismo é largamente maioritário, também é verdade que a sociedade actual se caracteriza por uma pluralidade religiosa crescente enquanto a democracia pressupõe e exige a tolerância nesta matéria.

³⁴ “Lei da Liberdade Religiosa”, <http://www.parlamento.pt>.

PORTUGAL... ENTRE O APELO DO MAR E O APEGO À TERRA – O discurso europeu na periferia atlântica^(*)

António Martins da Silva

Universidade de Coimbra

Não se conhece em Portugal, até ao século XIX, qualquer esboço teórico que configure um projecto ou a simples manifestação da ideia de uma Europa organicamente unida, alicerçada em instituições ou formas de cooperação de qualquer natureza. Não existe sequer, em rigor, a consciência de pertença comum a um espaço cultural identitário, europeu ou cristão, cuja unidade devesse ser preservada e defendida, para o seu bem comum e paz perpétua,

(*) O presente trabalho reproduz, no essencial, o estudo que nos foi solicitado, sobre a ideia de Europa em Portugal desde o séc. XVIII até ao presente, e publicado, em alemão, com o título «Portugal... wo das Festland endet und die See beginnt. Der europäische Diskurs eine peripheren Landes», na obra colectiva *Jahrbuch für Europäische Geschichte*, herausgegeben am Institut für Europäische Geschichte von Heinz Duchhardt, Band 5 (2004), R. Oldenbourg Verlag München, 2004, pp. 3-32. Por ser uma primeira tentativa de síntese breve entendemos publicá-lo também em português, mas com algumas alterações, acrescentos, adaptações e cortes em relação ao texto original. Para um estudo aprofundado ver António Martins da Silva, *Portugal e a Europa – distanciamento e reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)*, Viseu, Palimage Editores, 2005.

através de qualquer esquema político de autoridade supranacional, internacional ou transnacional, com base na concertação entre as monarquias ou num mero entendimento de princípios, de objectivos, de vontades e de compromissos entre soberanos. Não se conhece; e é pouco provável que quaisquer manifestações dessa natureza tenham existido. Acantonado no extremo ocidental do continente europeu – onde a terra acaba e o mar começa –, natural e historicamente exposto à fronteira atlântica, se, num determinado período da sua história, Portugal, na sua descoberta do Mundo, levou consigo a Europa ou os seus mais representativos valores comuns, não nos parece que alguma vez tivesse eco qualquer proposta que traduzisse a vontade de construção de uma Europa unida.

Existe, contudo, a referência a uma curiosa e original iniciativa de união da Europa atribuída ao rei D. Manuel I; o monarca, auto-intitulado *Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor do Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia*, aquando da aparatosa embaixada de obediência enviada ao Papa (Leão X), em 1513, chefiada por Tristão da Cunha, mandou entregar ao Santo Padre um documento onde propunha a realização de um magno congresso dos príncipes cristãos europeus, para deliberar sobre a constituição duma aliança universal, espécie de Pan-Europa, sob a chefia do Sumo Pontífice, a fim de garantir a concórdia e a prosperidade europeias. Com esta iniciativa do rei “Venturoso”, Portugal – país que gozava então «duma paz profunda» em contraste com uma Europa que se transformava «num campo de batalha» – teria sido precursor, segundo a fonte indirecta que estamos a utilizar¹, dos esforços para a unificação da Europa, por meio de um acordo pacífico e voluntário. E se a iniciativa não teve resultados práticos, a culpa não foi, segundo a nossa fonte, do «grande rei Manuel I, de Portugal», que se tornou «credor da gratidão da posteridade», mas sim porque a autoridade dos Papas era

¹ Roberto Kugelmann, na revista alemã W-E-Z, 2 Fev., 1931, apud *Diário de Notícias*, de 15/2/1931, p. 1. Não nos foi possível confirmar qualquer testemunho documental coevo que pudesse tornar sustentável a proposição que aqui se expende.

cada vez mais contestada numa Europa irremediavelmente dividida pelo vasto movimento da Reforma.

Da autenticidade dos pormenores de que tratava a Carta de D. Manuel entregue ao Papa por Tristão da Cunha, lida em «alta voz» pelo seu assessor Doutor Diogo Pacheco, e das conversas secretas que teve o chefe da missão portuguesa com o Papa na sua câmara, bem como das audiências subseqüentes, «dos negócios que com ele tratou, e impetrou segundo as instruções que para isso levava», nada de substancial e concreto acrescentam os cronistas portugueses. Entre as matérias gerais, conta-nos Damião de Góis, destacavam-se a realização do Concílio, a reforma da Igreja e a guerra contra os Turcos; mas nada disto se fez – «não houveram efeito», diz o cronista². Tudo leva a crer, de qualquer modo, que era bem acolhida em Portugal a ideia e o projecto de uma *Respublica Christiana*, absorvendo todos os povos no seio da Igreja sem distinção de raças nem de credos, que o rei português estaria em boa posição para protagonizar, sob os auspícios do Papa, dada a tranquilidade do seu reino, a sua habilidade em manter-se neutral nos conflitos continentais que na época opunham as potências europeias, o seu prestígio, a sua grandeza, magnificência «e vigilância que tinha nas coisas da fé e guerra que continuamente fazia aos infiéis»³. D. Manuel I seria assim também precursor do projecto da República Universal e Cristã empreendido, anos mais tarde, pelo Imperador Carlos V, mas que os seus sucessores – o filho Filipe II, que recebeu a Espanha e o império ultramarino, e o irmão Francisco I, que herdou o título imperial – não souberam engrandecer nem preservar.

Também é inegável que houve, em Portugal, antes da idade contemporânea, a consciência, mais ou menos individual, da ideia da necessidade de uma certa unidade europeia ou da cristandade, nos tempos recorrentes em

² Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel, Parte III*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1954 (conforme a primeira edição de 1566).

³ *Idem, ibidem*, Parte III, cps. LV-LVI, pp. 207-213.

que sobre o continente se intensificavam os conflitos entre Estados, com as dissensões políticas e religiosas que ensanguentaram alguns longos períodos da moderna idade. O exemplo mais lúcido e expressivo dessa sensibilidade foi sem dúvida Camões que no Canto VII dos *Lusíadas* invectiva as nações europeias que se digladiam em fraticidas contendidas (alemães, ingleses e franceses) ou se distraem com viciosas ociosidades (italianos) – «Que uns aos outros se dão à morte dura» –, em vez de, «sendo todos de um ventre produzidos», combaterem «o superbíssimo Otomano» ou «o torpe Ismaelita», defenderem contra estes intrusos e preservarem no seu próprio seio a unidade cristã. Engrandece assim e encoraja o exemplo dos Portugueses que, sendo «poucos quanto fortes», destinados estão pelos desígnios divinos que «muito façais na santa Cristandade».

Qualquer destas manifestações de intenção ou de vontade relevam ainda da ideia ou do imaginário medieval e imperial de cruzada contra o infiel, surgem por força de preservação da unidade religiosa face ao perigo externo ou aos demónios internos que semeiam a desordem e provocam a guerra no seio mesmo da própria cristandade. As propostas modernas, a partir dos sécs. XV-XVI, configurando a perspectiva de uma unidade europeia, não têm eco em Portugal: nem as que propunham a supremacia do Papa ou de um imperador com o direito de tomar medidas imperativas para salvaguardar a paz presente e futura na Europa ou na Cristandade e com poderes para actuar em domínios mais ou menos amplos, mas com o dever de respeitar os costumes dos povos; nem as que enjeitavam a possibilidade de confederações ou associações com um ou com o outro, sem eles ou contra eles, através de uma união imperial ou de uma aliança multilateral; nem, evidentemente, as que ousavam a constituição de dietas, congressos perpétuos ou assembleias supranacionais, compostos por representantes dos Estados ou por delegados dos povos, decidindo por comum acordo ou com base em critérios de ponderação, com ou sem recursos financeiros próprios. Nem no século XVIII, século europeu por excelência lá fora, são perceptíveis, neste rectângulo extremo ocidental, sinais audíveis de comunhão com as ideias e os ideais de unidade que abundam no interior do continente. Apesar de alguns académicos portugueses reivindicarem a pertença à “República das Letras” e de outros manifestarem a consciência de pertença à Europa e à sua melhor parte, nomeadamente no que aos progressos das ciências naturais e das

artes liberais e mecânicas respeitava, apesar da receptividade a novidades e inovações e da permeabilidade a influências iluministas, as implicações práticas, e mesmo a expressão teórica, foram muito limitadas, incipientes e temerosas – na política, na sociedade, nos espíritos⁴ –, e a ideia europeia de unidade era completamente ausente, tanto quanto se conhece.

É na época contemporânea, a partir sobretudo do último meio século de oitocentos, que a consciência da necessidade de aproximação de Portugal à Europa, a ideia de unidade e a participação em projectos e instituições de cooperação ou de integração assumiram expressões crescentes, embora de forma flutuante, com avanços e recuos, conforme os condicionalismos políticos internos e as conjunturas internacionais. Mas é só no século XX, no pós-primeira guerra, que se esboçam os contornos e a forma de uma ideia de unidade europeia moderna, que ganhará corpo e movimento após a segunda guerra. Portugal participou neste processo nos anos 20, mas a irrupção do salazarismo, nacionalista, atlantista e colonial, deixaria profundas marcas na consciência e na sensibilidade nacionais, e afastaria o país da caminhada para a unidade europeia, embora não ficasse alheio a formas de cooperação económica e de segurança, que entretanto se organizaram, desde que não pusessem em causa os princípios e os alicerces do Estado Novo. Após o 25 de Abril, volvida a fase da vertigem revolucionária, a realidade nua e crua da lusitana condição doméstica impôs-se à evidência de muitos:

⁴ Ver, a propósito, Norberto Ferreira da Cunha, «Dos “homens de letras” aos “filósofos” da Luzes», in *Europa: Globalização e Multiculturalismo*, coord. de Norberto Cunha, Editora Ausência, 2006, pp. 77-69. Norberto Cunha cita um opúsculo de 1765 onde se descrevem os carros alegóricos que entrariam no cortejo de inauguração à estátua equestre de D. José – citação que, por ser sugestiva, reproduzimos parcialmente: «no cume da popa do carro da Europa, irá em pé, sobre um pedestal, a figura da Europa, representada em uma famosa Matrona trajada de roupas talares Reais muito ricas [...], coroa na cabeça, e manto imperiais, demonstrativo de ser a Europa a mais nobre, e senhora das outras partes [...]. No respaldo do Pedestal vê-se um troféu de armas, e alusões eclesiásticas, e científicas, para denotar que a Europa, e especialmente este Reino, é o centro da pura Religião, e onde melhor se cultivam as Artes e Ciências». Figuravam ainda mais três carros, segundo o resumo, de Norberto Cunha, do documento que cita, que identificavam Apolo, Oceano e “Portugal Triunfante, pela protecção das Ciências e das Artes Liberais» (*id.*, *ibid.*, p. 89).

a opção europeia, apesar de todas as dúvidas e hesitações, tornou-se, doravante, uma realidade incontornável. Contudo, a condição geográfica periférica de Portugal e a sua natural exposição orientada para o oceano funcionam como elementos subjacentes ou estruturantes desta cíclica perplexidade de encontro ou de desencontro em relação à Europa – aqui, entre o apelo do mar e o apego à terra.

Na abordagem que faremos a partir do século XIX, consideraremos, por razões de compartimentação temática, como decorre do parágrafo anterior, três grandes períodos: da Monarquia Constitucional à Primeira República (1820-1926), da Ditadura Militar ao fim do Estado Novo (1926-1974), da Revolução dos Cravos até ao presente (1974-2003). A cada um destes períodos, corresponde um diferente posicionamento perante a Europa e face ao império ultramarino e/ou ao “mar português”: no primeiro, após a traumática perda do Brasil em 1822 – a “jóia da coroa” –, registou-se uma viragem no sentido da Europa com um relativo esquecimento do espaço colonial restante; no segundo, assistimos ao regresso ao mar e ao mito imperial em toda a sua dimensão (política, económica, social e cultural) e ao alheamento consequente em relação à Europa; no terceiro período, perdido o império, a Europa configura-se como o destino possível para o futuro de Portugal, e o mar é assumido, doravante, como plataforma de relacionamento com outros povos e não mais como objectivo de realização de Portugal. O posicionamento dominante em cada um destes períodos não é estanco nem estático: esboça-se e cresce na fase final do período que o antecede, prolonga-se e dilui-se no período que lhe sucede; é uma atitude mental (nacional), com factores endógenos e exógenos subjacentes, à qual o elemento político (o regime, o sistema de governo) dá configuração ideológica, suporte institucional e consistência estratégica.

Da Monarquia Liberal à República (1820-1928): a abertura à Europa

1. Uma primeira reflexão séria sobre o lugar de Portugal no «concerto europeu» saído do Congresso de Viena de 1815 e sobre a posição que «há-de tomar» e «deve tomar» na Europa do futuro, alicerçada numa *Santa*

Aliança dos Povos unidos na liberdade contra o despotismo oligárquico dos reis, deve-se a Almeida Garrett (1799-1854), escritor, diplomata, militante e político liberal. Na sua obra, *Portugal na Balança da Europa*, publicada em 1830, o eminente escritor considera que a Europa se encontra perante uma crise de civilização, da qual resultará o desaparecimento de todos os «antigos equilíbrios políticos». Segundo ele, «nessa antiga balança europeia Portugal era considerado um contrapeso necessário ao equilíbrio das três grandes potências do Oeste da Europa, França, Inglaterra e Espanha». A Inglaterra era a mais interessada neste posicionamento português e, por essa razão, tutelou e condicionou a independência de Portugal. Porém, as ideias de liberdade difundidas pela revolução francesa floresceram por toda a Europa e minaram a velha ordem oligárquica europeia que ruiu perante os progressos imparáveis da civilização e a democratização crescente do ideal da liberdade.

Qual o lugar de Portugal neste novo contexto, nesta «nova ordem de coisas», que sairá da revolução dos povos «contra os opressores»? Só lhe resta encontrar, segundo Garrett, um novo posicionamento alternativo: ou como Estado independente e livre, ou como Nação respeitada mas unida à Espanha. A posição que naturalmente lhe convém é aquela que – de acordo com as aspirações do povo português e com o princípio da civilização que fará «a liberdade voltar à ordem natural do Mundo» e estabelecerá um «novo equilíbrio regular» europeu –, deverá firmar um sistema político «indulgente, generoso e tolerante» que funcione como farol de esperança e de realização para os portugueses: «Liberdade sem sangue, igualdade sem desavenças, religião sem fanatismo, monarquia sem despotismo, nobreza sem oligarquia, governo popular sem demagogos!». Mas, contrariamente, se, desta forma, a liberdade não for possível, só resta «*unir-nos* para sempre a Espanha». Se tal hipótese se tornar inevitável, façamo-lo «de comum acordo e para segurança dos dois Estados», no quadro de uma «Federação» que, salvaguardando a dignidade de cada um dos povos, permita «reconstituir» e «reequilibrar, enfim, Portugal na balança da Europa»⁵.

⁵ Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d.

2. Uma outra reflexão sobre a identidade portuguesa num contexto europeu é expressada através da polémica que, pelos meados do século (1853), opôs Alexandre Herculano (1810-1877) e António Pedro Lopes Mendonça (1826-1865), a propósito da introdução e expansão do caminho-de-ferro em Portugal, cujas consequências suscitavam perplexidades, por parte de alguns, e estimulavam entusiasmos, por parte de outros⁶. Herculano situa-se entre os primeiros: a implantação daquele revolucionário meio de transporte deveria ser encarada com muita prudência, em particular pelas nações pequenas como Portugal, nas quais os riscos de perda da sua identidade regional e nacional eram maiores e potencialmente mais graves. Entre os segundos posiciona-se Mendonça, para quem a expansão rápida do caminho-de-ferro era condição indispensável para o progresso, porque, pelas influências e intercâmbios que permite, elevará o nível de vida e de cultura do povo português e colocará Portugal no patamar da Europa. Têm ambos uma preocupação comum, que é a de promover o desenvolvimento de Portugal, mas por caminhos diferentes: Herculano aposta na força endógena das instituições e das tradições portuguesas, que desde a Idade Média mostraram a sua validade; Mendonça considera que Portugal tem de integrar-se no espectro das nações mais evoluídas da Europa e seguir os seus critérios de desenvolvimento. Trata-se, por conseguinte, de dois olhares sobre a atitude de Portugal perante a Europa civilizada: um teme o desvanecimento e a absorção de Portugal, nomeadamente por parte da Espanha, se seguir modelos europeus alheios à sua personalidade; o outro entende que a regeneração do país e o seu reposicionamento no contexto internacional passam por uma ampla integração na realidade europeia, mesmo que, para o efeito, tenha que fazer parceria com a Espanha, partilhando comumente instituições políticas centrais, mas salvaguardando a especificidade e a autonomia de cada Nação. Um conjunto ibérico coeso e forte poderia, no entendimento de Mendonça, erguer-se perante a Europa como um baluarte credível e

⁶ Filomena Mónica [textos coligidos por], *A Europa e nós: uma polémica de 1853*, Lisboa, Quetzal Editores, 1996.

respeitado, subtraindo-se assim à dependência tutelar ou à cobiça imperial das grandes potências europeias.

Não se conhecem em Portugal, nesta primeira metade do século de oitocentos, reflexões directas sobre a possibilidade de a Europa encontrar formas concertadas de cooperação e unidade. Os ecos de Mazzini e do manifesto *Jovem Europa* de 1834 não parecem ser audíveis em Portugal, pesem embora algumas reflexões, como as de Garrett, para quem, a libertação de Portugal passava pelo seu envolvimento em prol da liberdade dos povos contra o despotismo dos reis. Se excluirmos a possibilidade avançada de uma união com a Espanha, em nenhum caso conhecido se considerou a hipótese de um movimento revolucionário que congregasse fraternalmente, num vasto esquema federativo e na base da «Liberdade, Igualdade, Humanidade», as jovens nações livres na *Jovem Europa* «para tudo quanto diga respeito ao bem geral» – tal como proclamava Giuseppe Mazzini no seu manifesto de 15 de Abril de 1834.

3. Outras reflexões multifacetadas surgem nos protagonistas da chamada Geração de 70: Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão... São, todos eles, *europelístas* no sentido em que se afirmam como europeus de espírito e de cultura. Mas a Europa que os seduz resume-se a três ou quatro grandes nações (a França, a Inglaterra e a Alemanha) – verdadeiros pólos intelectuais e civilizacionais do mundo; e a que imaginavam, funcionava como um espaço de comunhão espiritual, de circulação livre de ideias, de convívio intelectual sem fronteiras, de projecção humanista e de esperança no futuro da humanidade.

A ideia de Europa, como vontade ou projecto político de união, não parece ter receptividade credível nalguns dos nomes mais sonantes da referida Geração. Embora a reflexão e o entendimento que faziam sobre a Europa e o lugar que Portugal tinha ou deveria ter perante ela não fossem homogéneos, não se constata a adesão convincente a qualquer teoria ou esquema institucional de unidade política ou económica para a Europa do futuro. Mas as ideias sobre a matéria, na segunda metade de oitocentos, do grande arauto do projecto dos *Estados Unidos da Europa*, Victor Hugo, eram conhecidas pelos autores da denominada Geração de 70. Não as condenando, não nos parece que fossem levadas a sério pelos seus mais destacados

protagonistas; eram apenas referidas, quixotesicamente, sem qualquer utilidade prática, como o faz Eça n' *Os Maias*: «O Alencar [...], vendo o romantismo desacreditado nas letras, refugiava-se no romantismo político, como num asilo paralelo: queria uma república governada por génios, a fraternidade dos povos, os Estados Unidos da Europa»⁷.

Diga-se de passagem, a propósito deste último escritor, que a relativa ausência de simpatias, nas suas obras publicadas, pelo ideal de unidade europeia de Victor Hugo parece ser compensada, por ocasião da morte deste, numa carta, datada de 20 de Julho de 1885; nesse documento, Eça considera-se um fanático admirador do escritor francês, dele divergindo apenas na persuasão de que Paris se tornará a capital da Europa Unida do futuro, tendo então declarado: «É assim que me conservei acreditando delicadamente nos Estados Unidos da Europa»⁸.

Se nas grandes obras da literatura oitocentista portuguesa escasseiam as referências ao ideal dos *Estados Unidos da Europa*, tal não se poderá afirmar no que respeita às repercussões na imprensa. Diversos escritores, jornalistas e políticos portugueses corresponderam-se com Victor Hugo (António Feliciano de Castilho, Rebelo da Silva, Brito Aranha, Guilherme Braga, Carrilho Videira, entre outros), publicaram cartas na imprensa ou assinaram artigos encomiásticos sobre o escritor francês. O historiador e político Pinheiro Chagas (1842-1895), por exemplo, chamou-lhe «o pássaro cantor da colossal aurora da humanidade». O poeta e jornalista Guilherme Braga (1845-1874), apelidou-o de o «novo Moisés», divulgou no jornal que dirigia (*Gazeta Democrática*) o ideário político de Victor Hugo e cartas que dele recebeu, e enalteceu a ideia dos Estados Unidos da Europa, «o rumo que aponta para o Universalismo dos povos»; outros autores (Magalhães Lima, Brito Aranha...) e periódicos portugueses (*República Portuguesa*, *Arquivo Pitoresco*...), amantes da liberdade e da solidariedade dos

⁷ Eça de Queirós, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., ed. cit., p. 166.

⁸ *Idem*, «Uma carta sobre Victor Hugo», in *Ilustração-Revista de Portugal e do Brasil*, 1885, Vol. II, pp. 251-253.

povos, fizeram eco das ideias republicanas e universalistas do grande mestre francês. As comemorações em Portugal do nascimento de Victor Hugo foram um momento alto para glorificar o «apóstolo supremo da raça humana», pelo ideário humanista e de unidade dos povos, pelas repercussões democráticas em Portugal, por ter amado e cantado este país de Camões, do mar e da pioneira e nobre decisão da abolição da pena de morte; com ele, segundo Magalhães Lima (1850-1928), uma nova era se iniciou na história da Humanidade: a «fraternidade dos povos» e o «princípio dos Estados Unidos da Europa». Na passagem do século, a revista *Almanch Bertrand*, de 1901, publicava um texto visionário de Victor Hugo, escrito em 1867 com o título de «L'Avenir», no qual anunciava que a grande Nação do século XX se chamará Europa, prelúdio da nação do futuro que se chamará Humanidade: Os *Estados Unidos da Europa* a que se seguirão os *Estados Unidos do Mundo*. Mais comedido ou, simplesmente, profético quanto baste, o referido almanaque conclui: «Feliz da humanidade se uma pequena parte das antevistas do poeta estiverem realizadas, ou estiverem a ponto de o ser, na alvorada do século XXI»!

4. Mas o profetismo de Victor Hugo ou não era levado a sério por uns ou era adaptado à realidade nacional por outros que, em Portugal, se confrontavam com a realidade de um país atrasado e decadente, cuja independência era condicionada pelas estratégias de interesses britânicas. Ora, a preocupação dominante destes portugueses centrava-se, como já anotámos, no reposicionamento de Portugal num lugar digno perante a Europa civilizada. As crises que abalavam os dois países ibéricos, a inexistência, por parte de cada um deles, de qualquer protagonismo em termos europeus, fez resvalar alguns escritores e militantes republicanos, sobretudo a partir dos anos oitenta, para a defesa do Federalismo Ibérico. Perante uma Europa onde os sinais de tensão e de tentação hegemónica das potências mais fortes se tornavam preocupantes, Portugal e Espanha deveriam unir-se e enfrentar um destino comum. O conceito de uma federação ou de uma união ibéricas não tinha para os diversos autores que o utilizaram o mesmo exacto significado nem idênticos pressupostos e consequências; mas tinha geralmente em comum uma clara rejeição do *iberismo*, que pressupunha uma anexação unilateral do Estado mais fraco pela potência mais forte, naturalmente com

defensores do lado espanhol. O federalismo ibérico, por sua vez, reivindicava o respeito da individualidade de cada povo ou de cada componente, a intocabilidade do seu património étnico, histórico e cultural, e a salvaguarda de uma ampla autonomia regional e/ou nacional. Henriques Nogueira (1825-1858), por exemplo, dera um contributo doutrinário importante para a teorização do projecto da federação dos povos peninsulares, ao qual não eram alheias as influências do socialismo haurido em Fourier e Louis Blanc e o federalismo de Proudhon. Teófilo Braga (1843-1924) retoma mais tarde, no contexto do rescaldo do ultimato inglês de 1890, as teses de Nogueira em defesa de uma *República e Federação hispano-latina*, como solução e caminho para o rejuvenescimento de Portugal. Magalhães Lima (1850-1928) acreditava, como Teófilo, nas virtualidades de uma *Federação latina* que, além de Portugal e da Espanha, incluía a participação da Itália e da França, em cujos povos estavam presentes afinidades históricas, culturais e étnicas que os vocacionavam para formas de cooperação e de solidariedade. Tal como o entendiam, este pan-latinismo conjugava-se com uma visão mais vasta da organização pacífica e equilibrada do espaço europeu continental em conjuntos étnicos inter-cooperativos, solidários dos mesmos elementos essenciais de civilização, como sejam o *Pan-germanismo* e o *Pan-eslavismo*⁹. Lima, na esteira de Victor Hugo, vai mesmo mais longe: os «Estados Unidos da Península» ou a «República Federal da Ibéria» eram apenas o caminho para os Estados Unidos da Europa, do mesmo modo que a federação europeia era a ponte para a futura federação humana, a *República Universal*¹⁰.

São, resumidamente, estes os debates e os combates com que transitamos do Portugal de oitocentos para o de novecentos.

5. Fernando Pessoa (1888-1935) é, nas primeiras décadas do século XX, o maior e mais original nome português na forma multifacetada como

⁹ Ver Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001.

¹⁰ Magalhães Lima, *A Obra Internacional*, Lisboa, 1896; *O Federalismo*, Lisboa, 1898.

cantou e contou, nos poemas ortónimos e heterónimos e nos textos em prosa, a ideia de Portugal e a de Europa: é um nacionalista, que não o é (no sentido político ou ideológico), porque a sua forma de o ser é supranacional, europeia, universal, que ama a sua pátria como ama a humanidade, numa espécie de «compromisso supremo» ou de mediação entre o ser individual e o ser colectivo. O seu «nacionalismo» é «liberal», «absolutamente anti-reaccionário» – porque defende que cada homem é livre para pensar, exprimir ou pôr em acção o que quiser desde que respeite os «iguais direitos dos outros»; é «cosmopolita» – porque como «verdadeiro português» não «pode viver a estreiteza de uma só personalidade, de uma só nação, de uma só fé», terá que «ser tudo, de todas as maneiras»; é «místico» e mítico – porque é recriado por «um sebastianismo novo», movimento religioso que ganha forma e corpo «em volta de uma figura nacional, no sentido de um mito», simbolizado na figura de D. Sebastião, que regressará (simbolicamente) numa manhã de nevoeiro para realizar o *Quinto Império* e dar início à «fraternidade entre as nações»; é profético e messiânico, de amplitude universalista – porque ele próprio se considera um mensageiro e «criador de mitos», investido de um «mandato subjectivo» para com a pátria e a humanidade, a fim de recriar uma «Nova Alma Portuguesa» e anunciar a «hora», essa mágica hora em que, «do fundo surdo do destino», soaria o clarim que a todos convocaria para cumprir «Portugal feito Universo» e consumir a «Criação de um Mundo Novo».

A Nação é, para Pessoa, o caminho entre dois *lugares* – o indivíduo e a Humanidade – que conduz, através da sublimação gradual da «fraternidade patriótica», à «fraternidade de todos os homens»; o lema é «Tudo pela Humanidade, nada contra a Nação». Ser patriota é «valorizar em nós o indivíduo que somos, e fazer o possível por que se valorizem os nossos compatriotas», para que assim a Nação funcione como verdadeira «escola presente» para a consecução da «super-Nação futura». Por isso Pessoa ama a sua pátria, sentimento que não deixou de manifestar até ao termo da sua vida. Mas a sua pátria «é a língua portuguesa» porque ela exprime a identidade de uma nação, esse «nada que é tudo» ou esse «ser tudo de todas as maneiras»; e essa nação, que é Portugal, tem uma alma universal, é o rosto com que a Europa «fita [...] o ocidente, futuro do passado», como escreve no poema com que abre a *Mensagem*.

É esta em suma a grande *Mensagem* de Pessoa que de uma forma tão poeticamente sublime expressou nessa sua mítica obra com este mesmo título (único livro, aliás, que publicou em vida), acto culminante da sua cruzada para cumprir o destino de um povo, destino da humanidade. Porque, em boa verdade, a *Mensagem* não é, no quadro de um nacionalismo fechado, a saga de um povo; é sim a gesta universal do humano, a sempre perseguida utopia da humanidade em busca da felicidade, o sonho de um futuro eternamente adiado, mas cuja «hora» está próxima porque muitos são os «sinais» e «os avisos» num Portugal entristecido e cansado de esperar, numa Europa decadente e à beira da catástrofe.

Pessoa tinha uma ideia positiva de Europa: a do espírito, a da cultura, a do movimento civilizacional, a da modernidade complexa e plural. Foi esta Europa que os portugueses, à sua maneira, levaram para o mundo nos Descobrimentos; era esta Europa que o português estava destinado a universalizar, pela sua estrutural «habilidade para ser tudo» – «toda a gente e toda a parte» –, pela sua inata capacidade de ser «múltiplo», que a heteronímia do poeta tão bela e paradoxalmente expressou e personificou. Ele, Pessoa, considera-se europeu, mas isso não basta para a sua alma universal: «Para mim é Europa em toda a parte, e não Lisboa ou qualquer outro simples local. É uma questão de estado mental sem necessidade de estado social» – dirá, na sua própria pessoa, em 1923; «Tenho o desejo de ser de todos os tempos, de todos os espaços, de todas as almas, de todas as emoções e de todos os entendimentos» – precisará ele em 1926, na versão heterónima de Álvaro de Campos. Portanto, Europa era para Pessoa – patriota e cidadão do mundo –, um estado de espírito, mas também o espaço possível para o florescimento dessa imensa pátria cultural, desse império espiritual, o “Quinto” ou outro¹¹.

É neste contexto também, de cosmopolitismo e de universalidade, que deve ser entendido o “Ultimatum” de Álvaro de Campos, essa espécie de

¹¹ Ver *Fernando Pessoa e a Europa do século XX*, Fundação de Serralves, s. d., nomeadamente Teresa Rita Lopes, «A Europa de Pessoa e a de Sá Carneiro», pp. 49-61.

manifesto, escrito no auge da guerra (1917), contra os mandarins da Europa (políticos ou seus apaniguados e cúmplices, escritores, filósofos, cientistas ou outros) que a conduziram à catástrofe e para os quais era urgente um «Mandado de despejo». Eles personificavam todos toda a «Insuficiência da Época!». A Europa merecia mais e melhor:

«A Europa tem sede de que se crie, tem fome de Futuro! [...]. A Europa quer a Grande Ideia [...] – a ideia que seja o Nome da sua riqueza anónima! [...]. O Mundo quer a Europa! [...]. A Europa está farta de não existir ainda! [...]. A Europa quer passar de designação geográfica a pessoa civilizada! [...]. O que aí está não pode durar, porque não é nada!»¹².

Eis a Europa de Pessoa, ou a que ele deseja, na versão de Álvaro de Campos, o mais cosmopolita dos *Pessoas*. É uma Europa nova, feita universo («Sê plural como o universo!» – disse ele em data incerta), plural como ele, como a pluralidade da sua heteronímia, mas um *uni-verso Versus Unum*, onde a pluralidade se reconverte ou regressa à unidade¹³, numa espécie de reencontro final num desejado futuro de desenlace dialéctico entre o passado e o presente, nessa Europa Una de Nietzsche e de outros (tantos outros!) que por ela clamaram e pregaram.

Pessoa foi assim um homem do seu tempo, uma espécie de «janela da Europa»; como outros sonhou, no seu original jeito e modo de ser, com um Portugal e uma Europa redimidos da decadência em que se prostravam. Mas, esse mítico Quinto Império com que sonhava, essa fraterna Humanidade não ia, não poderia ir além do seu próprio sonho porque, como escreveu Eduardo Lourenço, em Pessoa «a relação da humanidade com o seu desejo não é, nem pode ser, *natural*, porque foi e é através das formas que assumiu

¹² David Mourão-Ferreira [pref. e org. de], *Fernando Pessoa, o rosto e as máscaras*, Lisboa, Ática, 1976.

¹³ Ver António Quadros [intr. e org. de], *Mensagem e outros poemas afins*, Mem-Martins, Pub. Europa América, s.d.

e assume que ela se liberta sem cessar da Natureza e se instala na sobrenaturalidade, onde não acabará jamais de se instalar»¹⁴.

6. Só no pós-primeira guerra se verifica uma notável expressão social e institucional sobre a necessidade e a urgência de a Europa se unir, ou pela fórmula federal, ou pela via, progressiva, de uniões aduaneiras e económicas.

Destacam-se, no largo espectro das múltiplas iniciativas que floresceram na década de vinte, duas importantes actuações. A primeira configura-se em torno da Pan-Europa do conde Coudenhove-Kalergi, a partir do manifesto que dirigiu aos europeus em 1924, no qual apelava para a união urgente das nações, sob pena de a Europa se precipitar para um novo abismo. A segunda actuação consubstancia-se na corajosa iniciativa de Aristide Briand, ministro dos negócios estrangeiros de França, quando, em Setembro de 1929, propôs na Sociedade das Nações (SDN) aos Estados Europeus participantes a criação de uma «espécie de laço federal».

Como se posicionou Portugal face ao movimento em prol da unificação europeia, no âmbito da sociedade civil, por um lado, e face ao projecto institucional no quadro da SDN, protagonizado por Briand e pela França, por outro lado?

A análise dos conteúdos dos principais órgãos de imprensa no período entre as duas guerras, jornais noticiosos e revistas de política e de cultura, revela-nos um visível interesse pelas actuações multilaterais para o estabelecimento da concórdia na Europa, no âmbito dos tratados, pactos e planos acordados; contabilizámos cerca de 2500 artigos, no período de 1921 a 1930. Para o mesmo período, e em especial entre 1925-1930, coligimos nos periódicos consultados cerca de uma centena e meia de artigos intitulados “Estados Unidos da Europa”, “Federação Europeia”, “União Europeia” e “Pan-Europa”. Muitos destes artigos pronunciavam-se a favor de uma Europa quer no quadro federalista (federação ou confederação europeias), quer

¹⁴ Eduardo Lourenço, *Pessoa Revisitado, Leitura Estruturante do Drama em Gente*, Lisboa, Gradiva, 2000.

sob a forma de outro possível mecanismo associativo que salvaguardasse a paz e a autonomia europeias perante a potência rival ascendente, os Estados Unidos da América, e mesmo, para alguns, perante a Rússia soviética.

Participam no debate sobre o presente e o futuro da Europa, na perspectiva da união, nomes grandes da intelectualidade e do republicanismo lusos: Raul Proença, Jaime Cortesão, Chagas Franco, Rodrigues Miguéis, Pinheiro Chagas, João de Barros, entre outros. Mas as opiniões manifestadas sobre as formas de unidade são diferenciadas na sua concepção e no seu posicionamento temporal: no início da década (de 20) a possibilidade de uma espécie de governo do Mundo, que pressupõe a organização de conjuntos regionais estruturados, é bem acolhida por alguns (Raúl Proença, em 1922, por exemplo); mais adiante, a perspectiva de uma federação europeia, os Estados Unidos da Europa, ou de uma confederação, a Pan-Europa, é também desejada por outros (Chagas Franco, em 1925, Pinheiro Chagas, em 1926); pelo caminho, alguns, como Rodrigues Miguéis (1926), embora partilhem da ideia bela e romântica da união política da Europa, consideram ser utópica e mesmo perigosa, na conjuntura da época, uma agremiação europeia em oposição com os Estados Unidos ou com outros países ou continentes. Todavia, à medida que se aproxima o final da década são cada vez mais aqueles que se distanciam de qualquer projecto de união económica ou política da Europa: no espectro do nacionalismo moderado, aceitam apenas formas de cooperação que respeitem a soberania dos Estados e a pluralidade dos regimes políticos; no campo do nacionalismo radical, combatem quaisquer projectos associativos ou ideias internacionalistas, porque só a Nação é o supremo valor, a única entidade viva e realidade sólida que garante a identidade da raça¹⁵.

Há visivelmente uma mudança de atitude a partir do fim da década de vinte, aqui como alhures. A proposta de Briand para um «laço federal»

¹⁵ Ver António Martins da Silva, «A Ideia de Estados Unidos da Europa no pós-Primeira Guerra: ecos na opinião pública portuguesa», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1, 2001, pp. 135-167.

européu, apresentada na SDN, e o processo que se lhe seguiu provocaram ainda um sobressalto entusiástico de europeísmo. Na imprensa e no panorama editorial português apareceram, neste contexto, diversas tomadas de posição sobre a possibilidade de realização de uma federação europeia. Dois desses contributos valem a pena ser referidos: a conferência do professor Francisco António Correia (1877-1938), proferida em 11 de Dezembro de 1929, na Academia das Ciências de Lisboa, e o livro do advogado Amaro do Sacramento Monteiro, concluído em 16 de Agosto de 1930; ambos têm por título *Estados Unidos da Europa*.

Correia, no espírito do que se tornaria mais tarde a metodologia da construção comunitária, defende, três meses após a declaração do governante francês, a necessidade de uma actuação gradual como caminho desejável e possível para se conseguir a almejada federação económica que conduzirá, no limite, à federação política. Num primeiro tempo, acções individuais, bilaterais ou colectivas, tais como a cartelização, a trégua aduaneira, a redução progressiva das pautas aduaneiras, constituiriam pequenos passos no processo complexo da racionalização económica; estas actuações levariam, numa cadeia de crescentes solidariedades, à união aduaneira, com a criação subsequente de organismos políticos em que todos estariam representados; e esta, por sua vez, conduziria, de uma forma «*livremente consentida*», à unidade económica que, a exemplo do que aconteceu com o *Zollverein* alemão, mais não seria do que «o prólogo da unidade política». Assim se realizaria «essa aspiração idealista» dos Estados Unidos da Europa, conseguida através da «paz económica, como condição de uma paz política duradoura, tão ambicionada por todos os povos»¹⁶.

Monteiro, por sua vez, defende – num trabalho editorial concluído cerca de duas semanas antes de ser submetido à SDN o memorando francês com as respostas dos governos europeus – a constituição de uma federação europeia com base na formação de blocos regionais, assentes preponderan-

¹⁶ Francisco António Correia, «Estados Unidos da Europa», in *Revista do Instituto de Comércio de Lisboa*, Ano XIII, Abril-1930, pp. 206-217.

temente no «critério económico, tendo em atenção também as afinidades étnicas, vizinhança geográfica, língua, religião e costumes». Nesta perspectiva, Portugal integraria o «Bloco Latino», juntamente com a Espanha, a França, a Itália, a Suíça e a Bélgica, a que se associariam as colónias de cada um destes Estados, que ficariam unificadas e pertença do Bloco; os outros blocos (anglo-saxão, germano, balcânico-danubiano, báltico-escandinavo) constituir-se-iam segundo os mesmos critérios – o primado do económico e as referidas e respectivas afinidades. Assim se formaria, com bases sólidas, a União Europeia, uma espécie de Federação Europeia dos Povos com os seus prolongamentos coloniais. Tratar-se-ia de mais uma utopia – esta da criação dos Estados Unidos da Europa? Não o entende assim o referido autor: diversos factores e numerosas forças actuam e convergem no sentido da «edificação gloriosa da futura Europa unificada»¹⁷.

Mas era tarde de mais para propostas individuais. A iniciativa era agora dos governos, e estes, na sua maioria, pouca ou nenhuma vontade manifestaram pela possibilidade de uma união europeia, relegando o memorando francês para uma comissão de estudos, forma airosa de se desenharem da utopia ou da insensatez de visionários como o Sr. Briand e como outros que com ele partilhavam “rêveries” do mesmo jaez. O “laço federal” não poderia ter assim desenlace feliz: morreu ingloriamente com o falecimento do seu autor, em 1932, e com a ascensão galopante dos fascismos e a aproximação frenética de uma nova guerra, contra a qual tanto se empenhou Aristide Briand, premiado com o Nobel da Paz, juntamente com Gustav Stresemann, o governante alemão, falecido antes dele, outro grande lutador da paz e do entendimento franco-germânico. O projecto de união europeia, cuja realização foi apontada por muitos, durante o período a que nos referimos, como indispensável para a salvação da Europa, ficaria, pois, adiado até ao fim do cataclismo.

¹⁷ Amaro do Sacramento Monteiro, *Estados Unidos da Europa*, Lisboa, Livraria Moraes, 1931.

O Estado Novo de Salazar e a Europa (1930-1974): o regresso ao mar

1. Em Portugal a República Democrática implantada em 1910 chegara ao fim em 1926 com a instauração de uma Ditadura Militar. Foi neste contexto que se posicionou, em Julho de 1930, a evasiva resposta do governo português ao referido memorando francês. Embora afirmando a sua concordância de princípio com este documento, declarava-se que Portugal, não sendo um país exclusivamente europeu e tendo interesses vitais noutros continentes, não aceitaria qualquer atropelo aos seus direitos de soberania, nem espécie alguma de intromissão nos seus territórios coloniais nem eventuais restrições nas relações privilegiadas e históricas que mantivesse com outros Estados dentro ou fora da Europa. Mas aceitava, subordinadas a estas condições, formas de colaboração, desde que se situassem no terreno económico, não envolvessem qualquer compromisso político e respeitassem a pluralidade dos regimes.

A resposta do governo da Ditadura, afinada com a da Inglaterra – e influenciada pelo já então todo-poderoso ministro das finanças e futuro chefe do governo, Oliveira Salazar –, firmava assim uma posição que serviria de base à política externa do regime que lhe sucedeu (Estado Novo), em todo o período da sua vigência. Esta viragem do governo, acompanhada pela opinião pública, tem certamente muitas e diversificadas motivações, externas e internas, desde a evolução da conjuntura europeia até à personalidade de Salazar e à natureza do regime que arquitectou.

O problema, na verdade, já vem de trás: a experiência do envolvimento português nos assuntos europeus no período antecedente, desde a República até à Ditadura (1910-1928), não foi bem sucedida e teve momentos traumáticos e expressões humilhantes para o brio e o sentimento nacionais. Mas agravou-se depois: os desentendimentos e rivalidades persistentes e insanáveis entre as potências europeias, o adensamento do clima de tensão a partir da década de 30, a eclosão da guerra e a sua dimensão apocalíptica, finalmente –, tudo contribuiu para um certo desencanto em relação à Europa e para a convicção crescente de que Portugal só poderia contar com os seus próprios recursos e com que aqueles que os seus territórios ultramarinos lhe poderiam fornecer. Portugal fecha-se, por isso, à Europa, numa espécie

de autismo sombrio que se acentuará à medida que o regime se consolida. Este comportamento político e desencanto europeu contribuíram assim para a modelação da sensibilidade da opinião pública e de um largo espectro da sociedade portuguesa.

Portugal é um pequeno país, mas considerou-se durante muito tempo como uma grande potência colonial. A resposta de Portugal ao memorando de Briand é já o indício expressivo da nova orientação governativa operada com a viragem ocorrida após a chegada de Salazar ao poder e dos reflexos que vai suscitando na própria opinião pública nacional: Portugal é um país europeu, sem dúvida, mas é uma Nação que criou raízes de lusitanidade e vínculos de civilização noutros espaços de outros continentes, com direitos e deveres que não deseja ver prejudicados por eventuais conluios numa qualquer associação europeia. Perante as desilusões, os egoísmos e o desnor-teamento de uma Europa à beira da catástrofe, a «opção» portuguesa parece clara: «regenerar» a pátria, o que pressupunha, acima de tudo, fazer renascer o império, revitalizar a «nossa missão colonial»¹⁸.

A temática colonial, com efeito, passou para o centro das preocupações políticas, a partir de inícios de 1930. Numa altura em que o debate sobre a reorganização da Europa e a possibilidade de uma federação europeia mobilizavam as atenções dos governos e dos povos do Velho Continente, em Portugal ressurgia revigorada a ideia da «nossa vocação» marítima e colonial: «o verdadeiro continente português é o mar» – escreve o escritor Vitorino Nemésio (1901-1978), em Agosto de 1930¹⁹; e difundia-se a convicção de que a solução para os problemas portugueses não passava pelas «fantasistas» congeminações das potências europeias. À «ideia fixa» de Briand e dos seus conluiados – os «Estados Unidos da Europa» –, Portugal opunha o seu próprio plano, concebido à sua medida e consentâneo com as

¹⁸ Ver António Martins da Silva, «A ideia de Europa no período entre as duas guerras. O Plano Briand e o posicionamento português», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2, 2002, pp. 85-151.

¹⁹ Vitorino Nemésio, «O português e o Mar», in *Diário de Lisboa*, 26/8/1930.

suas responsabilidades históricas e a sua missão civilizadora: os «Estados Unidos de Portugal e das Colónias» – como se escreve no jornal *Diário de Lisboa*, em Maio de 1930²⁰. Nem todos estavam de acordo, é certo, mas eram cada vez menos os que remavam contra a maré: – «Não falemos do passado, não evoquemos Vasco da Gama ou Camões, não falemos nas nossas glórias passadas, que na vida utilitária de hoje já não impressionam ninguém. Olhemos apenas para o presente» – alerta a correspondente em Genebra daquele periódico, pelos finais de Setembro de 1930²¹.

O «presente», com efeito, era sombrio e preocupante. A Europa estava em profunda crise e precipitava-se, à medida que os anos iam passando, no sentido da inevitabilidade da guerra. Salazar, Chefe do Governo a partir de 1933, procurou distanciar Portugal desse crescendo de tensão, cujas razões não partilhava, e considerou como «benéfica» a «grande força de progresso social e político que os nacionalismos representam», desde que se mantivessem «nos domínios da competição pacífica». Mas tinha consciência também dos graves riscos inerentes a este clima de desestabilização que criava uma «atmosfera de guerra»: «Disto e só disto me arreceio – que a Europa que nenhum problema pode resolver pela guerra dentro de si não saiba organizar em si mesma a paz». E se a guerra acontecer, como se colocará Portugal perante este facto de proporções incalculáveis e de consequências imprevisíveis? A resposta de Salazar, em Maio de 1939, é peremptória e inequívoca:

«Longe do seu principal teatro [...], a um canto da Europa, quase desligado dela e projectado ousadamente sobre o mar, país atlântico por excelência [...] – Portugal tem o dever de não se deixar transviar pelo desassossego geral [...]. A nossa feição atlântica e actividade colonial [...], a nossa compreensiva universalidade e a extensão dos nossos interesses permitem as melhores e mais amigáveis relações com todos os Estados»²².

²⁰ *Ibidem*, 27/5/1930.

²¹ Irene de Vasconcelos, *ibidem*, 27/9/1930.

²² Salazar, «A crise política europeia e a situação externa de Portugal», *Discursos*, Vol. III (1938-1943), Coimbra Editora, s.d.

A neutralidade, pois!... Apesar de o fascismo e a «Europa Nova» propagandeada pelo Nazismo terem admiradores e defensores em Portugal, muitos mesmo dentro do salazarismo e alguns no seio do próprio regime²³, Salazar manteve-se distanciado e discordante de tais atitudes. Tinha em comum com os fascismos os mesmos princípios nacionalistas, autoritários, antedemocráticos e anticomunistas; mas distinguia-se deles sob muitos aspectos, inclusive no entendimento do que era e deveria ser a Europa. Considerava aqueles sistemas «uma anormalidade também», em particular o nacional-socialismo alemão, pelo radicalismo da doutrina que os enformava, pelos métodos agressivos de que se serviam e pelas tendências expansionistas que ostentavam. Manteve, todavia, a esperança, antes e durante a guerra, que uma nova ordem internacional pudesse emergir como desenlace da grave crise que se abateu sobre o Velho Continente, que uma Europa nova, com Estados autoritários fortes, contrabalançasse o peso hegemónico que a Europa velha tinha protagonizado no concerto europeu até à década de 30, com os seus caducos regimes parlamentares e a sua permeabilidade em relação ao comunismo. Essa seria a sua grande ilusão...

2. Com efeito, finda a Guerra, a aspiração multissecular da unidade europeia regressa em força. E é brandida em primeira mão pelo discurso de Churchill em 1946 na Universidade de Zurique. O Congresso da Haia em Maio de 1948 constituiu um momento alto desse militante entusiasmo em prol da união europeia; as decisões que aí se tomaram eram promissoras. Mas, para as tornar realidade, era indispensável que os governos as assumissem por sua própria conta, dando cumprimento aos anseios e às propostas do referido colóquio internacional; mas estes divergiam em questões fundamentais, e o Reino Unido tudo fará para impedir a criação de um organismo supranacional, que não fosse controlado pelos governos a decidirem por unanimidade. Como resultado do confronto surgiu, como se sabe, o Conse-

²³ Ver Luís Reis Torgal, «Salazarismo, Alemanha e Europa», in *Revista de História das Ideias*, n.º 16, Coimbra, 1994, pp. 73-104.

lho da Europa, organização não vocacionada, pela sua natureza estatutária, para empreender a unidade europeia. A ideia federal ou o objectivo da integração teria que desbravar outros caminhos e congregar apenas os parceiros e as cumplicidades desejáveis.

Como se posicionou Portugal neste processo?

Uma primeira nota a destacar é a de que a informação relativa ao que sobre a matéria se passava na Europa chegou a este país de forma abundante e sugestiva. A imprensa periódica em geral noticiou com regularidade os eventos ocorridos lá fora no âmbito da unidade europeia; e as representações diplomáticas portuguesas sediadas nas principais cidades europeias (na Haia, em Paris, em Bruxelas, em Londres...) mantiveram ao corrente o governo português. Desde o discurso de Churchill às reuniões internacionais das associações ou dos grandes movimentos unificadores (da União Europeia dos Federalistas, da União Parlamentar Europeia, do Movimento Europeu...), das declarações públicas de personalidades políticas europeias às discretas conversas nos meandros das chancelarias, no decurso e no percurso do processo conducente à formação de organismos europeus — do Plano Marshall à Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), do Tratado de Dunquerque ao Pacto de Bruxelas e deste ao Pacto do Atlântico, do Congresso da Haia ao Conselho da Europa — o essencial da notícia ou do problema para se formular uma posição sobre os acontecimentos em curso chegou profusamente também aqui, ao extremo ocidental do continente: a opinião pública e o poder político sabiam o que se passava. Mas como reagiram?

A partir do momento em que a ameaça de um novo conflito começa a pairar nos espíritos, a maior parte dos periódicos (*Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Século*, *Diário da Manhã*) manifestam-se geralmente em favor de formas de solidariedade europeia que ergam uma muralha de defesa da civilização ocidental e cristã contra uma eventual agressão vinda do leste comunista. Com diferenças de sensibilidade, conforme o jornal ou artigo de opinião, uns apoiam fórmulas vagas de entendimento europeu ao passo que outros insistem mais na congregação concertada de esforços ocidentais. Em caso algum se faz a defesa de uma união europeia no quadro de um modelo federalista. Alguns periódicos vão um pouco mais longe e destacam-se pelas iniciativas que promovem, pela profundidade das análises que

publicam e pela qualidade das opiniões que neles se expressam (*Diário Popular*, *Sol*); mas os artigos favoráveis a uma eventual unificação política da Europa são provenientes de autores estrangeiros. O Congresso da Haia mereceu, nos dias em que decorreu, as parangonas da maior parte dos jornais, preencheu páginas consecutivas, nas quais se reproduziram intervenções importantes, como, por exemplo, o discurso de abertura proferido por Winston Churchill. Mas, curiosamente, a imprensa republicana e democrática (o jornal *República* e mesmo a revista *Seara Nova*) mantém um estranho silêncio sobre o assunto: a unidade europeia não lhe interessa, os acontecimentos sobre a matéria são ignorados e as tomadas de posição são inexistentes, pelo menos neste período do pós-guerra, de 1945 a 1950.

Salazar manteve também num primeiro tempo um cauteloso silêncio em relação aos eventos que iam ocorrendo. As directivas sobre política externa, enviadas ao corpo diplomático, são escassas. Nalgumas situações, deixam-se os nossos diplomatas por sua conta e risco, os quais tentavam desenvenilhar-se o melhor que podiam, por vezes em situações delicadas, como eram aquelas em que personalidades políticas europeias solicitavam a posição do governo português, que não chegava ou não era esclarecedora.

Só tardiamente o governo se pronuncia sobre as organizações que se iam formando. Sobre o Pacto de Bruxelas, concebido sobretudo para a defesa da Europa Ocidental, cuja participação portuguesa era frequentemente invocada no estrangeiro como necessária e desejável: em vez de «fórmulas rígidas e escritas», é preferível «simples entendimento e cooperação de boa vontade num certo alinhamento geral» – dir-se-á em telegrama-circular confidencial expedido às embaixadas e legações de Portugal, com data de 3/2/1948. Sobre o Conselho da Europa, para o qual Portugal não foi convidado, a posição do governo é de que esta organização não é compatível com «a nossa concepção de soberania» – responde-se, em Fevereiro de 1949, ao pedido de esclarecimento sobre a posição a tomar por responsáveis diplomáticos portugueses.

Salazar via nestas duas organizações intenções veladas de absorção dos pequenos Estados, temia-as como instrumento de pressão no sentido da uniformização democrática dos regimes políticos, considerava-as nos seus desígnios confessos ou escondidos como contrárias à diversidade das nações europeias e às tradições históricas do povo português. Depois de ficar asse-

gurada a participação no Pacto do Atlântico – organização que dará a Portugal a segurança estratégica de que necessitava e alguma credibilidade política –, o Chefe do Governo português recusou expressamente qualquer forma de ligação, no presente e no futuro, com a União Ocidental (Pacto de Bruxelas) e, especialmente, com o Conselho da Europa – no qual Portugal não poderia entrar, dada a natureza autoritária do regime²⁴.

«Face ao mar, costas à terra» – a «linha mestra que é definida pelas necessidades vitais do povo português» –, declarou Salazar, em 25 de Julho de 1949, aquando da ratificação do Pacto do Atlântico²⁵. Com este posicionamento oficial, o tom da opinião pública e de uma boa parte da intelectualidade da época muda também e tende a identificar-se com ele: «*Unidade da Europa*, como já se proclamou em Estrasburgo, e antes se proclamou em outras memoráveis ocasiões, não» – escreve-se em editorial do *Diário de Notícias*, de 29/8/1949; a Europa, afinal, é «para nós mais paisagem do que vizinhança»; «o Centro da nossa acção histórica, o nosso horizonte, o nosso destino nacional estão no mar. A nossa projecção é atlântica e não europeia» – dirá o académico Augusto de Castro (1873-1971), na conferência que proferiu no Instituto de Altos Estudos, da Academia das Ciências, em 28/10/1949.

3. Até bem perto da década de sessenta assistimos, com efeito, a uma relativa sintonia entre o poder político e a sociedade civil, no entendimento que se assume em relação ao movimento de unidade e ao processo de integração europeias. Partidários do regime e seus opositores – com excepção dos

²⁴ Ver António Martins da Silva, «Portugal e a Unidade Europeia no pós-Guerra (1945-1948): reacções e tomadas de posição», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXII (1998), pp. 449-487; *idem*, «No início da Cooperação Europeia do pós-guerra: o Pacto de Bruxelas e as reacções em Portugal», *ibidem*, t. XXXIII (1999), pp. 737-788; *idem*, «A criação do Conselho da Europa, a unidade europeia e o posicionamento português», in *Revista de História das Ideias*, Vol. 22 (2001), pp. 553-602.

²⁵ Salazar «Portugal no Pacto do Atlântico», *Discursos*, Vol. IV (1943-1950), Coimbra Editora, 1951.

comunistas, com posição própria afinada com a estratégia soviética –, partilham no essencial o mesmo ponto de vista. A ideia europeia, os ecos sobre a união política, a possibilidade de uma integração portuguesa nas Comunidades não têm em Portugal, no período a que nos reportamos, uma expressão significativa. Reacções desfavoráveis ao posicionamento que Salazar manifestou por diversas vezes, a partir sobretudo de 1953, sobre a hipótese de uma federação europeia – que considera irrealizável e incompatível com a sensibilidade do povo português, cuja «feição é atlântica» –, ou sobre o futuro da integração comunitária – que rejeita igualmente e duvida da sua eficácia –, não as encontramos na imprensa periódica nem noutros escritos de que tenhamos conhecimento.

Ao contrário do pós-primeira guerra, Portugal está, neste pós-segunda, de costas viradas para a Europa, embora a ela nos liguem valores espirituais, dela nos cheguem ressonâncias culturais e dela nos interessem vantagens económicas que, no quadro de uma cooperação cautelosa e limitada, se pudessem colher de um relacionamento comercial. Foi no quadro das potenciais vantagens desta cooperação económica que Salazar aceitou em última instância que Portugal usufruísse, depois de uma recusa inicial, dos benefícios do Plano Marshall, integrasse relutantemente a OECE e conseguisse tornar-se membro de pleno direito na EFTA – organização da qual obteve, tendo em conta o atraso estrutural da economia portuguesa, um tratamento especial, com os mesmos direitos dos outros membros e menos obrigações do que eles.

A posição oficial sobre a adesão à EFTA foi no sentido de a considerar como o mal menor ou, por exclusão de partes, como a escolha mais razoável e possível dentre as duas opções que se colocavam na altura – O Mercado Comum ou a EFTA. Apesar deste novo passo na direcção da Europa não ter suscitado entusiasmos visíveis nas elites do governo, a verdade é que um tal compromisso salvaguardava os princípios defendidos pelo regime e reduzia, momentaneamente pelo menos, os riscos de isolamento internacional numa época em que as críticas à gestão salazarista e à sua política ultramarina redobravam de vigor. Nas palavras que proferiu, aquando do almoço que ofereceu aos participantes da reunião ministerial da EFTA, que teve lugar em Lisboa em 20 de Maio de 1960, Salazar não se coibiu de insistir nesses princípios e na forma como situava Portugal na Europa:

«Nós somos dentre os Estados europeus o mais afastado do centro de gravidade política e económica da Europa. A quem nos examina no mapa, o país pode até dar a impressão de querer separar-se da terra firme e de tentar lançar-se pelos oceanos fora. [...]. Podemos considerar-nos, pelo maior peso de territórios e populações noutros continentes, quase uma nação extra-europeia»²⁶.

De um modo geral os analistas consideraram, como sendo de grande importância para Portugal e como benéfica para a economia portuguesa, esta entrada do país no espaço europeu de comércio livre. Registou-se um aumento significativo das nossas exportações para a Europa ocidental, modernizaram-se estruturas económicas, e deu-se, por esta via, um passo importante na longa caminhada terrestre de Portugal para a Europa.

Nem mesmo com o afastamento político de Salazar esta atitude mental em relação ao destino europeu mudou significativamente. Houve brechas, sem dúvida, mesmo dentro do próprio regime; e chegou-se a acreditar num tempo de viragem. Manifestaram-se vozes, desde então, de alguns diplomatas e tecnocratas sobretudo, que consideravam desejável a integração de Portugal na Europa comunitária; e deputados houve que defenderam acaloradamente, no Parlamento, «a vocação europeia de Portugal» e a necessidade de se procurar essencialmente na velha Europa os recursos que o país necessitava para conseguir a prosperidade económica e recuperar prestígio político, indispensáveis para continuar a subsistir como individualidade nacional. Há uma maior consciência social para a necessidade de uma opção europeia, estimulada pelo convencimento da perda iminente dos territórios ultramarinos e pela atracção exercida pelo dinamismo económico do Mercado Comum; e verifica-se mais vontade política para reforçar os laços com a Europa comunitária – no caso do novo chefe do governo (Marcelo Caetano) menos por convicção do que pela necessidade imposta pelo enfra-

²⁶ *Idem*, «No almoço oferecido aos participantes na reunião ministerial da EFTA», 20/5/1960, *Discursos*, Vol. VI (1959-1966), Coimbra Editora, 1967.

quecimento da EFTA, resultante da integração do Reino Unido na CEE. Foi nesse contexto que o governo português negociou um acordo comercial, aprovado em 22 de Julho de 1972, para entrar em vigor no início do ano seguinte; mais não seria possível, em virtude da natureza não democrática do regime vigente em Portugal, embora os negociadores portugueses tivessem ambicionado uma forma mais profunda de ligação às comunidades através de um acordo de associação.

Contudo, o debate interno sobre a aproximação de Portugal à Europa não ultrapassou o quadro de declarações bem intencionadas mais ou menos europeístas e de uma actuação efectiva de reforço das relações económicas portuguesas com o Mercado Comum. O futuro ou a problemática da união da Europa, o impasse em que se encontrava a integração europeia e a necessidade de reformas institucionais não tinham eco aqui. Mas lá fora também não, o tema não suscitava entusiasmos. A Europa de 1973 enquistava-se numa estagnação sombria e num marasmo que a descredibilizava internacionalmente.

Da Revolução dos Cravos até ao presente (1974-2003): a caminho e no caminho da Europa

A partir de 1974, uma nova geração de políticos europeus, com maior sentido de Europa, iria entrar em cena: primeiro, Giscard d'Estaing e Helmut Schmidt; depois, nos anos 80, a dupla François Mitterrand e Helmut Kohl. De 1985 a 1994 a Comissão Europeia será presidida por um convicto europeísta e um hábil negociador: Jacques Delors. A comunidade conhecerá então o maior relançamento desde a sua criação: alarga-se para doze e empreende profundas reformas em 1985-86, com o Acto Único, e em 1992-93, com o Tratado de Maastricht, pondo de novo na ordem do dia a questão da união política da Europa e a problemática federalista; mais recentemente, alarga-se para quinze e reforma com pequenos retoques, primeiro em Amesterdão e depois em Nice, o Tratado da União Europeia. Estas alterações – que suscitaram, no âmbito das conferências intergovernamentais que as precederam, um vivo debate entre soberanistas e federalistas – materializaram um compromisso entre defensores da cooperação intergovernamental e partidários de uma maior integração europeia.

1. Por aqui, em 1974, imediatamente antes e após a revolução, muitos se interrogam sobre o destino de Portugal, numa altura em que era já visível ou se estava perante o fim do império colonial português. Portugal, entendem alguns, terá que escolher entre a Europa e o Atlântico. Se optar pela Europa perderá de novo a sua independência porque, num espaço económico comum e, presumivelmente, num futuro político unido, Portugal diluir-se-á no grande espaço ibérico, cuja capital económica, e a prazo também política, será seguramente Madrid – de que resultaria uma situação *contra natura*, anti-histórica e anti-nacional. «Assim, perante a encruzilhada, a Europa ou o Atlântico, pronunciamo-nos pelo Atlântico» (escreve Barradas de Carvalho) – condição *sine qua non* para que Portugal reencontre a sua individualidade, «*volte a ser ele próprio*», e protagonize, indispensavelmente, a criação alternativa de uma ampla comunidade lusófona²⁷.

Se nem todos partilham desta posição, há muitos que entendem que Portugal se encontra numa encruzilhada, que está em vias de fechar um longo ciclo da sua história; a necessidade de *repensar Portugal* torna-se uma preocupação para muitos pensadores após o período revolucionário do 25 de Abril – é o caso de autores como Joel Serrão (1976), Victor de Sá (1977), Manuel Antunes (1977), Eduardo Lourenço (1978), entre outros. Se, culturalmente, a atracção à Europa é, por esse tempo e desde longa data, um dado adquirido, a integração europeia não é um destino preferencial para a maior parte dos analistas portugueses, com excepção de alguns políticos, tecnocratas e diplomatas.

Todavia, a percepção que os portugueses foram tomando em relação às vantagens e desvantagens duma estreita relação com a Europa e com a possibilidade da integração vai assumindo cambiantes diferenciadas à medida que os anos passam, entre 1974 e 1986. A análise de mais de meia centena de publicações periódicas (revistas), de temática cultural, histórica, política, económica, social, jurídica, filosófica, estratégica..., permitindo

²⁷ Joaquim Barradas de Carvalho, *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

abranger a reflexão de um leque diversificado de sensibilidades e de interesses, permitiu-nos chegar a algumas conclusões que resumimos aqui numa muito breve síntese.

Num primeiro tempo, no entusiasmo e no braseiro da revolução, são muito poucos aqueles que ousam apontar um destino claro e objectivo para Portugal. «Repensar o Estado», confrontar-se «consigo mesmo e com os outros» é o caminho certo para que o país encontre «as fórmulas que melhor lhe convenham» e lhe garantam a dignidade da «sua própria existência política» (Manuel Antunes)²⁸. Pensar Portugal, assumirmos responsabilidades colectivamente, sem bodes expiatórios, é a preocupação de António José Saraiva²⁹. Evidenciar a nossa singularidade, a do «ser português», as suas contradições e os seus mitos, a sua pequenez e a sua grandeza, a sua «cegueira» e sua vontade, «que nos permitiu ser quem realisticamente parecia pouco provável que viéssemos a ser», prefigura-se como ponto de partida de uma profunda e profícua reflexão sobre o destino português, empreendida por Eduardo Lourenço³⁰. Repensar Portugal na senda de um projecto de futuro viável – depois de nos «descondicionarmos até aos recessos mais íntimos da nossa personalidade colectiva» –, é o desafio lançado também por Joel Serrão, que propõe «uma reformulação política do país, em termos de liberdade e de justiça», uma «alteração das estruturas sócio-económicas, em termos de um projecto socialista», e «das estruturas culturais-mentais da gente portuguesa, em termos de um projecto nacional de educação»³¹.

2. Findo o processo revolucionário e institucionalizado o regime democrático-constitucional, a preocupação pelo futuro de Portugal passa a ganhar contornos e objectivos mais definidos. A Europa ou o Mercado Comum

²⁸ Manuel Antunes, «Repensar o Estado», in *Brotéria*, Vol. 98, n.º 5/6, 1974.

²⁹ António José Saraiva, *Crítério*, n.º 1, Novembro 1975.

³⁰ Eduardo Lourenço, «Retrato (póstumo) do nosso Colonialismo Inocente», *ibidem*, n.º 2, 1975, e n.º 3, 1976.

³¹ Joel Serrão, «Repensar Portugal», *Nação e Defesa*, n.º 0, 1976.

surge como destino possível para alguns, com mais ou com menos dúvidas, mas, de qualquer modo, sem excluir outras possibilidades de relacionamento internacional. Para Medeiros Ferreira «Portugal terá de entrar nas instituições europeias, quer políticas quer económicas, seja por motivos próprios seja pela força centrípeta dos factores da criação desse espaço europeu e euro-africano», mas não deverá esquecer nem subestimar a diversificação das suas relações extra-europeias, nomeadamente com os Estados Unidos e, de uma forma singular, com o Brasil³². No mesmo sentido geral pronunciavam-se outros intervenientes e protagonistas da construção do presente e da perspectivação do futuro de Portugal, no espectro político democrático, que procuram evidenciar os benefícios políticos, económicos e sociais que este país periférico poderá colher numa rápida aproximação à Europa e na sua integração na Comunidade, e, reciprocamente, as vantagens que esta poderá usufruir, tirando partido da posição atlântica de Portugal, da sua condição de ponte entre a Europa e África, da sua vocação universalista e facilidade de diálogo com outros povos e outras culturas: «teremos a possibilidade de trazer como contribuição activa a esta Europa aberta ao mundo exterior a nossa vocação e aptidão para o diálogo, sobretudo com os numerosos países africanos de expressão portuguesa que fazem parte actualmente da Comunidade das Nações» – escreve Mário Soares no Verão de 1978³³. Poucos, muito poucos, se preocupam também com a Europa do futuro, com o aprofundamento comunitário: «sem o aprofundamento [continua aquele político], as Comunidades, desprovidas de sentido e de futuro seriam apenas uma cruel decepção para os seus povos e também para os povos dos países candidatos que depositaram as mais altas esperanças num futuro que eles querem compartilhar»³⁴. Mas há quem ouse ir mais longe e defenda a necessidade imperativa de um projecto mobilizador europeu, que relance

³² José Medeiros Ferreira, *Nação e Defesa*, n.º 1, 1976.

³³ Mário Soares, *Política Externa*, n.º 1, 1978.

³⁴ *Idem*, «Portugal e a Comunidade Europeia: é o alargamento incompatível com o aprofundamento?», *ibid.*

a Comunidade para uma reforma institucional, reforçando o «poder europeu supranacional», que retomaria «o ideal de uma Europa unificada» e alargada, e forneceria «o projecto mobilizador de que Portugal precisa», participando «activamente na construção da Europa»³⁵.

Mas se houve quem, no período pós-revolucionário, se preocupasse com o aprofundamento das Comunidades Europeias, a maior parte dos que se pronunciavam favoravelmente sobre a Europa, em particular no espectro político-partidário democrático (do centro direita e esquerda), pensam sobretudo no alargamento, vêem a opção pela integração europeia como a saída possível e desejável para que Portugal encontre o lugar que lhe cabe no concerto internacional e supere a «desorientação» em que se encontra. Muitos têm dúvidas das reais vantagens que dessa inserção poderão reverter para o país; alguns sugerem alternativas diversificadas; outros, a extrema direita, os comunistas e os esquerdistas, nas suas variantes, rejeitam liminarmente – mas por motivos diferentes – a viragem de Portugal no sentido da Europa, perspectivada a partir de 1976 com o primeiro governo constitucional.

Foi, com efeito, este governo, chefiado por Mário Soares, que tomou a iniciativa política da opção europeia. Apresentada às Comunidades Europeias em 1977, iniciou-se, desde então, um processo negocial que se arrastará até 1985, vindo Portugal a tornar-se membro efectivo a partir de 1 de Janeiro de 1986. Mas a população em geral mantinha-se alheada do problema. Em finais de 1981, com o processo negocial em curso, e com a adesão esperada para 1983, a maior parte dos portugueses (62%), segundo a sondagem realizada pelo *Eurobarómetro*, não tinha opinião sobre a adesão de Portugal; o número dos que a consideravam positiva equivalia ao dos que se opunham ou manifestavam muitas dúvidas (19%). Dois anos depois, na primavera de 1983, nova sondagem revelava valores mais favoráveis; mesmo assim, quase metade dos portugueses (48%) não tinha opinião formada sobre a adesão de Portugal, e só um pouco mais de um quarto (28%)

³⁵ Francisco Sarsfield Cabral, *Nação e Defesa*, n.º 4, 1978.

considerava-a positiva. Eram os órgãos de soberania, a classe política democrática em geral, alguns sectores empresariais e sócio-profissionais que mais manifestavam a sua determinação em fazer avançar o processo de adesão. Contudo, muito pouco se investia, por parte do poder político ou da sociedade civil, num efectivo esclarecimento à população sobre as consequências calculadas e previsíveis (as vantagens, os inconvenientes e os riscos) da projectada adesão de Portugal à CEE.

No ano de 1981 o ministro alemão federal dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, protagonizou sucessivas iniciativas para alterar os tratados comunitários com vista à realização da União Europeia. Numa sondagem realizada pela CEE em Portugal, no final do ano de 1981, à pergunta «Está a favor ou contra os esforços em curso para a unificação da Europa Ocidental?», os resultados, publicados pelo *Eurobarómetro*, são reveladores: perto de dois terços dos inquiridos (67%) não responderam (isto é, não sabiam, não tinham opinião), mais de um quarto (29%) mostrou-se favorável e uma minoria (4%) discordou³⁶. Ou seja, quer a perspectiva da adesão quer as propostas de reforma comunitária são problemas que não interessaram à esmagadora maioria dos portugueses.

Mesmo depois de concluído o processo negocial, a adesão de Portugal à CEE não parece ter suscitado grandes entusiasmos, não só no povo em geral como também nos meios culturais portugueses; para muitos intelectuais esta entrada abrupta na Europa continental não se coadunava com a condição atlântica e a vocação universalizante do povo português, suscitando por isso dúvidas e reservas. A título de exemplo registamos aqui uma passagem do *Diário* de Miguel Torga, escrito em 28 de Março de 1985:

«Parece que sempre vamos entrar no Mercado Comum [...]. Chegou, infelizmente, o momento de enfrentarmos os corifeus da civilização a que pertencemos e a que demos nos bons tempos uma contribuição específica que a planetarizou. E não teremos outro remédio senão utilizar os mesmos métodos e práticas que eles usam [...]. Oxalá que, forçados

³⁶ *Diário de Notícias*, 25/12/81.

a mudar de comportamento, o façamos conscientemente e apenas como enriquecimento do que fomos e somos, sem perda de nenhuma das virtudes que nos caracterizam»³⁷.

Nos anos subsequentes, após o período da adesão, persiste esta geral indiferença perante o destino da Europa comunitária e as reformas que nela se propunham e concretizavam. Num levantamento a que procedemos sobre artigos em publicações periódicas portuguesas onde fosse verosímil poderem aparecer estudos sobre assuntos comunitários, os resultados obtidos são concludentes: num total de 105 revistas pesquisadas, para o período de 1980 a 1995, foram detectados perto de um milhar de artigos sobre Portugal e a Europa; mas apenas meia dúzia de títulos se referiram à questão da ideia de Europa, da unidade política, da federação europeia, ou seja, do passado, do presente ou do futuro da arquitectura europeia; e todos se inscrevem no período do debate do Tratado de Maastricht (1991-92). A quase totalidade dos artigos incide sobre aspectos técnicos ou sectoriais das políticas comunitárias. O mesmo se poderá dizer para as publicações editoriais (livros) cujo levantamento se fez para um período mais vasto, que vai até ao final da década de 90: menos de duas dezenas abordam o problema da natureza institucional e do futuro da Europa (unidade europeia, federação, federalismo, união política, etc.). O discurso europeu, na perspectiva de um relançamento comunitário, era quase inexistente.

3. Mas o panorama tende timidamente a mudar. Nos últimos anos têm aparecido algumas publicações³⁸ e têm-se realizado diversos colóquios onde a relação de Portugal com a Europa parece interessar um número crescente

³⁷ Miguel Torga, *Diário*, XIV.

³⁸ Registamos entre outras, Aurélio Crespo, *O federalismo, um modelo para a Europa?*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1998; João Carlos Espada, *O desafio europeu, passado, presente e futuro*, Principia, 1999; Paulo Sande, *O sistema político da união europeia*, Cascais, Principia, 2000.

de estudiosos, dentro e fora das instituições académicas³⁹. A partir do debate em torno da revisão do tratado de Maastricht, no quadro da CIG 96, registou-se em Portugal um sensível interesse, de que resultou a publicação de alguns trabalhos contendo contributos sectoriais e propostas mais amplas sobre a reforma das instituições e das políticas comunitárias. Algumas revistas destacam-se, no panorama editorial português, pela preocupação sistemática e pela qualidade que têm mantido na análise da problemática europeia, nomeadamente sobre a reforma institucional e a natureza do sistema comunitário, sobre o presente e o futuro da União⁴⁰.

O debate político em Portugal no quadro da CIG 2000 não foi fértil nem ousado, apesar de propostas honestas aparecidas na altura. A Europa encontrava-se, então, numa encruzilhada perante um novo alargamento de grande amplitude e teria que tomar medidas de fundo, obrigando a repensar a sua arquitectura institucional. Diversos contributos foram aparecendo. A proposta de uma federação dos Estados europeus apresentada em Berlim, em Maio de 2000, pelo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, trouxe o assunto, também em Portugal, para as primeiras páginas dos jornais e dos noticiários. O jornal *Público* e o semanário *Expresso* lançaram um inquérito, a propósito daquelas declarações, sobre o federalismo europeu, a várias personalidades políticas e empresariais portuguesas. «Portugal na Europa: *quo vadis*» era o título com que o primeiro dos periódicos

³⁹ Citem-se, a título de exemplo, os colóquios do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: *A Europa: reflexões a partir da história* (27 de Outubro de 1994), *O Fim da II Guerra Mundial e os novos rumos da Europa* (4 a 6 de Maio de 1995), *A construção da Europa: problemas, pensadores e políticos* (9 e 10 de Maio de 1996) e *O federalismo europeu, história, política e utopia* (18 e 19 de Maio de 2000); cite-se, como outro exemplo bem conseguido, o Colóquio “Portugal e a Construção Europeia”, realizado na Universidade de Coimbra nos dias 23 e 24 de Novembro de 2001, cujos textos das comunicações apresentadas foram reunidos na obra *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra, Nova Almedina, 2003.

⁴⁰ É o caso, entre outras, das revistas *Finisterra*, *Revista de Reflexão e Crítica* (dir. de Eduardo Lourenço), *Estratégia* e *O Mundo em Português*, estas duas últimas publicadas pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.

cos referidos dava conta das respostas obtidas. Relativamente às questões enunciadas – «concorda que é necessário avançar para uma federação de Estados?», «Sim ou não ao federalismo?»⁴¹ – as opiniões dos inquiridos manifestaram-se maioritariamente de forma afirmativa, mas, nalguns casos, com condições tão restritivas que contradiziam o próprio conceito de federalismo; um número menor, mas ainda assim significativo, associado à direita mais conservadora, pronunciou-se pela rejeição absoluta de qualquer esquema de união política europeia. Não se tratava, por conseguinte, de uma amostra que revelasse o sentir geral dos portugueses. Nada sabemos da elite intelectual do país; a inexistência de posições que se tivessem expressado publicamente leva-nos a sugerir que a problemática do federalismo lhe era indiferente.

No presente, no pós-Nice, o futuro da Europa não regista ainda, no rectângulo nacional, contributos abundantes para fazer sair a União Europeia das dificuldades em que se encontra. Ao nível do poder político os contributos são escassos: se ao nível presidencial (do actual e do anterior Presidente da República, Sampaio e Soares) as propostas são imaginativas e equilibradas, já as declarações governamentais são tímidas e conservadoras; os debates parlamentares sobre a matéria manifestaram, por enquanto, pouco entusiasmo e poucas ideias; os partidos continuam sobre o assunto emudecidos ou cautelosos; instituições e organizações vão despertando com algumas iniciativas; a sociedade civil, com poucas excepções, continua alheada do problema. Mas, desde a entrada em funcionamento da Convenção Europeia, o debate animou-se: diversas iniciativas institucionais, na área do poder e nos meios académicos, fizeram a sua aparição; algumas publicações periódicas e jornais diversos, com destaque para o diário *Público*, têm divulgado e tomado posição sobre o que, no âmbito do *futurum* da Europa, se vai produzindo aquém e além fronteiras.

⁴¹ *Público*, 28/5/2000; *Expresso*, 27/5/2000.

O funcionamento da CIG 2003, para dar destino ao Projecto de Tratado Constitucional da responsabilidade do organismo presidido por Giscard d'Estaing, mobilizou mais participantes e mais entusiastas. As intervenções críticas e contributivas para a Europa do futuro apresentaram-se prometedoras: se não tanto ao nível dos órgãos políticos e dos aparelhos partidários, que permaneceram relativamente discretos sobre a matéria, indiscutivelmente pelo menos nalguma imprensa e em instituições académicas, em determinadas áreas do conhecimento e da intervenção cultural e política – nos quais o passado e o futuro da Europa interessa cada vez maior número de interlocutores. Os colóquios que sobre o assunto se têm realizado nos últimos anos, a produção de artigos e a publicação de obras sobre a estrutura institucional da União Europeia e as perspectivas no futuro, o desenvolvimento da investigação sobre a relação de Portugal com a Europa, a ideia de unidade e o projecto da integração, a criação de disciplinas obrigatórias e de seminários, cursos de licenciatura e de mestrado sobre estudos europeus e a estimulante procura e manifesto interesse que suscitam parecem-nos, desde já, ser um indicador positivo de uma mudança de sensibilidade que os portugueses começam a manifestar em relação a um espaço cujos interesses partilham e para cujo aprofundamento pretendem dar também o seu contributo. Contudo, a maioria da população portuguesa continua à margem do processo em curso sobre a reforma da União Europeia; e os principais líderes e responsáveis políticos e partidários, no espaço do poder e da oposição, pouco se têm preocupado para inverter esta situação: «Neste momento crucial da construção europeia, Portugal está um pouco à deriva sem que a opinião pública portuguesa, e mesmo talvez responsáveis dos partidos, tenham a consciência exacta do que se joga em Bruxelas e Estrasburgo»⁴².

⁴² Mário Soares, in *Visão*, 02/10/2003.

Em jeito de conclusão: a Europa do futuro e o futuro de Portugal

Ao longo destes dois séculos a aproximação de Portugal à Europa não se fez de ânimo leve. O processo, como vimos, evoluiu de forma flutuante, com avanços e recuos. Foi a partir de meados do século de oitocentos que se ambicionou, através do federalismo ibérico, constituir uma união peninsular como etapa ou como conjunto regional de uma unidade mais vasta, a federação europeia e/ou latina. Mas é no século XX, no pós-primeira guerra, que, através do Movimento da Pan-Europa e da iniciativa institucional do Plano Briand na Sociedade das Nações, se esboçam os contornos e a forma de uma ideia de unidade europeia contemporânea, que ganhará corpo e movimento após a segunda guerra. Portugal participou nesse processo nos anos 20 do século passado, quer ao nível da opinião pública, quer em meios intelectuais e académicos, quer no plano diplomático. Mas a irrupção do fascismo e, no plano doméstico, do salazarismo impediu que estas generosas e ousadas iniciativas pudessem amadurecer e frutificar. O nacionalismo fascista europeu terminou com a vitória das democracias em 1945, mas o regime atlantista e colonial de Salazar, não; e enquanto a Europa ocidental prosseguia na sua caminhada para a unidade, Portugal distanciava-se numa modorra isolacionista e de miragem imperial que deixaria profundas marcas na consciência e na sensibilidade nacionais. A participação de Portugal nas organizações económicas do pós-guerra (OECE, EFTA, OCDE) – pela persistência e clarividência de alguns, é certo, mas por força das coisas também –, apesar das inegáveis consequências desenvolvimentistas e dos seus reflexos sociais e culturais, não foi suficiente para mudar mentalidades nem mitos que um regime autoritário de quase meio século soube explorar e intensificar. As utopias e as fantasmagorias do passado, as que nos eram próprias, da nossa periférica condição marítima e visionária, e as que eram de outros, de matriz igualitária e burocrática, confluíram aqui, retardatárias, no biénio revolucionário de 74-75, numa espécie de estertor final. Não surpreende que, naquele conturbado período, a indiferença e as desconfianças em relação à Espanha, aqui ao lado, e à Europa, mais além, capitalista e arrogante, persistissem arreigadas. Mas, volvida esta fase de vertigem revolucionária, a realidade nua e crua da nossa condição doméstica – desgastada por uma conjuntura complexa e alucinante e expurgada inexoravel-

mente e num ápice da ficção do Império multirracial, do Minho a Timor, e sem nada nem ninguém, agora, em que se apoiar – impôs-se à evidência de muitos.

A Europa, pois!... Sem convicção para a maior parte, mas com forte determinação para os sucessivos governos constitucionais, que, para além dos argumentos de circunstância, viram na opção europeia a possibilidade de consolidar o frágil edifício democrático e de encontrar meios de financiamento que permitissem ao país sobreviver na caótica situação económica em que se prostrava. Esvaído o sonho da utopia revolucionária, o estado moral da nação não estava em condições favoráveis para abraçar uma causa que lhe era relativamente estranha, distante, demasiado material, de difícil abordagem, de riscos dificilmente suportáveis pela nossa pacata condição periférica, de métodos e de imposições constrangedoras e pouco compatíveis com a nossa alma aventureira e sonhadora. Mas não havia alternativas, como tragicamente se demonstrou nos anos subsequentes, se incredulidades pudessem ainda subsistir: nem África, que se envolveu em guerras fratricidas que a destroçaram até à exaustão; nem Terceiro Mundo, cuja expectativa de incipiente identidade política, económica e geostratégica se malogrou também; nem espaço de economia planificada onde o designado socialismo real se desmoronou como um castelo de cartas; nem, evidentemente, como se chegou a sugerir, Estados Unidos da América, que só tinha para nos oferecer um colete de segurança enquanto isso conviesse aos seus interesses de superpotência com a ambição de guarda do Mundo.

Passados vinte anos de integração comunitária, o rosto deste país mudou, o sentimento e as expectativas em relação à Europa, também –, para melhor; mas permanecem medos e mitos ancestrais, complexos e atavismos de longa duração, debilidades estruturais e incapacidades multisseculares, descrenças e pessimismos cíclicos. Os reflexos sociais e mentais da herança do passado e da crise do presente não são, com efeito, animadores para o orgulho nacional. Os portugueses – de acordo com os indicadores estatísticos comunitários já acima referidos – são, entre os europeus, os mais pessimistas em relação ao presente e ao futuro próximo; os que menos acreditam na democracia do seu país ou nas suas instituições nacionais, em particular no governo e na justiça; dos menos informados sobre o alargamento a Leste e dos mais convencidos que este pode prejudicá-los, mas dos que (por estranha genero-

sidade!) mais consideram que este devia realizar-se (aos dez novos candidatos, agora membros, e a outros futuros). Os portugueses são, entre os europeus, dos que mais confiam nas instituições comunitárias, em particular na Comissão, dos que mais apoiam a pertença à Comunidade e consideram que a Europa é “uma coisa boa” e que dela colheram benefícios, dos que menos se opõem à aprovação da Constituição europeia, dos que mais entendem que a Europa deverá desempenhar um papel mais importante nos próximos cinco anos (67%; UE15 = 44%) e desejam maior velocidade no ritmo da construção europeia (5,8 numa escala de 1, menos, a 10, mais; UE15 = 4,8); mas, paradoxalmente, os portugueses são os menos informados sobre a UE, os que menos sabem sobre o seu funcionamento, os que menos intenção têm de nela participar enquanto cidadãos, nomeadamente nas eleições para o PE, os que menos conhecem sobre o projecto de tratado constitucional europeu, os que menos se interessam pela Europa do futuro. Que futuro, pois, para Portugal e para a Europa?

A defesa da união política da Europa continua a ter expressões tímidas em Portugal. Sendo um Estado unitário multissecular, sem uma vontade nem experiência efectiva de regionalização – salvo, de forma limitada, nos dois casos insulares (Açores e Madeira) –, a ideia federal aparece frequentemente confundida com a perda da identidade, ou associada ao medo, hoje como no passado, de absorção asfixiante por parte de uma Espanha em crescente expansão e protagonismo, ou ao risco de subordinação a potências europeias cujo egoísmo e vontade de hegemonia parecem ocasionalmente manifestar-se com poucos escrúpulos. Contudo, sendo Portugal um pequeno país, com desvantagens agravadas pela sua situação periférica, são cada vez mais audíveis as vozes dos que pensam que é no quadro do reforço crescente da coesão económica e social e da unidade política europeias que se poderá encontrar a alternativa confortável e tranquilizadora para assegurar a identidade de cada uma das unidades comunitárias e a igualdade de todas no conjunto. Paralelamente, a possibilidade alternativa e tendencial de um Directório, protagonizado no âmbito do Conselho, que reforçaria o poder das grandes potências em detrimento dos pequenos Estados e das instituições supranacionais, não deixa de ser penosamente sentida e unanimemente rejeitada pelos portugueses.

Esse medo e essa falta de confiança poderão favorecer o reaparecimento revivalista da opção atlântica, com contornos ideológicos e nacionalistas, que se tem manifestado ocasionalmente. Muitos portugueses despertam hoje para a necessidade de Portugal retomar, com mais empenhada continuidade e firmeza, uma política marítima consequente e um relacionamento internacional de vertente atlântica, nomeadamente com os países de expressão oficial lusófona. Mas essa vontade e actuação, legítimas e desejáveis, consentâneas com a história multissecular de um povo confinado ao recanto ocidental da Europa – «onde a terra se acaba e o mar começa» –, não podem, não poderão mais ser utilizadas em detrimento das realizações e expectativas dos povos europeus cujo destino comum Portugal doravante partilha; pelo contrário, terão aquelas que conjugar-se com estas, numa crescente compreensão e solidariedade recíprocas.

É, com efeito, na simbiose entre o mar e terra, superando os fantasmas conflituais do passado, é na projecção Além-Mar (para construir uma solidária comunidade de paz e de progresso, especialmente com os povos que outrora colonizou), é na partilha da ambição e do esforço de edificação de uma Europa unida, pacífica, solidária e generosa (exemplo e farol de esperança para os povos de outros continentes) –, que Portugal poderá elevar a sua auto-estima (dentro do país e na diáspora), *descomplexar-se e cumprir-se*. Mas, para o efeito, precisa de ultrapassar o mesquinho entendimento utilitarista que tem feito da Europa do presente –, da qual parece interessar-lhe apenas a manutenção e, se possível, o reforço dos fundos estruturais (qual ouro brasileiro dos tempos modernos para perpetuar a sua enquistada mediocridade); e de libertar-se com urgência da tacanha visão que tem da Europa do futuro, da indiferença ou da ausência dela, da instintiva rejeição do projecto comunitário quando, conjunturalmente, surgem dificuldades ou se impõem normas constrangedoras, como sejam as decorrentes do cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, ou ainda de um certo pessimismo catastrofista e lúgubre que, a propósito de um qualquer impasse da União, como a não aprovação referendária em dois Estados do projecto de tratado constitucional, há quem logo se apresse a anunciar o toque de finados dessa irracional utopia da Europa unida.

A “crise” da Europa do presente não é uma manifestação da senilidade ou da agonia do projecto comunitário, como alguns proclamam; é uma

crise de liderança, traduzida numa deriva intergovernamental, agastada por mesquinhos interesses nacionais, que não tem em conta o sentir dos respectivos cidadãos, em particular, e persiste em ignorar a vontade dos europeus, em geral. É também, e acima de tudo, a manifestação da insustentabilidade, numa Europa amplamente alargada, do equilíbrio entre a soberania dos Estados e a integração comunitária conseguido, em boa hora, em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992, que as subseqüentes reformas do Tratado da União Europeia não souberam ou não quiseram aprofundar ou ultrapassar: a timidez de Amesterdão 1996, a incapacidade de Nice 2000 e o fracasso ou o destino incerto do projecto de Tratado Constitucional europeu revelaram o esgotamento dessa estratégia de ponderabilidade e a tendência para o reforço dos poderes do Conselho, comumente designada por “deriva” intergovernamental.

Para sair do impasse a alternativa parece configurar-se: ou a intensificação do reforço do poder das maiores potências em detrimento dos pequenos Estados e das instituições comunitárias supranacionais, subvertendo os princípios de Maastricht e o espírito fundador da unificação europeia, ou o salto em frente rumo à união política através de um aparelho institucional que preserve condignamente as identidades nacionais e salvguarde a representatividade democrática.

Aspiração longínqua, debate antigo, combate secular, o desafio pacífico do passado continua a ser a grande aposta da velha Europa do presente. Sob pena de naufragar ou ficar presa das suas próprias incapacidades, a Europa nova do futuro tem de empenhar-se solidariamente com coragem e determinação no reforço da via federal – ou, se o termo incomoda, do método comunitário ou do processo de integração –, sem pretensões hegemónicas no seu seio, assente no princípio da subsidiariedade e no respeito da diversidade dos povos que a compõem. Parece, pois, ser esta a solução que convêm a Portugal e aos pequenos e médios países; de contrário, o lugar que lhe(s) cabe na Europa do futuro parece claramente desenhado: a subalternização crescente no quadro de uma Europa de Estados a reboque de um directório com ou sem legitimidade institucional.

Se, assim, pela via da unificação progressivamente renovada e reforçada, se dissolverem, ao longo do percurso, os Estados do passado, redimir-se-ão certamente as pátrias do futuro...

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

Breves notas de um percurso académico

Margarida Sobral Neto

Universidade de Coimbra

O CHSC acaba de perder um dos seus membros mais prestigiados o Professor Luís Manuel da Rocha Ferrand de Almeida que faleceu no dia 30 de Maio de 2006. No momento em que se completa uma vida e uma profícua carreira de docente e de investigador, cumpre-nos apresentar umas breves e muito incompletas notas sobre o perfil académico e científico do nosso saudoso colega.

Licenciado em Direito e em Histórico-Filosóficas foi contratado como 2.º assistente do 4.º grupo (Ciências Históricas) em 1957, iniciando a actividade docente em Novembro deste ano. Desde esta data até 1992, ano em que se jubilou, leccionou diversas cadeiras: História Medieval, Teoria da História, História Geral da Civilização, História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa (depois História da Expansão Portuguesa), História da Geografia, História do Brasil, História de Portugal (sécs. XVIII-XX) e História Moderna. Assegurou ainda seminários da licenciatura em História (“Fontes e problemas da história rural portuguesa na época moderna” e “História rural portuguesa no século XVIII”) e do mestrado em História Moderna (“Formação territorial do Brasil nos séculos XVII e XVIII” e “História rural portuguesa no século XVIII”).

Através da preparação, sempre muito cuidada e meticulosa, das diversas matérias leccionadas abriu, ou consolidou, vários horizontes de pesquisa bibliográfica e documental. Por sua vez, a actividade docente iria constituir-se como um momento privilegiado de transmissão de um conhecimento alicerçado num domínio invejável, e sempre muito actualizado, da bibliografia portuguesa e estrangeira bem como nos resultados da sua própria investigação.

O Professor Luís Ferrand de Almeida escolheu como tema para a tese de licenciatura *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*¹. A preparação deste estudo levou-o ao Arquivo de Simancas e a bibliotecas do Rio de Janeiro, nomeadamente à Biblioteca Nacional e à Mapoteca do Itamarati, bem como a diversos arquivos portugueses. Na dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, em 1957, com a qual obteve o prémio “João de Barros”, apresentou os primeiros frutos do desbravamento de campos que se haviam de se revelar muito férteis constituindo-se como núcleos centrais da sua investigação, a saber, os estudos de História do Brasil e os de História Diplomática.

A tese de licenciatura foi apresentada como o primeiro volume de uma obra que esperava completar com um segundo dedicado à problemática da Diplomacia Portuguesa no século XVIII. Considerando, porém, que na dissertação de licenciatura tinha privilegiado temas diplomáticos, não descuidando, mas não podendo aprofundar, “aspectos sociais, económicos e administrativos da Colónia do Sacramento e das relações dos Portugueses com a região platina” decidiu dedicar a sua tese de doutoramento ao estudo destes assuntos, não deixando, porém, de os enquadrar no “contexto político europeu e americano” e na conjuntura da Guerra da Sucessão de Espanha. O retomar na tese de doutoramento do espaço geográfico e da cronologia da dissertação de licenciatura compreende-se à luz da sua concepção de História que exprime servindo-se das palavras de Braudel (personalidade

¹ Vol. I, Coimbra, 1957. Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, XII + 586 pp.

que considerava “um dos maiores historiadores dos nossos dias”): “Tout est lié – eh bien tout est lié (...) dans l’histoire terriblement complexe du monde. (...). Les faits se soudent entre eux, travers le temps comme à travers l’espace; sans fin, historiens, nous avons à faire le tour complet de l’ horizon)².”

Na dissertação de doutoramento, *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha* (Coimbra, 1973), analisa de forma circunstanciada “os motivos económicos e políticos” a que obedeceu a fundação da Colónia, num tempo em que Portugal procurava solução para “a crise comercial luso-brasileira” iniciada no terceiro quartel do século XVII. Segundo Luís Ferrand de Almeida a presença portuguesa nos limites meridionais do Brasil, junto ao rio da Prata, tinha como objectivo recuperar os fluxos da prata do Peru, metal que era ao tempo de vital importância para o comércio com a China e a Índia, destacando, como preocupação secundária, a aspiração dos portugueses de “dominar o comércio dos couros platinos”, considerados os melhores da América. Às motivações económicas associavam-se as de natureza política que se consubstanciavam na convicção de que, “graças ao meridiano de Tordesilhas”, pertenciam a Portugal, e não à Espanha, as terras que, no Sul do Brasil, “se alongavam até ao Prata”.

As pretensões portuguesas referentes à consolidação do domínio numa zona de primordial importância para a economia europeia, devido aos seus cobizados recursos naturais, explicam o envolvimento de Portugal na questão da Sucessão de Espanha e na guerra que se lhe seguiu. O livro *A Colónia do Sacramento* reveste-se assim de particular importância para o conhecimento da História de Portugal e do Brasil, mas também para a compreensão da História da Europa. Com efeito, na introdução desta obra a que o autor deu o título de “Sucessão de Espanha, Equilíbrio Europeu e Comércio Americano”, clarificam-se as orientações políticas das grandes potências europeias (Espanha, França, Inglaterra e Holanda), na viragem do século XVII para o XVIII, analisando-se com detalhe, e em perspectiva histórica,

² Citando Fernand Braudel, “En marge ou au coeur de l’histoire?”, in *Annales* (E.S.C.), ano IV, 1949, n.º 3, p. 312.

o princípio do equilíbrio europeu, ou da *balança dos poderes*, estruturante da conduta política do tempo.

A presença portuguesa na região platina e o domínio sobre a Colónia do Sacramento constituíram-se no século XVIII, como já havia acontecido na centúria anterior, em motivo de frequentes divergências entre Portugal e a Espanha dirimidas em conflitos bélicos e em negociações diplomáticas. Um deles, o tratado de Madrid, em que teve papel preponderante Alexandre de Gusmão, foi objecto de análise no livro *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*³. A relevância geopolítica bem como o interesse económico da Colónia do Sacramento são tratados em muitos outros estudos de análise ou de síntese⁴.

A profunda reflexão e esclarecimento das questões da definição dos limites meridionais do Brasil levaram Luís Ferrand de Almeida a consagrar-se como um historiador desta colónia portuguesa. Por sua vez, a análise da intensa actividade negocial tecida em torno deste problema revelou as suas excepcionais capacidades no âmbito da História diplomática. Infelizmente

³ Coimbra, INIC, 1990, 67 pp.

⁴ “Vespúcio e o descobrimento do Rio da Prata”. Coimbra, 1955. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XI, Vol. I, 49 pp.; “A data da morte de Salvador Correia de Sá”. Coimbra, 1961. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. VIII, 8 pp.; “Colónia do Sacramento”, in *Dicionário de História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão, Vol. III, Lisboa, 1968, pp. 708-714; “A perda da Colónia do Sacramento em 1680 (Uma carta de D. Manuel Lobo)”. Coimbra, 1970. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XI, Vol. II, 9 pp.; “A colónia do Sacramento nos princípios do século XVIII (Uma fonte importante para o seu estudo)”. Coimbra, 1978. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XVI, 11 pp.; “Origens da Colónia do Sacramento. O Regimento de D. Manuel Lobo (1678)”. Coimbra, 1982. Sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIX, 32 pp.; “Casais e lavradores na Colónia do Sacramento (1680-1705)”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, Coimbra, 1995, pp. 11-36. “Portugal, o Brasil e o comércio do Rio da Prata (1640-1680)”, in *IV Congresso das Academias de História Ibero-Americanas. Actas, Academia Portuguesa da História*, Vol. II, Lisboa, 1996, pp. 383-392, e na *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, Vol. I, Coimbra, 1999, pp. 283-294; “Colónia do Sacramento”, in *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, coordenação de Maria Beatriz Nizza da Silva, Ed. Verbo, Lisboa, 1994, colunas 180-183.

nunca teve oportunidade de concluir o prometido segundo volume relativo à Diplomacia Portuguesa da Época Moderna. Escreveu, entretanto, muitos textos em que analisa, com detalhe, aspectos das relações diplomáticas de Portugal com outros países europeus, destacando-se o seu particular gosto pelo estudo do relacionamento entre o nosso país e a Polónia⁵.

No mundo da diplomacia da primeira metade do século XVIII avulta como figura maior D. Luís da Cunha. Sobre a acção deste diplomata elaborou vários trabalhos, tendo-se interessado de forma particular pelo problema da autenticidade do *Testamento Político*, o célebre texto em que o notável embaixador português sugeriu ao Príncipe D. José o nome de Sebastião de Carvalho e Mello como pessoa adequada ao exercício do cargo da Secretario de Estado do Reino, revelando na análise desta questão a finura e o rigor da crítica documental, mas também um profundo conhecimento da vida, do pensamento e dos escritos do “famoso Mestre da política Dom Luiz da Cunha”, o que lhe permite rebater, com argúcia, argumentos contrários à autenticidade da obra⁶.

⁵ “Missões diplomáticas portuguesas em Viena de Áustria nos fins do século XVII”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Centro de História da Sociedade e da Cultura, n.º 1, Coimbra, 2001, pp. 13-60. Novamente publicado (sem o apêndice documental), em texto português e tradução alemã, em Ludwig Scheidl e José A. Palma Caetano (coord.), “Relações entre Portugal e a Áustria. Testemunhos históricos e culturais”. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002, pp. 137-177; “As Cortes de 1679-1680 e o auxílio à Polónia para a guerra contra os Turcos”. Coimbra, 1951. Sep. de *Biblos*, Vol. XXVII, 63 pp.; “O Príncipe João Casimiro da Polónia e os antecedentes da Restauração de Portugal (1638-1640)”. Coimbra, 1963. Sep. de *O Instituto*, Vol. 124, 47 pp.; “Portugal e a Polónia na segunda metade do século XVII”. Coimbra, 1987 (1989). Sep. de *Biblos*, Vol. LXIII, 19 pp. Também sep. de *A Diplomacia na História de Portugal (Actas do Colóquio)*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1990, pp. 105-124, 22 pp.; “Portugal e a Polónia”, in “Imagem da Polónia”, *Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro*, Lisboa, 1992, pp. 9-16.

⁶ “Memórias e outros escritos de D. Luís da Cunha”. Coimbra, 1961. Sep. do *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano VII, n.º 25-26, 13 pp.; “A autenticidade do *Testamento Político* de D. Luís da Cunha”. Lisboa, 1968. Sep. dos *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, Vol. 17, 34 pp.; “Uma suposta embaixada de D. Luís da Cunha em Paris (1701-1704)”. Braga, 1987. Sep. de *Bracara Augusta*, Vol. XXXIX, fasc. 86-87, 6 pp.

Luís Ferrand de Almeida escolheu como objecto de estudo a Época Moderna, reportando-se a maioria das suas publicações ao período cronológico que vai da Restauração ao reinado de D. José, tendo-se consagrado como um profundo conhecedor da fase final do reinado de D. Pedro II e do governo de D. João V. Com efeito, o facto de não ter escrito uma obra sobre a história portuguesa relativa ao período que vai da restauração ao pombalismo deve-se, apenas, a circunstâncias da sua vida, pessoal e profissional, e, sobretudo, às suas concepções (muito exigentes) da escrita histórica. Deixou-nos, porém, um conjunto de estudos “dispersos” de cuja leitura decorre a representação desta época nas suas diversas expressões.

A vida económica, tanto nos seus aspectos estruturais como conjunturais, está presente em estudos como: “O engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V”⁷; “Um construtor naval inglês em Portugal (1721-1723)”⁸; “Um construtor naval francês em Portugal e Espanha (1718-1721)”⁹; “Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII”¹⁰; “A fábrica de vidros da Marinha Grande em 1774”¹¹; “Problemas do comércio luso-espanhol nos meados do século XVIII. Um parecer de Sebastião José de Carvalho e Melo sobre um projecto de tratado de comércio com a Espanha”¹²; “A fábrica das sedas de Lisboa no tempo de D. João V”¹³ e “Sobre a introdução e a difusão do milho mais em Portugal”¹⁴. Como decorre dos títulos destes artigos o autor contemplou a maioria das áreas da história económica, evidenciando um particular interesse (e competência) pelo estudo

⁷ Coimbra, 1962. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. X, 58 pp.

⁸ Coimbra, 1962. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. X, 13 pp.

⁹ Coimbra, 1964. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. VI, 23 pp.

¹⁰ Coimbra, 1976. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XV, 143 pp.

¹¹ Coimbra, 1981. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XVIII, 23 pp.

¹² Lisboa, 1982. Sep. da *Revista de História Económica e Social*, n.º 8, 37 pp.

¹³ Coimbra, 1990. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XXV, 48 pp.

¹⁴ *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, pp. 145-167.

das técnicas em articulação com os “problemas económicos” e com as “preocupações técnico-científicas”.

Os programas de História de Portugal que este docente universitário leccionou contemplavam sempre uma parte dedicada às estruturas e grupos sociais, matéria abordada com cuidado rigor conceptual, demorando-se na apresentação da complexa organização do terceiro estado. Todavia, nunca ousou publicar uma obra de história social, encontrando-se, no entanto, nos seus textos várias referências de capital importância para o conhecimento da sociedade de Antigo Regime.

A problemática dos movimentos sociais constituía-se, porém, como um dos seus objectos de particular interesse historiográfico, tendo-lhe dedicada dois artigos (“Motins populares no tempo de D. João V. Breves notas e alguns documentos”¹⁵ e “Os motins de Abrantes e Viseu (1708 e 1710)”¹⁶) em que apresenta diversas “formas populares de protesto e contestação”, rural e urbana, a que atribui um carácter “conservador” por se oporem às inovações “constituídas por novos impostos régios, taxas camarárias e prestações senhoriais” ou pelo seu agravamento¹⁷.

As políticas régias e as relações de poderes que se organizavam em torno das cortes régias, sobretudo das de D. Pedro II, D. João V e D. José, eram um assunto bem familiar a Luís Ferrand de Almeida, como evidenciam os seus textos sobre história diplomática. Na área da história política e das instituições escreveu dois artigos sobre cortes dos finais do século XVII¹⁸ e um excelente texto sobre o “Absolutismo de D. João V” em que reflecte sobre os métodos e meios da governação joanina num tempo caracterizado pela “pluralidade de poderes” (“poder municipal, poder senhorial, mas tam-

¹⁵ Coimbra, 1984. Sep. da *Revista de História das Ideias*, Vol. 6, 23 pp.

¹⁶ Coimbra, 1987. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XXII, 12 pp.

¹⁷ “Motins populares no tempo de D. João V. Breves notas e alguns documentos” in *Páginas Dispersas*. Coimbra: IHES/FLUC, 1995, 148.

¹⁸ “Cortes de Lisboa em 1677?”. Coimbra, 1969. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XII, 10 pp.

bém poder eclesiástico”). Na parte final deste artigo, apresentado em sessão da Academia Portuguesa de História de 25 de Outubro de 1989, diz ter-se limitado a “sugerir caminhos de estudo”, renunciando a tirar conclusões ao mesmo tempo que adverte para o facto de: “que todos estes temas, e em especial os poderes periféricos e as atitudes ou movimentos de oposição estão a exigir mais vastas e profundas investigações”. Efectivamente o historiador só arriscava emitir conclusões bem fundamentadas em bibliografia credível ou em documentos, muitos dos quais publicava nos seus artigos.

Luís Ferrand de Almeida caracterizou o reinado de D. João V “como um período de renovação cultural” decorrente da expansão dos ideais iluministas e da criação de uma “nova mentalidade”. Estas apreciações foram escritas no estudo intitulado “D. João V e a Biblioteca Real” em que são analisados alguns aspectos da proveniência, conteúdos e organização da livraria joanina: constituída por “muitos milhares de volumes que abrangiam vastos domínios do pensamento e do saber, desde a Teologia e a Filosofia, passando pela História, o Direito canónico e civil, a Filologia (englobando certamente a Literatura) e a Medicina, até às Ciências e às Técnicas, nela se podiam ver incunábulo, edições raras, numerosos manuscritos, atlas e magníficas colecções de estampas”¹⁹.

Para o artigo em apreço escolheu como epígrafe a frase de A. De Saint-Exupéry “... cette odeur de vieille bibliothèque qui vaut tous les parfums du monde”, sentimento aplicável a D. João V, rei culto e amante de livros (que gostava de ler e de *ouvir ler*) com o qual se identificaria igualmente Luís Ferrand de Almeida, também ele um homem muito culto, com interesses bibliográficos muito diversificados, um grande apreciador de livros e de bibliotecas.

¹⁹ In *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1995, p. 218.

“Febre amarela em Lisboa: a epidemia de 1723” foi um dos últimos textos que escreveu, quando já lhe iam faltando as forças físicas, mas não as notáveis capacidades intelectuais que manteve até ao fim dos seus dias. Ousamos dizer que neste longo artigo de 74 páginas Luís Ferrand de Almeida completa *le tour complet de l’horizon* de que falava Braudel. Com efeito, através de uma narrativa em que o rigor histórico se alia a um fino recorte literário somos conduzidos numa viagem no tempo a observar a forma como a capital viveu uma epidemia que, apesar de moderada (terá ceifado 2,5 a 2,6% da população), causou um profundo abalo na cidade, registado em várias fontes escritas, desde a Gazeta de Lisboa à correspondência diplomática, passando pelos sermões e pelos panegíricos, entre outros testemunhos que só um profundo conhecedor da época de D. João V podia conhecer e saber cruzar.

Da febre amarela ficamos a conhecer a “provável origem”, os sintomas da doença, as medidas sanitárias de ataque, os médicos, os diagnósticos e a terapêutica, num texto em que a História dialoga com várias ciências e de forma especial com a Medicina. Por sua vez, a cidade de Lisboa é-nos revelada na sua organização urbana, nos quantitativos demográficos, nas suas diferenciações sociais e representações mentais. São-nos transmitidas ainda informações sobre a forma como os vários poderes da cidade reagiram à doença e providenciaram a cura dos corpos e a salvação das almas. Quanto ao monarca, refere-se ter estado sempre atento e vigilante recusando-se a abandonar a cidade, atitude aproveitada pela literatura panegírica do tempo para “celebrar a coragem, a serenidade e o amor paternal do Rei pelo seu povo”²⁰.

A obra do Doutor Ferrand de Almeida não se esgota na bibliografia publicada. Ela ficou repartida pelo incansável trabalho de direcção da *Revista*

²⁰ In *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1995, p. 86.

Portuguesa de História, a menina dos seus olhos, pela colaboração, nunca regateada, em iniciativas do Instituto de História Económica e Social e do Centro de História da Sociedade e da Cultura, na generosa transmissão do seu saber a alunos, orientandos, colegas...

O mérito do seu percurso académico atesta-se no acolhimento que lhe foi dispensado por prestigiadas instituições académicas, nomeadamente o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, a Academia Portuguesa da História, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a Academia de Marinha e o Polish Institute of Arts and Sciences in America.

“L’histoire est un combat de l’esprit, une aventure et, comme toutes les équipées humaines, ne connaît jamais que des succès partiels, tout relatifs, hors de proportion avec l’ambition initiale; [...] l’homme en revient avec un sentiment aigu de ses limites, de sa faiblesse, de son humilité” (Henri-I. Marrou, *De La Connaissance Historique*, Paris, 1954, p. 56). Este texto escolhido por Luís Ferrand de Almeida como epígrafe da sua tese de doutoramento, exprime uma ideia que gostava de transmitir aos seus alunos e colegas mais novos, dando-lhes conta, por um lado, da complexidade do processo de construção do conhecimento histórico e, por outro, do carácter sempre provisório das “verdades” atingidas. A mensagem contida no texto de Marrou parece, no entanto, não se aplicar a muitas das “páginas dispersas” (título que quis atribuir a uma colectânea de artigos) que escreveu. Com efeito, frequentes vezes o leitor dos seus estudos fica com a sensação de ter saboreado páginas perfeitas.

Bernardo de Sá Nogueira, *Portugaliae Tabelionum Instrumenta. Documentação Notarial Portuguesa*, Vol. I, 1214-1234, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

Bernardo de Sá Nogueira é autor de algumas dezenas de trabalhos, reportando-se muitos deles a temáticas de incidência paleográfica e diplomática e a edição de fontes. Tema forte da sua investigação é o tabelionato, em que apresentou dissertação de mestrado – sobre o tabelião de Lisboa Lourenço Eanes (1301-1332)¹ – e de doutoramento – génese e implantação do tabelionato e do instrumento público em Portugal² – para além de ter escrito outros trabalhos de menor âmbito. No panorama da nossa historiografia os seus estudos sobre esta matéria tornaram-se uma referência.

Dá agora à estampa a obra *Portugaliae Tabelionum Instrumenta. Documentação Notarial Portuguesa*, Vol. I, 1214-1234, com transcrição dos documentos, introdução, notas e índices da sua autoria, trabalho que reputo de grande valia.

Todos saberão, pelos trabalhos que realizei e os que saíram com a minha orientação, como sou partidária da publicação de fontes, um verdadeiro serviço público que todos aqueles que o fazem prestam à comunidade científica. E, devo dizê-lo, estamos mesmo muito atrasados nesta matéria, desde logo até em relação aos nossos colegas espanhóis, porque fomos (eu direi alguns foram) contaminados por uma falsa modernidade ou pós-modernidade dos estudos em História, que considerava tal labor de pouco apreço, se não mesmo de má fama. Por isso nos atrasámos na publicação de documentação tão rica e tão imprescindível como as chancelarias régias e as cortes, a par de muita outra proveniente de chancelarias monásticas, catedralícias, cole-

¹ Bernardo Sá Nogueira, *Lourenço Eanes: tabelião de Lisboa (1301-1332)*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1988 (policopiada).

² Bernardo Sá Nogueira, *Tabelionato e instrumento público em Portugal. Génese e implantação (1212-1279)*, 3 Vols., Lisboa, Faculdade de Letras, 1996 (policopiada).

giais ou municipais. Creio que hoje está ultrapassado o tabu, mas não recuperado o significativo atraso. Assim, cada passo dado nesse sentido, é sempre de acarinhar, como este que começa a empreender Bernardo de Sá Nogueira. Porque se estamos perante o primeiro volume, outros se lhe vão seguir, pelo menos até 1279, esperando nós que possamos mesmo ir mais além.

Mas esta publicação é ainda mais singular dado que se propõe divulgar documentação tabeliônica. É mais comum encontrarmos publicações de documentação régia, monástica ou proveniente do clero secular. É certo que por dentro dela, sobretudo da eclesiástica, muitos documentos produzidos, sobretudo a partir do reinado de Afonso III, são essencialmente escritos por tabeliães.

Mas esta publicação pretende criar especificamente um *corpus* de documentação tabeliônica, o que considero da maior importância. Eu própria tenho em vista, como muitos sabem, contribuir para este acervo com a publicação do livro de notas do tabelião de Lamego Antão Dias que, em colaboração com Anísio Saraiva, se encontra já todo transcrito, faltando ultimar a sua revisão.

Bernardo de Sá Nogueira publica então um *corpus* de 241 documentos escritos por tabeliães que se alongam no tempo de 1214 a 1234. Como introdução à sua transcrição temos uma breve nota que explica o sentido deste labor e depois algumas observações preliminares que salientam as linhas fortes deste núcleo. Mas a obra completa-se com um índice cronológico da documentação, porque as transcrições documentais surgem por circunscrições jurisdicionais dos tabeliães, e dois outros utilíssimos índices, antroponímico e toponímico. São estes, auxiliares preciosos para quem pretenda utilizar na investigação este *corpus* documental, que assim dele pode colher rápida informação sobre um qualquer indivíduo que tenha em estudo, a par de profissões e estratos sociais de homens em religião ou seculares, ou ainda sobre alguma terra, região, instituição eclesiástica, circunscrição administrativa e até mesmo anotações de topografia urbana. Se em qualquer estudo os índices são fundamentais, numa edição de fontes, mais do que em nenhum outro, eles prestam um relevante serviço aos estudiosos.

Abrange a publicação os instrumentos escritos por tabeliães públicos, ou por escrevães às suas ordens, “enquanto magistrado de jurisdição voluntária pertencentes à administração civil, *stricto sensu*”, como escreve o autor,

não estando incluídos actos dos notários públicos das cúrias episcopais – que o autor admite poder vir a considerar no futuro, em núcleo individualizado – nem tão pouco de escrivães de funcionários públicos.

Trata-se da documentação respeitante ao período do primeiro tabelionato, designação do autor, que iniciando-se em 1214 vai durar até 1223, para então desaparecer e vir a recuperar-se apenas no reinado de D. Afonso III. No entanto, o tabelionato permanece sem rupturas em Braga, onde o arcebispo, como senhor temporal da cidade, nomeia para ela tabeliães, e por isso Bernardo de Sá Nogueira inclui a sua produção de 1224 até 1234 neste período.

Ao todo dá conta do labor de 26 tabeliães e 22 escrivães ou vice-tabeliães que para eles trabalharam. Também neste particular temos um apêndice de grande interesse. Trata-se da prosopografia deste universo de tabeliães e vice-tabeliães, que esclarece a sua intitulação, jurisdição, datas limites da sua actividade, documentação, sinal, registo, língua e algumas observações. A ciência diplomática fica agora mais rica com esta sistematização dos homens que dão fé pública aos actos escritos em Portugal, nos inícios de Duzentos. E recreamo-nos mesmo ao apreciar os seus sinais e tipo de escrita – e até teria sido desejável apresentar a reprodução de alguns instrumentos tabeliônicos para que o exercício pudesse ser mais completo – para além de conhecermos o alcance da sua jurisdição e o exercício prático das suas funções.

Sabemos então que os tabeliães mais importantes foram Paio Pais de Braga, Martim Martins de Guimarães, Pedro Peres de Coimbra, Estêvão de Viseu e Pedro Rol de Lisboa. Destaque ainda, neste conjunto, para Paio Pais e Martim Martins, que concretizaram uma sábia integração das tradições escriturais altomedievais, nas sanções, róboras e testemunhas, com as práticas do tabelionato moderno. E como caso verdadeiramente excepcional cite-se Pedro Rol, tabelião de Lisboa, que poderia figurar numa antologia da documentação notarial europeia. Os três documentos que por si mesmo escreve – os demais devem-se a três escrivães que trabalharam às suas ordens – são notáveis, em particular o compromisso de 1217, em que o bispo e cabido de Lisboa, de uma parte, e o prior e convento de S. Vicente de Fora, da outra, se comprometem a acatar a sentença a ser dada pelos três juízes

árbitros, D. Soeiro, bispo de Évora, Mestre Vicente, deão de Lisboa e Fernando Peres, outrora chantre de Lisboa. Toda a moderna teoria do notariado e do instrumento público notarial se encontra definida no escatocolo deste instrumento.

A documentação tabeliônica distribui-se geograficamente por várias cidades, vilas, terras e outras circuncrições administrativas (ao todo dezassete), estando à cabeça e a larga distância Braga, com 113 instrumentos, vindo depois Guimarães com 39, Coimbra com 38 e Viseu com 15.

Finalmente gostaria de salientar quanto este trabalho é importante para o estudo das tipologias documentais, ainda tão atrasado entre nós e da maior importância. É tema que, como se sabe, muito me interessa e tenho trabalhado para épocas posteriores, e sempre incentivo os meus orientandos a dar-lhe atenção. Se neste *corpus* cerca de 70% dos actos são vendas, a restante é bem variada englobando 23 tipos documentais simples ou mistos, o que é muito significativo. Continuam a ter um peso considerável os actos que se referem a transacções de bens – doações entre vivos ou *mortis causa* e permutas – mas também à exploração dos mesmos, que começa a ficar codificada pela escrita, entre nove contratos perpétuos e hereditários e onze contratos em vidas. E depois encontramos exemplares, entre outros, de empréstimos, remissão de dívidas, quitações e renúncias, sentenças, pactos, composições ou testamentos.

Tomamos plena consciência de que a escrita invade o quotidiano dos homens. Ela dá fé a todos os seus actos, ela guarda a memória do negócio para servir de prova no futuro. Grandes e pequenos não podem dela prescindir. Mas porque não sabem escever, nem poderiam fidelizar os escritos, recorrem aos tabeliães públicos, especialistas da escrita e dessa fé pública. O seu papel, se bem que se apague pontualmente, renascerá em meados da centúria de Duzentos para não mais desaparecer. O seu protagonismo e actividade avolumam-se nos séculos seguintes, de marcada economia mercantil e urbana, a clamar do escrito o sinal das suas transacções, do seu deve e haver, do movimento creditício do seu capital, como não menos dos seus actos mais privados de dotes, arras, testamentos ou inventários. E o tabelião em todos eles estará presente, conhecendo o meio que o rodeia e as pessoas que nele vivem, no seu público ou mais íntimo quotidiano. Ganhando

mesmo alguns deles, a par de muita arte e manha, uma significativa riqueza e um assinalável prestígio social³.

Maria Helena da Cruz Coelho

Gavin Menzies, 1421 – O Ano em que a China Descobriu o Mundo; Título original: *1421 – The Year China Discovered the World* (2002); Tradução: Maria Eduarda Colares; Edição: Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004. 446 pp.

No início do século XV, nenhuma civilização conhecia mais de um terço da parte sólida da Terra. O horizonte da Europa Ocidental cobria tão-só, e em grande parte através de espessa neblina, 30% da superfície dos continentes e apenas uns 5% da dos mares. O conhecimento geográfico do mundo chinês, bem como o do muçulmano, era ainda mais restrito. Nenhum dos povos da África Negra terá conhecido mais de um quinto do seu continente, ou seja, uns 5% da parte sólida do nosso planeta e praticamente nada dos mares. Nenhuma das mais avançadas culturas do continente americano (aztecas, maias, incas, aráucas, caraíbas, chibchás) conheciam mais de 1% das terras emersas e quase nada dos mares. As duas mais vastas redes de trocas comerciais e culturais, o Mediterrâneo e o mundo indo-chinês, abarcariam uns 3 milhões de quilómetros quadrados (a superfície da Terra é de 500 milhões).

³ Este contorno social, económico e laboral dos tabeliães, nas centúrias de Trezentos e Quatrocentos, apresentamos já nós no artigo “Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e sócio-económico”, in *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 93-137.

Tomando a expressão de Pierre Chaunu, estamos perante «mundos fechados, compartimentados, encravados». Os continentes estavam isolados pela inavegabilidade dos oceanos. Os descobrimentos marítimos, as conquistas e a consequente expansão europeia dos séculos XV e XVI foram, sem dúvida, o motor do desencravamento planetário. No desenvolvimento desse processo, é justo salientar o pioneirismo e o protagonismo dos portugueses, a partir de 1415, seguidos de outros povos europeus. Com efeito, coube aos portugueses de Quatrocentos e de Quinhentos criar ou aperfeiçoar a tecnologia náutica (a caravela, o astrolábio náutico, o quadrante náutico, a balestilha, o cálculo da latitude, a estimativa da longitude, a navegação astronómica, a cartografia) que possibilitou a devassa dos grandes oceanos, tornando irreversível o processo do descobrimento do Mundo.

É certo que duas expansões marítimas precederam a expansão europeia, desencadeada por Portugal: a dos normandos e a dos chineses. Mas nenhuma delas conduziu ao conhecimento do Mundo. Ambas foram interrompidas. Ao contrário dos Descobrimentos Portugueses, foram processos reversíveis. Vejamos, em síntese, cada uma delas.

Os normandos, mais concretamente os viquingues, entre os séculos VIII e X, foram protagonistas da primeira expansão marítima europeia, no Atlântico Norte, tendo descoberto e colonizado a Islândia (874), onde, em 930, os colonos criaram o primeiro parlamento do mundo (Althing). Em 982, Erik, o Ruivo, chegou ao sul da Gronelândia com um grupo de companheiros que aí fundaram uma colónia viquingue. Daí terão atingido o continente norte-americano, na costa atlântica do actual Canadá, mas, depois das expedições de Eric, as navegações viquingues para as margens do Atlântico Ocidental foram interrompidas, restando apenas dessa expansão a colonização da Islândia.

Entre 1405 e 1433, o almirante chinês Zheng He, com o patrocínio do imperador Zhu Di, realizou sete viagens (as três primeiras no Pacífico asiático e as quatro últimas no Índico), tendo atingido a Índia, o Golfo Pérsico, a Península Arábica, o Mar Vermelho, a costa oriental da África até Mombaça, podendo mesmo ter tocado na ilha de Madagáscar. O historiador chinês Jiang Yi Hua pensa que, numa dessas viagens, uma parte da sua frota terá dobrado o Cabo da Boa Esperança, tocando na costa sudoeste da África. Porém, se esses marinheiros chineses entraram no Atlântico, não regres-

saram ao Índico nem à China (se foram, não voltaram, não deram notícia), pois a *Carta Náutica de Zheng He* que «é das mais antigas que se conhecem» e «ocupa um lugar de realce» na evolução da cartografia da China, não regista qualquer topónimo da África atlântica, segundo nos informa o investigador chinês Niu Zhong Xun.

A frota de Zheng He terá sido composta por mais de 200 navios e cerca de 27.000 homens. O seu objectivo era impressionar os povos do Índico com o poderio naval chinês e torná-los tributários do imperador da China. Por que motivos tais navegações não tiveram continuidade?

Na opinião dos dois investigadores chineses já referidos, Jiang Yi Hua e Niu Zhong Xun, as razões assentam em factores de ordem económica, tributária e de política interna. Para suportar os avultados custos financeiros destas viagens, o segundo soberano da dinastia Ming, o imperador Zhu Di, teve de agravar fortemente os impostos sobre os seus súbditos. A prosperidade da China no tempo do seu antecessor contrastou com as gravíssimas dificuldades económicas que o país passou a sentir, atribuídas a um comércio externo ruinoso e ao enorme agravamento da carga tributária, particularmente sobre os agricultores, pelo que os mandarins manifestaram a sua discordância relativamente à política expansionista de Zhu Di. Após a morte deste, os seus sucessores puseram de parte o processo de abertura ao mundo exterior, conduzindo de novo a China à sua tradicional política de um país fechado sobre si.

O que até aqui se disse é uma sùmula do saber que, a nível internacional, a Historiografia dos Descobrimentos consagrou, de forma séria e fundamentada. Nas últimas décadas, em diversos “foruns” científicos realizados em todo o Mundo, muitos investigadores se debruçaram sobre a apaixonante temática das Descobertas Marítimas. Concretamente, nos dias 3, 4 e 5 de Novembro de 1987, foi realizado em Macau um Seminário sobre “*Ciência Náutica e Técnicas de Navegação nos Séculos XV e XVI*”, com a participação de dez especialistas (cinco portugueses e cinco chineses): por parte de Portugal, o Almirante Rogério Geral de Oliveira, o Comandante Joaquim Soeiro de Brito, o Comandante António Estácio dos Reis, o Dr. Manuel Leitão e o Professor Luís de Albuquerque; por parte da China, os Professores Tien Ju Kang, Zheng Yi Jun, Wang Wen Chu, Jiang Yi Hua e Niu Zhong Xun. Aí se fez um balanço histórico sobre a náutica e as navegações portu-

guesas e chinesas. (*Actas do Seminário “Ciência Náutica e Técnicas de Navegação nos Séculos XV e XVI”*, Macau, Instituto Cultural de Macau – Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988).

Passemos à apreciação crítica do livro de Gavin Menzies, *1421 – O Ano em que a China Descobriu o Mundo*, um texto que pretende pôr em causa toda uma historiografia fundamentada e consolidada ao longo de séculos de investigações sérias e metodologicamente conduzidas por historiadores de todo o Mundo. Para melhor se compreender o texto, convirá sublinhar que o autor, oficial da Marinha Britânica na reserva, nasceu na China, em 1937, onde viveu os dois primeiros anos de vida. Segundo diz, percorreu os mares e visitou mais de 120 países e mais de 900 museus e bibliotecas.

Em nossa opinião, a validade histórica da obra cai pela base, por razões de método. Desde logo, o título, *1421 – O Ano em que a China Descobriu o Mundo*, aponta para a fragilidade metodológica e para o absurdo de uma construção pretensamente histórica. Como se fosse possível definir um ano para a descoberta do Mundo! É a primeira de uma intrincada rede de falácias e de fantasias com que o autor pretende fundamentar o texto. A cada passo, faz afirmações gratuitas e invoca provas que necessitam de ser provadas.

A sua tese, ou melhor, o seu estratagema é fazer crer que a China precedeu a Europa na descoberta do Mundo. Para tal, vai enleando uma cadeia de fantasias, procurando fundamentar cada fantasia com outra fantasia. Claro que, com esta metodologia, é possível dar asas à imaginação e qualquer um afirmar que os australopitecos descobriram o Mundo.

Por vezes, quase diríamos por regra, o autor constrói o seu discurso sem se situar concretamente no tempo histórico. Lemos páginas e páginas sem sabermos de que tempo está a falar, se do presente, se dum passado cuja cronologia não refere. Daí que confunda, ou pretenda confundir, o moderno com o antigo, o recente com o remoto, o mito com a realidade. Pior: distorce o próprio mito. Concretamente, toma as ilhas míticas assinaladas no mapa de Zuane Pizzigano (1424) e em outros mapas medievais (tidas como restos da mítica Atlântida desaparecida) como ilhas reais: Antília é Porto Rico; Satanazes é Guadalupe; Saya é Les Saintes (v.g. pp. 291 e seg.).

Tal metodologia interpretativa levou Gavin Menzies a ver os portugueses a chegar e a colonizar as Caraíbas (Porto Rico) antes de Colombo, em 1431, mas, claro, só dez anos depois dos chineses, e graças ao mapa chinês trazido

de Itália, em 1428, pelo infante D. Pedro, e *milagrosamente* desaparecido (p. 291). Mais: os navios lusos só foram bem sucedidos, porque «com as cartas chinesas a guiá-los, não havia ponto onde os capitães de mar portugueses não se aventurassem, a partir do momento que persuadissem os seus homens a segui-los; explorar os limites do mundo tinha-se tornado uma questão de tempo» (p. 302).

Certamente para impressionar o leitor com a imagem visual de um modelo cartográfico, o livro abre com um planisfério onde se desenham as rotas oceânicas das fabulosas “Armadas do Tesouro”, comandadas pelos almirantes chineses Hong Bao, Zhou Man, Zhou Wen e Yang Qing, os quais, entre 1421 e 1423, «guiados pelas estrelas» (cap. II, pp. 75-114), quais Reis Magos a caminho do Presépio de Belém, rasgaram os oceanos de lés a lés. Segundo o traçado das referidas rotas, os juncos chineses galgaram afoitamente o Pacífico, descobriram a Austrália, entraram no Índico, chegaram à Antártida, devassaram o Atlântico Sul e o Atlântico Norte, contornaram a Gronelândia e regressaram à China pelo Oceano Ártico, rompendo mares gelados e estilhaçando icebergues, como que submetendo à mais vil humilhação, de forma profética e premonitória, a altivez do «Titanic».

Apoiado na aura da antiga civilização chinesa, no peso da tradição, na referência a antigos mapas chineses que diz desaparecidos (faz-se a história sem provas, sem documentos, e argumenta-se que os mesmos desapareceram), na interpretação deturpada, treslada ou fantasiosa de mapas como os de Zuane Pizzigano (1424), Fra Mauro (1459), Cantino (1502), Martin Waldsemüller (1507), Piri Reis (1513), Jean Rotz (1542), põe os chineses a navegar por todos os mares e a fundar colónias em todo o Mundo.

Estranhamente, talvez (e por uma vez) por uma questão de pudor, não faz passar as «Armadas do Tesouro» pela Europa, nem nela funda colónias chinesas. Os limites da sua fantasia obrigaram-no a reconhecer que os chineses só nos nossos dias descobriram realmente a Europa.

Em boa verdade, os portugueses começaram a descobrir «mares nunca dantes navegados» em 1434, quando Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador, precisamente (pura coincidência?) no ano seguinte ao fim das navegações chinesas do almirante Zeng He (1405-1433). Durante um século, os portugueses e outros europeus rasgaram os oceanos, descobriram o Mundo e só encontraram chineses na China ou nas suas proximidades.

Para tentar provar o êxodo chinês, referencia animais, plantas e técnicas da China no Novo Mundo e vice-versa, mas não se situa no tempo, não esclarece quando, como, nem por quem estas trocas foram feitas. Classifica tais referências de «coincidências», «semelhanças evidentes», «paralelismos culturais» (pp. 169, 181-195). Basta um exemplo (caricato): chega à conclusão de que certo tipo de galinhas e galos existente nas Américas é procedente da China, porque cantam «quiquiriqui» (p. 188), ao contrário dos galináceos europeus que cantam cócórócó.

Procura camuflar as suas fantasias com a alusão a métodos científicos, como a evocação de testemunhos arqueológicos ou a aplicação de testes de ADN. Vejamos o método: aplica testes de ADN a populações do Novo Mundo, encontra ADN chinês, e esquece-se que, a partir do século XVI, depois dos oceanos abertos pelos portugueses e por outros europeus e, especialmente a partir do século XIX, após a abolição da escravatura, vagas de chineses e de outros orientais rumaram às Américas. E, mesmo que venha a aplicar testes de ADN no continente americano a cadáveres do século XV, não poderá esquecer-se que, segundo as mais aceites teses da historiografia moderna, o Novo Mundo foi povoado, em tempos remotos, por asiáticos que atravessaram o Estreito de Bering. Com eles, poderão ter ido as plantas e os galináceos que cantam «quiquiriqui». Não foram, contudo, os mamíferos do Velho Mundo, porque não conseguiram atravessar aquele Estreito. Estes serão levados nos navios europeus.

Claro que, para tentar conferir credibilidade ao seu discurso, vai entre-meando as suas fantasias com dados históricos da China (as sete viagens do almirante Zeng He ao Pacífico asiático e ao Índico), da Europa e de Portugal. No que toca ao nosso País, faz até um relato aceitável do processo das viagens marítimas dos portugueses, só possíveis, na sua opinião e como atrás se viu, porque o infante D. Pedro trouxe de Veneza para Portugal, em 1428, um mapa-mundi chinês (ou obtido por cópia de um chinês), o qual «há muito que se perdeu» (pp. 96-98).

Entre a extensa bibliografia que apresenta no final, evoca no seu texto o cronista português António Galvão e o seu *Tratado dos Descobrimentos* (1563), mas interpreta-o de forma manifestamente deturpada, para tentar credibilizar as fantasias da sua tese. Fará o mesmo com as restantes obras que enumera? Como sempre, confunde o mito com a realidade. Galvão, ao

invés, tem o cuidado de distinguir o que afirma como realidade histórica e o que escreve evocando o que «outros dizem» sem fundamento. Sabe des-trinçar o mito da realidade, coisa que Menzies não faz, como se pode constatar pela leitura atenta do livro em apreço.

O que é preocupante é que historiografias deste tipo, forjadas por preten-sos historiadores, tendam a fazer escola. O caso mais recente é o do advogado chinês Liu Gang, que foi notícia destacada no *Diário de Notícias*, de 19 de Janeiro de 2006. Coleccionador de mapas e de pinturas, Liu Gang comprou a um comerciante de Xangai, em 2001, por menos de 500 dólares, um mapa chinês, datado de 1763, mas afirma tratar-se de uma cópia desaparecida de um original de 1418 (ou será 1428?). Naturalmente, o advogado ficou radiante quando lhe chegou às mãos o livro objecto desta recensão, *1421 – O Ano em que a China Descobriu o Mundo*, de Gavin Menzies. Por seu lado, este não ficou menos radiante com a notícia da dita «cópia», tanto que passou a difundi-la para todo o Mundo no seu *sítio*. Cá está, uma vez mais. Com uma fantasia fundamenta-se outra fantasia. E vice-versa.

E assim se pretende fazer história!!!!...

José Manuel Azevedo e Silva

Balanço das Actividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura em 2003 e 2004

1. Actividades principais

As actividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura, nos anos de 2003 e 2004, centraram-se nos seguintes domínios: Investigação; Organização e participação em Congressos; Palestras, Cursos e Exposições; Orientações científicas; Apoio à docência de pós-graduação.

2. Áreas de investigação

O Projecto Geral de Investigação do Centro de História da Sociedade e da Cultura estruturou-se nestes dois últimos anos em dois projectos, a saber: *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os “Outros”*, coordenado pela Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, e *História da Região Centro de Portugal*, coordenado pelo Professor Doutor António de Oliveira.

3. Apreciação das actividades científicas por projectos

1. Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os “Outros”

O trabalho realizado pelos investigadores, nos anos de 2003 e 2004, visou dar corpo ao Projecto *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os “Outros”*. As análises das estruturas da sociedade, focalizadas sobre o desenvolvimento económico – rural ou urbano – ou sobre as hierarquias, elites sociais e formas de representação prosseguiram com o tratamento de novos temas e problemas e em sintonia com anteriores pesquisas de referência. As instituições e os homens que as sustentam, corporizadoras dos diver-

sos poderes, foram objecto de estudos pormenorizados, bem como as múltiplas vertentes culturais que diversificam o pensamento e conformam as mentalidades ficaram melhor conhecidas. Nos domínios considerados, os investigadores procuraram diversificar escalas de observação – mundial, nacional, regional e local –, as metodologias de abordagem, da macro à microhistória, combinando a transversalidade dos saberes com a comparatividade do “eu” e do “outro”, na busca do pleno conhecimento das identidades e alteridades de um passado humano, simultaneamente específico e comum.

A vitalidade deste Projecto demonstra-se com clareza pelo facto de, nos dois anos da sua execução, haver sido largamente ultrapassado o que estava programado, com a publicação de cerca de treze livros e um abundante número de capítulos de livros, bem como numerosos artigos em revistas internacionais e nacionais.

2. História da Região Centro de Portugal

A construção de uma base de dados já realizada que inclui estudos de índole histórica sobre a Região Centro de Portugal, publicados em revistas locais e regionais e, ainda, em revistas académicas e científicas, será colocada *on-line*, muito brevemente, em <http://www.chsc.uc.pt>. Assinale-se que muitos destes estudos têm anexadas preciosas fontes.

O segundo pilar deste sub-projecto é constituído pelos “Estudos Parcelares” realizados pelos investigadores do C.H.S.C., nos anos de 2003 e 2004, conforme o Quadro 1 sintetiza. Efectivamente, foram publicados quatro livros, vários capítulos de livros e diversos artigos em revistas internacionais e nacionais (muitos outros estão no prelo) sobre os principais domínios (territorialidade, sociogenética, economias, poderes, comunicações, manifestações culturais...) das comunidades humanas que, ao longo dos tempos, fizeram as suas vidas na Região Centro de Portugal.

Espera-se que as “Sínteses” que forem elaboradas confirmem ou não a formação de um “sentimento regional”, diferentes matizes locais, e singularidades de ordem institucional, cultural, económica e social aferidas a partir de uma perspectiva comparativa.

4. Produção do Centro

4.1. A produção científica do Centro, por projecto de investigação, durante o biênio 2003-2004, poderá ser resumida da seguinte maneira:

Quadro 1: Produção científica no biênio 2003-2004 – HRC

Publicações	Indicadores
Livros	4
Livros (apresentações e prefácios)	4
Livros (coordenação editorial)	1
Capítulos de livros	16
Artigos em publicações internacionais	15
Artigos em publicações nacionais	6
Comunicações (actas)	6
Colaboração em catálogos de exposições	1

Balanco das publicações: 4 livros publicados; 4 apresentação e prefácios; uma coordenação editorial; 16 capítulos de livros; 15 artigos em revistas internacionais; 6 artigos em revistas nacionais; 6 comunicações publicadas em actas; uma colaboração em catálogos de exposições.

No prelo ou entregues para publicação existem actualmente cerca 17 trabalhos.

Quadro 2: Produção científica no biénio 2003-2004 – SOPOC

Publicações	Indicadores
Livros	13
Livros (apresentações e prefácios)	7
Livros (coordenação editorial)	6
Livros (revisão científica)	1
Capítulos de livros	40
Artigos em publicações internacionais	32
Artigos em publicações nacionais	3
Comunicações (actas)	17
Colaboração em catálogos de exposições	7

Balanco das publicações: 13 livros publicados; 7 apresentações e prefácios de livros; 6 coordenações editoriais; uma revisão científica; 40 capítulos de livros; 32 artigos em revistas internacionais; 3 artigos em revistas nacionais; 17 comunicações em actas; 7 colaborações em catálogos de exposições.

No prelo ou entregues para publicação, verificamos actualmente a existência de 40 trabalhos.

4.2. Organização e/ou participação em congressos, palestras e cursos

A organização e participação em colóquios e programas, internacionais e nacionais, são, claramente, uma via de cooperação e divulgação do Centro de História da Sociedade e da Cultura no interior e exterior do nosso País e, neste sentido, vários foram os investigadores que, em diversas ocasiões, veicularam conhecimentos próprios, apresentando concepções e resultados cientificamente inovadores. Os quadros 2 e 3 especificam bem este tipo de actividades, revelando as diversas acções preconizadas pelos membros do Centro.

Quadro 3: Organização e/ou participação em congressos, palestras e cursos no biénio 2003-2004 – HRC

Organização e/ou participação em congressos, palestras e cursos	Indicadores
Em Portugal	27
No Estrangeiro	5

Quadro 4: Organização e/ou participação em congressos, palestras e cursos no biénio 2003-2004 – SOPOC

Organização e/ou participação em congressos, palestras e cursos	Indicadores
Em Portugal	118
No Estrangeiro	34

5. Investigação e Docência

Uma vez que todos os membros do Centro são docentes universitários, é com naturalidade que uma boa parte do seu labor nesta Unidade de Investigação e Desenvolvimento seja dedicado a avaliações internas e externas, assim como a participação em diversas provas académicas, sem esquecer a orientação de um número avultado de dissertações de Mestrado e Doutoramento, a saber: na soma dos dois projectos existem cerca de 47 orientações e co-orientações de Doutoramento e 39 co-orientações e orientações de Mestrado.

Prémio da Academia Portuguesa de História Professor Doutor Pedro Cunha e Serra

Pedro Cunha e Serra foi um notável filólogo, em particular nos domínios da toponímia e do arabismo. Foi devotado colaborador da Academia Portuguesa da História tendo feito parte, como vogal, do Conselho Académico durante vários anos. Após o seu falecimento, a viúva, Senhora D. Orlanda Cunha e Serra criou um prémio com o nome de Seu Marido, por um período de cinco anos, destinado a galardoar trabalhos que contribuam para o estudo da Língua Portuguesa.

Em 2005, em cerimónia solene realizada no dia 6 de Julho o prémio em apreço foi atribuído à obra *Assina quem sabe e lê quem pode. Leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da Casa da Rainha D. Catarina de Áustria (1526)*, com prefácio do Professor Carlos Sáez, da Universidade de Alcalá de Henares, editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra (cfr. recensão no n.º 4 desta Revista, pp. 282-283).

Prémio “A arte de Ler” 2005

Pela segunda vez, o Arquivo da Universidade de Coimbra, com os apoios da Centro de História da Sociedade e da Cultura, e do Instituto de Paleografia e Diplomática e o alto patrocínio da Delegação do Inatel-Centro, organizou, no âmbito da VII Semana da Mostra Cultural da Universidade de Coimbra, de 2005, um concurso de leitura e transcrição de documentos antigos, com o objectivo de “estimular a Paleografia de leitura entendida como a aptidão técnico-científica para ler, transcrever e compreender os manuscritos de séculos passados”. O concurso realizou-se no dia 28 de Fevereiro tendo comparecido cerca de 30 concorrentes provenientes de diversas Universidades públicas e privadas do país. O Júri, formado pelos Doutores João Gouveia Monteiro, Pró-Reitor para a Cultura e presidente, Maria Helena da Cruz Coelho, Directora do Instituto de Paleografia e Diplomática, Bernardo Sá-Nogueira, Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, Maria Cristina

Almeida Cunha, Professora da Faculdade de Letras do Porto e Maria José Azevedo Santos, Directora do Arquivo da Universidade e coordenadora científica do evento (a coordenação técnica pertenceu a Ludovina Capelo, assessora do Arquivo), premiou os candidatos seguintes:

Anabela dos Santos Araújo Silva e Maria João de Oliveira e Silva (1.º lugar *ex-aequo*);

Filipa Mourão de Azevedo e João António Mendes das Neves (2.º lugar *ex-aequo*);

Sandra Cristina Patrício da Silva e Sónia Catarina Lopes Estrela (3.º lugar *ex-aequo*).

A entrega dos prémios teve lugar na Sala D. João III, do Arquivo da Universidade, em cerimónia presidida pelo Magnífico Reitor no dia 20 de Abril de 2005.

O encerramento esteve a cargo do Coral da Faculdade de Letras.

Gestion et transport de l'écrit au Moyen Age. Approches matérielles et connaissance historique.

Nos dias 24 e 25 de Março de 2005, promovido pelo *Laboratoire de médiévistique occidentale de Paris*, realizou-se nesta cidade francesa um encontro subordinado ao tema em epígrafe.

No primeiro dia, sob a presidência da prestigiada medievalista francesa Claude Gauvard a investigadora Maria José Azevedo Santos com o apoio decisivo do Centro de História da Sociedade e da Cultura, apresentou uma palestra intitulada “La conservation des documents au Portugal pendant le Moyen Age”. Estiveram também presentes Ezio Ornato que abordou o tema “Le transport des livres”; Michel Parisse que se ocupou de “L’abbé de Chaumousey et sa gestion de l’écrit (XII.º siècle); Matthieu Bonicel que tratou “La gestion administrative des spectacles à Avignon (XV.º siècle) e Darwin Smith que falou sobre “Le statut et l’usage des registres capitulaires à Notre-Dame de Paris (XV.º siècle)”. No segundo e último dia foi a vez de Jean Dufour falar sobre “Les rouleaux des morts médiévaux”; Kouky Fianu

perguntar “Pourquoi allait-on chez le notaire?”; Paul Bertrand apresentar a palestra “Authentiques ou reliques? Toujours à la lisière des genres”; Yann Potin dar conta de “La constitution du trésor des chartes” e Caroline Bourlet encerrar as jornadas com o tema “Le début de l’enregistrement de la législation du travail à Paris (XIV.^e siècle)”.

XV.^e Colloque du Comité International de Paléographie Latine

Em Viena, na Österreichische Akademie der Wissenschaften, teve lugar entre os dias 13 e 17 de Setembro de 2005 o XV Colóquio do *Comité International de Paléographie Latine* subordinado ao tema “Régionalisme et internationalisme: problèmes de Paléographie et de Codicologie du Moyen Âge”. Estiveram presentes mais de uma centena de congressistas de vários países da Europa e da América.

Entre mais de quatro dezenas de palestrantes marcou presença um grupo significativo de Portugal. Desde logo José Marques e Maria José Azevedo Santos, membros eleitos do Comité que abordaram “Chemins de l’écriture dans le nord-ouest du Portugal, au Moyen Age. Quelques aspects” e “La caroline au Portugal: une écriture d’importation” respectivamente. Maria Cristina de Almeida Cunha, Professora da Faculdade de Letras do Porto, Anísio Miguel de Sousa Saraiva e Maria do Rosário Barbosa Morujão da Faculdade de Letras de Coimbra apresentaram o tema “traditionalisme, régionalisme et innovation des les pratiques des chancelleries épiscopales portugaises au Moyen Age” tendo a primeira falado das Sés de Braga e Porto, o segundo das Sés de Lamego e de Viseu enquanto Maria do Rosário apresentou o caso da catedral de Coimbra.

O Colóquio constou ainda de visitas de estudo ao mosteiro de Klosterneuburg onde foi possível admirar manuscritos medievais e a Melk e Göttweig.

O Colóquio terminou com a eleição da mesa. A presidência foi atribuída a Stephano Zamponi, da Universidade de Florença e a vice-presidência a Marc Smith, da École des Chartes de Paris. Para Secretária-Geral foi eleita Pamela Robinson e para Tesoureiro Eeff Overgaaw, da Biblioteca de Bona.

Cabe ainda referir que na reunião da Assembleia Geral foi recordada a memória de ilustres membros do Comité falecidos nos últimos anos de que destacamos Giulio Battelli e o Senhor Doutor Avelino de Jesus da Costa.

Entre Lisbonne et Jérusalem. La poliorcétique au cours des quatre premières croisades (1097-1204)

João Gouveia Monteiro

Este trabalho, originalmente apresentado (em versão abreviada) como lição de síntese a Provas de Agregação prestadas na Universidade de Coimbra em Novembro de 2005, sendo arguente o Professor Gérard Dédéyan (Universidade Paul Valéry, Montpellier III), ocupa-se das operações de cerco levadas a cabo pelos exércitos cruzados entre finais do século XI e inícios do século XIII. São considerados 10 casos, localizados na Península Ibérica, no Bósforo e no Mediterrâneo Oriental: Niceia – 1097, Antioquia – 1097-1098, Marra – 1098, Arca – 1099, Jerusalém – 1099, Lisboa – 1147, Silves – 1189, Zara – 1202 e Constantinopla – 1203 e 1204. O artigo analisa essencialmente todos os procedimentos técnicos utilizados pelos exércitos cruzados da época em apreço para sitiar e capturar uma praça, desde a fase de instalação do cerco até aos acordos de rendição. A sua ampla cronologia, assim como a diversidade geográfica do respectivo enfoque, permitem-lhe extrair, no final, algumas conclusões quanto à evolução das técnicas utilizadas e às diferenças mais importantes entre os procedimentos adoptados a nascente e a poente.

Ideias-chave: Guerra na Idade Média; operações de cerco; cruzadas.

From Lisbon to Jerusalem. Poliorcetic methods during the first four crusades (1097-1204)

João Gouveia Monteiro

This paper, originally presented (in abbreviated form) as a first lecture delivered at the University of Coimbra in November 2005, with Professor Gérard Dédéyan (from University Paul Valéry, Montpellier III) as the exa-

miner, focuses on the sieges laid by the crusades from the 11th to the 13th centuries. It lists 10 events occurring in the Iberian Peninsula, Bosphorus and Western Mediterranean regions: Niceia – 1097, Antioquia – 1097-1098, Marra – 1098, Arca – 1099, Jerusalem – 1099, Lisbon – 1147, Silves – 1189, Zara – 1202 and Constantinople – 1203 and 1204. It analyses essentially the techniques which the crusades used at the time to besiege and seize a fortress, from the beginning of the siege up until the surrender agreements. The long chronology, including the geographical diversity of its scope, enables us to draw some conclusions regarding technique evolutions and the most relevant differences in procedures adopted in the East and West.

Keywords: Medieval war; siege operations; crusades.

Entre Lisbonne et Jérusalem. La poliorcétique au cours des quatre premières croisades (1097-1204)

João Gouveia Monteiro

Cette étude, originellement présentée (en sa version abrégée) comme leçon de synthèse pour le concours d'agrégation à l'Université de Coimbra en novembre 2005, ayant comme argumentateur le Professeur Gérard Dédéyan (Université Paul Valéry, Montpellier III), s'occupe des opérations de siège entreprises par les armées croisées entre la fin du XI^{ème} et le début du XIII^{ème}. Dix cas, situés à la Péninsule Ibérique, au Bosphore et dans la Méditerranée orientale, sont considérés: Nicée – 1097, Antioche – 1097-1098, Marra – 1098, Arca – 1099, Jérusalem – 1099, Lisbonne – 1147, Silves – 1189, Zara – 1202 et Constantinople – 1203 et 1204. L'article analyse essentiellement toutes les procédures techniques utilisées par les armées croisées de l'époque en question pour siéger et conquérir une place forte, dès la phase d'installation du siège jusqu'aux accords de reddition. La large chronologie considérée, ainsi que la diversité géographique de l'approche utilisée, nous permettent d'extraire, à la fin, quelques conclusions quant à

l'évolution des techniques employées et aux principales différences entre les procédures adoptées en Orient et en Occident.

Mots clef: Guerre au Moyen Age; opérations de siège; croisades.

Percepções em torno da história do tabelionato medieval português

Saul António Gomes

Neste artigo, depois de se expor a bibliografia mais recente sobre a história do tabelionato português medieval, aborda-se o problema da sua implantação no País, entre os séculos XII e XIII, após o que se referencia o seu papel social no século XIV segundo as críticas que, cerca de 1340, D. Álvaro Pais, o conhecido autor do *De statu et planctu Ecclesie* e bispo de Silves, fez incidir sobre o seu comportamento, em geral, para, por fim, se passar a avaliar a relevância assumida por este corpo jurídico e intelectual no domínio da garantia dos direitos judiciais dos povos, conforme se pode perceber a partir da análise do discurso dos procuradores concelhios nas assembleias parlamentares de Quatrocentos.

Notes on the history of Medieval Portuguese notaries

Saul António Gomes

Following a list of more recent bibliography on the history of Portuguese Medieval notaries, this paper focuses on the issue of their establishment in the country, between the 12th and 13th century, followed by a reference to the social role they played in the 14th century, particularly centred on the judgement that, in around 1340, D. Álvaro Pais, the renowned author of *De statu et planctu Ecclesie* and Bishop of Silves, passed on their performance in general. In conclusion, the role of this legal and intellectual body in guaranteeing people's legal rights is assessed, based on the analysis of municipal

procurators' speeches delivered at the parliamentary sessions in the 14 hundreds.

Perceptions autour de l'histoire du notariat médiéval portugais

Saul António Gomes

Suite à une description de la bibliographie récente sur l'histoire du notariat médiéval portugais, cet article approche le problème de son implantation au Portugal, aux XII^{ème} et XIII^{ème} siècles, et considère ensuite son rôle social au XIV^e siècle ayant comme base les remarques critiques de dom Álvaro Pais, le fameux auteur de *De statu et planctu Ecclesie* et évêque de Silves, aux environs de 1340. Enfin, il analyse la relevance assumée par ce corps juridique et intellectuel dans le garant des droits judiciaires des peuples, telle qu'elle peut être perçue à travers l'analyse du discours des procureurs communaux dans les assemblées parlementaires du XV^{ème}.

António de Conti, favori de D. Afonso VI

Michèle Guiraud

Les quelques années du règne de celui que le comte de Castelo Melhor avait surnommé «Le Victorieux» n'occupèrent, dans les livres d'histoire, qu'une place mineure. Pour la plupart des historiens, le règne de dom Afonso VI brilla moins par les victoires militaires remportées sur l'ennemi ou par les changements apportés par le premier ministre, que par les excès d'un roi jugé incapable. Aussi bien avons-nous cherché à redonner à ce roi l'éclat qui lui revenait. Dans cette démarche, afin de permettre une compréhension plus juste et plus exacte de l'époque considérée, nous abordons le personnage d'António de Conti: comment il a été introduit à la cour et le rôle qu'il a joué auprès de dom Afonso VI.

Mot clef: Portugal. XVII^{ème}. Afonso VI. António de Conti. Favori. Factions.

António de Conti, King D. Afonso VI favourite

Michèle Guiraud

The few years of royal rule by the one who the Count of Castelo Melhor called “Victorious” occupy only a few pages in our history books. According to most historians, Dom Afonso VI excelled less at the military victories over the enemies or at the changes made by the Prime-minister than at the extravagance of a King deemed incapable. Therefore, we have sought to endow this King with the splendour he deserves. In this context, and to achieve a fairer and precise view of the relevant period, this paper focuses on the figure of António de Conti: how he is introduced to the court and his role next to King Dom Afonso VI.

Keywords: Portugal; 17th century; King D. Afonso VI; António de Conti; favourite; factions.

António de Conti, favorito de D. Afonso VI

Michèle Guiraud

Os escassos anos do reino daquele que o Conde de Castelo Melhor chamava o “Vitorioso” apenas ocuparam um lugar menor nos livros de história. Para a maioria dos historiadores, o reino de Dom Afonso VI brilhou menos pelas vitórias militares alcançadas sobre o inimigo ou pelas alterações introduzidas pelo primeiro-ministro do que pelos excessos de um rei considerado incapaz. Por essa razão, procurámos conferir a este rei o esplendor que lhe é devido. Neste contexto, e com o intuito de conseguirmos uma compreensão mais justa e mais exacta da época em questão, abordamos a personagem de António de Conti: como foi apresentado à corte e o papel que desempenhou junto de Dom Afonso VI.

Palavras-chave: Portugal; século XVII; D. Afonso VI; António de Conti; favorito; facções.

Sebastiana da Luz, mercadora coimbrã setecentista (elementos para a história de *As mulheres e o trabalho*)

Maria Antónia Lopes

Utilizando como fontes primordiais dois testamentos e uma sentença de partilhas, este estudo procura perceber a actividade de uma mulher de negócios da 1.^a metade do século XVIII.

Para além de pretender contribuir para uma melhor compreensão das actividades económicas femininas, revela as potencialidades, ainda pouco exploradas, da documentação dos arquivos das Misericórdias em domínios que não se restringem à história das instituições, da pobreza ou da assistência.

Palavras chave: História das mulheres; mulheres e trabalho; mulheres e negócios; documentação de Misericórdias; Portugal; séc. XVIII.

Sebastiana da Luz, 18th century merchant from Coimbra (Notes for the history of *Women and Work*)

Maria Antónia Lopes

Based on two testaments and a division of an inheritance as our main study source, this paper seeks to analyse a business woman's activity in the first half of the 18th century.

Besides aiming at providing insight on female economic activities, the paper underlines the – not very explored – potentials of the archives of the *Misericórdias* welfare institution, in other fields besides the history of institutions, poverty and aid.

Keywords: History of women; women and work; women and business; documentation from the *Misericórdias*; Portugal; 18th century.

Sebastiana da Luz, marchande septcentiste de Coimbra (éléments pour l'histoire de *Les femmes et le travail*)

Maria Antónia Lopes

Ayant comme sources de base deux testaments et un jugement de partage, cette étude essaie de comprendre l'activité d'une femme d'affaires dans la première moitié du XVIII^{ème}.

Au delà de vouloir contribuer à une meilleure compréhension des activités économiques féminines, elle révèle les potentialités, encore très peu exploitées, de la documentation des archives des «Misericórdias» dans des domaines qui dépassent l'histoire des institutions; la pauvreté ou l'assistance sociale.

Mots clef: Histoire des femmes; femmes et travail; femmes et affaires; documentation des «Misericórdias»; Portugal; XVIII^{ème} siècle.

A laicidade do Estado em Portugal

Vítor Neto

O processo de laicização do Estado foi longo e não se pode cingir à mera publicação da lei de Afonso Costa que separou o política da religião em 20 de Abril de 1911. O Estado católico começou a ser contestado nas últimas décadas do século XIX por republicanos, socialistas e anarquistas que pugnavam pela neutralidade do poder político em matéria de religião. Após a implantação da República assistiu-se a um movimento de laicização semelhante, em certa medida, ao que ocorreu em França. Tal encontrou uma forte resistência do episcopado, da maioria do baixo clero e da Santa Sé. Durante a vigência do Estado Novo, não obstante a recuperação de privilégios pela Igreja católica, O Estado permaneceu laico. Contudo, em virtude da posição de notoriedade da Igreja designa-se a situação como um catolaicismo. No regime democrático, a laicidade do Estado foi reforçada pela Constituição da República, pela lei de liberdade religiosa e pela nova Concordata.

Palavras-chave: Estado católico, laicidade, separação, anticlericalismo, episcopado, baixo clero, Santa Sé, Estado Novo, catolicismo, divórcio, liberdade religiosa, Concordata, pluralismo religioso, tolerância.

The building of a lay state in Portugal

Vítor Neto

The process of building a Portuguese lay state was long and was not limited to the adoption of the Afonso Costa Act of 20 April 1911, which instated separation between State and Church. In the late 19th century, the Catholic State was contested by Republicans, Socialists and Anarchists, who defended that political power should not interfere in religious matters. After the Declaration of the Republic, the secularist trend began to grow, to some extent similar to developments in France. This met strong opposition from the episcopate, mostly lower clergy and the Holy See. During *New State* rule, although the Catholic Church regained old powers, the State remained secular. However, in virtue of the strong role that the Church played, “catholaicity” was how Portuguese State rule was called. In democracy, State secularity was enhanced by the Constitution of the Republic, the Religious Freedom Act and the new *Concordata*.

Keywords: Catholic State, secularism, separation, anticlericalism, episcopate, lower clergy, Holy See, *New State*, Catholicism, divorce, religious freedom, *Concordata*, religious pluralism, tolerance.

La laïcité de l'État au Portugal

Vítor Neto

Le processus de laïcisation de l'État a été long et ne peut pas être limité à la publication de la Loi de Afonso Costa qui, le 20 avril 1911, a dissocié la politique de la religion. L'État catholique a commencé à être contesté dans

les dernières décennies du XIX^{ème} siècle par républicains, socialistes et anarchistes qui défendaient la neutralité du pouvoir politique en matière de religion. Après la proclamation de la République, on a assisté à un mouvement de laïcisation semblable à celui qui a eu lieu en France. Ceci a trouvé une forte résistance de l'épiscopat, de la majorité du bas clergé et du Saint-Siège. Pendant la période de l'*État Nouveau*, malgré la récupération de privilèges par l'Église catholique, l'État est resté laïque. Cependant, en vertu de la position de notoriété assumée par l'Église, cette situation est connue comme «catholaïcité». Sous le régime démocratique, la laïcité de l'État a été renforcée par la Constitution de la République, par la loi de la liberté religieuse et par le nouveau Concordat.

Mots clef: État catholique, laïcité, séparation, anti-cléricalisme, épiscopat, bas clergé, Saint-Siège, *État Nouveau*, catholicisme, divorce, liberté religieuse, Concordat, pluralisme religieux, tolérance.

PORTUGAL... entre o apelo do mar e o apego à terra

António Martins da Silva

Não se conhece em Portugal, até ao século XIX, qualquer esboço teórico que configure um projecto ou a simples manifestação da ideia de uma Europa unida, perspectivada em formas de entendimento multilateral de qualquer natureza. É na época contemporânea, a partir sobretudo do último meio século de oitocentos, que a consciência da necessidade de aproximação de Portugal à Europa, a ideia de unidade e a participação em projectos e instituições de cooperação ou de integração assumiram expressões crescentes, embora de forma flutuante, com avanços e recuos, conforme os condicionalismos políticos internos e as conjunturas internacionais. Mas é só no século XX, no pós-primeira guerra, que se esboçam os contornos e a forma de uma ideia de unidade europeia moderna, que ganhará corpo e movimento após a segunda guerra. Portugal participou neste processo nos anos 20, mas a irrupção do salazarismo, nacionalista, atlantista e colonial, deixaria profundas marcas na consciência e na sensibilidade nacionais e afastaria o

país da caminhada para a unidade europeia, embora não ficasse alheio a formas de cooperação económica e de segurança, que entretanto se organizaram, desde que não pusessem em causa os princípios e os alicerces do Estado Novo. Após o 25 de Abril, volvida a fase da vertigem revolucionária, a situação periclitante da lusitana condição doméstica impôs-se à evidência de muitos: a opção europeia, apesar de todas as dúvidas e hesitações, tornou-se, doravante, uma realidade incontornável. Contudo, a condição geográfica periférica de Portugal e a sua natural exposição orientada para o oceano funciona(ram) como elementos subjacentes ou estruturantes desta cíclica perplexidade de encontro e de desencontro em relação à Europa – aqui, *onde a terra acaba e o mar começa*.

Palavras-chave: Portugal e a Europa; Portugal e a ideia de Europa; unidade e cooperação europeias; ideia de Europa; integração europeia; construção europeia.

PORTUGAL ... Caught between the calling of the sea and the bond with the land

António Martins da Silva

Up until the 19th century, there is no knowledge in Portugal of any theoretical draft or slightest display of the concept of a unified Europe, viewed from the perspective of a multilateral agreement of any kind. It is only in the modern era, in the second half of the 19th century, that awareness of the need to draw Portugal closer to Europe, unity and co-participation in projects and cooperation institutions or integration visions developed, albeit with some variations, ups and downs, pursuant to domestic political restraints and the international settings. However, it is not until the 20th century, post World War I, that the idea of modern European unity begins to take shape, and is materialised and implemented after World War II. Portugal joined the process in the 20s. Yet Oliveira Salazar's rise to power, nationalism, *Atlantism* and the colonies left deep marks in the national mind and spirit, and the country drew away from the path to European union. It did not turn its back

to economic or security cooperation, which was developing, at least as long as it did not threaten the *New State* principles and foundations. After the revolution of April 1974, following the revolutionary abyss, the hazardous state of domestic affairs made one thing clear to all: the European path, in spite of many questions and hesitations, was an inexorable reality. Nonetheless, Portugal's peripheral geography and its natural exposure to the Ocean are the underlying or structuring elements of these cycles, drawing the country closer and turning it away from Europe – here, *where land ends and sea begins*.

Keywords: Portugal and Europe; Portugal and the European concept; European union and cooperation; the European concept; European integration; European building.

LE PORTUGAL... entre l'appel de la mer et l'attachement à la terre

António Martins da Silva

Jusqu'au XIXe siècle, il n'y a aucun essai théorique connu au Portugal qui configure un projet ou la moindre manifestation de l'idée d'une Europe unie, envisagée sous la forme d'un accord multilatéral de n'importe quel type. C'est à l'époque contemporaine, surtout à partir de la deuxième moitié du XIXe, que la conscience de la nécessité d'approximation du Portugal à l'Europe, l'idée d'unité et la participation en projets et institutions de coopération ou d'intégration ont assumé une expression croissante – bien que d'une façon fluctuante, avec des pas en avant et des pas en arrière, selon les conditionnalités politiques intérieures et les conjonctures internationales. Mais c'est seulement au XXe siècle, après la première guerre, que l'on entrevoit les contours et la forme d'une idée d'unité européenne moderne, laquelle prendra corps et mouvement après la deuxième guerre. Le Portugal a participé dans ce processus dans les années 20, mais l'irruption du «salazarisme», nationaliste, atlantiste et colonial, a laissé des marques profondes dans la conscience et la sensibilité nationales et a éloigné le pays du chemin vers

l'unité européenne. Néanmoins, le pays n'a pas tourné le dos à des formes de coopération économique et de sécurité, qui étaient alors à son début, dans la condition que les principes et les fondations de l'*État Nouveau* n'étaient pas mis en question. Après le 25 avril, suite aux premiers vertiges révolutionnaires, la situation précaire des affaires domestiques a fait apparaître l'évidence: l'option européenne, malgré toutes les doutes et incertitudes, est devenue dorénavant une réalité incontournable. Cependant, la condition géographique périphérique du Portugal et son penchant naturel vers l'océan ont opéré comme éléments sous-jacents ou structurants de cette perplexité cyclique de convergence et divergence vis-à-vis l'Europe – ici, *où la terre termine et la mer commence*.

Mots clef: le Portugal et l'Europe; le Portugal et l'idée d'Europe; unité et coopération européennes; idée d'Europe; intégration européenne; construction européenne.

Índice de Matérias

Editorial	7
João Gouveia Monteiro, <i>Entre Lisbonne et Jérusalem – La poliorcétique au cours des quatres premières croisades (1097-1204)</i>	9
Saul António Gomes, <i>Percepções em torno da história do tabelionato medieval português</i>	81
Michèle Guiraud, <i>António de Conti, Favori de D. Afonso VI</i>	101
Maria Antónia Lopes, <i>Sebastiana da Luz, mercadora coimbrã setecentista (elementos para a história de As mulheres e o trabalho)</i>	133
Vítor Neto, <i>A Laicidade do Estado em Portugal</i>	157
António Martins da Silva <i>PORTUGAL... ENTRE O APELO DO MAR E O APEGO À TERRA – O discurso europeu na periferia atlântica</i>	177
Margarida Sobral Neto, <i>LUÍS FERRAND DE ALMEIDA – Breves notas de um percurso aca- démico</i>	221
Recensões	231

Actividades do CHSC	245
Notícias	253
Resumos	259



Publicação apoiada por:

FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
POCTI - Programa Operacional Ciência, Tecnologia
e Inovação - III Quadro de Apoio

